

**PABLO NUNES RIBEIRO**

**REVISITANDO A SEMÂNTICA CONCEITUAL DE JACKENDOFF:  
UM ESTUDO SOBRE A SEMÂNTICA VERBAL NO PB SOB A  
PERSPECTIVA DA HIPÓTESE LOCACIONAL**

**PORTO ALEGRE  
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA  
LINHA DE PESQUISA: GRAMÁTICA, SEMÂNTICA E LÉXICO**

**REVISITANDO A SEMÂNTICA CONCEITUAL DE JACKENDOFF:  
UM ESTUDO SOBRE A SEMÂNTICA VERBAL NO PB  
SOB A PERSPECTIVA DA HIPÓTESE LOCACIONAL**

**PABLO NUNES RIBEIRO**

**ORIENTADOR: PROF. DR. SERGIO DE MOURA MENUZZI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

**PORTO ALEGRE  
2014**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aprovada em 23 de janeiro de 2014 pela Banca Examinadora constituída por:

Prof. Dr. Sergio de Moura Menuzzi (Orientador)  
UFRGS

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Scher  
USP

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luisa Godoy  
UFVJM

Prof. Dr. Luisandro Mendes de Souza  
UFRGS

#### CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro, Pablo Nunes  
Revisitando a Semântica Conceitual de Jackendoff:  
um estudo sobre a semântica verbal no PB sob a  
perspectiva da Hipótese Locacional / Pablo Nunes  
Ribeiro. -- 2014.  
186 f.

Orientador: Sergio de Moura Menuzzi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-  
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Semântica Conceitual. 2. Hipótese Locacional. 3.  
Verbos dinâmicos monoargumentais. 4. Incoação. 5.  
Mudança de estado. I. Menuzzi, Sergio de Moura,  
orient. II. Título.

*“Penetra surdamente no reino das palavras.”*

Carlos Drummond de Andrade, “A Rosa do Povo”.

Dedicado à Daniele e a minha família.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Sergio Menuzzi, por toda a confiança depositada em mim durante estes seis anos de convivência, desde meu ingresso no mestrado até a conclusão desta tese de doutorado. Não há dúvidas de que o professor Menuzzi tem um impacto muito grande no meu pensamento sobre linguística, e sua contribuição para esta tese é enorme. Agradeço a ele por todas as nossas reuniões, pela leitura cuidadosa do meu trabalho, pela generosidade em compartilhar suas ideias e pelo apoio durante todo este período.

Gostaria também de agradecer aos membros da banca, composta por Ana Paula Scher, Luisa Godoy e Luisandro Mendes de Souza, pela leitura atenta do meu trabalho e pelos comentários valiosos que contribuíram muito para versão final desta tese. Da mesma forma, agradeço à professora Sabrina Pereira de Abreu e ao professor Marcos Goldnadel, que participaram das etapas de qualificação desta tese e também contribuíram para esta versão final com seus comentários e observações.

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos, que foi fundamental para a realização deste trabalho, e também a CAPES, pela concessão da bolsa PDSE que possibilitou a realização do doutorado-sanduíche de seis meses no Laboratoire de Linguistique Formelle (LLF) da Université Paris Diderot – Paris 7.

Gostaria de agradecer à professora Anne Abeillé, coordenadora do LLF, por ter me acolhido em Paris, bem como aos professores Philip Miller, Olivier Bonami e Berthold Crysmann, pela leitura de parte do material que compõe esta tese e pelos comentários e sugestões que foram bastante relevantes para esta versão final.

Agradeço em especial aos colegas e amigos Eduardo Soares, João Paulo Cyrino, Laura Hahn, Juliane Welter, Emanuel Quadros, Tamara Melo, Mariana Teixeira, Camila Ulrich, Gustavo Breunig, Camila de Bona, Aline Vargas, Joana Luz e Letícia Finkenauer. Sem a parceria de vocês nas disciplinas, nos cafés e nas viagens para os eventos esse período de pós-graduação teria sido muito menos divertido.

Agradeço aos funcionários e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS por toda a assistência durante a realização do curso.

Aos meus pais, agradeço pelo apoio incondicional e por sempre terem acreditado na importância da educação, incentivando desde o início minha carreira como professor.

Finalmente, gostaria de agradecer de maneira muito especial a minha esposa Daniele, por estar sempre ao meu lado durante os momentos mais difíceis e por me inspirar com seu amor e compreensão ao longo deste período. Essa tese é dedicada a ela.

## RESUMO

Este trabalho insere-se no âmbito da Semântica Conceitual, teoria proposta e desenvolvida formalmente por Ray Jackendoff em seus livros *Semantics and Cognition* (JACKENDOFF, 1983) e *Semantic Structures* (JACKENDOFF, 1990). Neste trabalho, revisito alguns pontos cruciais dessa teoria semântica, como o tratamento dos verbos dinâmicos monoargumentais, a representação da incoação e da mudança de estado na Estrutura Conceitual e o papel da camada acional no mapeamento dos argumentos semânticos na sintaxe. O objetivo principal é propor algumas alternativas de análise para certas modificações propostas por Jackendoff (1990) em relação à teoria original desenvolvida em Jackendoff (1983), visando restabelecer parte do poder explicativo da Hipótese Locacional. Inicialmente, desenvolvo uma proposta para a representação léxico-conceitual dos verbos dinâmicos monoargumentais, segundo a qual o predicado primitivo MOVE representa simplesmente a noção básica de dinamismo, ao passo que os eventos conceitualizados como ações controladas pelos participantes são representados pela função ACT. Fundamentado nessa proposta, investigo a forma como diferentes trajetórias podem ser incorporadas aos eventos denotados por esses verbos, constituindo eventos locais de deslocamento de um Tema ao longo de uma trajetória. Visando recuperar o poder explicativo da hipótese locacional em dois campos semânticos centrais da semântica verbal, a incoação de eventualidades e a mudança de estado, apresento também uma proposta para o tratamento desses eventos com base na extensão metafórica do predicado primitivo GO, na linha da proposta original de Jackendoff (1983). Finalmente, exploro a possibilidade de desenvolvimento de uma teoria de *linking* na Semântica Conceitual fundamentada em um único nível de análise, propondo a exclusão da camada acional (e, assim, dos predicados AFF e REACT) da representação léxico-conceitual dos predicados. Com o objetivo de lidar com a realização sintática dos argumentos diretos dos verbos, proponho uma reanálise da hierarquia temática apresentada em Jackendoff (1990), defendendo a ideia de que cadeia causal dos eventos, nos termos de Croft (1991, 1998), atua como princípio organizador da proeminência semântica dos argumentos.



## ABSTRACT

This work is developed within the framework of Conceptual Semantics, a theory proposed by Ray Jackendoff in *Semantics and Cognition* (JACKENDOFF, 1983) and *Semantic Structures* (JACKENDOFF, 1990). In this thesis, I revisit some crucial points of this semantic theory, such as the treatment of dynamic monoargumental verbs, the representation of inchoation and change of state in the Conceptual Structure, and the role of the action tier in the mapping of semantic arguments into the syntax. The main goal is to propose some alternative analyses for certain modifications proposed by Jackendoff (1990) in the original theory developed in Jackendoff (1990), in order to reestablish part of the explanatory power of the localist hypothesis. Initially, I develop a proposal for the lexical-conceptual representation of dynamic monoargumental verbs, according to which the primitive predicate MOVE represents only the basic notion of dynamism, while events which are conceptualized as actions controlled by the participant are represented by the predicate ACT. Based on this proposal, I investigate the way in which different paths may be incorporated into the events denoted by these verbs, constituting locational events consisting on the traversal of a path by a theme. Aiming to retrieve the explanatory power of the localist hypothesis in two central fields of verbal semantics, inchoation of eventualities and change of state, I also present a proposal for a treatment of these verbs based on the metaphorical extension of the primitive predicate GO, in line with the original proposal of Jackendoff (1983). Finally, I explore the possibility of developing a linking theory in Conceptual Semantics based on a single level of analysis, by proposing the exclusion of the action tier (and, consequently, the predicates AFF and REACT) from the lexical-conceptual representation of the predicates. In order to deal with the syntactic realization of the direct arguments of verbs, I propose a reanalysis of the thematic hierarchy presented in Jackendoff (1990), by defending the idea that the causal chain of events (cf. CROFT, 1991, 1998) acts as a principle organizing the semantic prominence of the arguments.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A ABORDAGEM LOCACIONAL PARA A REPRESENTAÇÃO DE EVENTUALIDADES</b> .....	16
1.1 Introdução .....	16
1.2 <i>Semantics and Cognition</i> (JACKENDOFF, 1983) .....	17
1.2.1 <i>As regras de formação da Estrutura Conceitual</i> .....	18
1.2.2 <i>Estendendo a Hipótese Locacional para diferentes campos semânticos</i> .....	21
1.2.3 <i>O poder explanatório da Hipótese Locacional</i> .....	22
1.3 <i>Semantic Structures</i> (JACKENDOFF, 1990) .....	24
1.3.1 <i>O tratamento dos verbos dinâmicos monoargumentais</i> .....	25
1.3.2 <i>A incoação de eventualidades na Estrutura Conceitual</i> .....	27
1.3.3 <i>A introdução da camada acional</i> .....	30
1.3.4 <i>O tratamento da causação</i> .....	33
1.3.5 <i>Os verbos de reação</i> .....	35
1.4 Alguns problemas .....	36
1.4.1 <i>Os verbos monoargumentais</i> .....	37
1.4.2 <i>O núcleo básico da semântica verbal</i> .....	38
1.4.3 <i>Causação: a separação das camadas temática e acional</i> .....	40
1.4.3.1 <i>A teoria de dinâmica de força de Talmy</i> .....	40
1.4.3.2 <i>A teoria de linking de Jackendoff</i> .....	42
1.5 Hipóteses de pesquisa e estrutura da tese .....	44
<b>2 CAUSAÇÃO INTERNA, CONTROLE E VOLIÇÃO: A REPRESENTAÇÃO LÉXICO-CONCEITUAL DOS VERBOS DINÂMICOS MONOARGUMENTAIS</b> .....	47
2.1 Introdução .....	47
2.2 Problemas da proposta de Jackendoff (1990) para os verbos de modo de movimento .....	50

2.3 Algumas análises das noções de volição, controle e causação interna e externa em semântica lexical.....	55
2.3.1 Dowty (1979): <i>DO e agentividade</i> .....	55
2.3.2 Pinker (1989): <i>a função ACT</i> .....	59
2.3.3 Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010): <i>ACT e a noção de raiz</i> .....	62
2.3.4 Jackendoff (2007) <i>e o tratamento das ações volicionais</i> .....	65
2.4 A representação léxico-conceitual dos verbos dinâmicos monoargumentais.....	70
2.4.1 <i>Os verbos de modo de movimento e a distinção entre MOVE e ACT</i> .....	70
2.4.2 <i>Estendendo a análise para os verbos de emissão e para os verbos de processos corporais</i> .....	76
2.5 Resumo do capítulo .....	80
<b>3 A NOÇÃO DE MANEIRA E A INCORPORAÇÃO DE TRAJETÓRIAS EM VERBOS DINÂMICOS MONOARGUMENTAIS</b> .....	82
3.1 Introdução .....	82
3.2 A caracterização dos verbos monoargumentais como verbos de maneira.....	82
3.3 A representação léxico-conceitual da noção de trajetória .....	89
3.3.1 Talmy (2000b): <i>a divisão das línguas entre verb-framed e satellite-framed</i> .....	89
3.3.2 Beavers, Levin & Tham (2010): <i>Redefinindo a noção de satélite de Talmy</i> .....	93
3.3.3 <i>Casos problemáticos para a tipologia de Talmy</i> .....	95
3.3.4 Jackendoff (1991/2010): <i>a função UNTIL</i> .....	100
3.4 A incorporação de trajetórias em verbos monoargumentais no português brasileiro.....	102
3.5 Resumo do capítulo .....	108
<b>4 O TRATAMENTO DA INCOAÇÃO E DA MUDANÇA DE ESTADO NA ESTRUTURA CONCEITUAL</b> .....	110
4.1 Introdução .....	110
4.2 Duas visões sobre a incoação e a mudança de estado em Semântica Lexical .....	111
4.2.1 Dowty (1979): <i>achievements e o predicado BECOME</i> .....	111
4.2.2 Jackendoff (1991/2010): <i>decompondo ainda mais os predicados primitivos</i> .....	115
4.3 Eventualidades como pontos de referência em trajetórias metafóricas .....	119
4.3.1 <i>Voltando a uma análise baseada em GO para mudança de estado</i> .....	119
4.3.2 <i>Uma possibilidade de análise para os degree achievements</i> .....	123

4.4 Evidências empíricas a favor da análise locacional da incoação e da mudança de estado .....	126
4.4.1 <i>A seleção de preposições por verbos aspectuais de incoação e cessação em PB</i> .....	126
4.4.1.1 A alternância de valência dos verbos aspectuais .....	129
4.4.1.2 Godard & Jayez (1993).....	130
4.4.1.3 Uma proposta para a alternância dos verbos aspectuais .....	132
4.4.2 <i>Verbos de mudança de estado com o prefixo des- em PB</i> .....	134
4.5 Resumo do capítulo .....	140
<b>5 CONSEQUÊNCIAS PARA A TEORIA DE LINKING DE JACKENDOFF</b> .....	142
5.1 Introdução .....	142
5.2 Eliminando a camada acional da Estrutura Conceitual .....	145
5.2.1 <i>ACT e MOVE na representação do subevento causador em estruturas complexas</i> .....	145
5.2.2 <i>Beavers (2010, 2011) e a noção de afetação</i> .....	149
5.2.3 <i>A representação da entidade afetada na Estrutura Conceitual</i> .....	157
5.3 Repensando a teoria de linking na Semântica Conceitual .....	166
5.3.1 <i>A cadeia causal de Croft (1991, 1998)</i> .....	167
5.3.2 <i>A teoria de linking revisada</i> .....	169
5.3.3 <i>Alguns casos problemáticos</i> .....	173
5.4 Resumo do capítulo .....	175
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	177
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	180

## INTRODUÇÃO

Esta tese insere-se no âmbito da Semântica Conceitual (*Conceptual Semantics*), teoria proposta e desenvolvida formalmente por Ray Jackendoff em seus livros *Semantics and Cognition* (1983) e *Semantic Structures* (1990).<sup>1</sup> A Semântica Conceitual parte da premissa de que o significado de palavras, sintagmas, sentenças e outros elementos linguísticos é codificado em um nível de representação mental independente da fonologia e da sintaxe, chamado de Estrutura Conceitual (*Conceptual Structure*). Segundo Jackendoff (1983), a Estrutura Conceitual codifica o mundo da forma como os humanos o conceitualizam, e é concebida como um módulo gerativo, uma vez que as estruturas conceituais são compostas de forma combinatorial por elementos organizados em categorias conceituais. Esse módulo está ligado às estruturas linguísticas por meio de regras de interface, as quais conectam os níveis sintático, conceitual e fonológico. Além disso, o autor concebe o estudo da Estrutura Conceitual como parte de uma teoria psicológica mais ampla sobre a forma como os humanos conceitualizam o mundo. Desse modo, essa estrutura está conectada também a outros módulos cognitivos, como os vários sistemas perceptivos.

No presente trabalho, argumentarei a favor de uma abordagem locacional para a representação das eventualidades na Estrutura Conceitual, tal qual desenvolvida e formalizada por Jackendoff (1983). A abordagem locacional foi inicialmente proposta por Gruber (1965), e, posteriormente, desenvolvida por diversos autores, como, por exemplo, Jackendoff (1983, 1990), Anderson (1971) e Van Voorst (1993). Conforme veremos mais detalhadamente no capítulo 1, de acordo com essa abordagem, as noções de movimento e localização no espaço, características de eventos do campo espacial, são também centrais na constituição de todos os outros eventos na Estrutura Conceitual. Em seu livro *Semantic Structures* (1990), Jackendoff modifica alguns pontos da teoria semântica proposta em *Semantics em Cognition* (1983), enfraquecendo a base locacional de sua teoria. O objetivo principal deste trabalho será propor alternativas de análise para algumas modificações propostas em Jackendoff (1990), com o

---

<sup>1</sup> Jackendoff utiliza sua teoria semântica em outras obras mais recentes, como *Foundations of Language* (2002) e *Language, Consciousness, Culture* (2007); no entanto, estes livros não apresentam avanços significativos em relação aos mecanismos básicos de análise da teoria.

intuito de restabelecer a base locacional da proposta e recuperar parte do poder explicativo da Semântica Conceitual, conforme desenvolvida em Jackendoff (1983).

Empiricamente, apresentarei nesta tese uma proposta para o tratamento dos verbos dinâmicos monoargumentais, os quais não fazem parte do núcleo locacional (ou temático) das eventualidades, uma vez que não envolvem necessariamente em seu significado a noção de deslocamento. Conforme comentam Levin & Rappaport Hovav (2005), a proposta de Jackendoff (1990) para os verbos monoargumentais, baseada no predicado primitivo MOVE, é bastante preliminar, e não dá conta de algumas características cruciais do comportamento gramatical desses verbos, como a sua participação ou não no processo de causativização (cf. *A bola rolou./O menino rolou a bola. vs. O menino correu./\*A mãe correu o menino.*). Neste trabalho, proporei uma análise com base nas noções de controle, volição e causação interna que visa explicar o comportamento gramatical dos verbos dinâmicos monoargumentais de modo de movimento (p. ex., *rolar, girar, correr*), de processos corporais (p. ex., *espirrar, soluçar, tossir*) e de emissão (p. ex., *apitar, brilhar, chiar*) no português brasileiro. Ainda em relação aos verbos dinâmicos monoargumentais, procurarei explicar a forma como diferentes tipos de trajetórias são incorporadas aos eventos denotados por esses verbos (p. ex., *João caminhou para/até a escola. vs. \*João caminhou à escola.*), propondo representações léxico-conceituais distintas para cada tipo de trajetória.

No que diz respeito à reanálise que pretendo propor para o tratamento da incoação e da mudança de estado, as questões empíricas envolvidas serão a representação léxico-conceitual dos *degree achievements* (p. ex., *Maria esfriou a sopa um pouco.*), a análise da prefixação com *des-* no português brasileiro (p. ex., *descongelar, desorganizar*), e a seleção de preposições por verbos aspectuais de incoação e de cessação no PB (cf. *João começou a correr. vs. João parou de correr.*). Argumentarei que essas construções oferecem evidências em favor de uma análise locacional da incoação e da mudança de estado, fundamentada na extensão metafórica do predicado GO.

O presente trabalho está organizado da seguinte maneira. No capítulo 1, apresentarei os fundamentos teóricos para as discussões que serão realizadas nesta tese. Inicialmente, farei uma resenha teórica de *Semantics and Cognition* (JACKENDOFF, 1983) e *Semantic Structures* (JACKENDOFF, 1990), apresentando os predicados primitivos que compõem a Estrutura Conceitual em sua versão jackendoffiana e examinando o poder explanatório da teoria, em particular no que diz respeito aos padrões de polissemia e à distribuição de preposições nos diferentes campos semânticos. Após isso, analisarei criticamente algumas

alterações cruciais realizadas por Jackendoff (1990) na Semântica Conceitual e estabelecerei as hipóteses de pesquisa e os principais objetivos desta tese.

No capítulo 2, discutirei a representação léxico-conceitual dos verbos dinâmicos monoargumentais, examinando o papel nas noções semânticas de controle, volição e causação interna na determinação do comportamento gramatical desses verbos. Antes de apresentar mais detalhadamente minha análise para a representação desses verbos, serão resenhadas algumas propostas clássicas, como as de Dowty (1979), Pinker (1989) e Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010).

No capítulo 3, tratarei do *status* dos verbos dinâmicos monoargumentais como verbos que lexicalizam em sua raiz a noção de maneira, e examinarei o modo como diversos tipos de trajetórias são incorporadas aos eventos denotados por esses verbos. Após discutir a teoria de Talmy (2000b) para os eventos de movimento e as críticas a essa teoria traçadas por Beavers, Levin & Tham (2010), elaborarei uma proposta para a representação de trajetórias em eventos envolvendo verbos dinâmicos monoargumentais no português brasileiro.

No capítulo 4, apresentarei uma proposta para o tratamento da incoação e da mudança de estado na Estrutura Conceitual que procura resgatar a validade da hipótese locacional para esses dois domínios semânticos. A proposta consiste na eliminação da função INCH do inventário de predicados primitivos da teoria, retornando a uma análise na linha de Jackendoff (1983), que trata mudança de estado em paralelo com mudança de lugar, por meio da extensão metafórica de GO. Serão discutidas algumas limitações de propostas que utilizam os predicados primitivos BECOME (p. ex., DOWTY, 1979; HAY; KENNEDY; LEVIN, 1999) ou INCH e BE (JACKENDOFF, 1990) para a representação da mudança de estado e da incoação, especialmente no que diz respeito à representação dos *degree achievements*. Por fim, discutirei em detalhes dois argumentos empíricos em favor de minha proposta: (i) a seleção, em português brasileiro, de preposições por verbos aspectuais de incoação e de cessação de eventos, e (ii) a formação de verbos com o prefixo *des-* em português.

Finalmente, no capítulo 5, explorarei a possibilidade de desenvolvimento de uma teoria de *linking* na Semântica Conceitual fundamentada em um único nível de análise, propondo a exclusão da camada acional da representação léxico-conceitual dos predicados. Com o objetivo de lidar com a realização sintática dos argumentos diretos dos verbos, proporei uma reanálise da hierarquia temática apresentada em Jackendoff (1990), defendendo a ideia de que a cadeia causal dos eventos, nos termos de Croft (1991, 1998), atua como princípio organizador da proeminência semântica dos argumentos.

# **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A ABORDAGEM LOCACIONAL PARA A REPRESENTAÇÃO DE EVENTUALIDADES**

## **1.1 Introdução**

Neste capítulo, apresentarei grande parte da fundamentação teórica para as discussões que serão realizadas nesta tese, especialmente quanto aos primitivos semânticos que virei a adotar. Primeiramente, na seção 1.2, concentrarei a discussão em *Semantics and Cognition* (JACKENDOFF, 1983), livro em que Jackendoff desenvolve e formaliza a Hipótese Locacional, que serve como base para sua teoria semântica – e para a que adotarei aqui. Entre outras coisas, apresentarei os predicados primitivos que compõem a Estrutura Conceitual em sua versão jackendoffiana, bem como examinarei o poder explanatório da teoria, especialmente no que diz respeito aos padrões de polissemia e à distribuição de preposições em diferentes campos semânticos.

Na seção 1.3, a discussão será centrada em *Semantic Structures* (JACKENDOFF, 1990), trabalho em que Jackendoff procura ampliar o poder descritivo da Semântica Conceitual, por meio da introdução de novos predicados primitivos. Os principais pontos analisados serão o tratamento dado pelo autor aos verbos de modo de movimento, à incoação e à causação em sua teoria. Além disso, apresentarei os motivos que levaram o autor a criar uma nova camada de análise na Estrutura Conceitual, a chamada “camada acional”.

Na seção 1.4, discutirei, de modo mais crítico, algumas alterações cruciais realizadas por Jackendoff (1990) na Semântica Conceitual. Acredito que essas modificações são problemáticas, uma vez que limitam significativamente o escopo da Hipótese Locacional. Especificamente, argumentarei que a análise do autor para os verbos de modo de movimento não dá conta dos padrões de realização argumental desses verbos, em especial no que diz respeito à sua participação no processo lexical de causativização. Além disso, defenderei a ideia de que a introdução do predicado INCH na teoria, para tratar da incoação, foi uma opção teórica inadequada, uma vez que afastou a análise dos verbos de mudança de estado do tratamento dado aos verbos de mudança de localização. Por fim, darei forma ao argumento de que a criação da camada acional acarretou mais perdas do que vantagens para o poder



explicativo da teoria, pois enfraqueceu o papel das noções locacionais no mapeamento dos argumentos semânticos para a sintaxe.

De modo a lidar com esses problemas, na seção 1.5, estabelecerei as hipóteses de pesquisa e os principais objetivos desta tese, que envolvem (i) uma melhor caracterização dos verbos dinâmicos monoargumentais na Estrutura Conceitual, (ii) o retorno a uma análise baseada no predicado GO para a incoação e a mudança de estado, e (iii) a unificação das camadas temática e acional nas representações léxico-conceituais dos predicados.

## 1.2 *Semantics and Cognition* (JACKENDOFF, 1983)

Em *Semantics and Cognition* (de agora em diante, S&C), Jackendoff desenvolve e formaliza amplamente a teoria da Semântica Conceitual, com base no que chama de “Hipótese das Relações Temáticas”, também conhecida como “Hipótese Locacional”.<sup>2</sup> De acordo com essa hipótese, eventualidades em todos os campos semânticos são constituídas essencialmente pelos mesmos predicados primitivos que eventualidades de movimento e localização espacial, mesmo que de forma abstrata, em campos semânticos aparentemente não relacionados ao campo espacial. Jackendoff formaliza essa hipótese da seguinte maneira:

### (1) *Hipótese das Relações Temáticas (HRT)*:

Em qualquer campo semântico de [EVENTS] e [STATES], as funções de evento, estado, trajetória ou lugar são um subconjunto daquelas utilizadas para a análise do movimento e da localização espacial. Os campos se diferenciam em apenas três pontos:

- a. os tipos de entidades que podem aparecer como Tema;
  - b. os tipos de entidades que podem aparecer como objeto de referência;
  - c. o tipo de relação que assume o papel da localização no campo das expressões espaciais.<sup>3</sup>
- (JACKENDOFF, 1983, p. 188)

---

<sup>2</sup> A Hipótese Locacional (*localist hypothesis*) foi desenvolvida por Jackendoff (1983) com base no trabalho de Gruber (1965). Outros autores, como Anderson (1971) e Van Voorst (1993), também desenvolveram trabalhos seguindo esta abordagem para a representação de eventualidades.

<sup>3</sup> Tradução livre do autor. No original:

“Thematic Relations Hypothesis (TRH):

In any semantic field of [EVENTS] and [STATES], the principal event-, state-, path-, and place-functions are a subset of those used for the analysis of spatial location and motion. Fields differ in only three possible ways:

- a. what sorts of entities may appear as Theme;
- b. what sorts of entities may appear as reference objects;
- c. what kind of relation assumes the role played by location in the field of spatial expressions.”

A hipótese em (1) atua como princípio organizacional da teoria, uma vez que define que os conceitos de movimento e localização espacial ocupam um lugar central na representação de eventualidades na Estrutura Conceitual. Conforme a formalização desenvolvida por Jackendoff (1983), eventos de movimento envolvem um objeto [THING] e a trajetória [PATH] que é percorrida por ele (p. ex., *João foi para a escola.*); por sua vez, eventos de localização espacial envolvem um objeto e o lugar [PLACE] onde ele se encontra (p. ex., *O copo está na mesa.*). Nessa teoria, a entidade que se encontra em algum lugar ou que se movimenta ao longo de uma trajetória é chamada de “Tema”. De acordo com a Hipótese Locacional, portanto, o que diferencia os vários campos semânticos são somente as entidades que assumem os papéis de tema e de objeto de referência (ou locação), bem como o tipo de relação que atuará como uma extensão metafórica do movimento ou da localização espacial no campo “conceitualmente derivado”.

### 1.2.1 As regras de formação da Estrutura Conceitual

As regras de formação que caracterizam a Estrutura Conceitual, segundo Jackendoff (1983), dizem respeito à constituição de diversas categorias conceituais, entre elas as categorias de *Event*, *State*, *Place*, *Path*, *Thing*, *Property*, etc. Essas entidades são elaboradas, de acordo com o autor, por meio de regras básicas de formação, do tipo função-argumento, conforme mostra o esquema em (2):

$$(2) \text{ [Entity]} \rightarrow \left[ \begin{array}{l} \text{Event/Thing/Place/...} \\ \text{Token/Type} \\ \text{F} (\langle \text{Entity}_1, \langle \text{Entity}_2, \langle \text{Entity}_3 \rangle \rangle) \end{array} \right] \quad (\text{JACKENDOFF, 1990, p. 24})$$

Cada categoria, de acordo com essas restrições, permite várias outras especificações, consideradas por Jackendoff como regras especializadas de formação, sendo que as mais importantes em sua análise do domínio espacial são as seguintes:

- (3) a. [PLACE] → [<sub>Place</sub> PLACE-FUNCTION ([THING])]  
 b. [PATH] → [<sub>Path</sub> TO/FROM/TOWARD/VIA ([THING/PLACE])]  
 c. [EVENT] → [<sub>Event</sub> GO ([THING], [PATH])]  
           [<sub>Event</sub> STAY ([THING], [PLACE])]  
 d. [STATE] → [<sub>State</sub> BE ([THING], [PLACE])]  
           [<sub>State</sub> ORIENT ([THING], [PATH])]

[State GO<sub>Ext</sub> ([THING], [PATH])]

e. [EVENT] → [Event CAUSE ([THING/EVENT], [EVENT])]

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p.43)

Vejamos em detalhe como funciona cada uma dessas regras. A regra em (3a) determina que um constituinte que expresse, na Estrutura Conceitual, a noção de “lugar” é representado por um conjunto de propriedades conceituais cuja categoria ontológica é [PLACE]. Essa categoria deve possuir em sua estrutura conceitual interna uma função de lugar [PLACE-FUNCTION] – incluindo funções primitivas como IN, AT, etc. – e mais um argumento dessa função. Esse argumento deve ser da categoria ontológica dos objetos – isto é, [THING]. Do ponto de vista da constituição conceitual da entidade [PLACE], esse argumento define um “ponto de referência” a partir do qual a função de lugar define uma região espacial. Por exemplo, em uma expressão como *em casa*, o ponto de referência é *casa*, sendo que *em* é a função que define a entidade [PLACE] correspondente à região espacial que é o interior do objeto de referência.

É importante observar que, para Jackendoff, as funções de lugar – que correspondem às preposições locativas – são predicados monoargumentais, os quais mapeiam objetos em outros tipos de entidades, lugares. Essa concepção é um tanto diferente daquela de autores como Parsons (1990), por exemplo, para quem as preposições são relações entre indivíduos; isto é, predicados de dois lugares. Especificamente, em uma abordagem como a de Parsons, baseada no cálculo de predicados de primeira ordem, assume-se, *grosso modo*, que uma sentença como (4a) abaixo é representada semanticamente por (4b). Em contraste, na semântica jackendoffiana, a mesma sentença teria uma representação como (4c):

(4) a. John is at home.

‘João está em casa’

b. At (home, John)

c. [State BE ([Thing JOHN], [Place AT ([Thing HOME])])]

Por sua vez, a regra (3b) elabora uma trajetória como uma função (TO, FROM, TOWARD ou VIA) que mapeia um objeto ou um lugar em uma trajetória específica. Trajetórias são entidades espaciais cuja categoria ontológica é [PATH], e consistem em um espaço com uma determinada orientação direcional, determinada pelo tipo de função envolvida. A expressão *para casa* é um exemplo de trajetória que tem como referência um

objeto; já uma expressão como *de cima da mesa* (p. ex., *O gato saiu de cima da mesa*) constitui conceitualmente uma trajetória com um lugar como referência.

A regra (3c) mostra que, na teoria de S&C, eventos não causativos podem ser elaborados basicamente com duas funções distintas de dois lugares, GO e STAY. Conforme destaca Jackendoff (1990), GO denota movimento ao longo de uma trajetória e, assim, seus argumentos são o objeto em movimento e a sua trajetória (p. ex., *João foi para Porto Alegre*). Por outro lado, STAY denota estaticidade ao longo de um período de tempo, sendo que seus argumentos são o objeto estático e a sua localização (p. ex., *Paulo ficou em casa*). É importante destacar que Jackendoff utiliza os predicados STAY e BE para traçar a distinção básica entre eventos de permanência locacional e estados de localização espacial.

As funções estativas são elaboradas em (3d). A função BE especifica a localização de objetos em relação a um [PLACE], enquanto ORIENT especifica a sua orientação em relação a um [PATH], e GO<sub>Ext</sub>, a extensão espacial de objetos ao longo de uma trajetória. As sentenças em (5) são exemplos dessas estruturas conceituais:

(5) a. Maria está no quarto.

[State BE ([Thing MARIA], [Place IN [Thing QUARTO]])]

b. O cata-vento apontou para o norte.

[State ORIENT ([Thing SETA], [Path TO [NORTE]])]

c. A estrada vai de Porto Alegre a Uruguaiana.

[State GO<sub>Ext</sub> ([Thing ESTRADA], [Path FROM [Place PORTO ALEGRE] TO [Place URUGUAIANA]])]

Por fim, (3e) determina que um evento causativo é constituído por uma função eventiva CAUSE mais dois argumentos, sendo que o primeiro argumento – o “causador” ou a “causa” – pode ser um objeto ou um evento, e o segundo deve ser, necessariamente, segundo o autor, um evento. A seguinte sentença é um exemplo de estrutura causativa:

(4) O menino jogou a bola pela janela.

[Event CAUSE ([Thing MENINO], [Event GO ([Thing BOLA], [Path VIA [Thing JANELA]])])]

### 1.2.2 Estendendo a Hipótese Locacional para diferentes campos semânticos

Tendo definido as regras de formação básicas da Estrutura Conceitual, Jackendoff explora uma série de campos semânticos abstratos não espaciais – como, por exemplo, o campo temporal, o campo identificacional, o campo circunstancial e o campo da posse –, e descreve as relações entre esses campos e o campo espacial, que, para o autor, serve como base para a semântica de todos os demais. Isto é, para Jackendoff, os predicados de todos os demais campos são manifestações “metafóricas” das funções primitivas espaciais – e por isso não apenas se manifestam por meio dos mesmos itens lexicais como herdam padrões de inferência, de realização dos argumentos, etc. Considere-se, por exemplo, como a Hipótese Locacional é aplicada no campo identificacional – ou seja, o campo semântico relacionado à categorização de entidades e à atribuição de propriedades:

(6) Campo Identificacional:

- a. [THINGS] aparecem como tema.
- b. [THING TYPES] e [PROPERTIES] aparecem como objetos de referência.
- c. Os conceitos de “ser uma instância de uma categoria” ou “ter determinada propriedade” assumem o papel da localização.<sup>4</sup>

(JACKENDOFF, 1983, p. 194)

De acordo com a formulação em (6), sentenças que descrevem propriedades de entidades, bem como eventos de mudança de estado, podem ser tratados utilizando-se as funções BE e GO, em paralelo com o campo espacial, como ilustram os exemplos em (7):

(7) a. O sinal está vermelho.

[State BE<sub>Ident</sub> ([Thing SINAL], [Place AT<sub>Ident</sub> ([Property VERMELHO)])]]

b. As páginas amarelaram.

[Event GO<sub>Ident</sub> ([Thing PÁGINAS], [Path TO<sub>Ident</sub> ([Property AMARELO)])]]

(Adaptado de JACKENDOFF, 1983, p.195)

---

<sup>4</sup> Tradução livre do autor. No original:

*“Identificational field*

- a. [THINGS] appear as theme.
- b. [THING TYPES] and [PROPERTIES] appear as reference objects.
- c. Being an instance of a category or having a property plays the role of location.”

Em (7a), a propriedade do sinal de “estar vermelho” é analisada metaforicamente como a localização desse objeto na propriedade “vermelho”, em paralelo com o campo espacial. Já na sentença em (7b), a mudança de estado das páginas é analisada como um movimento metafórico de um tema em direção a um lugar, representado no exemplo pela propriedade “amarelo”.

Jackendoff discute também o campo temporal, no qual eventos e estados são analisados como temas, e o ponto no tempo em que ocorrem é interpretado como um lugar abstrato. O autor chama atenção para o fato de que os verbos que denotam localização temporal aparecem em padrões bastante similares aos de verbos de localização espacial, como mostram os exemplos em (8) e (9):

(8) *Campo temporal:*

- a. The meeting is at 6:00. (BE)  
‘A reunião é às 6:00’
- b. We moved the meeting from Tuesday to Thursday. (GO)  
‘Nós mudamos a reunião de terça-feira para quinta-feira’
- c. Despite the weather, we kept the meeting at 6:00. (STAY)  
‘Apesar do tempo, nós mantivemos a reunião às 6:00’

(9) *Campo locacional:*

- a. The statue is in the park. (BE)  
‘A estátua está no parque’
- b. We moved the statue from the park to the zoo. (GO)  
‘Nós mudamos a estátua do parque para o zoológico’
- c. Despite the weather, we kept the statue on its pedestal. (STAY)  
‘Apesar do tempo, nós mantivemos a estátua em seu pedestal’

(JACKENDOFF, 1983, p. 190)

### 1.2.3 *O poder explanatório da Hipótese Locacional*

Além de lidar com os padrões gramaticais de polissemia entre os campos semânticos, Jackendoff procura também explicar o papel de certas classes de preposições na marcação de argumentos em eventualidades de diferentes campos semânticos. Seguindo a Hipótese

Locacional, Jackendoff argumenta que a semântica básica das preposições é a espacial, e que ela pode ser estendida metaforicamente para outros campos semânticos, o que explicaria, por exemplo, o uso da mesma preposição *de* nos seguintes exemplos:

- |                                                |                          |
|------------------------------------------------|--------------------------|
| (10) a. Paulo tirou o quadro <i>da</i> parede. | (Campo espacial)         |
| b. O médico salvou Maria <i>da</i> morte.      | (Campo identificacional) |
| c. Ana recebeu um presente <i>de</i> Pedro.    | (Campo da posse)         |
| d. Carlos proibiu João <i>de</i> tocar piano.  | (Campo circunstancial)   |

Jackendoff enfatiza que sua Hipótese Locacional deve ser entendida de maneira distinta da “metáfora espacial” na Semântica Cognitiva (ver LAKOFF, 1987). O autor afirma que a estrutura temática das eventualidades é a única forma possível de organização dos campos semânticos, ao contrário da metáfora, utilizada normalmente para obtenção de efeitos artísticos ou estilísticos. Conforme Jackendoff, a estrutura temática deve ser encarada como uma forma abstrata de organização da Estrutura Conceitual, a qual potencialmente pode ser adaptada para se aplicar a todos os campos semânticos (JACKENDOFF, 1983, p. 210). No entanto, o autor destaca que a hipótese das relações temáticas não pode ser tratada como um preceito rígido e inviolável de sua teoria semântica, mas sim como uma orientação metodológica durante o desenvolvimento da teoria:

“A importância desse *insight* [a Hipótese Locacional] para o presente trabalho não pode ser exagerada. Significa apenas que, ao explorarmos a organização de conceitos que, ao contrário daqueles do #espaço físico#, não possuem contrapartes perceptuais, não precisamos começar de novo. Em vez disso, podemos restringir as hipóteses possíveis sobre tais conceitos adaptando, na medida do possível, a álgebra de conceitos espaciais para nossos novos propósitos.”<sup>5</sup>

(JACKENDOFF, 1983, p.188)

---

<sup>5</sup> Tradução livre do autor. No original:

“The significance of this insight to the present undertaking cannot be overemphasized. It means that in exploring the organization of concepts that, unlike those of #physical space#, lack perceptual counterparts, we do not have to start *de novo*. Rather, we can constrain the possible hypotheses about such concepts by adapting, insofar as possible, the independently motivated algebra of spatial concepts to our new purposes.”

Em resumo, grande parte do poder explanatório da teoria da Semântica Conceitual de Jackendoff advém da possibilidade de aplicação da Hipótese Locacional para explicar padrões similares de comportamento gramatical em diversos campos semânticos. Dessa forma, a Hipótese Locacional atua como um princípio que delimita o conjunto de predicados primitivos possíveis na teoria. Como vimos acima, Jackendoff já admitia em S&C a possibilidade de que alguns campos semânticos não se submetessem à mesma estrutura temática dos eventos do campo espacial – ou, ao menos, não de modo óbvio. Entretanto, em *Semantic Structures* (Jackendoff, 1990), o autor abandona de maneira drástica uma abordagem estritamente locacional em áreas cruciais, como a incoação de eventualidades e a mudança de estado – áreas centrais para o argumento que o próprio Jackendoff havia desenvolvido em S&C. Como veremos nas seções seguintes, a introdução do predicado primitivo INCH, para tratar da incoação, bem como a introdução de uma camada adicional de análise na Estrutura Conceitual, foram movimentos teóricos que enfraqueceram o alcance da Hipótese Locacional e, conseqüentemente, o poder explanatório da Semântica Conceitual. A admissão não apenas de novos primitivos, mas especialmente dos primitivos de outros campos semânticos, acaba por enfraquecer um dos pontos cruciais da abordagem proposta em S&C: a de impor um limite drástico no conjunto de predicados primitivos admissíveis na teoria.

### **1.3 *Semantic Structures* (JACKENDOFF, 1990)**

Com base na teoria desenvolvida em S&C, Jackendoff apresenta em *Semantic Structures* (1990) (de agora em diante, SS) sua análise mais articulada e detalhada da representação léxico-conceitual dos predicados. Ao mesmo tempo, nesse trabalho, sua teoria começa a se afastar de uma abordagem estritamente locacional do núcleo dos eventos e estados simples, ao introduzir um novo predicado primitivo de natureza não espacial, o predicado INCH, para tratar da incoação. Nesta seção, discutirei algumas das principais modificações realizadas por Jackendoff (1990) em sua teoria da Semântica Conceitual, começando pelo *status* dos papéis temáticos na teoria.

Primeiramente, Jackendoff (1990) destaca que os papéis temáticos em sua teoria são parte da Estrutura Conceitual, e não da sintaxe; isto é, os papéis temáticos são formalmente definidos como posições argumentais específicas na Estrutura Conceitual, em vez de serem apenas rótulos para relações semânticas. Por exemplo, o Agente é definido estruturalmente como o primeiro argumento da função CAUSE, enquanto o segundo argumento de CAUSE é



o Efeito. O Tema é o primeiro argumento de qualquer função de movimento ou localização, como GO, BE, STAY, etc. Por sua vez, a Origem é o argumento da função de trajetória FROM e a Meta é o argumento de TO. Dessa forma, os papéis temáticos na Semântica Conceitual não são tratados como primitivos semânticos, mas sim noções relacionais determinadas de modo estrutural na Estrutura Conceitual. Essa definição dos papéis temáticos é crucial para a teoria de mapeamento dos argumentos semânticos para a sintaxe desenvolvida por Jackendoff (1990), conforme veremos na seção 1.4.3.2.

No que diz respeito às funções conceituais básicas, Jackendoff afirma que, apesar de as funções GO, STAY, BE, ORIENT, GO<sub>Ext</sub> e CAUSE darem conta da representação de grande parte das eventualidades do campo espacial e, como vimos na seção anterior, poderem ser estendidas com sucesso para tratar de vários tipos de eventualidades em outros campos semânticos, ainda assim são necessárias outras funções conceituais para determinados domínios específicos.

### 1.3.1 *O tratamento dos verbos dinâmicos monoargumentais*

O primeiro desses domínios – e um de particular interesse no presente trabalho – é o dos verbos de modo de movimento; ou seja, os verbos que descrevem eventos de movimento de um objeto, mas que não implicam necessariamente uma trajetória, conforme exemplificado em (11):

(11) a. Willy wiggled.

‘Willy se contorceu’

b. Debbie danced.

‘Debbie dançou’

c. The top spun.

‘A tampa girou’

d. The flag waved.

‘A bandeira tremulou’

(JACKENDOFF, 1990, p. 88)

Como não há uma trajetória inerente nesses eventos, a simples utilização da função GO, conforme a análise de S&C, não seria possível, o que leva o autor a propor a seguinte função monoargumental para eventos desse tipo:

(12) [Event MOVE ([Thing ])]

Os eventos denotados pelos verbos em (11) descrevem apenas o movimento do participante, não fazendo referência a nenhum tipo de trajetória ou localização, o que justifica o fato de a função em (12) ser monoargumental. Jackendoff ainda sugere que outras classes de verbos monoargumentais, mesmo não expressando claramente o modo de movimento de um objeto, podem também ser instâncias da função MOVE, como os verbos em (13):

(13) a. Lila laughed.

‘Lila riu’

b. Sparky sneezed.

‘Sparky espirrou’

(JACKENDOFF, 1990, p. 90)

Conforme argumentarei na seção 1.4, essa análise proposta por Jackendoff (1990) para os verbos dinâmicos monoargumentais é bastante preliminar e incompleta, deixando de explicar, por exemplo, padrões de comportamento gramatical que distinguem verbos da classe de *dançar* de verbos da classe de *girar*, como o fato de que verbos como *girar* podem aparecer em construções transitivas – mais especificamente, causativas (p. ex., *João girou a tampa do pote.*).

Na mesma linha da análise proposta para os verbos de modo de movimento, Jackendoff postula outro predicado primitivo monoargumental, o predicado CONF, para tratar de verbos do inglês que denotam simplesmente a configuração espacial interna do Tema, exemplificados em (14):

(14) Sally stood/sat for hours on end.

‘Sally ficou de pé/sentada por horas’

(15) [State CONF ([Thing ])]

(JACKENDOFF, 1990, p.91)

Assim, a função monoargumental CONF passa a ser utilizada por Jackendoff (1990) para representar os verbos em (14), os quais eram tratados por meio da função BE em S&C.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Devido ao fato de Jackendoff citar apenas os verbos *stand* e *sit* como representantes desta classe, assumo que seja uma classe bastante restrita, mesmo em inglês. Em português, como podemos observar na tradução dos exemplos em (13), esta construção só parece ser possível com a presença de verbos como *ficar* ou *estar*. Por este motivo, em um primeiro momento, não tratarei desta função no presente trabalho.

### 1.3.2 A incoação de eventualidades na Estrutura Conceitual

Outro domínio específico que, de acordo com Jackendoff (1990), não pode ser tratado por meio dos predicados propostos em S&C é o da incoação de eventualidades. Conforme o autor, a teoria proposta em S&C não fornece os mecanismos necessários para tratar da ambiguidade entre a leitura estativa e a incoativa em sentenças como as exemplificadas em (16).

(16) a. The weathervane pointed north.

‘O cata-vento apontou/apontava para o norte’

b. The enemy surrounded the city.

‘O inimigo cercou/cercava a cidade’

c. Bill stood on the table.

‘Bill subiu/permaneceu na mesa’

d. Snow covered the hills.

‘A neve cobriu/cobria as colinas’

(JACKENDOFF, 1990, p. 91)

As sentenças em (16) podem ter tanto uma interpretação estativa (p. ex., no caso de (16b), uma leitura em que o inimigo cercou a cidade por semanas) ou uma leitura incoativa – ou seja, eventiva – que denota a mudança de estado e cujo término – isto é, o *telos* – é a leitura estativa. Como vimos nos exemplos em (7), na seção 1.2, eventualidades incoativas eram tratadas em S&C por meio da função GO, enquanto as eventualidades estativas eram instâncias da função BE. Entretanto, Jackendoff afirma que essa análise não funciona para os casos em (16): um dos motivos, segundo o autor, é o fato de a função BE nem mesmo estar presente na representação da sentença (16a), que seria (17).

(17) [State ORIENT ([Thing WEATHERVANE], [Path TO NORTH])]

(JACKENDOFF, 1990, p.92)

Crucialmente, Jackendoff sustenta que a leitura incoativa de (16a) não pode ser obtida com a substituição do predicado ORIENT por GO, uma vez que o uso dessa função resultaria na interpretação de que o *cata-vento* estaria se movimentando para o *norte* – uma leitura de movimento espacial, e não de incoação. Afinal, ORIENT é um predicado do campo locacional e, portanto, sua substituição seria, presumivelmente, por GO do campo locacional

– isto é, o predicado que expressa deslocamento espacial. Obviamente, esse resultado seria incorreto. Para tratar de casos como esse, entre outros, o autor propõe uma nova função primitiva, a função INCH, que mapeia estados em eventos.

(18) [Event INCH ([State ])]

A utilização dessa função daria conta das leituras incoativas de sentenças como (16a) e (7a), respectivamente, conforme podemos observar em (19):

(19) a. [Event INCH ([State ORIENT ([Thing WEATHERVANE], [Path TO [NORTH]])])] ]]

b. [Event INCH ([State BE<sub>Ident</sub> ([Thing LIGHT], [Place AT<sub>Ident</sub> ([Property RED])])])] ]]

(JACKENDOFF, 1990, p.92)

Com a introdução dessa função na teoria, o próprio autor observa que é criada uma aparente redundância no sistema, uma vez que as funções GO-TO e INCH-BE parecem codificar o mesmo tipo de evento na Estrutura Conceitual. No entanto, Jackendoff argumenta que há evidências a favor da manutenção dessas duas possibilidades de representação: segundo o autor, a função INCH não pode ser simplesmente reduzida à função GO – conforme os argumentos utilizados para a criação dessa função, discutidos acima –, nem tampouco a função GO pode ser reduzida à função INCH.

Jackendoff elenca três argumentos contra esta última redução; isto é, contra a ideia de que “ir para um lugar” significa o mesmo que “vir a estar em um lugar”. O primeiro argumento diz respeito à grande diversidade de funções de trajetória que se combinam com a função GO, das quais a Meta (argumento de TO) é apenas um caso específico (p. ex., *O menino foi para casa/em direção à escola/para longe do pátio.*). Segundo Jackendoff, não seria possível representar adequadamente esses casos por meio das funções INCH-BE, uma vez que os eventos contendo essas trajetórias não podem ser descritos adequadamente como “vir a estar em um lugar”.

Já o segundo argumento está relacionado às eventualidades que expressam extensão ao longo de uma trajetória (representados pelo predicado GO<sub>Ext</sub>), ilustradas em (20):

(20) a. The road reaches Kansas City.

‘A estrada alcança Kansas City’

b. The track goes by the mountain.

‘A trilha vai pela montanha’

c. The fence goes along the river.

‘A cerca vai ao longo do rio’

(JACKENDOFF, 1990, p.94)

Conforme destaca Jackendoff, muitos verbos que geralmente denotam movimento ao longo de uma trajetória em inglês, como *reach* e *go*, são também utilizados sistematicamente para expressar extensão ao longo de uma trajetória, como exemplificado em (20). Uma vez que essas sentenças denotam estados, e não eventos, a própria ausência de qualquer mudança ao longo do tempo já excluiria a possibilidade de utilização da função eventiva INCH. Dessa forma, a representação desses eventos deve ser feita com o predicado  $GO_{Ext}$ , que é uma extensão metafórica de GO.

Finalmente, o terceiro argumento utilizado pelo autor contra a redução de GO para INCH-BE consiste na suposição de que dificilmente a noção de movimento não é um primitivo da Estrutura Conceitual, uma vez que percebemos o movimento de objetos mesmo não tendo informação alguma sobre sua Origem ou Meta. Eliminando-se o predicado GO da teoria, não haveria forma de representar essa noção básica da cognição espacial na semântica verbal das línguas.

Com base nesses argumentos, a conclusão de Jackendoff é a de que tanto GO como INCH são predicados primitivos independentes e necessários para a teoria, o que leva ao problema de como distinguir os casos em que cada predicado se aplica. O autor sugere preliminarmente que: (i) verbos que aparecem com diversos tipos de trajetórias – a exemplo do verbo *ir*, como vimos acima –, e (ii) verbos que apresentam o sentido de extensão (cf. (20)), são provavelmente representados por GO. Por outro lado, são instâncias de INCH os verbos que alternam entre uma leitura estativa e uma incoativa, como os verbos em (16). Entretanto, Jackendoff transfere para pesquisas futuras a tarefa de resolver os casos em que aparentemente não haveria nenhum impedimento teórico para a utilização de um ou outro predicado – p. ex., verbos de mudança de estado prototípicos, como *quebrar* e *abrir*.

Conforme detalharei na seção 1.5, na presente tese defenderei a hipótese de que o predicado INCH não é necessário para a teoria, contra Jackendoff (1990), e argumentarei que a incoação de eventualidades pode ser tratada, sim, por meio da função GO. Entretanto, antes de explicitar as hipóteses deste trabalho, vejamos em detalhe outras modificações propostas por Jackendoff (1990) em relação à teoria desenvolvida em S&C.

### 1.3.3 A introdução da camada acional

Outra diferença crucial entre a teoria originalmente proposta em S&C e aquela desenvolvida em SS diz respeito à introdução de uma camada (ou *tier*) adicional nas representações léxico-conceituais de todas as eventualidades na EC. Além da camada temática, onde são codificadas as noções locacionais e causativas, Jackendoff propõe o que chama de “camada acional”, a qual codifica as relações entre os papéis semânticos de Ator e Paciente nas eventualidades. Essa camada de representação foi criada com base no trabalho de Talmy (1988/2000a) sobre dinâmicas de força, e representa uma tentativa de Jackendoff de incluir em sua teoria uma representação dos conceitos de Agonista e Antagonista, propostos por Talmy, conforme veremos adiante. Exemplos como (21), com o verbo *hit* (“atingir/bater”) em inglês, motivaram Jackendoff a postular duas camadas de análise na EC:

(21) a. Sue hit Fred.

‘Sue atingiu/bateu em Fred’

b. The car hit the tree.

‘O carro atingiu/bateu (n)a árvore’

c. Pete hit the ball into the field.

‘Pete bateu a bola para dentro do campo’

(JACKENDOFF, 1990, p. 125)

Segundo o autor, a análise proposta em S&C não dá conta da distinção dos papéis semânticos das sentenças em (21). Por exemplo, em (21a), *Sue* é um Agente, mas não há nada na teoria que indique o papel semântico de *Fred*. Uma primeira análise indica que *Fred* é o argumento afetado, mas de acordo com Jackendoff a afetação não é capturada por nenhum predicado proposto em S&C. A definição mais próxima seria a de Tema, mas o autor define esse papel simplesmente como “a entidade em movimento ou localizada em algum lugar”, o que não é o caso em (21a). Por analogia com (21b), em que *the car* é Tema e *the tree* é Meta, pode-se considerar *Fred* como Meta; porém, a generalização não serviria para (21c), uma vez que *the ball* está em movimento e precisaria ser Tema. De modo a explicar a relação semântica entre os objetos diretos nos três usos do verbo *hit*, Jackendoff conclui que são fundamentais as noções de “entidade afetada” (ou seja, de Paciente) e de Ator, que não estão presentes na teoria proposta em S&C. O autor sugere o seguinte teste para a identificação de entidades afetadas em eventos dinâmicos:

(22)  $\left\{ \begin{array}{l} \text{What happened} \\ \text{What Y did} \end{array} \right\}$  to NP was...

‘O que aconteceu/O que Y fez com SN foi...’

(JACKENDOFF, 1990, p.125)

De acordo com esse teste, *Fred*, *the tree* e *the ball* (cf. (21a, b, c)) são entidades afetadas e, portanto, podem ser definidos como Pacientes (p. ex., *O que aconteceu com Fred foi que Sue bateu nele.*). Contudo, Jackendoff destaca que o papel de Paciente é independente dos papéis temáticos definidos estruturalmente na EC, pois não há uma correspondência direta entre, por exemplo, Temas e Pacientes, ou Metas e Pacientes (cf. (24) abaixo). No mesmo sentido, o papel de Ator – identificado pelo teste em (23) – pode estar relacionado, entre outros, aos papéis de Tema ou Origem, como podemos observar em (24):

(23) What NP did was...

‘O que SN fez foi...’

(JACKENDOFF, 1990, p.126-127)

(24) a. Ana bateu em Fred.

Tema	Meta	(camada temática)
Ator	Paciente	(camada acional)

b. Pedro jogou a bola.

Origem	Tema	(camada temática)
Ator	Paciente	(camada acional)

c. Paulo entrou na sala.

Tema	Meta	(camada temática)
Ator		(camada acional)

d. Maria recebeu uma carta.

Meta	Tema	(camada temática)
		(camada acional)

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p.126)

Com base nessas observações, Jackendoff argumenta que é necessária uma representação funcional na EC para codificar os papéis de Ator e Paciente. Para tanto, o autor introduz a camada acional nas representações léxico-conceituais das eventualidades, que consiste na função biargumental AFF (do inglês, *affect* (“afetar”)):

$$(25) [\text{EVENT}] \rightarrow \left[ \begin{array}{c} \dots \\ \text{AFF} (\langle [\text{THING}] \rangle, \langle [\text{THING}] \rangle) \end{array} \right]$$

(JACKENDOFF, 1990, p. 127)

Jackendoff define que o primeiro argumento de AFF é o Ator, enquanto o segundo argumento é o Paciente. É importante destacar que ambos os argumentos dessa função são opcionais, característica que a distingue de todos os outros predicados primitivos na teoria. Considerando-se essa nova camada de representação, a estrutura léxico-conceitual da sentença em (21b), *The car hit the tree*, passaria a ser a seguinte:<sup>7</sup>

$$(26) \left[ \begin{array}{c} \text{INCH } [\text{BE}_c ([\text{CAR}], [\text{AT}_c [\text{TREE}]])] \\ \text{Event AFF } ([\text{CAR}], [\text{TREE}]) \end{array} \right]$$

(JACKENDOFF, 1990, p. 127)

A estrutura léxico-conceitual em (26) codifica formalmente o fato de que o argumento *the car* é tanto o Tema (primeiro argumento de BE<sub>c</sub> na camada temática), como o Ator (primeiro argumento de AFF na camada acional), ao mesmo tempo em que *the tree* é a Meta (argumento de AT<sub>c</sub>, que por sua vez consiste no segundo argumento de BE<sub>c</sub>) e o Paciente do evento (segundo argumento de AFF). Uma vez que os argumentos de AFF são opcionais e, crucialmente, ordenados, já que há diferença entre o primeiro e o segundo argumento, Jackendoff estabelece a seguinte convenção para a notação da camada acional no caso de apenas um argumento estar presente:

- (27) a. [AFF ([X])] (X = Ator ou Paciente?)  
 b. [AFF ([X]), ] (X = Ator apenas)  
 c. [AFF ( , [Y])] (Y = Paciente apenas)  
 d. [AFF ([ ], [Y])] (Ator implícito)  
 e. [AFF ([X], [ ])] (Paciente implícito)

(JACKENDOFF, 1990, p. 128)

Caso a notação em (27a) fosse utilizada, haveria ambiguidade em relação ao papel semântico do argumento, segundo Jackendoff. Com isso, o autor propõe as notações em (27b-e), que fazem distinção entre as posições argumentais mesmo no caso de haver apenas um participante na eventualidade.

<sup>7</sup> O diacrítico em BE<sub>c</sub> e AT<sub>c</sub> refere-se ao traço [+contact], uma elaboração das funções locacionais proposta por Jackendoff para representar verbos que especificam explicitamente a noção de contato, como *touch* ou *hit*, por exemplo.



No que diz respeito à representação da noção de volição em sua teoria, Jackendoff propõe que seja utilizado o traço  $[\pm\text{vol}]$  no predicado AFF. Com essa elaboração de AFF, Jackendoff busca capturar a noção de “ator volicional”, a qual não era codificada em S&C. Segundo o autor, essa noção não deve ser representada da mesma maneira que a de “causador extrínseco da ação”, isto é, como o primeiro argumento de CAUSE na camada temática. A principal motivação para isso é o fato de atores volicionais poderem estar presentes mesmo em eventos não causativos, conforme (28):

(28) Bill rolled down the hill.  
 ‘Bill rolou colina abaixo’

$\left[ \begin{array}{l} \text{GO} ([\text{BILL}], [\text{DOWN} [\text{HILL}]]) \\ \left\{ \begin{array}{l} \text{a. AFF}_{+\text{vol}} ([\text{BILL}], \quad ) \\ \text{b. AFF}_{-\text{vol}} ([\text{BILL}], \quad ) \\ \text{c. AFF} (\quad , [\text{BILL}]) \end{array} \right\} \end{array} \right]$	<p>(realizador intencional da ação)          (realizador não intencional da ação)          (paciente da ação)</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p. 129)

Como podemos observar em (28), o papel de ator volicional é codificado formalmente como o primeiro argumento de  $\text{AFF}_{+\text{vol}}$  na camada acional, independentemente da presença ou não do predicado CAUSE na camada temática. Dessa maneira, Jackendoff decompõe a noção de Agente em três configurações distintas: (i) causador extrínseco da ação – primeiro argumento de CAUSE –, (ii) ator volicional – primeiro argumento de  $\text{AFF}_{+\text{vol}}$  –, e (iii) realizador não intencional da ação – primeiro argumento de  $\text{AFF}_{-\text{vol}}$ .

Conforme discutirei mais detalhadamente na seção 1.4, a camada acional tem um papel fundamental na teoria de *linking* proposta por Jackendoff (1990).<sup>8</sup> Em linhas gerais, o primeiro argumento de AFF, isto é, o Ator, é invariavelmente ligado à posição de sujeito em inglês, ao passo que o segundo argumento de AFF, o Paciente, é ligado à posição de objeto direto em sentenças transitivas. Contudo, antes de discutir a teoria de *linking* proposta por Jackendoff (1990), vejamos o tratamento proposto pelo autor para a causação na EC.

#### 1.3.4 O tratamento da causação

Jackendoff (1990) fundamenta sua análise dos eventos causativos no trabalho de Talmy (1988/2000a), que considera a causação um dos fatores de um sistema conceitual mais amplo de dinâmica de força. Talmy propõe que o sistema de dinâmica de força nas línguas

---

<sup>8</sup> Conforme veremos no capítulo 5, as chamadas teorias de *linking* (ou de mapeamento) são teorias que dizem respeito aos princípios gerais que governam a interface entre sintaxe e semântica lexical – mais especificamente, ao mapeamento dos argumentos semânticos em funções sintáticas.

naturais envolve fundamentalmente a oposição entre duas entidades: o Agonista, que possui uma tendência inerente à ação ou ao descanso, e o Antagonista, que se opõe ao agonista, impedindo-o, caso seja mais forte, de manifestar sua tendência. De acordo com Jackendoff, esses conceitos podem ser formalizados em sua teoria por meio da camada acional; especificamente, o Agonista seria o Paciente, e o Antagonista, o Ator. O exemplo em (29) é apresentado por Jackendoff como um caso padrão de causação, no qual o Antagonista exerce com sucesso sua força sobre o Agonista, que acaba mudando sua tendência inicial:

(29) Harry forced Sam to go away.

‘Harry forçou Sam a sair’

$$\left[ \begin{array}{l} \text{CAUSE} ([\text{HARRY}], [\text{GO} ([\text{SAM}], [\text{AWAY}])]) \\ \text{AFF} ([\text{SAM}], \quad) \\ \text{AFF} ([\text{HARRY}], [\text{SAM}]) \end{array} \right]$$

(JACKENDOFF, 1990, p. 131)

Jackendoff afirma que a tendência inicial do Agonista é codificada na estrutura léxico-conceitual em (29) por meio do que chama de Efeito – isto é, o segundo argumento de CAUSE, *Sam to go away*. Por sua vez, a regra de inferência de CAUSE garante a interpretação de que o Efeito ocorreu, dando conta, portanto, do resultado da dinâmica de força entre o Agonista e o Antagonista, como na teoria proposta por Talmy (1988/2000a).<sup>9</sup> No entanto, há eventos com a mesma dinâmica de força envolvida em (29), mas com um resultado apenas potencial, como é o caso do verbo *pressionar* (p. ex., *João pressionou Paulo a sair*), em que não há a inferência de que Paulo realmente saiu. Para tratar desses casos, Jackendoff propõe uma elaboração da função CAUSE por meio de um diacrítico, ao qual chama de “parâmetro de sucesso”. Especificamente, com a introdução desse diacrítico, a função CS<sup>+</sup> passa a substituir CAUSE como a função causativa com resultado positivo – isto é, em que o Efeito ocorre –, enquanto a função CS<sup>-</sup> codifica a causação sem sucesso (p. ex., verbos como *falhar* ou *fracassar*), e, por fim, a função CS<sup>u</sup> codifica a causação com resultado indeterminado. O exemplo em (30) ilustra a representação léxico-conceitual de um evento causativo com resultado indeterminado:

<sup>9</sup> A regra de inferência para CAUSE proposta por Jackendoff é a seguinte: *X cause Event to occur → Event occurs* (JACKENDOFF, 1990, p.39).

(30) Harry pressured Sam to go away.

‘Harry pressionou Sam a sair’

$$\left[ \begin{array}{l} \text{CS}^u ([\text{HARRY}], [\text{GO} ([\text{SAM}], [\text{AWAY}])]) \\ \text{AFF} ([\text{SAM}], ) \\ \text{AFF} ([\text{HARRY}], [\text{SAM}]) \end{array} \right]$$

(JACKENDOFF, 1990, p. 132)

Por meio dessa combinação entre as funções CS, na camada temática, e AFF na camada acional, Jackendoff busca incorporar a teoria de dinâmica de forças de Talmy na Semântica Conceitual. Na seção 1.4, discutirei mais detalhadamente se, de fato, há vantagens em codificar formalmente na EC a teoria de dinâmica de forças.

### 1.3.5 *Os verbos de reação*

Os verbos de reação representam um problema para a camada acional tal como proposta por Jackendoff até esse ponto, pois o sujeito desses verbos é o Agonista, isto é, o Paciente, e não o Antagonista, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(31) a. Sam gave in to Harry(‘s pressure on him).

‘Sam cedeu a Harry/à pressão de Harry sobre ele’

b. Sam withstood Harry(‘s pressure on him).

‘Sam aguentou Harry/a pressão de Harry sobre ele’

c. Sam resisted Harry(‘s pressure on him).

‘Sam resistiu a Harry/à pressão de Harry sobre ele’

(JACKENDOFF, 1990, p. 137)

Note que a configuração de dinâmica de força entre os participantes dos eventos em (31) é similar à do evento em (30); ou seja, Harry é o Antagonista e Sam o Agonista. Contudo, em (31), Sam é o sujeito das sentenças, o que causa um problema para a correlação proposta por Jackendoff entre o Antagonista, primeiro argumento de AFF, e a posição de sujeito na sintaxe. Devido a isso, Jackendoff propõe um novo predicado primitivo na camada acional, o predicado REACT, que representa uma relação de dinâmica de força inversa à da função AFF: no caso de REACT, o primeiro argumento é o Agonista, e o segundo, o

Antagonista. O exemplo em (32), com o verbo *resist*, ilustra essa nova função na camada acional:<sup>10</sup>

(32) Sam resisted Harry.

‘Sam resistiu a Harry’

$$\left[ \begin{array}{l} \text{CS}^u ([\text{HARRY}], [\text{Event} \quad ]) \\ \text{REACT}^- ([\text{SAM}], [\text{HARRY}]) \end{array} \right]$$

(JACKENDOFF, 1990, p. 132)

Em (32), a camada temática codifica o evento causativo, com resultado indeterminado, em que Harry, o Antagonista, exerce força para que se realize um determinado subevento implícito. Já a camada acional, por meio do predicado REACT<sup>-</sup>, codifica o fato de que Sam, o Agonista, resiste a Harry.

Como argumento em favor da criação da função REACT, e contra a simples inversão do mapeamento dos argumentos da função AFF na interface com a sintaxe, Jackendoff sustenta que o Agonista nos eventos em (31) possui um papel mais ativo que o de Paciente, assemelhando-se mais a um Ator, como mostra o teste abaixo:

(33) What Sam did was resist/withstand/give in to Harry.

‘O que Sam fez foi resistir/aguentar/ceder a Harry’

(JACKENDOFF, 1990, p. 138)

Com isso, Jackendoff sugere que AFF e REACT são realizações alternativas de uma função primitiva mais abstrata; contudo, não explora esse ponto em detalhes. Em resumo, com a introdução de novos predicados primitivos, como INCH, para tratar da incoação, bem como de uma nova camada de análise na EC, a camada acional, Jackendoff (1990) se afasta de uma análise estritamente locacional dos eventos simples, tal qual desenvolvida em S&C. Nas seções seguintes, discutirei os principais problemas desse afastamento, e apresentarei as hipóteses de pesquisa que servirão de base para as propostas desenvolvidas nesta tese.

#### 1.4 Alguns problemas

Nesta seção, discutirei alguns pontos cruciais da proposta de Jackendoff (1990) que acredito serem problemáticos, especialmente por limitarem de modo significativo o escopo da

---

<sup>10</sup> O diacrítico na função REACT em (32) diz respeito ao tipo de afetação sofrida pelo Agonista: o símbolo “-” indica afetação negativa, “+” significa afetação positiva (isto é, no caso de um Beneficiário) e “0” significa não oposição. Os mesmos diacríticos se aplicam à função AFF.

Hipótese Locacional, que consistia na base da teoria desenvolvida em S&C, com perda em sua capacidade explicativa. Inicialmente, na seção 1.4.1, examinarei o tratamento de Jackendoff para os verbos dinâmicos monoargumentais, e mostrarei que a proposta do autor não dá conta dos padrões de realização argumental desses verbos. Feito isso, na seção 1.4.2, discutirei as desvantagens da introdução do predicado INCH na teoria, decorrentes do afastamento de uma abordagem locacional para tratamento da incoação e da mudança de estado na EC. Por fim, na seção 1.4.3, apresentarei brevemente a teoria de dinâmica de força de Talmy (1988/2000a) e indicarei as principais diferenças entre essa teoria e a formalização proposta por Jackendoff (1990), com o intuito de mostrar que a criação da camada acional em SS não representa a melhor alternativa de análise.

#### 1.4.1 *Os verbos monoargumentais*

Apesar de a Hipótese Locacional prever que os conceitos de movimento e localização no espaço são centrais na organização de todas as eventualidades na EC, esse princípio organizador não pode ser assumido como inviolável na teoria, conforme vimos no final da seção 1.2. Algumas classes significativas de verbos dinâmicos monoargumentais denotam eventos que não envolvem necessariamente a noção de deslocamento ao longo de uma trajetória, tampouco a de localização em algum ponto no espaço, como é o caso, por exemplo, dos verbos de modo de movimento discutidos na seção 1.3.1. Ciente desse fato, mencionei que Jackendoff (1990) introduziu na teoria, em uma análise preliminar, alguns predicados primitivos monoargumentais; em especial, MOVE, para tratar da representação tanto de verbos de modo de movimento “não volicionais” (p. ex., *girar* e *tremular*) como “volicionais” (p. ex., *dançar*). No entanto, o caráter incipiente dessa análise se revela quando observamos que alguns fatos cruciais em relação ao comportamento gramatical desses verbos ficam sem explicação: especificamente, MOVE reúne em uma única classe grupos de verbos que se comportam de modo distinto, por exemplo, no que diz respeito à causativização:

- (34) a. As bandeiras tremularam.  
b. O vento tremulou as bandeiras.
- (35) a. A bola rolou.  
b. A criança rolou a bola.
- (36) a. Maria dançou.  
b. \*Paulo dançou Maria.

- (37) a. O menino correu.  
b. \*A mãe correu o menino.

Como podemos observar nos exemplos acima, os verbos de modo de movimento “não volicionais”, como *tremular* e *rolar*, possibilitam a formação da variante transitiva (cf. (34b) e (35b)), com a introdução de uma causa externa ao evento. O mesmo não ocorre com os verbos de modo de movimento “volicionais”, como *dançar* e *correr*, (cf. (36b) e (37b)). Grande parte dos trabalhos recentes em semântica lexical assumem que a realização sintática dos argumentos de um verbo é, em larga medida, determinada por seu significado (cf. PINKER, 1989; JACKENDOFF, 1983, 1990; WESCHLER, 1995; DAVIS, 2001; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; entre outros). Desse modo, ao postular para os verbos em (34)-(37) a mesma representação léxico-conceitual, por meio do predicado MOVE, Jackendoff não tem como explicar as propriedades distintas de realização dos argumentos desses verbos.

Na seção 1.5, ao apresentar as hipóteses de pesquisa da presente tese, argumentarei que são necessários ao menos dois predicados primitivos distintos para a representação dos verbos dinâmicos monoargumentais, ACT e MOVE. Especificamente, minha proposta é a de que o predicado MOVE representa simplesmente dinamicidade, ao passo que ACT codifica ações dinâmicas causadas internamente e controladas pelo participante. Em especial, as noções de controle, causação interna e volição terão um papel fundamental na proposta que pretendo desenvolver no capítulo 2 desta tese.

#### 1.4.2 O núcleo básico da semântica verbal

Conforme vimos na seção 1.2, de acordo com a abordagem locacional, o núcleo básico dos eventos e estados simples, ao qual chamarei de “núcleo locacional”, é formado pelas funções estativas e eventivas GO, STAY, BE, ORIENT e EXT, em conjunto com as funções de trajetória e de lugar. Fora desse núcleo locacional, além das funções de eventos dinâmicos monoargumentais, responsáveis pela representação de atividades, temos as funções causativas, que seriam responsáveis pela construção de eventos complexos. Uma das principais vantagens dessa proposta reside no tratamento unificado da mudança de estado e da mudança de localização, conceitos centrais na semântica verbal das línguas naturais. A análise da mudança de estado por meio do predicado GO, em interação com as funções de trajetória disponíveis na teoria (p. ex., TO, TOWARD, FROM, VIA, etc.), possibilita a representação

formal de diversas sutilezas de significado referentes ao deslocamento do tema ao longo de uma trajetória. Um exemplo interessante é o tratamento da ambiguidade em sentenças com verbos de mudança de estado por meio da função de trajetória TOWARD, conforme ilustrado em (38):

- (38) a. A sopa esfriou (completamente).  
b. A sopa esfriou (um pouco).  
c. [GO<sub>Ident</sub> ([SOPA], [Path TOWARD<sub>Ident</sub> [Property FRIA]])]

O fato de que o Tema alcançou o ponto final da trajetória de mudança no caso de verbos como *esfriar* não é uma inferência lógica, uma vez que pode ser facilmente cancelada (p. ex., *A sopa esfriou um pouco, mas ainda está quente.*). Desse modo, a diferença de significado entre a sentença incoativa, em (38a), em que o ponto final é alcançado, e a sentença em (38b), na qual, metaforicamente, a entidade apenas se movimentou em direção à propriedade, pode ser naturalmente representada por meio da utilização da função TOWARD, que representa somente uma movimentação em direção à propriedade. Na mesma linha, Jackendoff propõe, em S&C, um tratamento para sentenças com adjetivos comparativos em inglês, com base na distinção entre TO e TOWARD:

- (39) a. The balloon became small.  
‘O balão ficou pequeno’  
[GO<sub>Ident</sub> ([BALLOON], [Path TO<sub>Ident</sub> [Property SMALL]])]  
b. The balloon became smaller.  
‘O balão ficou menor’  
[GO<sub>Ident</sub> ([BALLOON], [Path TOWARD<sub>Ident</sub> [Property SMALL]])]

(JACKENDOFF, 1983, p. 196)

Com a introdução do primitivo INCH, em Jackendoff (1990), para tratar da incoação na teoria, esse tipo de análise para a mudança de estado é completamente abandonada, uma vez que eventos dessa natureza (isto é, incoativos) passam a ser representados pelos predicados INCH e BE, conforme vimos na seção 1.3.2. Como BE é uma função estativa, não se combina com funções de trajetória, tornando impossível a representação das distinções de significado discutidas acima.

Contudo, essa não é a consequência mais grave da introdução do predicado INCH na teoria. A utilização desse predicado para a representação da incoação não é compatível com a

ideia fundamental da abordagem locacional: INCH, que passa a fazer parte do núcleo das eventualidades (ou seja, faz parte de eventualidades simples, que não envolvem necessariamente causação), não é uma função típica de eventos e estados de movimento e localização espaciais, sendo antes uma função que forma eventos a partir de estados. Portanto, com a introdução desse predicado por Jackendoff (1990), mudança de estado e mudança de localização passam a ser constituídas por estruturas distintas na Semântica Conceitual, o que não é esperado de acordo com a Hipótese Locacional.

Na seção 1.5 esboçarei minha proposta para o tratamento da incoação e da mudança de estado na Semântica Conceitual, que consiste em um retorno a uma análise estritamente locacional, na linha da proposta de S&C.

#### 1.4.3 *Causação: a separação das camadas temática e acional*

Na seção 1.3.3, vimos que Jackendoff (1990) postula uma nova camada de análise na EC, a camada acional, para tratar da relação entre Ator e Paciente, com base nas noções de Agonista e Antagonista de Talmy (1988/2000a). Nesta seção, argumentarei que esse não foi um movimento teórico acertado, e que a adaptação da teoria de dinâmica de força de Talmy para o sistema combinatório de funções semânticas da EC acarretou mais em prejuízos do que em ganhos ao poder explicativo da teoria, uma vez que enfraqueceu bastante o papel das noções locais no mapeamento dos argumentos semânticos para a sintaxe. Contudo, antes de desenvolver mais detalhadamente essa crítica à teoria de Jackendoff (1990), vejamos brevemente como Talmy define as principais noções de sua teoria de dinâmica de forças.

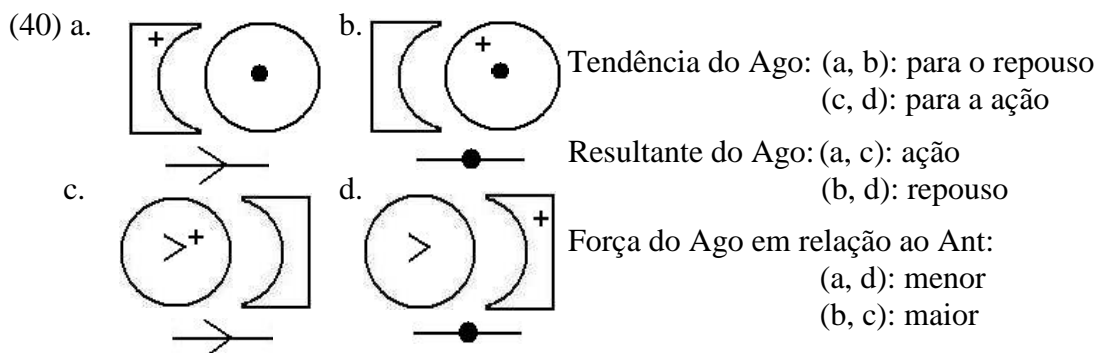
##### 1.4.3.1 A teoria de dinâmica de força de Talmy

De acordo com Talmy (1988/2000a), o sistema conceitual da dinâmica de forças é uma generalização sobre a noção linguística de “causação”, a qual pode ser decomposta em diversos traços, o que possibilita uma análise mais detalhada de noções como “deixar”, “superar”, “ajudar”, “resistir”, entre outras relacionadas à causação. O padrão básico de dinâmica de força, chamado por Talmy de “estado estável”, envolve a oposição de duas forças, e está por trás de todos os padrões mais complexos de sua teoria. Fundamentalmente, as línguas distinguem duas entidades em interação de força, especificando papéis semânticos diferentes para cada uma: o Agonista, que possui uma tendência a realizar ou não realizar alguma ação – e, segundo Talmy, tem a atenção focal, uma vez que a principal questão na interação é se essa entidade consegue manifestar sua tendência de força ou se é superada –; e



o Antagonista, que se opõe à tendência de força do Agonista, sendo considerado pelo efeito que tem sobre este, superando ou não a sua tendência de força.

Os quatro padrões básicos de dinâmica de força podem ser caracterizados como em (40a-d) e exemplificados como em (41a-d), respectivamente:<sup>11</sup>



(41) a. The ball kept rolling because of the wind blowing on it.

‘A bola permaneceu rolando por causa do vento batendo nela’

b. The shed kept standing despite the gale wind blowing against it.

‘O galpão continuou de pé apesar do forte vento soprando contra ele’

c. The ball kept rolling despite the stiff grass.

‘A bola continuou rolando apesar da grama alta’

d. The log kept lying on the incline because of the ridge there.

‘O tronco permaneceu recostado no declive por causa do barranco’

(Adaptado de TALMY, 2000a, p. 415-416)

A representação em (40a) envolve um Antagonista mais forte que se opõe a um Agonista com tendência para o repouso, o qual é superado e forçado a se mover (cf. 41a). Em (40b), o Agonista também tende ao repouso, mas dessa vez é mais forte que o Antagonista e, assim, sua tendência intrínseca se sobrepõe, e ele continua em repouso (cf. 41b). Já em (40c), a tendência do Agonista é para o movimento e, apesar da força externa em oposição, ele é mais forte, e a resultante é o Agonista em movimento (cf. 41c). Por fim, em (40d), o Antagonista é mais forte que o Agonista e se opõe, bloqueando a tendência deste para o movimento, sendo que a resultante é o agonista em repouso (cf. 41d).

<sup>11</sup> O círculo representa o Agonista, enquanto a figura côncava representa o Antagonista. O sinal positivo (+) representa a entidade mais forte. Por sua vez, o ponto (●) representa a tendência intrínseca do Agonista para o repouso, e o sinal de maior (>), a tendência do Agonista para o movimento. Por fim, a linha abaixo dos diagramas representa a resultante da interação: a linha com ponto significa que a resultante foi o repouso, enquanto a linha com o sinal de maior significa que a resultante foi o movimento.

A partir desses padrões básicos, podem ser criados padrões mais complexos de dinâmica de força, através da inclusão de novos fatores, como mudança ao longo do tempo, mudança no balanço de forças entre o Antagonista e o Agonista, e afastamento do antagonista, os quais não discutirei por não serem relevantes para a presente discussão.

Essencialmente, a teoria de Jackendoff (1990) difere da teoria de dinâmica de força de Talmy (1988/2000a) por ser um sistema combinatório de funções conceituais; ou seja, as representações semânticas são construídas a partir de primitivos básicos que se combinam de forma algébrica. Por outro lado, a dinâmica de força de Talmy leva em consideração uma cena básica, a partir da qual os elementos são definidos de maneira relacional, sendo que todos os elementos estão sempre presentes, mesmo que no fundo da cena, sem exercer influência.

Assim, enquanto a teoria de Jackendoff postula, por exemplo, uma função AFFECT primitiva e, a partir dela, define as noções de Ator e Paciente, na cena básica de Talmy acontece o contrário: o que há são duas entidades cujos papéis são primitivos – de Agonista e Antagonista – e a relação de “afetação” é derivada desses papéis. Pode-se ver isso pelo fato de que, nos esquemas em (40), todos os elementos da representação dizem respeito aos participantes; a relação de “afetação” não é representada independentemente, mas indiretamente na “disposição” dos dois papéis essenciais.

O caráter combinatório da teoria de Jackendoff (1990) tem reflexo direto na realização sintática dos argumentos, uma vez que os argumentos de AFFECT, na camada acional, têm precedência em relação aos papéis da camada temática no mapeamento para a sintaxe. Vejamos brevemente os principais aspectos da teoria de *linking* proposta por Jackendoff (1990).

#### 1.4.3.2 A teoria de *linking* de Jackendoff

O primeiro conceito fundamental para a teoria de *linking* de Jackendoff é a noção de *A-marking*. Segundo o autor, os verbos estipulam em sua entrada lexical seus argumentos conceituais, que são marcados nas estruturas léxico-conceituais por meio de um diacrítico, conforme (42), que ilustra a entrada lexical do verbo *pass* (“passar”):

$$(42) \left[ \begin{array}{l} \text{pass} \\ \text{V} \\ [\text{GO} ([\text{Thing } ]_A, [\text{Path VIA } [\text{Place } [\text{Thing } ]_A]])] \end{array} \right]$$

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p. 252)

Como podemos observar em (42), tanto o primeiro argumento de GO como o argumento da função VIA são A-marcados como argumentos conceituais do verbo e, portanto, identificados com o diacrítico “A”. Com base nos elementos marcados como argumentos do predicado, Jackendoff propõe uma hierarquia temática, a qual é definida pelo seguinte princípio:

(43) *Princípio básico da hierarquia temática*

Ordene os argumentos A-marcados na camada acional da esquerda para a direita, seguidos pelos argumentos A-marcados na estrutura conceitual principal da camada temática, do menos encaixado até o mais encaixado.<sup>12</sup>

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p. 258)

De acordo com esse princípio organizacional, temos a seguinte hierarquia de papéis semânticos, a partir da qual é realizado o mapeamento para a sintaxe:

(44) *Hierarquia temática*

- |                              |                                                                    |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| a. [AFF(X*, <Y>)]            | (Ator)                                                             |
| b. [AFF(<X>, Y*)]            | (Paciente (AFF <sup>-</sup> ) ou Beneficiário (AFF <sup>+</sup> )) |
| c. [Event/State F (X*, <Y>)] | (Tema)                                                             |
| d. [Path/Place F (X*, <Y>)]  | (Locação, Origem, Meta)                                            |

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p. 258)

Como observamos em (43) e (44), os argumentos de AFF na camada acional têm precedência em relação aos elementos da camada temática. Uma vez que os papéis semânticos da maioria dos verbos, de acordo com a teoria de Jackendoff (1990), são definidos na camada acional, esta é responsável pela realização dos argumentos diretos na sintaxe na grande maioria dos casos.

Essa precedência da camada acional traz alguns problemas para a Semântica Conceitual. O principal deles é o fato de a função AFF, que não é um predicado de natureza locacional, determinar em grande medida o *linking* com a sintaxe. Ainda que as noções de Ator e Paciente sejam cruciais para o mapeamento entre semântica lexical e sintaxe, a

<sup>12</sup> Tradução livre do autor. No original:

“*Thematic hierarchy*

Order the A-marked arguments in the action tier from left to right, followed by the A-marked arguments in the main conceptual clause of the thematic tier, from least embedded to most deeply embedded.”

opcionalidade dos argumentos de AFF, somada à estipulação de ordem linear na EC – uma vez que há diferença entre o primeiro e o segundo argumento de AFF, mesmo no caso de apenas um argumento presente –, tornam a teoria de *linking* de Jackendoff arbitrária, na ausência de uma explicação para esses aspectos de sua organização.

Além disso, a necessidade de criação de funções como REACT, a qual funciona como a contraparte da função AFF, para tratar de casos como os discutidos na seção 1.3.5 – p. ex., verbos do inglês como *resist* (“resistir”) e *withstand* (“suportar”), enfraquecem ainda mais o poder explicativo da teoria. Como a teoria de *linking* de Jackendoff (1990) determina que o primeiro argumento de AFF seja o sujeito, sem uma função como REACT, o mapeamento precisaria ser alterado, já que não daria conta da dinâmica de força na qual o Agonista é mais forte e resiste ao Antagonista, sendo que o Agonista é o sujeito.

Na seção seguinte, proporei uma alternativa a essa análise de Jackendoff (1990); em minha proposta, há uma unificação das camadas temática e acional na representação léxico-semântica dos predicados. No capítulo 5, explorarei em detalhes algumas das exigências e das consequências de minha proposta.

## 1.5 Hipóteses de pesquisa e estrutura da tese

Com o objetivo de lidar com os problemas discutidos na seção anterior, esta tese defenderá três hipóteses gerais. A primeira delas está relacionada ao tratamento dos verbos dinâmicos monoargumentais na EC, e pode ser formulada da seguinte maneira:

- (45) **Hipótese 1:** Além do predicado MOVE, um outro predicado primitivo é necessário para representar os eventos dinâmicos monoargumentais e codificar o papel de Ator na Estrutura Conceitual: o predicado ACT.

De acordo com a proposta que pretendo desenvolver, o predicado primitivo MOVE passa a representar simplesmente a noção básica de dinamismo na Estrutura Conceitual, ao passo que os eventos conceitualizados como ações controladas pelos participantes passam a ser representados pela função ACT, que consiste em um subtipo mais específico de MOVE. Dessa maneira, o papel semântico de Ator é codificado como o argumento de ACT, em contraste com a proposta de Jackendoff (1990), em que esse papel era codificado como o argumento de AFF na camada acional. Uma consequência importante dessa proposta é que a distinção entre MOVE e ACT pode também dar conta do contraste entre os papéis de Causa e

Ator em eventos causativos complexos: enquanto o Ator é o argumento de ACT, a Causa passa a ser o argumento de MOVE, em um único nível de representação na EC. Este representa um passo inicial no objetivo desta tese de excluir a camada acional da estrutura léxico-conceitual dos predicados.

Os capítulos 2 e 3 desta tese desenvolverão em detalhes a hipótese em (45). No capítulo 2, tratarei especificamente da representação léxico-conceitual dos verbos dinâmicos monoargumentais, e avaliarei o papel das noções semânticas de controle, causação interna e volição na determinação do comportamento gramatical desses verbos. Já no capítulo 3 discutirei o status dos verbos dinâmicos monoargumentais como verbos de maneira e examinarei a forma como diferentes trajetórias podem ser incorporadas aos eventos denotados por esses verbos.

A segunda hipótese de pesquisa diz respeito ao tratamento da incoação e da mudança de estado na EC. Conforme vimos na seção 1.4.2, Jackendoff (1990) se afastou de uma abordagem estritamente locacional para a representação da incoação e da mudança de estado em sua teoria, a partir da introdução do predicado INCH. A hipótese que desenvolverei nesta tese promove um retorno a uma análise locacional para o núcleo básico das eventualidades, por meio da exclusão do predicado INCH da teoria:

(46) **Hipótese 2:** o núcleo básico das eventualidades na Estrutura Conceitual é composto exclusivamente por predicados primitivos locacionais.

Ao assumir essa hipótese, argumentarei a favor de uma proposta baseada no predicado GO para a incoação, aproximando novamente a análise desse conceito das noções de movimento e localização espacial. Crucialmente, de modo a sustentar essa hipótese, assumirei que estados e eventos podem constituir o ponto final de trajetórias metafóricas, e que a incoação nada mais é do que um movimento pontual em direção a esse ponto final. O que difere a incoação da mudança de estado prototípica, ou seja, escalar, é o fato de a trajetória ser composta apenas por dois pontos: o ponto inicial, em que o *telos* ainda não foi alcançado, e o ponto final, em que o *telos* é alcançado. Essa hipótese será desenvolvida em detalhes no capítulo 4 da tese.

Finalmente, a terceira hipótese de pesquisa está relacionada à eliminação da camada acional da representação léxico-conceitual das eventualidades. Essa hipótese pode ser elaborada da seguinte maneira:

(47) **Hipótese 3:** a estrutura léxico-conceitual dos predicados pode ser integrada em um único nível de representação.

De maneira a sustentar essa hipótese, além de propor a codificação do papel de Ator por meio do predicado ACT, será necessária uma análise mais refinada da noção de “entidade afetada”. Para tanto, tomarei como base a teoria de afetação proposta por Beavers (2011), que trata a afetação como a relação entre um Tema – participante que sofre alguma mudança –, e uma escala, a qual mede essa mudança. Com base nessa proposta, argumentarei que a noção de “entidade afetada” não corresponde necessariamente a uma posição argumental específica na geometria de predicados primitivos da EC; antes, é uma noção relacional, que envolve vários graus de afetação dos argumentos em uma eventualidade, o que decorre da natureza da estrutura temática dos predicados. Dessa forma, acredito que reduzir o argumento afetado a apenas uma posição argumental, como faz Jackendoff (1990), acaba limitando o poder explicativo da teoria. O capítulo 5 desta tese tratará desse assunto, bem como das consequências que as propostas desenvolvidas aqui acarretam para a teoria de *linking* de Jackendoff (1990).

## 2 CONTROLE, VOLIÇÃO E CAUSAÇÃO INTERNA: A REPRESENTAÇÃO LÉXICO-CONCEITUAL DOS VERBOS DINÂMICOS MONOARGUMENTAIS

### 2.1 Introdução

Este capítulo tem como principal objeto de estudo os verbos dinâmicos monoargumentais do português brasileiro; isto é, os verbos que denotam eventos simples não-locais.<sup>13</sup> Especificamente, discutirei a representação léxico-conceitual dos verbos de modo de movimento, dos verbos de processos corporais e dos verbos de emissão, examinando o papel preciso de noções como causação interna, controle e volição na semântica desses verbos.

Tradicionalmente, são considerados verbos de modo de movimento aqueles que denotam a maneira como o participante se movimenta, sem acarretar o seu deslocamento ao longo de uma trajetória (cf. LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1992, 1995; JACKENDOFF, 1990; entre outros). Como ponto de partida para este estudo, adotarei a classificação desses verbos proposta por Levin (1993) para o inglês, que distingue entre verbos de modo de movimento da classe de *correr* e verbos de modo de movimento da classe de *rolar*.

#### (1) *Exemplos em português de verbos de modo de movimento*<sup>14</sup>

- a. **Verbos da classe de *correr***: andar, correr, dançar, galopar, marchar, nadar, pular, saltar, voar...
- b. **Verbos da classe de *rolar***: balançar, deslizar, escorregar, flutuar, girar, quicar, rodar, rolar, sacudir, tremular...

Por sua vez, os verbos de processos corporais, *grosso modo*, são aqueles que envolvem processos relacionados ao corpo de participantes animados, os quais não são necessariamente

---

<sup>13</sup> Uma versão preliminar das ideias discutidas neste capítulo foi publicada anteriormente em Menuzzi & Ribeiro (2011a).

<sup>14</sup> Os exemplos utilizados neste capítulo são retirados principalmente de Ribeiro (2010) e Amaral (2012), trabalhos que lidam com a causativização de verbos de modo de movimento no português brasileiro.

controlados por estes participantes (cf. LEVIN, 1993). São representantes típicos dessa classe verbos como *respirar, dormir, espirrar, rir*, etc. Já os verbos de emissão denotam eventos que envolvem a emissão de alguma substância ou estímulo característico do participante (p. ex., *luz, som*, etc.). São exemplos típicos dessa classe verbos como *brilhar, reluzir, chiar, apitar*, etc.

Um fato bastante conhecido na literatura, desde Levin (1993) e Levin & Rappaport Hovav (1992, 1995), é o de que os verbos de modo de movimento da classe de *correr* não permitem a realização de uma variante causativa – por esse motivo, são considerados como inergativos –, ao passo que os verbos de modo de movimento do tipo de *rolar* possibilitam essa construção – sendo considerados, assim, inacusativos –, como ilustram os exemplos abaixo.<sup>15</sup>

- (2) a. A bola rolou.  
b. A roleta girou.  
c. A árvore sacudiu.  
d. A rede balançou.
- (3) a. O jogador rolou a bola.  
b. O menino girou a roleta.  
c. O vento sacudiu a árvore.  
d. A bola balançou a rede.
- (4) a. Paulo correu.  
b. A atleta nadou.  
c. A menina dançou.  
d. João caminhou.
- (5) a. \*Ana correu Paulo.  
b. \*O técnico nadou a atleta.  
c. \*O pai dançou a menina  
d. \*Maria caminhou João.

Da mesma forma que os verbos de modo de movimento da classe de *correr*, os verbos de processos corporais também não possibilitam a formação de uma variante causativa, como podemos observar em (6)-(7):

---

<sup>15</sup> Não considero aqui os usos idiomáticos de verbos como *correr*, que significam algo como “fazer sair”, no caso, por exemplo, de *A mãe correu as crianças da sala*.



- (6) a. A criança respirou.  
b. O menino dormiu.  
c. Maria espirrou.  
d. Pedro riu.
- (7) a. \*A mãe respirou a criança.  
b. \*O pai dormiu o menino.  
c. \*João espirrou Maria.  
d. \*Ana riu Pedro.

Interessantemente, conforme observado por Levin & Rappaport Hovav (1995), os verbos de emissão apresentam um comportamento heterogêneo em relação ao processo de causativização: enquanto verbos como *reluzir* e *chiar* não possibilitam a variante causativa (cf. (9a, b)), verbos como *ressoar* e *piscar* são compatíveis com uma causação externa (cf. 9c, d)):

- (8) a. A lâmpada reluziu.  
b. A chaleira chiou.  
c. O tambor ressoou.  
d. A lanterna piscou.
- (9) a. \*O rapaz reluziu a lâmpada.  
b. \*O fogo chiou a chaleira.  
c. O músico ressoou o tambor.  
d. Paulo piscou a lanterna.

Neste capítulo, apresentarei uma proposta para o tratamento dos verbos dinâmicos monoargumentais no português brasileiro que dá conta desses fatos. Mais especificamente, com base no trabalho de Levin & Rappaport Hovav (1992, 1995), argumentarei que as noções de causação interna e controle são cruciais para a definição dos verbos que participam ou não do processo de causativização. De acordo com essa proposta, os verbos que denotam eventos causados internamente, marcados com o traço [+causação interna], não participam do processo de causativização. Somente verbos que denotam eventos não marcados para o tipo de causação seriam visíveis a esse processo, o que explicaria o contraste discutido acima. Além disso, diferentemente de Jackendoff (1990), argumentarei que o predicado MOVE está

envolvido somente na representação de eventos monoargumentais, dinâmicos e não necessariamente controlados pelo participante, independentemente do tipo de causação (interna ou externa) especificada pela raiz do verbo. Com base em Pinker (1989) e Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010), defenderei que verbos dinâmicos monoargumentais que acarretam controle do participante são representados pelo predicado primitivo ACT.

O capítulo está organizado da seguinte maneira. Primeiramente, na seção 2.2, apresentarei os principais problemas da proposta de Jackendoff (1990) para o tratamento dos verbos de modo de movimento, a qual o autor sugere que pode ser estendida para outras classes de verbos monoargumentais. O foco estará não somente no fato de que Jackendoff não lida com a causativização desses verbos, mas também na distinção estabelecida pelo autor entre verbos como *correr* e *rolar*, representados por GO, e verbos como *dançar* e *pular*, representados por MOVE.

Na seção 2.3, discutirei algumas análises clássicas das noções de controle, volição e eventos acionais na semântica lexical. A seção 2.3.1 tratará da proposta de Dowty (1979) para as noções de volição e controle, que envolve o predicado primitivo DO. As seções 2.3.2 e 2.3.3 apresentarão as propostas de Pinker (1989) e Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010) para o tratamento de ações (volicionais ou não) por meio do predicado ACT. Além disso, na seção 2.3.3, será discutida também a distinção entre raízes verbais de maneira e de resultado, proposta por Rappaport Hovav & Levin, a qual terá um papel importante na proposta que será elaborada ao longo deste capítulo. Por fim, a seção 2.3.4 discutirá a proposta de Jackendoff (2007) para a intencionalidade e os eventos acionais, que também será crucial para a definição precisa do predicado ACT na Estrutura Conceitual.

Finalmente, na seção 2.4, apresentarei minha proposta para a representação léxico-conceitual dos verbos dinâmicos monoargumentais, que envolve os predicados primitivos MOVE e ACT, bem como os traços de controle e causação interna. Essa proposta pretende dar conta da representação léxico-conceitual de todos os verbos dinâmicos monoargumentais em português brasileiro.

## **2.2 Problemas da proposta de Jackendoff (1990) para os verbos de modo de movimento**

Conforme foi discutido no capítulo 1, em sua proposta para os verbos de modo de movimento, Jackendoff (1990) não apresenta um tratamento para o contraste apresentado em (2)-(5). Ao tratar de verbos como *girar* e *dançar*, por exemplo, o autor lança mão da função

monoargumental MOVE, que representa apenas o movimento do participante, sem nenhuma implicação sobre a sua localização ou deslocamento ao longo de uma trajetória. Por outro lado, o autor assume que verbos como *rolar* e *correr* lexicalizam uma trajetória – ainda que esta possa ser implícita –, e por isso são representados pelo predicado GO. Por exemplo, Jackendoff estipula na entrada lexical do verbo *run* (“correr”) do inglês a opcionalidade do SP complemento (cf. (10c)), assumindo que é parte do significado do verbo que a entidade envolvida na eventualidade percorreu uma trajetória, mesmo quando o SP não é realizado sintaticamente.

(10) a. John ran into the room.

‘João correu para dentro da sala’

b. John ran (for hours).

‘João correu (por horas)’

c. 
$$\left[ \begin{array}{l} \text{run} \\ \text{V} \\ \text{---} \langle \text{PP}_j \rangle \\ [\text{GO} ([\text{Thing } ]_i, [\text{Path } ]_j)] \end{array} \right]$$

(JACKENDOFF, 1990, p. 45)

Em contrapartida, os verbos representados por MOVE na proposta do autor, como *dance* (“dançar”), *jump* (“pular”) e *spin* (“girar”), que também podem aparecer com expressões de trajetória em inglês (cf. (12) abaixo), teriam nesse caso a função GO adjungida à sua estrutura léxico-conceitual por meio de uma regra de correspondência, como podemos observar em (13):

(11) a. Mary danced/jumped/spun (for hours).

‘Maria dançou/pulou/girou (por horas)’

b. 
$$\left[ \begin{array}{l} \text{MOVE} ([\text{Thing } \text{MARY } ]) \\ \text{Event } \text{AFF}_{+\text{vol}} ([\text{MARY}], \text{ )} \end{array} \right]$$

(12) Mary danced/jumped/spun into the room.

‘Maria dançou/pulou/girou para dentro da sala’

(13) Regra de adjunção de GO:

Se V corresponde a  $\left[ \begin{array}{c} \text{MOVE} ([ \ ]_i) \\ \text{Y} \end{array} \right]$

então  $[_{SV} V_h \dots SP]$  pode corresponder a

$\left[ \begin{array}{c} \text{GO} ([ \alpha ], [_{Path} \ ]) \\ \text{AFF} ([ \ ]_i^a, \ ) \\ \text{[WITH/BY [MOVE ([ \alpha ])]}_h] \end{array} \right]$

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p. 224)

A regra em (13) adiciona à estrutura léxico-conceitual de um verbo envolvendo MOVE uma função superordenada de deslocamento espacial (GO), criando a posição argumental para a incorporação da trajetória denotada pelo SP. Como evidência de que essa análise está correta, Jackendoff cita os dados do espanhol discutidos por Talmy (1988/2000a), que mostra que nessa língua verbos de modo de movimento como *flotar* (“flutuar”) não permitem algumas expressões de trajetória télicas – isto é, com a especificação de que a Meta foi atingida:

(14) a. \*La botella floto a la cueva.

the bottle floated to the cave

‘\*A garrafa flutuou à caverna’

b. La botella entro a la cueva flotando.

the bottle moved-in to the cave floating

‘A garrafa entrou na caverna flutuando’

(JACKENDOFF, 1990, p. 89)

Os dados acima mostram que o verbo *flotar* é incompatível com uma expressão de Meta com a preposição *a* em espanhol, sendo que o evento só pode ser expresso com um verbo de movimento (GO) e um verbo no gerúndio expressando o modo de movimento (MOVE), o que justificaria a regra proposta em (13). A diferença entre o inglês e o espanhol seria, portanto, a possibilidade ou não de aplicação de (13); isto é, a possibilidade de incorporação da função GO em um verbo de modo de movimento (JACKENDOFF, 1990, p. 90).

Apesar de essa análise descrever adequadamente alguns elementos do significado dos verbos de modo de movimento, conforme veremos no capítulo 3, argumentarei aqui que o tratamento proposto por Jackendoff para essa classe verbal enfrenta ao menos dois problemas cruciais. O primeiro deles é que a proposta do autor não considera o contraste em (2)-(5),

entre verbos de modo de movimento “volicionais” (p. ex., *correr*, *caminhar* e *dançar*) e “não volicionais” (p. ex., *rolar*, *quicar* e *girar*). Conforme vimos, ao menos em uma primeira análise, somente os verbos de modo de movimento “não volicionais” estão sujeitos a um processo lexical semelhante à alternância causativa; isto é, permitem a formação de uma variante transitiva, com a incorporação de uma causa externa ao evento. Esse contraste sugere que noções como volição e controle são relevantes para o comportamento gramatical dos verbos de modo de movimento. Seguindo Levin & Rappaport Hovav (1992, 1995), argumentarei que os verbos de modo de movimento “volicionais” denotam ações causadas internamente, as quais são conceitualizadas como “modos de agir”. Por sua vez, verbos de modo de movimento “não volicionais” denotam ações não necessariamente causadas internamente, as quais são conceitualizadas simplesmente como “modos de mover-se”, o que torna possível a manifestação de uma causa externa.

Como Jackendoff define que a volição em sua teoria é marcada por um diacrítico na função AFF, na camada acional, não há nada na camada temática dos verbos de modo de movimento que codifique esse elemento semântico. Conforme discutimos no capítulo 1, um dos objetivos desta pesquisa é a eliminação da camada acional na Estrutura Conceitual, o que torna necessária uma codificação alternativa do papel de Ator na estrutura léxico-conceitual dos verbos, seja pela introdução de um novo predicado primitivo, seja pela elaboração de um predicado já existente por meio de um diacrítico. Na seção 2.4, discutirei mais detalhadamente essa questão, avaliando a melhor alternativa para a representação do papel de Ator em verbos dinâmicos monoargumentais.

Outro problema crucial diz respeito ao tratamento distinto proposto por Jackendoff para verbos como *dançar* e *correr*, que apresentam o mesmo comportamento gramatical tanto em relação à impossibilidade de ocorrer na variante causativa (cf. (5)), quanto à possibilidade de incorporação de uma função de trajetória (cf. (10) e (12)). Mesmo em línguas que aparentemente não permitem a incorporação de certas expressões de Meta em verbos de modo de movimento, como o português, o espanhol e o japonês, esse fato se aplica tanto a verbos como *correr* e *caminhar* quanto a verbos como *dançar* e *flutuar*, conforme mostram os dados abaixo:

- (15) a. \*João flutuou/nadou à praia.  
b. João flutuou/nadou para a praia.

- (16) a. \*Juan flotó/caminó a la orilla.  
           ‘Juan flutuou/caminhou à costa’
- b. Juan flotó/caminó hacia la orilla.  
           ‘Juan flutuou/caminhou para a costa’

(DEMONTE, 2011)

- (17) a. John-wa eki-e/ni itta.  
           John-Top estação-a foi
- b. ?John-wa eki-e/ni hashitta.  
           John-Top estação-a correu
- c. John-wa eki-e mukatte hashitta.  
           John-Top estação-para correu
- d. John-wa eki-e/ni hashitte-itta.  
           John-Top estação-a correndo-foi

(Adaptado de YONEYAMA, 2011, p. 80)

Os exemplos do português (em (15)) e do espanhol (em (16)) mostram que verbos de modo de movimento nessas línguas não ocorrem com expressões de trajetória télicas com a preposição *a* (cf. (15a) e (16a)). Entretanto, são permitidas expressões de trajetória direcionais com as preposições *hacia* e *para* (cf. (15b) e (16b)). No capítulo 3, discutirei mais detalhadamente essa característica dessas línguas, ao apresentar a proposta de Talmy (2000b) para a lexicalização de maneira e trajetória nas línguas naturais.

Por sua vez, os exemplos em (17) mostram que o japonês também proíbe a utilização de certas expressões de trajetória télicas. Em (17a), temos o exemplo de um verbo que não lexicaliza modo de movimento, similar ao verbo *ir* em português, ocorrendo com uma expressão de trajetória télica. Já (17b) mostra a incompatibilidade de um verbo do tipo *correr* em japonês com a mesma expressão de trajetória de (17a). A sentença em (17c) mostra que o mesmo verbo aceita expressões de trajetória direcionais, em paralelo com (15b) e (16b). Por fim, (17d) mostra que em japonês, assim como espanhol e português, a expressão de trajetória télica é permitida quando estão presentes o verbo de movimento e o verbo de maneira.

Esses exemplos indicam que uma análise unificada para verbos como *flutuar* e *correr* é mais adequada, uma vez que esses verbos apresentam um comportamento gramatical similar em relação ao tipo de expressões de trajetória que licenciam. A hipótese que defenderei neste capítulo, contra Jackendoff (1990), é a de que os verbos de modo de movimento lexicalizam

apenas maneira, sem especificar nenhuma informação em relação à trajetória. Ao contrário de verbos de movimento direcionais, como *entrar* e *sair*, verbos de modo de movimento como *correr* e *caminhar* não acarretam deslocamento ao longo de uma trajetória, como defende Jackendoff; antes, esta parece ser apenas uma inferência pragmática, que pode ser cancelada, como ilustram os exemplos abaixo:

(18) a. Paulo correu por um bom tempo, mas não saiu do lugar.

b. Maria caminhou por horas no mesmo lugar.

(19) a. #O aluno entrou na sala, mas não saiu do lugar.

b. #Maria saiu de casa, mas ficou no mesmo lugar.

As sentenças em (18) são perfeitamente aceitáveis, por exemplo, em um contexto em que os participantes estão se exercitando em uma esteira, ou mesmo no caso de se movimentarem em uma superfície extremamente escorregadia, como uma pista de gelo. O mesmo não ocorre com verbos de movimento direcionais, como observamos em (19), uma vez que esses verbos acarretam o deslocamento ao longo de uma trajetória.

De modo a lidar com o primeiro problema apresentado, na seção seguinte farei uma breve revisão da literatura sobre as noções de volição, controle e causação interna e externa em semântica lexical. Os conceitos discutidos nesta seção serão essenciais para a proposta de representação dos verbos dinâmicos monoargumentais que apresentarei na seção 2.4. A discussão específica sobre a noção de maneira e sobre a incorporação de trajetórias em eventos dinâmicos monoargumentais será realizada no capítulo 3.

## **2.3 Algumas análises das noções de volição, controle e causação interna e externa em semântica lexical**

### *2.3.1 Dowty (1979): DO e agentividade*

Dowty (1979) adota em sua teoria a abordagem da decomposição de predicados, introduzindo os primitivos propostos pelos semanticistas gerativos na forma lógica das sentenças, com a finalidade de dar conta da interação entre o aspecto dos predicados (isto é, os tipos de eventualidades) e diferentes operadores e advérbios de tempo.<sup>16</sup> O autor propõe um tratamento da agentividade por meio do predicado primitivo DO, que atua como um

---

<sup>16</sup> Entre os trabalhos em semântica gerativa que serviram como base para a decomposição de predicados proposta por Dowty (1979), encontram-se os de Lakoff (1965, 1972), McCawley (1968) e Ross (1972).

modificador de predicados na forma lógica das sentenças.<sup>17</sup> O autor assume que o que distingue uma sentença estativa de uma atividade na estrutura lógica é a presença do operador DO, conforme podemos observar nos exemplos abaixo:

(20) a. João é educado.

b.  $\pi_n(\alpha_1, \dots, \alpha_n)$

(21) a. João está caminhando.

b. DO ( $\alpha_1, [\pi_n(\alpha_1, \dots, \alpha_n)]$ )

Nas fórmulas acima,  $\alpha$  representa um indivíduo arbitrário, e  $\pi_n$  representa um predicado n-ário estativo (no caso de (20), por exemplo, “ser educado”). Além de sentenças que denotam a atribuição de propriedades a indivíduos (cf. (20)), a estrutura lógica em (20b) seria responsável também pela representação de estados simples envolvendo, por exemplo, verbos como *saber*, *acreditar* e *ter* (p. ex., *João sabe a resposta/acredita na vitória/tem uma casa*). Dowty assume que tanto verbos estativos como verbos ativos são construídos a partir de uma classe básica de predicados primitivos estativos, e a presença de DO representaria a diferença entre estados e atividades, conforme observamos em (21). A sentença em (21) denota uma atividade sob o controle do participante; no caso de (21a), *João* pode parar de caminhar, caso essa seja sua intenção.

Alguns dos testes sintáticos utilizados por Dowty para identificar a presença de um Agente, e, portanto, para justificar a presença de DO na estrutura lógica de um predicado, são os seguintes:

(22) Uma sentença contém um *Agente* se:

(i) pode ocorrer como complemento de verbos como *persuadir*, *forçar* e *fazer*.

(ii) advérbios que denotam intenção podem ser adicionados à sentença.

(iii) pode ocorrer no imperativo.

(Adaptado de DOWTY, 1979, p. 112)

Conforme observa Dowty, os testes em (22) são um subconjunto dos testes tradicionais utilizados para diferenciar estados de atividades (cf. VENDLER, 1967; LAKOFF, 1965; entre outros). Os exemplos em (23)-(25) abaixo ilustram o contraste entre estados

---

<sup>17</sup> Esta proposta é baseada em Ross (1972), que assume que todos os verbos de ação são encaixados no segundo argumento de uma função abstrata DO. Com esta análise, o autor propõe que a noção de Agente seja substituída pela noção de “possível sujeito de DO”. Para maiores detalhes desta proposta, ver Ross (1972) e Dowty (1979).



simples, como *saber a resposta*, e atividades com um participante volicional, como no caso do verbo *correr*:

- (23) a. Paulo persuadiu/forçou Maria a correr.  
b. \*Paulo persuadiu/forçou Maria a saber a resposta.
- (24) a. João correu deliberadamente/intencionalmente.  
b. \*João soube a resposta deliberadamente/intencionalmente.
- (25) a. Corra!  
b. \*Saiba a resposta!

No que diz respeito à semântica de DO, Dowty esclarece, primeiramente, que esse operador não denota necessariamente ações físicas, devido a exemplos como *João está ignorando Maria*, ou *O que João fez foi não comer por dias*, que acarretam justamente uma inação deliberada de *João*. Nesses casos, as sentenças acarretam apenas a volição (ou intencionalidade) desse participante na eventualidade. Por outro lado, apesar de ser possível em grande parte dos casos, Dowty afirma que a semântica de DO não pode ser igualada simplesmente à noção de volição ou intencionalidade. O autor observa que sentenças como *João está sendo desagradável* e *João está sendo um idiota* não acarretam que o participante tem a intenção de estar sendo desagradável ou idiota, apesar de acarretarem que alguma propriedade sob o controle do participante o qualifica como tal. Assim, Dowty afirma que a semântica de DO é mais precisamente definida como “o estado sob controle não mediado do agente” (DOWTY, 1979, p. 117-118).

Dowty estende o uso do operador DO também para *accomplishments*, apesar de deixar em aberto a viabilidade dessa proposta. Tendo definido que a contribuição de DO não é exatamente volição, mas sim controle não mediado, Dowty questiona se DO pode ser responsável pela distinção entre o que chama de *accomplishments* não agentivos (cf. (28a)) e *accomplishments* agentivos (cf. (28a) abaixo).

- (26) a. A janela está quebrada.  
b.  $\pi_n(\alpha_1, \dots, \alpha_n)$
- (27) a. A janela quebrou.  
b. BECOME [ $\pi_n(\alpha_1, \dots, \alpha_n)$ ]

(28) a. A ventania quebrou a janela.

b. [[BECOME  $\phi$ ] CAUSE [BECOME  $\psi$ ]]

(29) a. Paulo quebrou a janela.

b. [DO ( $\alpha_1, [\pi_n(\alpha_1, \dots, \alpha_n)]$ )] CAUSE [BECOME [ $\rho_m(\beta_1, \dots, \beta_m)$ ]]

O “cálculo aspectual” desenvolvido por Dowty para capturar as propriedades aspectuais relevantes das eventualidades permite estabelecer as relações de acarretamento entre estados, *achievements* e *accomplishments*, conforme podemos observar em (26)-(29) acima. Em (26a) temos o estado simples, que serve como base para as eventualidades mais complexas. Já a sentença incoativa em (27a) consiste em um *achievement*, representado em (27b) por meio da adição do operador de mudança de estado BECOME ao predicado estativo. Por fim, (28a) e (29a) consistem em *accomplishments*, sendo que (28a) tem um causador não volicional (e sem controle), e (29a) tem um causador volicional (e com controle), o que é representado pela presença de DO em (29b).

No caso de eventos complexos, como (28)-(29), por exemplo, a representação da volição, ou controle não mediado, por meio da presença ou ausência de um predicado primitivo não apresenta maiores dificuldades, uma vez que há, de fato, ambiguidade entre Agente e Causa nesses casos (p. ex., em (29a), *Paulo* pode ter quebrado *a janela* sem querer, em decorrência de um empurrão de outra pessoa). Além disso, independentemente da natureza do desencadeador do evento, o aspecto do predicado não é alterado – ou seja, continua sendo um *acomplishment*. Contudo, no caso de sentenças que denotam atividades, a proposta de Dowty para o tratamento das noções de volição e controle apresenta problemas. Não é possível representar o contraste entre sentenças como *João correu* e *A pedra rolou* simplesmente por meio da presença ou não de DO na forma lógica, uma vez que eventos denotados pelo verbo *rolar*, independentemente de serem volicionais ou não, ainda assim denotam atividades, e não estados. Além disso, no caso de *A pedra rolou*, não apenas não há volição, como também não há controle do participante, não satisfazendo, portanto, a caracterização semântica de Dowty para o predicado DO.

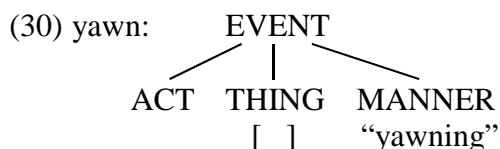
Esse fato indica que uma análise mais refinada da noção de volição e de sua relação com a noção de controle é necessária para dar conta da representação léxico-semântica dos verbos de modo de movimento. No caso de uma teoria semântica que tem como pressuposto a decomposição lexical, a discussão acima aponta que o contraste entre verbos de modo de movimento “volicionais” e “não volicionais” precisa ser tratado ou por meio de dois predicados primitivos distintos, ou pela elaboração de um predicado por meio de um traço

opcional de volição. De modo a estabelecer a melhor opção de análise, vejamos como as propostas mais recentes de Pinker (1989) e Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010) lidam com a representação léxico-semântica dos eventos acionais e das noções de volição e controle.

### 2.3.2 Pinker (1989): a função ACT

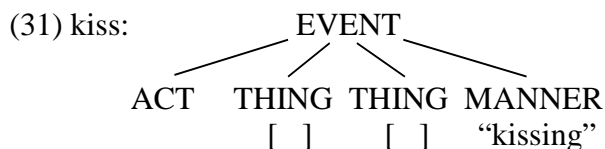
Pinker (1989) desenvolve uma teoria decomposicional das representações léxico-semânticas dos predicados bastante próxima das teorias de Jackendoff (1975, 1983), Talmy (1988/2000) e Rappaport Hovav & Levin (1988). Especificamente, o autor adapta a Semântica Conceitual de Jackendoff (1983) para dar conta de seus objetivos, que envolvem principalmente o tratamento de diversos tipos de alternâncias de valência verbal – p. ex., as alternâncias dativa, locativa e causativa. Esta seção trata particularmente da proposta de Pinker para a representação de eventos acionais.

*Grosso modo*, Pinker propõe que eventos acionais envolvem a função ACT, a qual pode ser monádica (com apenas um Ator como argumento) ou diádica (tomando um Agente e um Paciente). O exemplo apresentado por Pinker para ilustrar o tipo mais simples de evento acional é o do verbo *yawn* (“bocejar”), em inglês, que teria a representação proposta em (30).



(PINKER, 1989, p. 193)

Como podemos observar em (30), o predicado ACT toma como argumento um participante do tipo THING e especifica uma maneira de realização da ação, representada por MANNER. Na teoria de Pinker, a representação de maneira serve como um indicador para a representação cognitiva das propriedades físicas e geométricas do modo de ação. Por sua vez, como exemplo de um evento acional diádico, Pinker propõe a seguinte representação para o verbo *kiss* (“beijar”):



(PINKER, 1989, p. 193)

De acordo com Pinker, o segundo argumento de ACT em (31) não está envolvido necessariamente em uma mudança de estado ou localização, simplesmente participa do evento e contribui para a definição do tipo de ação denotada pelo verbo. Contudo, o autor explica que a relação entre os dois argumentos de ACT é direta – isto é, não pode ser mediada por outro participante –, e assimétrica, sendo que o primeiro argumento é causalmente responsável pela relação entre os dois participantes.

Como podemos observar com base nos exemplos em (30) e (31), Pinker assume que tanto ações não necessariamente volicionais, como *bocejar*, como ações volicionais, como *beijar*, são representadas pelo mesmo predicado ACT. No entanto, o autor reconhece que eventos envolvendo ACT são prototipicamente interpretados como volicionais. De modo a dar conta desse fato, Pinker propõe uma especificação das funções primitivas em sua teoria por meio dos traços [ $\pm$ dinâmico] e [ $\pm$ controle]. Nesse sistema, o traço [ $\pm$ dinâmico] determina se a eventualidade se trata de um evento ou de um estado. Por sua vez, o traço [ $\pm$ controle] define se o primeiro argumento de um predicado é humano e possui o controle da eventualidade. Dessa maneira, no caso não marcado, o predicado ACT seria [+dinâmico] e [+controle], conforme mostra a tabela abaixo:

(32) Decomposição em traços dos predicados primitivos de Pinker (1989):

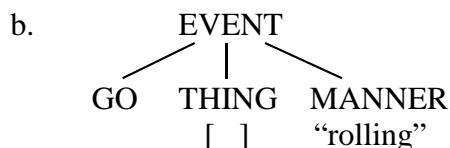
<i>Predicados</i>	<i>Traços</i>	
	Dinâmico	Controle
GO	+	-
BE	-	-
HAVE	-	+
ACT	+	+

(Adaptado de PINKER, 1989, 195)

A especificação das funções primitivas de acordo com (32) tem consequências cruciais na análise de Pinker para os verbos de modo de movimento. De modo a ilustrar essa proposta, consideremos o caso típico do verbo *roll* (“rolar”). No caso de um participante inanimado, Pinker propõe que o evento denotado por *roll* envolve o predicado GO, ainda que nenhuma noção de deslocamento ao longo de uma trajetória esteja necessariamente envolvida no evento, conforme (33) abaixo. Quando a trajetória é especificada, esse elemento conceitual é simplesmente adicionado à representação do evento, como observamos em (34):

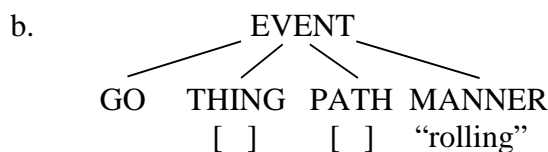
(33) a. The ball rolled.

‘A bola rolou’



(34) a. The ball rolled down the hill.

‘A bola rolou montanha abaixo’

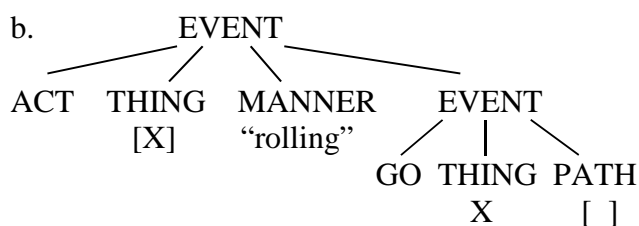


(Adaptado de PINKER, 1989, p. 182)

Por outro lado, no caso de um participante humano, surge a possibilidade de interpretação da ação como volicional, o que leva Pinker a postular que, nesse caso, a função ACT está envolvida na representação de verbos como *rolar*, como podemos observar em (35) abaixo.

(35) a. John intentionally rolled down the hill.

‘João rolou montanha abaixo intencionalmente’



Portanto, de acordo com essa proposta, a subordinação ou não do evento pela função ACT é responsável pela ambiguidade entre a interpretação volicional ou não de *John* na sentença *John rolled down the hill*. Em (35b), o predicado ACT encontra-se em uma relação de causa e efeito com o evento subordinado, sendo que a paráfrase dessa representação seria algo como “João rolou, com o efeito de mover-se ao longo de uma trajetória”. Pinker admite que não há consenso sobre a melhor forma de representação desses eventos; ou seja, não é muito claro conceitualmente se um evento de deslocamento com verbos como *rolar* deve ser representado como “rolar, com o efeito de mover-se ao longo de uma trajetória”, ou o contrário, “mover-se ao longo de uma trajetória, por meio da ação de rolar”. Pinker sustenta

que a primeira opção encontra suporte linguístico, pois pode auxiliar na distinção entre inacusativos e inergativos, uma vez que o encaixamento de ACT diferencia eventos de movimento voluntário de outros eventos de movimento, conforme mostra seu tratamento para o contraste entre (33) e (34). Contudo, um problema crucial dessa proposta é o fato de a noção de maneira, que está intimamente ligada à raiz de verbos de modo de movimento, estar associada ora a um evento representado por GO (cf. (34b)), ora a um evento representado por ACT (cf. (35b)), ainda que o predicado GO esteja também presente nesta última representação. No capítulo 3, voltarei a essa discussão, ao analisar especificamente a incorporação de trajetórias a eventos de modo de movimento.

Em resumo, de acordo com a proposta de Pinker, a função ACT é responsável pela representação de eventos acionais, e a presença ou ausência da subordinação por meio desse predicado determina a interpretação volicional ou não em casos ambíguos, como o do verbo *roll*, por exemplo. Na seção seguinte, discutirei brevemente a proposta de Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010) para a representação dos verbos de maneira, que lança mão de uma noção crucial para a solução do problema apresentado acima: a noção de “raiz” nas representações léxico-semânticas dos verbos.

### 2.3.3 Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010): ACT e a noção de raiz

Na mesma linha do trabalho de Pinker, Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010) propõem que verbos de maneira como *correr*, *rir* e *bocejar*, por exemplo, sejam representados pelo predicado ACT. Entretanto, as autoras desenvolvem uma teoria mais articulada das representações léxico-semânticas desses verbos. Nessa teoria, o componente idiossincrático do verbo, ou seja, sua “raiz”, e o componente estrutural, que representa o tipo de evento, possuem papéis diferentes: o componente estrutural é composto por funções semânticas primitivas, e o idiossincrático entra como modificador ou argumento dessas funções. Especificamente, as autoras formulam um conjunto de regras de realização canônicas que expressam as formas como a categoria ontológica da raiz (p. ex., maneira, instrumento, estado resultante, etc.) pode se integrar à estrutura de eventos básica do verbo:

(36) *maneira* → [ *x* ACT<sub><MANNER></sub> ]

(p. ex., *correr*, *varrer*, *rir*, etc.)

(37) *instrumento* → [ *x* ACT<sub><INSTRUMENT></sub> ]

(p. ex., *escovar*, *martelar*, *serrar*, etc.)

(38) *contêiner* → [ *x* CAUSE [ *y* BECOME AT <CONTAINER> ] ]

(p. ex., *encaixotar, empacotar, engarrafar, etc.*)

(39) *estado causado internamente* → [ *x* <STATE> ]

(p. ex., *florescer, desabrochar, apodrecer, etc.*)

(40) *estado causado externamente; ou seja, resultado* →

[ [ *x* ACT ] CAUSE [ *y* BECOME <RESULT-STATE> ] ]

(p. ex., *quebrar, secar, derreter, etc.*)<sup>18</sup>

(Adaptado de RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 2010, p. 24)

Conforme explicam Rappaport Hovav & Levin, a lista de regras acima contém apenas alguns exemplos de estruturas léxico-semânticas possíveis, e não pretende ser exaustiva, dando conta de todas as classes verbais. Como podemos observar em (36)-(40), as raízes podem tanto ser argumentos na representação dos eventos (cf. (38), (39) e (40)), como podem ser “modificadores” de predicados primitivos (cf. (36) e (37)), como explicam Rappaport Hovav & Levin. De acordo com as autoras, os verbos não estativos nas línguas dividem-se em duas grandes classes, de acordo com o tipo de sua raiz: verbos de maneira e verbos de resultado. As raízes de maneira seriam aquelas que modificam o predicado ACT, enquanto as de resultado seriam argumentos do predicado BECOME. Dessa maneira, Rappaport Hovav & Levin assumem que as raízes que expressam maneira e resultado apresentam distribuição complementar nas representações léxico-semânticas dos verbos, conforme definido pela restrição de lexicalização em (41)<sup>19</sup>.

(41) *Restrição de lexicalização*: Uma raiz pode estar associada apenas a um predicado primitivo em um esquema de eventos, como um argumento ou como um modificador.

(RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 2010, p. 25)

A restrição de lexicalização em (41) define que não pode haver raízes em uma língua que expressam ao mesmo tempo maneira e resultado, atuando, portanto, como uma restrição

---

<sup>18</sup> Nas representações em (39) e (40), Rappaport Hovav & Levin classificam os verbos de mudança de estado de acordo com o tipo de causação envolvida; ou seja, se o estado resultante especificado pela raiz destes verbos é causado interna ou externamente.

<sup>19</sup> Tradução livre do autor. No original:

“The lexicalization constraint: A root can only be associated with one primitive predicate in an event schema, as either an argument or a modifier.”

sobre o material lexicalizado em palavras, radicais ou afixos. Conforme as autoras, essa classificação é relevante gramaticalmente, uma vez que verbos de maneira e resultado apresentam padrões distintos de realização sintática dos argumentos. Por exemplo, Rappaport Hovav & Levin destacam que verbos de maneira em inglês são encontrados em sentenças com objetos não especificados e “não subcategorizados”, no caso de sentenças não modais e não habituais, enquanto o mesmo não ocorre com verbos de resultado, como podemos observar abaixo:

(42) a. Kim scrubbed all morning.

‘Kim esfregou a manhã inteira’

b. Kim scrubbed her fingers raw.

‘Kim esfolou os seus dedos esfregando (algo)’

(43) a. \*The toddler broke.

‘\*A criança quebrou’

b. \*The toddler broke his hands bloody.

‘A criança sangrou as mãos quebrando (algo)’

(RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 2010, p. 21-22)

Como mostram os exemplos acima, verbos de maneira, como *scrub*, permitem mais facilmente a omissão do objeto direto (cf. (42a)), ao contrário de verbos de resultado típicos, como *break* (cf. (43a)).<sup>20</sup> Além disso, verbos de maneira ocorrem com o que as autoras chamam de objetos “não subcategorizados”, como em (42b): nesse caso, *her fingers* não seria subcategorizado, pois não consiste, necessariamente, na superfície esfregada por *Kim*; antes, os dedos de *Kim* podem ter ficado esfolados como resultado da atividade de esfregar outra superfície. Contudo, o mesmo tipo de construção não é possível com verbos de resultado em inglês, como mostra (43b).

---

<sup>20</sup> De acordo com Rappaport Hovav & Levin (1998), a explicação para isso estaria relacionada ao fato de que, para as autoras, há dois tipos de participantes em uma estrutura de eventos: aqueles licenciados em conjunto pela raiz e pela estrutura léxico-semântica à qual a raiz está associada, e aqueles licenciados somente pela raiz. Verbos de maneira como *esfregar* ou *varrer*, por exemplo, ilustrariam estes dois casos de licenciamento de argumentos, segundo as autoras: como a estrutura de eventos à qual estes verbos estão associados – isto é, [ *x* ACT<sub><MANNER></sub> ] – possui apenas uma variável, e o evento denotado por suas raízes está associado a dois participantes – p. ex., um “esfregador” e uma “superfície” –, apenas o primeiro argumento seria licenciado tanto pela raiz como pela estrutura. O segundo argumento seria licenciado apenas pela raiz, o que as autoras representam da seguinte forma: [ *x* ACT<sub><MANNER></sub> *y* ]. Estruturas deste tipo, portanto, seriam mais suscetíveis ao apagamento do objeto direto na sintaxe.



Entretanto, apesar de a distinção entre maneira e resultado aparentemente ter implicações gramaticais relevantes, há um amplo debate na literatura sobre a validade dessa hipótese de complementaridade (cf. GOLDBERG, 2010; BEAVERS; KOONTZ-GARBODEN, 2012; entre outros). Diversos contraexemplos a essa hipótese foram levantados na literatura, incluindo verbos como *escalar* e *cortar*, que lexicalizariam tanto maneira como resultado. Como o debate sobre essa hipótese ainda está em aberto, e não faz parte diretamente do objetivo do presente trabalho, discutirei no restante deste trabalho apenas o *status* dos verbos de modo de movimento, dos verbos de emissão e dos verbos de processos corporais como verbos de maneira, sem assumir a validade dessa hipótese para todas as classes verbais.

No que diz respeito à representação dos verbos de maneira, de acordo com a teoria proposta por Rappaport Hovav & Levin, verbos de atividade como *correr*, *rir* e *varrer*, por exemplo, são representados pelo predicado ACT, conforme ilustrado em (36). As autoras não discutem em detalhe qual seria a semântica exata desse predicado primitivo; contudo, os exemplos em (36)-(40) sugerem que ACT está envolvido tanto em eventos volicionais como não volicionais, seguindo a linha da proposta de Pinker (1989). Rappaport Hovav & Levin comentam que sua análise para os verbos de atividade contrasta com a análise de Hale & Keyser (1993, 2002), que trata a raiz desses verbos como modificadora do predicado DO, mas observam que uma abordagem baseada em DO parece encontrar suporte em línguas como o Basco, em que atividades são expressas por um verbo com o mesmo significado de *do* mais um substantivo. Desse modo, as autoras decidem não optar de modo definitivo por nenhuma das análises, afirmando que é necessária mais investigação sobre o significado desses verbos.

Para encerrar a seção 2.3, antes de apresentar mais detalhadamente minha proposta para a representação léxico-conceitual dos verbos dinâmicos monoargumentais, vejamos o tratamento proposto mais recentemente por Jackendoff (2007) para as ações volicionais.

#### 2.3.4 Jackendoff (2007) e o tratamento das ações volicionais

Jackendoff (2007) desenvolve um estudo sobre a intencionalidade na Estrutura Conceitual; isto é, sobre como os falantes conceitualizam situações em que se pode atribuir intenção a um participante. De modo a caracterizar precisamente o que entende como uma ação volicional, Jackendoff discute a hierarquização das eventualidades, propondo que eventos e ações sejam incluídos em uma hierarquia mais ampla de situações. Primeiramente, o

autor distingue eventos de estados, por meio de um teste que indica que eventos são algo que “acontece”, enquanto estados não, como mostram os exemplos em (44) e (45) abaixo.

(44) *Eventos*:

- a. O que aconteceu foi que Ronaldo marcou um gol.
- b. O que aconteceu foi que os EUA invadiram o Iraque.
- c. O que aconteceu foi que Paulo recebeu uma carta.
- d. O que aconteceu foi que João foi acertado por uma pedra.

(45) *Estados*:

- a. \*O que aconteceu foi que Paulo era alto.
- b. \*O que aconteceu foi que eu tinha uma bicicleta.
- c. \*O que aconteceu foi que Ana gosta de sorvete.

(Adaptado de JACKENDOFF, 2007, p. 246)

Definida essa distinção inicial, Jackendoff utiliza o teste proposto para a identificação de Atores em SS (JACKENDOFF, 1990) para diferenciar ações como um subtipo de evento, em que se pode dizer que o sujeito da sentença “faz alguma coisa”, conforme mostram os exemplos abaixo.

(46) *Ações*:

- a. O que Ronaldo fez foi marcar um gol.
- b. O que os EUA fizeram foi invadir o Iraque.

(47) *Eventos não acionais*:

- a. \*O que Paulo fez foi receber uma carta.
- b. \*O que João fez foi ser acertado por uma pedra.

(Adaptado de JACKENDOFF, 2007, p. 246)

Contudo, Jackendoff chama a atenção para o fato de que nem todo Ator, de acordo com sua proposta, realiza uma ação volicional, uma vez que o teste proposto também captura (ao menos em inglês) ações não intencionais e Atores não animados, conforme podemos observar em (48) abaixo.

(48) a. What Bill accidentally did was roll down the hill.

‘??O que Bill acidentalmente fez foi rolar montanha abaixo’

b. What the rock did was roll down the hill.

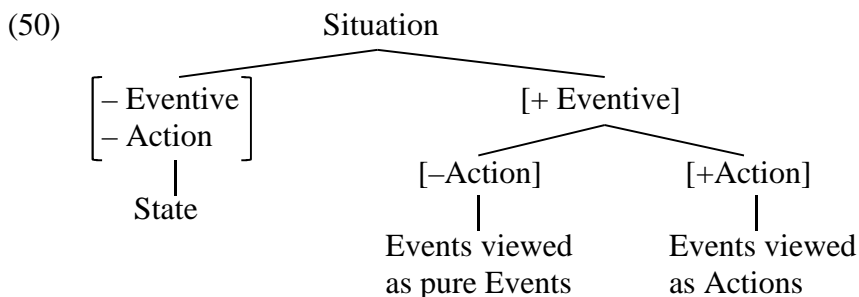
‘??O que a pedra fez foi rolar montanha abaixo’

(JACKENDOFF, 2007, p. 246)

Apesar de os exemplos em (48) parecerem estranhos, especialmente em português, conforme discutirei na seção 2.4, o ponto aqui é que a noção de intencionalidade só entra em jogo no caso de um Ator animado. Por exemplo, não é possível utilizar o advérbio *intencionalmente* em sentenças com sujeito não animado (cf. \**A pedra rolou intencionalmente montanha abaixo*). Isso faz com que Jackendoff defina um subtipo de ação, ao qual chama de “ação animada”, o que resulta na seguinte ontologia:

(49) Situações  $\supset$  Eventos  $\supset$  Ações  $\supset$  Ações animadas

Mais especificamente, com base nos traços  $[\pm\text{Eventive}]$  e  $[\pm\text{Action}]$ , Jackendoff propõe uma taxonomia de traços para os principais tipos de situações:



(JACKENDOFF, 2007, p. 256)

De acordo com Jackendoff, o critério para definir se um evento pode ser construído conceitualmente como uma ação, ou seja, como “fazer algo”, é o teste proposto em (46)-(47). Essa distinção é relevante para a análise proposta pelo autor para os verbos de atitude proposicional como *acreditar*, *imaginar*, *pretender* e *planejar*, por exemplo. Conforme essa proposta, verbos como *acreditar* denotariam “atitudes situacionais”, uma vez que uma crença pode ser adotada em relação a qualquer situação, seja esta um estado ou evento. Por outro lado, verbos como *pretender* denotariam “atitudes acionais”, já que, ao menos nos casos em que o complemento do verbo é uma sentença infinitiva, como em (52), um indivíduo só pode ter intenção em relação a uma ação na qual ele próprio é o Ator.<sup>21</sup> Por exemplo, as orações

<sup>21</sup> Jackendoff reconhece que verbos como *pretender* também tomam como complemento orações subordinadas que não expressam ações iniciadas pelo sujeito da oração principal (p. ex., *João pretendia que Maria o reconhecesse como herdeiro*). No entanto, o autor propõe que nestes casos se aplica uma regra de coerção, que altera a interpretação das sentenças para um significado em que o sujeito da oração principal age para provocar a

subordinadas em (51) expressam situações em geral, e são todas aceitáveis como complemento de *acreditar*. Em contraste, o verbo *pretender* não aceita como complementos SVs que expressam situações estativas, conforme (52) abaixo.

(51) João acreditava...

que era mais baixo que Paulo.  
que Maria havia nascido 10 anos antes.  
que Ana descendia da realeza.  
que o céu era verde.  
que Paula traria um bolo para a festa.

(52) João pretendia...

olhar para Maria.  
çoçar seu nariz.  
passar na prova.  
\*ser mais baixo que Paulo.  
\*ter nascido 10 anos antes.  
\*ser descendente da realeza.

(Adaptado de JACKENDOFF, 2007, p. 247)

A formalização proposta por Jackendoff para a representação dessas atitudes na Estrutura Conceitual faz uso de um predicado estativo ATTITUDE, que toma como argumentos um indivíduo animado e uma situação ou uma ação, como ilustrado em (53).

(53) a. Atitude situacional:

[Situation, -Eventive [Animate/Person X] ATTITUDE [Situation, -Action Y]]

b. Atitude acional:

[Situation, -Eventive [Animate/Person X] ATTITUDE [Situation, +Action Y]]

(JACKENDOFF, 2007, p. 258)

Conforme essa formalização, atitudes situacionais como *acreditar* teriam uma representação como (53a), em que o segundo argumento de ATTITUDE é do tipo [- Action], ao passo que atitudes acionais como *pretender* teriam uma representação como (53b), com um argumento [+ Action]. Mais especificamente, Jackendoff assume que a atitude envolvida em

---

situação descrita pelo complemento, mantendo, assim, a generalização semântica original. Por exemplo, segundo Jackendoff, uma sentença como *João pretendia que Maria o reconhecesse como herdeiro* pode muito bem ser parafraseada como *João pretendia fazer com que Maria o reconhecesse como herdeiro*.

verbos como *acreditar* e *pretender* é a mesma, qual seja uma atitude de “comprometimento”, que ele define por meio da função COM. Assim, um verbo como *acreditar* teria a estrutura léxico-conceitual em (54a), enquanto o verbo *pretender* teria a representação em (54b) abaixo.

(54) a. X acredita que P.

[X COM [Situation, -Action P]]

b. X pretende agir.

[X<sup>α</sup> COM [Situation, +Action α ACT]]

(Adaptado de JACKENDOFF, 2007, p. 260)

Na estrutura léxico-conceitual em (54b), ACT é um mnemônico para AFF, que é a função que codifica o papel de Ator na teoria de Jackendoff, conforme vimos no capítulo 1. Como o participante que tem a atitude acional deve ser também o Ator, Jackendoff estipula que o primeiro argumento da função de atitude deve ser ligado ao primeiro argumento da função AFF; essa vinculação está representada pela letra grega “α” em (54b).

Com essa formalização, Jackendoff estabelece as ferramentas necessárias para tentar explicar o fato de que eventos acionais são preferencialmente concebidos pelos falantes como volicionais. Conforme vimos na seção 2.3.2, essa ideia está por trás da proposta de Pinker para a função ACT, e surge sempre na presença de um Ator animado. De acordo com Jackendoff, apesar de frequentemente os falantes cometerem erros, atribuindo intenção a quem não a tem, essa hipótese faz parte do modo como conceitualizamos noções sobre o que ocorre na mente dos outros falantes. O autor propõe uma formalização dessa hipótese, por meio da regra de inferência em (55):<sup>22</sup>

$$(55) [X ACT] \Rightarrow_{\text{default}} \left[ \begin{array}{l} X^{\alpha} ACT \\ [FROM [\alpha COM [Situation, +Action \beta]]] \end{array} \right]^{\beta}$$

(JACKENDOFF, 2007, p. 265)

Essa regra, a qual chamarei de “regra de inferência intencional”, define que, a não ser que haja evidência ao contrário, ações são interpretadas como volicionais. Jackendoff argumenta que a regra em (55) possibilita uma análise interessante para a ambiguidade relativa à interpretação volicional do sujeito de verbos como *rolar* ou *deslizar* (cf. *João*

<sup>22</sup> Conforme Jackendoff, a função FROM em (55) marca seu argumento como Causa (cf. João morreu *de* fome) (JACKENDOFF, 2007, p. 264). Neste caso específico, a Causa se caracteriza como a intenção de α de realizar uma determinada ação β.

*rolou/deslizou montanha abaixo (intencionalmente/sem querer)*). Ao invés de assumir que esses verbos são polissêmicos, possuindo um traço opcional de volição em suas entradas lexicais, Jackendoff propõe que a regra em (55) seja parte dos princípios gerais de interpretação das sentenças – algo como uma implicatura Griceana. Dessa maneira, como explica o autor, na presença de um sujeito animado, todos os verbos de ação (portanto, todos os verbos de “ação animada”) automaticamente possibilitariam uma interpretação volicional, sem a necessidade de especificação no léxico. Na seção seguinte, elaborarei minha proposta para a representação dos verbos dinâmicos monoargumentais, a qual levará em conta a regra de inferência intencional de Jackendoff.

## 2.4 A representação léxico-conceitual dos verbos dinâmicos monoargumentais

### 2.4.1 Os verbos de modo de movimento e a distinção entre MOVE e ACT

Nesta seção, apresentarei uma proposta para a representação léxico-conceitual dos verbos dinâmicos monoargumentais; mais especificamente, dos verbos de modo de movimento, dos verbos de emissão e dos verbos de processos corporais. Essa proposta busca lidar com o comportamento gramatical desses verbos em relação à possibilidade ou não de participarem de um processo lexical de causativização. Parto do pressuposto de que a noção de movimento de uma entidade, isto é, de dinamicidade, é uma noção básica na Estrutura Conceitual. A partir desse pressuposto, examinarei de que maneira as noções semânticas discutidas nas seções anteriores, como controle, volição e causação interna, interagem com a noção básica de dinamicidade na constituição do significado dos verbos monoargumentais.

Inicialmente, gostaria de propor que o predicado primitivo MOVE seja responsável simplesmente pela codificação na Estrutura Conceitual da noção básica de dinamicidade de uma entidade. Conforme especificado em (56) abaixo, assumo que MOVE é um predicado monoargumental, modificado por uma raiz de maneira (cf. RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1998, 2010), e que acarreta lexicalmente que o participante é dinâmico – isto é, apresenta movimento:

$$(56) \left[ \begin{array}{l} \text{MOVE ( [Thing X ] )} \\ \text{Event [Manner ROOT]} \end{array} \right]$$

→ O evento é [+dinâmico]

Na análise proposta aqui, eventos de modo de movimento que não acarretam o deslocamento do participante ao longo de uma trajetória são instâncias do predicado MOVE,

como os denotados pelas sentenças em (57) abaixo, envolvendo verbos de modo de movimento da classe de *rolar*:

(57) a. A bola rolou/girou/quicou.

b.  $\left[ \begin{array}{l} \text{MOVE (} [\text{Thing BOLA}] \text{)} \\ \text{Event } [\text{Manner ROLAR/GIRAR/QUICAR}] \end{array} \right]$

Como podemos observar na representação em (57b), a noção de raiz proposta por Rappaport Hovav & Levin encontra-se incorporada à representação do predicado MOVE. Dessa maneira, assumo que raízes de maneira também podem modificar o predicado MOVE, e não somente o predicado ACT, o que não era previsto inicialmente pela proposta das autoras.

Seguindo a proposta de Levin & Rappaport Hovav (1992, 1995), assumo que a distinção entre eventos de causação externa e eventos de causação interna é relevante para a definição da participação dos verbos em processos de causativização. Conforme as autoras, eventos causados externamente são provocados por uma entidade externa com controle imediato sobre o evento. Os verbos de mudança de estado, como *quebrar*, *abrir* e *secar*, constituem exemplos típicos de verbos que lexicalizam eventos causados externamente; devido a isso, formam a base dos verbos que participam da alternância causativa. Por outro lado, eventos causados internamente são conceitualizados pelos falantes como sendo provocados por propriedades inerentes do participante, ocorrendo sem a necessidade de uma causa externa. Como exemplos prototípicos de verbos causados internamente, Levin & Rappaport Hovav citam verbos como *dançar* e *rir*, em que um participante com controle sobre seu corpo age volicionalmente. A questão, portanto, encontra-se em determinar quais tipos de eventos são conceitualizados como causados internamente.

Devido ao fato de o predicado MOVE não ser especificado para o tipo de causação envolvida no evento, conforme a definição em (56), assumo que os eventos que envolvem esse predicado sejam mais facilmente concebíveis como tendo uma causa externa. Isso explicaria a possibilidade de causativização dos verbos de modo de movimento da classe de *rolar*:

(58) a. A bola rolou/girou/quicou.

b. O jogador rolou/girou/quicou a bola.

(59) a. A bandeira tremulou/sacudiu/balançou.

b. O vento tremulou/sacudiu/balançou a bandeira.

$$(60) \left[ \begin{array}{c} \text{CAUSE} ([_{\text{Event}} Y ], [ \text{MOVE} ([_{\text{Thing}} X ] ) \\ \text{Event} \quad [_{\text{Manner}} \text{ROOT}] ] ) \end{array} \right]$$

Por não especificar o tipo de causação, a estrutura de eventos de verbos como os em (58)-(59), envolvendo MOVE, seria visível ao processo lexical de causação, que gera estruturas como (60), em que dois subeventos são relacionados por meio do predicado CAUSE, sendo o primeiro a Causa e o segundo o Efeito.<sup>23</sup>

Por sua vez, proponho que eventos de modo de movimento que são concebidos conceitualmente como ações controladas pelo participante sejam representados por um predicado primitivo específico, o predicado ACT. Especificamente, seguindo a linha das propostas de Pinker (1989), Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010) e Levin & Rappaport Hovav (1995), proponho que os eventos de modo de movimento causados internamente, em que o participante possui controle sobre a ação, sejam instâncias do predicado monoargumental ACT, e não de MOVE. Como podemos observar em (61) abaixo, ACT é um subtipo mais específico de MOVE, acarretando lexicalmente que o evento é dinâmico, causado internamente e controlado pelo participante:

$$(61) \left[ \begin{array}{c} \text{ACT} ([_{\text{Thing}} X ] ) \\ \text{Event} \quad [_{\text{Manner}} \text{ROOT}] \end{array} \right]$$

→ O evento é [+dinâmico], [+causação interna] e [+controle]

Com essa análise, proponho que os verbos de modo de movimento da classe de *correr* sejam instâncias do predicado ACT, conforme (62) abaixo. Assim como no caso dos verbos de modo de movimento representados por MOVE, assumo que esses verbos não acarretam deslocamento ao longo de uma trajetória.

(62) a. João correu/caminhou/dançou.

$$b. \left[ \begin{array}{c} \text{ACT} ([_{\text{Thing}} \text{JOÃO } ] ) \\ \text{Event} \quad [_{\text{Manner}} \text{CORRER/CAMINHAR/DANÇAR}] \end{array} \right]$$

<sup>23</sup> Amaral (2012) propõe uma análise semelhante para os verbos de modo de movimento “não volicionais” no PB, também fundamentada no predicado MOVE, seguindo a linha de Jackendoff (1990). No entanto, a autora estabelece uma subdivisão dessa classe entre verbos do tipo de *sacudir* e verbos do tipo de *girar*. Conforme Amaral, verbos como *sacudir* formariam sentenças transitivas envolvendo dois subeventos concomitantes – ou seja, a aplicação de força do causador extrínseco seria concomitante ao movimento do recipiente de força. Assim, a estrutura léxico-semântica proposta por Amaral para estes casos é [[X ACT] & [Y MOVE<sub><MANNER></sub>]]. Por outro lado, verbos como *rolar* formariam sentenças transitivas em que os dois subeventos se encontram em uma relação de causação, e não de concomitância, sendo que esses casos são representados pela autora por meio de CAUSE – p. ex., [[X (ACT)] CAUSE [Y MOVE<sub><MANNER></sub>]]. Como o foco principal do presente trabalho não é, especificamente, a noção de causação, deixo em aberto a necessidade de subdivisão dos verbos de modo de movimento nessas duas subclasses, assumindo aqui a aplicação de um processo mais geral de causativização em ambos os casos.



Em contraste com a análise de Jackendoff (2007), não considero ACT aqui simplesmente como um mnemônico da função AFFECT; na presente proposta, as funções ACT e MOVE são predicados primitivos da Estrutura Conceitual. Entretanto, adoto o teste proposto por Jackendoff (2007) para identificar eventos que são concebidos como ações – ou seja, “O que X fez foi...” – para definir os eventos envolvendo ACT. Com base nesse teste, podemos identificar o contraste entre os eventos em (57a) e (62a):

- (63) a. O que João fez foi correr/caminhar/dançar alguns minutos.  
 b. ??O que a bola fez foi rolar/girar/deslizar alguns minutos.

Como podemos observar em (63b), no caso de sujeitos não animados, o teste da clivada resulta em sentenças estranhas no português, em contraste com o inglês, conforme vimos na seção anterior (ver exemplo (48a, b)). Ao menos em português, o teste sugere que eventos de modo de movimento como os em (63b), além de não acarretarem controle do participante, não são conceitualizados como ações, justificando, dessa maneira, a análise com MOVE.

De acordo com a definição em (61), os verbos representados por ACT são especificados como causados internamente. Conforme vimos, eventos com causação interna são provocados por alguma característica inerente do participante do evento e, portanto, não são compatíveis com um causador externo. Com isso, verbos representados por ACT não são visíveis ao processo de causativização, o que explicaria a impossibilidade de formação da variante transitiva com verbos de modo de movimento da classe de *correr*:

- (64) a. \*Maria correu/caminhou/nadou João.  
 b. \* $\left[ \begin{array}{c} \text{CAUSE} ([_{\text{Event}} Y ], [ \text{ACT} ([_{\text{Thing}} X ] ) \\ [_{\text{Event}} [_{\text{Manner}} \text{ROOT} ] ] ] \end{array} \right]$

Crucialmente, a representação léxico-semântica proposta para os verbos de modo de movimento com MOVE em (57b) especifica que a raiz desses verbos expressa um modificador de maneira aplicado a um predicado de movimento primitivo – da mesma forma que (62b), com a única diferença de estes eventos serem considerados ações controladas e causadas internamente e envolverem, portanto, o predicado ACT. Ao mesmo tempo, por MOVE ser um predicado primitivo que não é especificado para causação interna inerente, (57b) permite que verbos como *rolar e girar*, por exemplo, sejam distinguíveis dos verbos de ACT com respeito a processos de causação; assim, verbos com MOVE e com ACT podem ser

tratados de modo diferente por processos lexicais como a causativização em português (que converte um predicado com a estrutura básica em (57b) em um evento causativo, como em (60)).

É importante destacar que a animacidade do participante em um evento de modo de movimento, apesar de ser um traço relevante para a possibilidade de interpretação do evento como uma ação volicional, não é o fator determinante para a distinção entre ACT e MOVE. De acordo com a análise proposta aqui, as noções de controle e causação interna são responsáveis por essa diferença conceitual. Contudo, a tarefa de diagnosticar um conjunto de acarretamentos apropriados para distinguir ações causadas internamente de movimentos causados externamente é bastante difícil, uma vez que ações são tipos de eventos bastante heterogêneos. Um teste interessante nesse sentido, que parece apreender a diferença entre causação interna ou externa em eventos de modo de movimento, é apresentado em (65c) e (66c) abaixo:<sup>24</sup>

- (65) a. A mãe girou o bebê no berço.  
b. O bebê girou no berço (com o movimento feito pela mãe).  
c. O bebê girou no berço, mas não moveu um músculo. Foi a mãe que o moveu.
- (66) a. \*Paulo caminhou Maria.  
b. Maria caminhou.  
c. # Maria caminhou, mas não moveu um músculo.

Em (65b), temos um evento de movimento causado externamente, representado por MOVE, em que o bebê gira como resultado da ação da mãe (cf. (65a)). Nesse contexto, é aceitável afirmar, como em (65c), que o participante “não moveu um músculo”, uma vez que a causa do movimento é externa.<sup>25</sup> O mesmo não é possível no caso de um verbo como *caminhar*, que denota uma ação controlada e causada internamente. Além da impossibilidade de formação de uma variante causativa (cf. (66a)), não é aceitável semanticamente afirmar que o participante realizou a ação especificada pelo verbo – nesse caso, *caminhar* –, mas “não

---

<sup>24</sup> Este teste foi proposto originalmente por Beavers & Koontz-Garboden (2012) para distinguir verbos de maneira de verbos de resultado. A premissa dos autores é a de que verbos de resultado são compatíveis com “mas X não moveu um músculo”, pois um Ator pode causar um evento por negligência (p. ex., *Paulo destruiu seu carro, mas não moveu um músculo. Apenas o deixou apodrecendo na garagem.*). O mesmo não seria possível com ações envolvendo modo de movimento (p. ex., *#Paulo correu, mas não moveu um músculo.*). Beavers & Koontz-Garboden não exploram, contudo, a aplicação deste teste para distinguir causação interna e externa.

<sup>25</sup> Considero aqui somente o uso composicional – ou seja, literal – da expressão “não mover um músculo”, e não o uso idiomático, que significa em português algo como “não fazer nenhum esforço”.

moveu um músculo” (cf. (66c)). Como *caminhar* envolve controle e causação interna – e, portanto, ACT –, o participante necessariamente provoca ele mesmo o evento de movimento, o que explica o contraste entre (65c) e (66c).

Note que o traço [+volicional] não faz parte da definição do predicado ACT (cf. (61)): seguindo Jackendoff (2007), suponho que a noção de volição é uma inferência de ações controladas pelo participante. Dessa maneira, no caso de eventos envolvendo ACT, assumo que se aplica a “regra de inferência intencional” (adaptada de JACKENDOFF, 2007, p. 265):

$$(67) [\text{ACT} ([\text{Thing } X \ ])] \Rightarrow_{\text{default}} \left[ \begin{array}{l} \text{ACT} ([\text{Thing } X \ ]^{\alpha}) \\ [\text{FROM } [\alpha \text{ COM } [\text{Situation, } +\text{Action } \beta]]] \end{array} \right]^{\beta}$$

→ O evento é [+dinâmico], [+causação interna], [+controle]  
e [+volicional]

Entretanto, ainda resta uma questão crucial: como lidar com o fato bastante conhecido na literatura de que alguns verbos de modo de movimento do tipo de *rolar* são ambíguos entre uma leitura “volicional” e “não volicional”? A alternativa de análise adotada aqui será propor uma regra de inferência, nos moldes da “regra de inferência intencional” de Jackendoff (2007), a qual determina que, no caso de um participante [+animado], um evento de modo de movimento (MOVE) é interpretado como uma ação (ACT):

$$(68) [\text{MOVE} ([\text{Thing } X \ ])] \Rightarrow_{\text{default}} [\text{ACT} ([\text{Thing } X \ ])], \text{ se } X \text{ for } [+animado]$$

→ O evento é [+dinâmico], [+causação interna], [+controle]

Uma vez aplicada essa regra, torna-se possível a aplicação também da “regra de inferência intencional”, que atua por *default* em todos os eventos envolvendo ACT, ainda que por inferência. Isso explicaria o fato de que, na presença de um participante animado, verbos de modo de movimento do tipo de *rolar* têm um comportamento similar ao dos verbos envolvendo ACT:

(69) a. João rolou/girou/deslizou no chão intencionalmente.

b. O que João fez foi rolar/girar/deslizar no chão intencionalmente.

Como podemos observar em (69b), o teste com a clivada mostra que esses eventos são interpretados como ações; porém, esse comportamento resulta da aplicação das regras de inferência discutidas acima. Em outras palavras, a alternância no significado de alguns verbos do tipo de *rolar* para uma interpretação de controle e causação interna não constitui um tipo de polissemia lexical; antes, é resultado da subespecificação do predicado MOVE quanto ao

tipo de causação envolvida no evento. Por exemplo, não há duas entradas lexicais para o verbo *rolar*, mas sim a possibilidade de o evento denotado por esse verbo, na presença de um participante animado, ser interpretado, por inferência, como uma ação. Uma indicação nesse sentido é o fato de o significado especificado pela raiz de um verbo como *rolar* ser exatamente o mesmo (ou seja, o modo de se movimentar “rolando”) tanto na interpretação de ação volitiva como na de movimento causado externamente. De acordo com a presente proposta, portanto, ações são um subtipo específico de movimento, que é a noção mais básica na Estrutura Conceitual.

#### 2.4.2 *Estendendo a análise para os verbos de emissão e para os verbos de processos corporais*

Jackendoff (1990) sugere brevemente que outros verbos monoargumentais do inglês, como *laugh* (“rir”) e *sneeze* (“espirrar”), também poderiam pertencer à classe dos verbos representados por MOVE. No entanto, a proposta apresentada na seção anterior possibilita uma alternativa mais interessante de análise para essa classe de verbos monoargumentais. Conforme observamos na introdução deste capítulo, os verbos de processos corporais não possibilitam a formação de uma variante causativa, o que indica que denotam eventos causados internamente.

- (70) a. Paulo soluçou/arrotou/bocejou/tremeu.  
b. \*Maria soluçou/arrotou/bocejou/tremeu Paulo.

No entanto, ao contrário dos verbos de modo de movimento da classe de *correr*, a aplicação do teste para a identificação de ações indica que os verbos de processos corporais têm um comportamento gramatical intermediário, como podemos observar em (71)-(72):

- (71) ?O que o Paulo fez foi rir/espirrar/dormir.  
(72) a. O que o Paulo faz quando tá muito frio?  
b. Ele corre/caminha.  
c. ??Ele espirra/tosse.

Em (71), a aplicação do teste da clivada gera sentenças um pouco estranhas com verbos como *rir*, *espirrar* e *dormir*, uma vez que esses verbos denotam eventos concebidos como não necessariamente controlados pelo participante – ou seja, concebidos normalmente

como processos corporais involuntários. O contexto de pergunta e resposta em (72) torna mais claro o contraste entre essas classes verbais: enquanto os eventos denotados por *correr* e *caminhar* são facilmente conceitualizados como ações que *Paulo* realiza quando está muito frio (cf. (72b)), a utilização de verbos como *espirrar* e *tossir* gera sentenças muito estranhas no mesmo contexto (cf. 72c). Com base nesses exemplos, concluo que, apesar de denotarem eventos dinâmicos causados internamente, os verbos de processos corporais não são especificados para a noção de controle, o que os impede de serem representados pelo predicado ACT. Proponho que esses verbos sejam instâncias do predicado MOVE, mas que sejam marcados com o diacrítico [+causação interna], ou [+CI], para indicar que o evento é causado por uma propriedade inerente do participante:

$$(73) \left[ \begin{array}{l} \text{MOVE}^{+CI} ([_{\text{Thing}} X ]) \\ \text{Event} \quad [_{\text{Manner}} \text{ROOT}] \end{array} \right]$$

→ O evento é [+dinâmico] e [+causação interna]

Como podemos observar em (73),  $\text{MOVE}^{+CI}$  acarreta lexicalmente que o evento é dinâmico e tem causação interna. Esse fato explica por que, assim como os verbos de modo de movimento da classe de *correr*, esses verbos não são visíveis ao processo de causativização. Por outro lado, por não serem especificados para controle, não são facilmente conceitualizados como ações na Estrutura Conceitual. Com essa análise, verbos como *bocejar*, *dormir* e *roncar* teriam uma representação léxico-conceitual como (74b):

(74) a. Maria bocejou/dormiu/roncou.

$$b. \left[ \begin{array}{l} \text{MOVE}^{+CI} ([_{\text{Thing}} \text{MARIA} ]) \\ \text{Event} \quad [_{\text{Manner}} \text{BOCEJAR/DORMIR/RONCAR}] \end{array} \right]$$

No entanto, assim como os outros verbos representados por MOVE, como *rolar* e *gitar*, os verbos de processos corporais também estão sujeitos à aplicação das regras de inferência em (67) e (68), uma vez que os participantes desses eventos são, de modo geral, animados. Isso daria conta do fato de que os eventos denotados por esses verbos são compatíveis com uma interpretação em que o participante tem controle da ação, como mostram os exemplos abaixo.

(75) a. João riu/bocejou/chorou intencionalmente.  
 b. João parou de rir/bocejar/chorar após o pedido de Maria

Por sua vez, os verbos de emissão, conforme vimos na introdução deste capítulo, apresentam um comportamento heterogêneo em relação à participação no processo de causativização, como ilustrado novamente em (76):

- (76) a. A chaleira chiou.  
b. O paciente gemeu.  
c. Os dedos estalaram.  
d. O sino soou.
- (77) a. \*O fogo chiou a chaleira.  
b. \*O médico gemeu o paciente.  
c. O menino estalou os dedos.  
d. O rapaz soou o sino.
- (78) a. O espelho brilhou.  
b. A estrela cintilou.  
c. A janela reluziu.  
d. A lanterna piscou.
- (79) a. \*Maria brilhou o espelho.  
b. \*O sol cintilou a estrela  
c. \*A lâmpada reluziu a janela.  
d. Paulo piscou a lanterna.

Vejamos primeiramente o caso dos verbos de emissão de som, exemplificados em (76)-(77). Como podemos observar nesses exemplos, verbos como *chiar* e *gemit* não permitem a formação da variante causativa (cf. (77a,b)), ao passo que verbos como *estalar* e *soar* permitem (cf. (77c,d)). Em um estudo de *corpus* sobre os verbos de emissão de som, Levin, Song & Atkins (1997) mostram que a distinção entre causação interna e externa é relevante para a possibilidade ou não de causativização de verbos dessa classe em inglês. De acordo com os autores, verbos de emissão que descrevem sons produzidos internamente pelo emissor – como *chiar* e *gemit*, por exemplo – são conceitualizados como causados internamente. Por outro lado, verbos que descrevem sons produzidos de maneira externa ao emissor – por exemplo, *estalar* e *soar* – são conceitualizados como causados externamente.

Portanto, seguindo Levin, Song & Atkins, assumo que o contraste em (76)-(77) pode ser explicado pelo tipo de causação envolvida no evento; nos termos da proposta desenvolvida na seção anterior, os verbos de emissão seriam verbos de MOVE, e a presença ou não do traço [+CI] seria responsável pela participação ou não desses verbos no processo de causativização:

- (80) a. A chaleira chiou/apitou/assobiou.  
 b.  $\left[ \begin{array}{l} \text{MOVE}^{+CI} ([_{\text{Thing}} \text{ CHALEIRA }]) \\ \text{Event } [_{\text{Manner}} \text{ CHIAR/APITAR/ASSOBIAR}] \end{array} \right]$

- (81) a. Os tambores soaram/ressoaram/bateram.  
 b.  $\left[ \begin{array}{l} \text{MOVE} ([_{\text{Thing}} \text{ TAMBORES }]) \\ \text{Event } [_{\text{Manner}} \text{ SOAR/RESSOAR/BATER}] \end{array} \right]$

Por sua vez, os verbos de emissão de luz, como aqueles em (78)-(79), não permitem normalmente a formação da variante causativa, com exceção de *pisca*, em (79d). Apesar desse aparente contraexemplo, assumirei que esses verbos são marcados para causação interna, sendo representados, portanto, por  $\text{MOVE}^{+CI}$ . No caso de *pisca*, apesar de uma causa externa poder provocar o evento, ainda assim ela está simplesmente acionando alguma propriedade inerente do emissor de luz – isto é, algum funcionamento interno do participante afetado –, e essa propriedade interna é responsável pela realização do evento. Uma evidência nesse sentido é o fato de que, com verbos como *pisca*, a variante incoativa é apenas uma inferência da variante causativa, e não um acarretamento, como podemos observar em (82):

- (82) a. João piscou a lanterna para fazer um sinal, mas ela não estava funcionando.  
 ↗ A lanterna piscou.  
 b. João girou a cadeira, mas ela estava quebrada.  
 → A cadeira girou.

Assim, os verbos de emissão de luz seriam representados da mesma forma que os verbos de emissão de som em (80), por meio do predicado  $\text{MOVE}^{+CI}$ :

- (83) a. A lâmpada brilhou/cintilou/piscou.  
 b.  $\left[ \begin{array}{l} \text{MOVE}^{+CI} ([_{\text{Thing}} \text{ LÂMPADA }]) \\ \text{Event } [_{\text{Manner}} \text{ BRILHAR/CINTILAR/PISCAR}] \end{array} \right]$

Com essa análise, acredito ter apresentado um tratamento amplo para os verbos dinâmicos monoargumentais do português brasileiro, lidando adequadamente com o

comportamento gramatical desses verbos em relação à participação ou não no processo lexical de causativização.

## 2.5 Resumo do capítulo

Neste capítulo, apresentei uma proposta para a representação léxico-conceitual dos verbos dinâmicos monoargumentais que lida com o comportamento gramatical desses verbos em relação à sua participação no processo de causativização. De acordo com essa proposta, o predicado primitivo MOVE representa a noção básica de dinamismo na Estrutura Conceitual, ao passo que os eventos conceitualizados como ações controladas pelos participantes são representados pela função ACT, que consiste em um subtipo mais específico de MOVE. Com base em Levin & Rappaport Hovav (1992, 1995), avaliei o papel da noção de causação interna na determinação dos verbos que participam do processo de causativização em português. A conclusão foi a de que essa noção é ortogonal à classificação de eventos de modo de movimento (MOVE) e ações (ACT), sendo melhor tratada como um traço modificador dessas funções primitivas.

Seguindo Jackendoff (2007), defendi que a noção de volição decorre de uma regra de inferência que faz parte do sistema de interpretação das sentenças. No mesmo sentido, propus uma regra de inferência que estabelece que eventos envolvendo MOVE sejam interpretados como ações na presença de um participante animado. Por meio dessas regras de inferência, pode-se lidar com o fato conhecido de que verbos como *rolar* alternam entre uma leitura “volicional” e “não volicional”, sem precisar postular duas entradas lexicais para esses verbos.

A tabela abaixo apresenta um resumo das classes verbais tratadas neste capítulo e dos predicados primitivos envolvidos na representação léxico-conceitual básica de cada uma dessas classes.

*Tabela 2.1 Classes de verbos dinâmicos monoargumentais analisadas neste capítulo*

Predicados primitivos	Acarretamentos	Classes verbais
MOVE	[+dinâmico]	<b>Verbos de modo de movimento da classe de <i>rolar</i>:</b> balançar, deslizar, escorregar, flutuar, girar, quicar, rodar, rolar, sacudir, tremular...



		<b>Verbos de emissão de som:</b> bater, bramir, estalar, ressoar, soar, tinir, tocar...
MOVE <sup>+CI</sup>	[+dinâmico] [+causação interna]	<b>Verbos de processos corporais:</b> arrotar, bocejar, chorar, dormir, espirrar, piscar, respirar, rir, roncar, soluçar, suar, tossir, tremer, vomitar...  <b>Verbos de emissão de som:</b> apitar, assobiar, chiar, gemer, zumbir, zunir...  <b>Verbos de emissão de luz:</b> brilhar, chamejar, cintilar, fulgar, luzir, piscar, resplandecer, reluzir...
ACT	[+dinâmico] [+causação interna] [+controle]	<b>Verbos de modo de movimento da classe de <i>correr</i>:</b> andar, correr, dançar, galopar, marchar, nadar, pular, saltar, voar...

## **3 A NOÇÃO DE MANEIRA E A INCORPORAÇÃO DE TRAJETÓRIAS EM VERBOS DINÂMICOS MONOARGUMENTAIS**

### **3.1 Introdução**

Este capítulo trata do *status* dos verbos dinâmicos monoargumentais como verbos de maneira e examina a forma como diferentes trajetórias podem ser incorporadas aos eventos denotados por esses verbos. O objetivo principal é analisar qual a melhor forma de representação léxico-conceitual desses eventos na Estrutura Conceitual, o módulo da gramática responsável pela codificação da estrutura de eventos dos predicados. O capítulo está organizado da seguinte maneira. A seção 3.2 discutirá os conceitos envolvidos na distinção proposta por Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010) entre verbos de maneira e verbos de resultado, de modo a caracterizar os verbos dinâmicos monoargumentais como verbos de maneira. Já a seção 3.3 examinará o trabalho de Talmy (2000b) sobre a incorporação das noções de maneira e trajetória nas línguas naturais. A seção 3.3.1 tratará dos conceitos envolvidos na teoria de Talmy (2000b) para os eventos de movimento, e da tipologia das línguas proposta pelo autor com base na forma como codificam linguisticamente as noções de maneira e trajetória. A seção 3.3.2 apresentará a redefinição da noção de satélite de Talmy, proposta por Beavers, Levin & Tham (2010), que será essencial para a discussão dos casos problemáticos para a tipologia. Por sua vez, a seção 3.3.3 discutirá alguns desses casos problemáticos, que põem em questão o caráter categórico da classificação de Talmy para as línguas naturais. Finalmente, na seção 3.4, apresentarei minha proposta para a representação formal da incorporação de trajetórias em eventos dinâmicos monoargumentais no português brasileiro, a qual se localiza no *framework* da Semântica Conceitual, levando em conta as modificações nessa teoria postuladas no capítulo anterior.

### **3.2 A caracterização dos verbos monoargumentais como verbos de maneira**

No capítulo 2, apresentei a distinção proposta por Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010) entre verbos de maneira e verbos de resultado, e propus que os verbos dinâmicos monoargumentais estudados naquele capítulo (p. ex., *correr*, *rolar*, *rir*, *brilhar*) enquadram-se

todos na classe dos verbos de maneira. Contudo, quais são exatamente as noções de maneira e resultado relevantes semanticamente para essa classificação?

Conforme vimos no capítulo anterior, Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010) classificam como verbos de maneira aqueles que especificam como parte de seu significado o modo de realização de uma ação, enquanto os verbos de resultado especificam um estado resultante. As autoras listam os seguintes verbos como exemplos das duas classes:

- (1) a. **Verbos de maneira:** *morder, esfregar, rabiscar, varrer, rir, correr, nadar...*
- b. **Verbos de resultado:** *limpar, cobrir, esvaziar, encher, congelar, matar, derreter, abrir, chegar, morrer, entrar...*

(Adaptado de RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 2010, p. 21)

Segundo as autoras, essa classificação é relevante gramaticalmente, uma vez que os verbos tendem a codificar lexicalmente, como parte de seu significado, maneira ou resultado, mas não as duas noções. Por exemplo, um verbo como *esfregar* lexicaliza a maneira como o contato é realizado em uma superfície, denotando uma ação que tipicamente objetiva a remoção de algum material dessa superfície. Entretanto, esse resultado é apenas uma implicatura, pois pode ser negado explicitamente, como podemos observar em (2a) abaixo. Por outro lado, um verbo como *remover* codifica lexicalmente o estado resultante de alguma ação, o qual é um acarretamento do verbo, não podendo ser negado, conforme (2b):

- (2) a. Maria esfregou o fogão por 10 minutos, mas a sujeira não saiu.
- b. #Maria removeu a sujeira do fogão, mas ela não saiu.

Para caracterizar mais precisamente as noções de maneira e resultado, uma possibilidade seria defini-las com base no conceito de telicidade, já que essa noção é frequentemente associada ao conceito de estado resultante (cf. DOWTY, 1979; PUSTEJOVSKY, 1991; entre muitos outros). No entanto, como veremos a seguir, uma abordagem baseada em aspecto não é a melhor alternativa para definir a natureza das raízes verbais de maneira e resultado, conforme adiantaram Rappaport Hovav & Levin.

De acordo com a classificação vendleriana clássica dos tipos aspectuais dos predicados (VENDLER, 1967), tal qual discutida e desenvolvida por Dowty (1979), os verbos monoargumentais analisados no capítulo anterior podem ser definidos, em seu significado básico, como atividades. A classificação desenvolvida por Dowty envolve quatro tipos aspectuais: estados, atividades, *achievements* e *accomplishments*. Grosso modo, estados são

eventualidades não dinâmicas (p. ex., *amar, saber, ter*); atividades são processos atéticos, que não possuem um ponto final definido (p. ex., *correr, nadar*); *accomplishments* são processos téticos, com um ponto final especificado (p. ex., *pintar um quadro, construir uma casa*); e *achievements* são eventos téticos e pontuais – isto é, instantâneos (p. ex., *reconhecer, quebrar*). O teste padrão para a identificação de telicidade, o qual diferencia estados e atividades de *achievements* e *accomplishments*, envolve o uso dos modificadores temporais *por X tempo* e *em X tempo*.

- (3) a. João teve um carro por 5 anos/\*em 5 anos. (estado)  
 b. Pedro correu por 30 minutos/\*em 30 minutos. (atividade)  
 c. Joana pintou um quadro em 2 dias/\*por 2 dias. (*accomplishment*)  
 d. Carlos reconheceu Paula em 1 segundo/\*por 1 segundo. (*achievement*)

Enquanto *por X tempo* modifica predicados atéticos (estados e atividades, cf. (3a,b)), *em X tempo* modifica somente predicados téticos (*achievements* e *accomplishments*, cf. (3c,d)).<sup>26</sup> Além de telicidade, outro teste importante para a classificação vendleriana é a possibilidade de os verbos aparecerem no progressivo. Esse teste distinguiria estados e *achievements* de atividades e *accomplishments*:

- (4) a. \*João está tendo um carro (estado)  
 b. \*Carlos está reconhecendo Paula (*achievement*)  
 c. Pedro está correndo. (atividade)  
 d. Joana está pintando um quadro. (*accomplishment*)

De acordo com os testes acima, atividades são eventualidades atéticas (podendo ser modificadas com *por X tempo*), o que as diferencia de *achievements* e *accomplishments*, e dinâmicas (podendo aparecer no progressivo, cf. (4c, d)), o que as diferencia de estados. Assim, tanto os verbos de modo de movimento como os outros verbos monoargumentais discutidos no capítulo 2 podem ser considerados basicamente verbos de atividade, como mostram os exemplos abaixo:

<sup>26</sup> Para um estudo mais detalhado sobre a semântica exata dos modificadores “em X tempo” e “por X tempo”, ver Rothstein (2004) e Basso (2011).

- (5) a. Ana correu/nadou/caminhou no clube por 2 horas.  
 b. A bola rolou/quicou/girou no chão por 1 minuto.  
 c. Pedro riu/espirrou/dormiu por 10 minutos.  
 d. A chaleira chiou/apitou/assobiou por 5 minutos.
- (6) a. Ana está correndo/nadando/caminhando no clube.  
 b. A bola está rolando/quicando/girando no chão.  
 c. Pedro está rindo/espirrando/dormindo.  
 d. A chaleira está chiando/apitando/assobiando.

Em uma primeira análise, os dados acima indicam que os verbos dinâmicos monoargumentais são atélicos em seu significado básico, uma vez que não lexicalizam um ponto final para o evento, apenas a sua maneira de realização. Nesse sentido, parece ser possível associar as noções de maneira e atelicidade. Entretanto, conforme destacam Rappaport Hovav & Levin, alguns fatos relacionados aos verbos de resultado indicam que há razões para não se igualar, por outro lado, as noções de resultado e telicidade. O principal deles é que a noção de telicidade é codificada lexicalmente apenas em alguns verbos (p. ex., *chegar, morrer, quebrar*, etc.) – via de regra, a telicidade de um predicado é definida de maneira composicional, fato bastante discutido na literatura (cf. ROTHSTEIN, 2004; FILIP; ROTHSTEIN, 2006; KRIFKA, 1998; entre outros). Como exemplo disso, Rappaport Hovav & Levin citam os verbos conhecidos como *degree achievements* (p. ex., *esfriar, secar, alargar*, etc.), os quais, apesar de serem verbos de resultado, apresentam usos télicos e atélicos, conforme podemos observar em (7) abaixo:

- (7) a. The chemist cooled the solution for three minutes.  
 ‘O químico esfriou a solução por três minutos’
- b. The chemist cooled the solution in three minutes; it was now at the desired temperature.  
 ‘O químico esfriou a solução em três minutos; ela ficou então na temperatura desejada’

(RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 2010, p. 27)

Os dados em (7) indicam que esses verbos não podem ser considerados lexicalmente télicos, pois são também compatíveis com o modificador “por X tempo” (cf. (7a)). Com isso, Rappaport Hovav & Levin (2010) buscam uma alternativa para a telicidade como critério de distinção entre maneira e resultado. As autoras argumentam que as noções de maneira e resultado relevantes para sua teoria devem ser entendidas não em termos de telicidade, mas de “mudança escalar”: raízes de resultado especificariam mudanças escalares, enquanto raízes de maneira, mudanças não escalares.

Segundo as autoras, verbos que denotam eventos de mudança escalar especificam uma escala – isto é, um conjunto de pontos que indicam valores diferentes – para um determinado atributo, com uma relação de ordenamento associada. Uma mudança escalar em uma entidade consiste, portanto, em uma mudança nos valores de um dado atributo em uma direção particular, determinada pelo ordenamento especificado na semântica do verbo. Verbos de mudança de estado (p. ex., *aquecer*, *abrir*, *secar*) seriam exemplos típicos de verbos que especificam mudanças desse tipo. No caso de um verbo como *aquecer*, a escala está relacionada à temperatura, e o ordenamento é definido em direção aos valores mais altos desse atributo. Entretanto, nem todos os verbos de mudança escalar denotam escalas com múltiplos pontos; há também verbos que denotam escalas de apenas dois pontos, como, por exemplo, o verbo *quebrar*. Mesmo nesses casos, cada ponto da escala apresenta um valor diferente.

Os verbos que denotam mudanças não escalares são, por sua vez, aqueles que envolvem uma “mudança” que não pode ser caracterizada em termos de um conjunto ordenado de valores de um atributo – isto é, não pode ser caracterizada de modo que dois pontos sucessivos da escala de desenvolvimento da eventualidade sejam concebidos como valores diferentes em direção a uma meta. Conforme as autoras, em geral, esses verbos envolvem mudanças complexas, resultantes da combinação de múltiplas mudanças distintas, o que indica que não há uma escala de mudança específica. Por exemplo, o evento denotado por *correr* envolve simplesmente uma sequência de padrões de movimentos, a qual o distingue de outras atividades, como *nadar* – sendo que esses padrões não representam uma mudança nos valores de um atributo único. Em particular, é verdade que, num certo nível de concepção desses eventos, se possa afirmar que tais padrões de movimento envolvem subpadrões em que se pode distinguir uma etapa da outra. Por exemplo, podemos distinguir, em “correr”, o movimento em que uma perna se flexiona e o pé não mais toca o solo do momento em que a perna se estende e o pé toca o solo. Mas, para um evento de “correr” se desenvolver, esses

subpadrões precisam ser reiterados, não havendo progresso (ou regresso) na sua sucessão – isto é, os subpadrões do movimento de “correr” não são orientados numa sucessão de valores em direção a valores superiores ou inferiores numa “escala de corrida”. Considere o contraste entre os seguintes exemplos, com o modificador *mais*:

- (8) a. João correu mais.
- b. João envelheceu mais.

Em (8a), não há um progresso na “escala de corrida”, mas sim na velocidade de execução dos subpadrões de movimento que definem a atividade de “correr”, ou na distância percorrida (cf. *João correu mais longe.*). O que importa nesses casos é que verbos como *correr* não possuem uma escala inerente, o que faz com que o modificador *mais* aponte progresso em uma “escala externa” qualquer. Por outro lado, em (8b), há claramente um progresso na escala ordenada de “envelhecer”. Nesse sentido, o teste com o modificador *mais* pode ser utilizado para distinguir verbos de atividade, como *correr*, de *degree achievements*, como *envelhecer*, indicando que apenas os últimos seriam verbos de resultado.

Outro teste possível para o diagnóstico da distinção entre maneira e resultado envolve o modificador *quase*. A ideia de que modificadores como *quase* e *de novo* são sensíveis a diferentes partes do significado verbal é bastante antiga na literatura, e foi introduzida na Semântica Gerativa, no final da década de 1960 e início da década de 1970, para justificar as estruturas semânticas propostas nessa teoria (cf. MCCAWLEY, 1973; MORGAN, 1969, entre outros). De acordo com Dowty (1979), a ambiguidade gerada pelo advérbio *quase* pode ser utilizada como teste para identificar a telicidade de um predicado. Sentenças como *João quase desenhou um círculo* seriam ambíguas entre uma “leitura interna” ao evento, na qual João começou a desenhar um círculo, mas não chegou a desenhá-lo por completo, e uma “leitura externa” ao evento, “contrafactual”, na qual João esteve próximo de começar a desenhar, mas por alguma razão não deu início à ação. Por outro lado, sentenças atéticas como *João quase correu* não apresentam esse tipo de ambiguidade: a única leitura possível é a “contrafactual”.

Contrariamente a Dowty, Winter (2006) afirma que a ambiguidade gerada por *quase* não está relacionada necessariamente à telicidade dos predicados, mas sim à propriedade de denotarem escalas fechadas ou não. Com base no estudo de Rotstein & Winter (2004) sobre pares de adjetivos totais e parciais, como *limpo* e *sujo*, e sua interação com advérbios como

*quase*, Winter (2006) afirma que o modificador *quase* requer escalas fechadas. Consideremos os seguintes exemplos utilizados pelo autor:

(9) a. Dan almost walked around the lake.

‘Dan quase andou ao redor do lago’

b. Dan almost circled the lake.

‘Dan quase contornou o lago’

(WINTER, 2006, p. 3)

Conforme Winter (2006), ambos os predicados modificados por *almost* (“quase”) em (9a) e (9b) são télicos, pois denotam eventos em que há uma trajetória com um ponto final definido. No entanto, em (9b) observa-se a ambiguidade entre uma leitura na qual Dan iniciou a ação e chegou perto de contornar o lago – chamada pelo autor de “escalar” –, e uma leitura “contrafactual”, na qual Dan esteve próximo de iniciar a atividade, mas não a iniciou. Em contraste, segundo o autor, a leitura escalar em (9a) seria estranha para os falantes de inglês, e a interpretação mais natural seria a contrafactual, na qual a caminhada não é iniciada. Isso ocorreria porque a trajetória denotada pelo verbo em (9b) seria fechada, ao contrário da trajetória em (9a), introduzida pela preposição *around* (“ao redor”). Dessa maneira, pode-se concluir que o modificador *quase* gera ambiguidade apenas no caso de predicados que denotam uma escala fechada; ou seja, tanto verbos que denotam mudanças não escalares (p. ex., verbos de maneira como *correr* e *caminhar*) como verbos que denotam mudanças escalares sem um limite claramente definido (p. ex., *degree achievements* como *envelhecer* e *esfriar*) apresentam apenas a leitura contrafactual com *quase* (cf. João quase correu/?João quase envelheceu).

A ideia de que o modificador *quase* é sensível a predicados que denotam escalas fechadas vai ao encontro da proposta de Rappaport Hovav & Levin (2010) em relação à distinção entre verbos de maneira e resultado. Salvo no caso de *degree achievements*, que aparentemente são verbos de resultado que denotam escalas abertas, ou no caso de eventos com trajetórias télicas, porém abertas (cf. (9a)) –, espera-se que verbos que denotam mudanças escalares apresentem ambiguidade com *quase*, enquanto verbos de maneira possibilitem somente a leitura contrafactual:

(10) a. Paulo quase cozinhou o arroz.

*Leituras escalar e contrafactual*

b. Paulo quase estancou o vazamento.

*Leituras escalar e contrafactual*



- (11) a. Maria quase correu/nadou/caminhou. *Somente leitura contrafactual*  
b. João quase rolou/quicou/girou a bola. *Somente leitura contrafactual*

Crucialmente, os exemplos acima mostram que tanto os verbos de modo de movimento da classe de *correr* em (11a) como os da classe de *rolar* em (11b) apresentam somente a leitura contrafactual, na qual o evento não chegou a se realizar. Isso mostra que os verbos representados por ACT comportam-se, com relação à estrutura de eventos detectada por *quase*, do mesmo modo que os verbos representados por MOVE: ou seja, denotam mudanças não escalares e sem um ponto final especificado. Nos termos da análise que proponho aqui, baseada nas propostas de Rappaport Hovav & Levin, ambas as classes consistem em verbos de maneira, e diferem dos verbos de resultado.

Portanto, com base nos testes com os modificadores *mais* e *quase*, assumirei que todos os verbos de modo de movimento, bem como os verbos de emissão e os verbos de processos corporais, são basicamente verbos monoargumentais de maneira. Sob essa perspectiva, a introdução de uma trajetória em eventos dessa natureza ocorre por meio de uma regra de adjunção (nesse caso, do predicado GO) (cf. JACKENDOFF, 1990). Isso nos leva ao segundo problema da teoria jackendoffiana, discutido no capítulo 2, sobre a melhor forma de representação de trajetórias com verbos de maneira. Nas seções seguintes, discutirei os tipos de trajetórias que ocorrem com verbos dinâmicos monoargumentais em diversas línguas e desenvolverei uma proposta para a representação dessas trajetórias no português brasileiro.

### 3.3 A representação léxico-conceitual da noção de trajetória

#### 3.3.1 Talmy (2000b): a divisão das línguas entre verb-framed e satellite-framed

Talmy (2000b) desenvolve uma teoria para o tratamento das relações sistemáticas entre o significado e as formas linguísticas de superfície nas línguas, a qual é amplamente baseada na análise das eventualidades de movimento e localização espacial.<sup>27</sup> A análise de Talmy (2000b) para os eventos de movimento, estendida também para eventualidades em geral, contém quatro componentes básicos: (i) a Figura (*Figure*), que consiste no objeto que se move ou está localizado em relação a outro objeto (equivalente ao Tema, nas teorias de Gruber (1965) e Jackendoff (1983, 1990)); (ii) o Fundo (*Ground*), que é a entidade que serve de ponto de referência para o movimento ou localização da Figura; (iii) a Trajetória (*Path*),

---

<sup>27</sup> Na teoria de Talmy, tanto eventualidades contendo a noção de movimento como a de continuação de uma localização estacionária são tratadas igualmente como eventos de movimento (*Motion events*).

que consiste tanto na trajetória de movimento como no local ocupado pela Figura; e (iv) o Movimento (*Motion*), que se refere à presença de movimento *per se* ou de localização espacial. A noção de movimento espacial é representada na teoria de Talmy por MOVE, bem como por GO, no caso do deslocamento ser do próprio agente. E a noção de localização é representada por BE<sub>LOC</sub> (que atua como mnemônico para “be located”, ou seja, “estar localizado”). O autor esclarece que esses dois componentes referem-se apenas à ocorrência ou não ocorrência de movimento translacional – isto é, de mudança de localização da Figura ao longo do tempo. A noção de modo de movimento da Figura, por exemplo, está associada, segundo Talmy, ao que o autor chama de co-evento externo, por meio do qual se expressam noções como maneira e causação. Os exemplos do inglês em (12) exemplificam todas essas entidades semânticas.

(12) Expressões de movimento em inglês com integração de Maneira ou Causa:<sup>28</sup>

**BE<sub>LOC</sub> + Maneira**

a. The lamp lay on the table.

‘A luminária estava sobre a mesa’

a'. [the lamp WAS<sub>LOC</sub> on the table] WITH-THE-MANNER-OF [the lamp lay there]

**MOVE + Maneira**

*Não agentivo*

b. The rock rolled down the hill.

‘A pedra rolou montanha abaixo’

b'. [the rock MOVED down the hill] WITH-THE-MANNER-OF [the rock rolled]

*Agentivo*

c. I bounced the keg into the storeroom.

‘Eu quiquei o barril para dentro do depósito’

c'. [I <sub>A</sub>MOVED the keg into the storeroom] WITH-THE-MANNER-OF [I bounced the keg]

---

<sup>28</sup> O termo *conflation* foi criado por Talmy (1972) para se referir à relação entre significado e forma em sua teoria. Mais especificamente, a noção de *conflation* diz respeito à incorporação de elementos semânticos no significado básico do verbo. Com isso, escolhi o termo “integração” em português para me referir a este conceito.

*Auto-agentivo*

d. I ran down the stairs.

‘Eu corri escada abaixo’

d'. [I WENT down the stairs] WITH-THE-MANNER-OF [I ran]

**MOVE + Causa**

e. I kicked the keg into the storeroom.

‘Eu chutei o barril para dentro do depósito’

e'. [I <sub>A</sub>MOVED the keg into the storeroom] WITH-THE-CAUSE-OF [I kicked the keg]

(Adaptado de TALMY, 2000b, p. 27-30)

No exemplo em (12a), *the lamp* é a Figura e *the table* é o Fundo. Por sua vez, nos termos da teoria, a preposição *on* representa a “Trajetória” – nesse caso, um local – e o verbo *lay* incorpora em seu significado a localização da Figura em relação ao Fundo – isto é, incorpora o predicado BE<sub>LOC</sub>. Além disso, há ainda a integração da noção de Maneira no verbo *lay*. A paráfrase em (12a') torna mais clara a noção de integração de um co-evento externo ao verbo, com o evento principal sendo representado por BE<sub>LOC</sub>, e o co-evento de maneira sendo expresso em uma sentença subordinada, por meio da relação WITH-THE-MANNER-OF.<sup>29</sup>

A representação da integração de MOVE e Maneira é dividida por Talmy em três tipos: não agentiva, agentiva e auto-agentiva. O exemplo em (12b) mostra um caso de movimento não agentivo da Figura, o qual é representado por MOVE (cf. (12b')). Já o caso de causação agentiva de movimento em (12c) é representado por Talmy por meio de <sub>A</sub>MOVE, que significa basicamente “CAUSE to MOVE”.<sup>30</sup> Finalmente, Talmy chama de movimento auto-agentivo aquele envolvido em eventos descritos por verbos como *run*, os quais são representados por meio de GO em sua teoria (cf. (12d')). É importante destacar aqui que MOVE e GO na teoria de Talmy são bastante distintos dos predicados primitivos presentes na Semântica Conceitual de Jackendoff. Enquanto MOVE e GO representam ambos, para Talmy, deslocamento de uma entidade, com a diferença de GO representar movimentos “auto-agentivos”, somente GO, para Jackendoff, expressa a noção de deslocamento.

<sup>29</sup> Talmy (2000b, p. 29) explica que as formas WITH-THE-MANNER-OF e WITH-THE-CAUSE-OF são representações profundas de morfemas que funcionam semanticamente como preposições ou conjunções subordinativas (p. ex., *from* e *by* em inglês).

<sup>30</sup> O “A” subscrito em <sub>A</sub>MOVE representa a causação agentiva de movimento.

Por fim, o exemplo em (12e) representa, segundo Talmy, a integração de MOVE e Causa. Nesse caso, o evento principal de causação de movimento é representado, assim como em (12c'), por <sub>A</sub>MOVE, enquanto o co-evento de causação é expresso por uma sentença subordinada pela forma WITH-THE-CAUSE-OF.

Talmy (2000b) compara extensivamente os padrões de codificação gramatical dos componentes de Maneira e Trajetória entre as línguas naturais, em uma pesquisa de grande influência na área da tipologia linguística. Em especial, o autor propõe que as línguas se dividem em duas grandes categorias tipológicas no que diz respeito à expressão do evento principal (*core event*) pelo verbo ou pelo satélite: línguas *verb-framed* e línguas *satellite-framed*. Talmy chama de “satélites” os constituintes que se encontram em relação de irmandade com o SV, mas que não são nem SNs nem SPs, como as partículas verbais do inglês (p. ex., *John came down/back/in*).

De acordo com o autor, as línguas românicas, as línguas semíticas e o japonês, entre outras, são línguas do tipo *verb-framed*; isto é, são línguas que expressam o evento principal de movimento direcionado no verbo, enquanto elementos como Maneira e Causa são expressos pelos satélites. Por outro lado, as línguas indo-europeias – com exceção das línguas românicas –, o chinês, o warlpiri, entre outras, são línguas do tipo *satellite-framed*, que expressam noções como Maneira e Causa no verbo, enquanto o evento principal é expresso em um satélite. Segundo Talmy, os exemplos em (13) mostrariam que o espanhol é uma língua *verb-framed*, expressando a Trajetória (ou seja, o evento principal de movimento direcionado) no verbo principal, enquanto os exemplos em (14) ilustrariam que o inglês, uma língua *satellite-framed*, conforme o autor, expressa a Trajetória no satélite.

(13) a. Metí el barril a la bodega rodándolo.

Coloquei o barril em a depósito rolando-o

‘Coloquei o barril no depósito rolando-o’

b. Saqué el corcho de la botella retorciéndolo.

Tirei o rolha de a garrafa torcendo-a

‘Tirei a rolha da garrafa torcendo-a’

(TALMY, 2000b, p.51)

(14) a. I rolled the keg into the storeroom.

Eu rolei o barril em+a o depósito

‘Coloquei o barril no depósito rolando-o’

b. I twisted the cork out of the bottle.

Eu torci a rolha fora de a garrafa

‘Tirei a rolha da garrafa torcendo-a’

(TALMY, 2000b, p.28)

Diversos trabalhos questionam essa tipologia proposta por Talmy, argumentando que línguas *verb-framed* frequentemente apresentam comportamento de línguas *satellite-framed*, e vice-versa, como veremos na seção seguinte (ver BEAVERS, 2008; BEAVERS; LEVIN; THAM, 2010; CROFT *et al.*, 2010; entre outros). De acordo com esses trabalhos, a classificação de Talmy é forte demais, pois determina que uma língua deve se inserir categoricamente em uma das duas classes propostas. Na seção seguinte, examinarei brevemente a reanálise da classificação de Talmy proposta por Beavers, Levin & Tham (2010). O ponto principal dos autores é o de que diversos contraexemplos para a tipologia de Talmy surgem a partir do momento em que consideramos SPs em geral como satélites, especialmente no que diz respeito às línguas românicas.

### 3.3.2 Beavers, Levin & Tham (2010): Redefinindo a noção de satélite de Talmy

Beavers, Levin & Tham (2010) sugerem que a classificação proposta por Talmy é um epifenômeno, propondo que as diferentes opções de codificação de eventos de movimento direcionado nas línguas podem ser derivadas de restrições mais gerais sobre como maneira e trajetória podem ser codificadas, em interação com propriedades morfológicas, lexicais e sintáticas específicas de cada língua. Os autores partem de duas premissas básicas em relação aos verbos, as quais realçam a importância dessa categoria na codificação das noções de maneira e trajetória: (i) os verbos consistem na única categoria lexical obrigatória da oração, e (ii) os verbos não estativos podem lexicalizar apenas maneira ou trajetória. Os autores assumem que a primeira propriedade deriva diretamente da sintaxe das línguas, enquanto a segunda é uma consequência da hipótese da distribuição complementar de raízes de maneira e de resultado (cf. RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1998, 2000). É importante destacar aqui que a noção de transcurso de uma trajetória é considerada pelos autores como um tipo de resultado – mais especificamente, o resultado de transcorrer a escala até um determinado ponto. Assumindo-se essas premissas, as possibilidades de expressão dos eventos de movimento ficam bastante restritas, limitando-se a línguas que caracteristicamente codificam

no verbo maneira ou trajetória, com componentes semânticos adicionais sendo expressos por outras categorias (cf. BEAVERS; LEVIN; THAM, 2010). O ponto crucial, portanto, é saber que tipo de categorias gramaticais podem lexicalizar a noção de (resultado de transcurso de) trajetória.

Nesse sentido, Beavers, Levin & Tham reavaliam a noção restrita de satélite proposta por Talmy. Como vimos anteriormente, Talmy não inclui em sua definição de satélite as preposições, utilizando como diagnóstico para diferenciar esses elementos o fato de a presença de um Fundo com satélites ser opcional, ao contrário das preposições (p. ex., *He went into \*(the house)/He went away (\*(the house))*). Além disso, Talmy afirma que só são satélites elementos que se encontram em relação de irmandade sintática com o verbo. Contra essa proposta, Beavers, Levin & Tham procuram incluir as preposições na noção de satélite, apresentando alguns argumentos empíricos contra a noção estrita de satélite de Talmy.

O primeiro argumento procura mostrar que nem todos os elementos que Talmy classifica como satélites estão em relação de irmandade com o verbo. Esse é o caso da expressão de trajetória *out of the house*, que segundo Beavers, Levin & Tham forma um único constituinte, como mostra o teste da clivada com *it* em inglês:

(15) a. ?It was out of the house that I ran, not into the house.

‘Foi pra fora da casa que eu corri, não para dentro da casa’

b. \*It was out that I ran of the house, not in.

‘Foi pra fora que eu corri da casa, não dentro’

(16) a. It was out of the house that I went, not into the house.

‘Foi pra fora da casa que eu fui, não para dentro da casa’

b. \*It was out that I went of the house, not in.

‘Foi pra fora que eu fui da casa, não dentro’

(BEAVERS; LEVIN; THAM, 2010, p. 341)

De acordo com esse teste, todo o SP *out of the house* parece ser um constituinte, o que demonstra que *out* não está em relação de irmandade com o verbo, mas sim os demais constituintes do SP, e este constituinte, sim, é que está em relação de irmandade com o verbo. Dessa forma, não haveria diferença qualitativa entre satélites e preposições.

O segundo argumento utilizado por Beavers, Levin & Tham para eliminar a distinção entre satélites e preposições diz respeito à opcionalidade do elemento de Fundo. Segundo os

autores, não há motivação semântica na separação entre elementos de Fundo obrigatórios e opcionais. Considere os exemplos em (17):

(17) a. John ran in (the house).

‘John correu para dentro da casa’

b. John ran to the store.

‘John correu para a loja’ (BEAVERS; LEVIN; THAM, 2010, p. 342)

Em (17a), conforme discutem Beavers, Levin & Tham, mesmo se o Fundo (*the house*) não é expresso, ele é igualmente interpretado – o argumento é fornecido por informação contextual. Assim, tanto a expressão *in (the house)*, que, segundo Talmy, consistiria em satélite+Fundo, quanto *to the store*, que consistiria em preposição+Fundo, indicariam a meta do movimento. No entanto, para Talmy, (17a) e (17b) seriam duas formas totalmente distintas de codificação de trajetórias, uma com um satélite e outra com o SP, o que Beavers, Levin & Tham afirmam ser uma análise menos interessante, dada a semântica similar dos dois casos. Com base nessas observações, os autores sugerem que SPs sejam incluídos na noção de satélite, ampliando as possibilidades de codificação de trajetórias em relação à proposta original de Talmy.

### 3.3.3 Casos problemáticos para a tipologia de Talmy

Assumindo essa noção mais ampla de satélite, Beavers, Levin & Tham examinam alguns casos problemáticos para a tipologia de Talmy. O caso mais relevante para o presente trabalho envolve a ocorrência em diversas línguas de eventos com verbos de modo de movimento em que uma meta é codificada por meio de expressões de trajetória com o significado de “até”. Ao contrário do que seria esperado de acordo com a classificação de Talmy, línguas *verb-framed* apresentam esse comportamento, como podemos observar nos exemplos do espanhol e do japonês abaixo:

(18) a. La botella flotó hasta la cueva.

‘A garrafa flutuou até a caverna’

(ASKE, 1989, p. 3)

(19) a. John-wa eki-made hashitta.

John-Top estação-até correu

‘John correu até a estação’

Beavers (2008) observa que os elementos do tipo de “até” não são utilizados nas línguas apenas para expressar Meta, mas também para introduzir uma noção mais geral de “limite” em diversos campos semânticos. O português brasileiro ilustra bem essa observação, como mostram os exemplos com a preposição *até* em (20).

- (20) a. Paulo correu *até* a saída.  
b. A reunião se estendeu *até* às 20h.  
c. João colocou açúcar *até* o café ficar doce.

Em (20a, b, c), temos exemplos da preposição *até* expressando limite nos campos espacial, temporal e circunstancial, respectivamente. De acordo com Beavers (2008), marcadores do tipo de “até” expressam um ponto de limite no transcurso de uma trajetória física ou abstrata de um participante do evento, sendo que o tipo específico de limite é inferido da natureza do evento denotado pelo verbo, bem como do complemento do marcador. Dessa forma, a interpretação de meta em (20a) decorre da interação entre um verbo de movimento e um delimitador com um lugar como objeto de referência. Nesse sentido, compare-se, por exemplo, (20a) com (21a), ou (20c) com (21b) abaixo:

- (21) a. Paulo correu até as 20h.  
b. João colocou açúcar até a borda da xícara.

Como se vê nesses exemplos, o elemento que determina a natureza da trajetória percorrida pelo movimento é, basicamente, o satélite e não o verbo: em (20a) o evento de movimento é medido por uma trajetória espacial, e em (21a), por uma trajetória temporal; em (20c), o evento é medido por uma trajetória de mudança de estado, e em (21b) por uma trajetória espacial. Os exemplos em (18)-(21) seriam, portanto, evidências de um comportamento de *sattelite-framed* em línguas *verb-framed*.

Na tentativa de sustentar a tipologia de Talmy, Aske (1989) defende, com base nos dados do espanhol, que SPs com a preposição *hasta* (“até”) não acarretam “ultrapassagem do limite” da trajetória e, por isso, não seriam “propriamente télicos”. Mais especificamente, na proposta do autor, no caso de expressões de trajetória com *hasta*, é apenas uma inferência o fato de que a Figura chegou ao ponto final da trajetória, em oposição à preposição *a*, que seria “realmente télica”.



(22) Juan bailó en círculos/de un lado para otro/hacia la puerta/hasta la puerta.

‘Juan dançou em círculos/de um lado para outro/para a porta/até a porta’

(ASKE, 1989, p. 3)

(23) \*Juan bailó a la puerta.

‘Juan dançou à porta’

Conforme Aske, a tipologia de Talmy seria sensível a essa distinção, sendo que línguas *verb-framed* permitiriam apenas expressões de trajetória atélicas com verbos de modo de movimento, considerando-se a noção de telicidade do autor. Os dados do português brasileiro não são conclusivos em relação à hipótese de Aske de que expressões de trajetória com *até* não acarretam ultrapassagem do limite da trajetória, como podemos observar nos exemplos em (24):

(24) a. João foi até o supermercado, mas não entrou porque estava muito cheio.

b. ?João foi ao supermercado, mas não entrou porque estava muito cheio.

O SP com *até* em (24a) parece ser perfeitamente compatível com um contexto que nega a ultrapassagem do limite da trajetória; isto é, do perímetro determinado pela Meta. Por sua vez, a sentença (24b), com a preposição *a*, parece implicar mais fortemente que *João* entrou no *supermercado*, o que a torna levemente estranha no mesmo contexto. No entanto, o contraste é muito sutil para que se possa afirmar que as duas preposições diferem no que diz respeito à telicidade em português brasileiro.

Por outro lado, como discutem Beavers, Levin & Tham, mesmo que expressões de trajetória do tipo de *até* não acarretem a ultrapassagem do limite estabelecido pela meta, ainda assim parecem acarretar a chegada da Figura a esse limite. Como podemos observar em (25) abaixo, o SP com a preposição *até* é incompatível com um contexto de negação da chegada da Figura à meta:

(25) #João correu/caminhou até o supermercado, mas não chegou lá.

(26) a. Maria caminhou até a escola em 10 minutos/\*por 10 minutos.

b. Maria caminhou em direção a/ para a escola por 10 minutos/\*em 10 minutos.

O exemplo em (25) indica que expressões de trajetória com *até* são télicas, ainda que não acarretem a ultrapassagem do perímetro definido pela meta. Outra evidência a favor disso é o contraste entre (26a) e (26b), que indica a telicidade da sentença com *até*, que não permite o modificador *por X tempo*, ao contrário da sentença com *para* ou *em direção a*, que é atélica.

Ainda mais problemático para a tipologia de Talmy é o fato bastante discutido na literatura de que certos verbos de modo de movimento em línguas *verb-framed* podem ocorrer também com expressões de trajetória com a preposição *a* (cf. FÁBREGAS, 2007; DEMONTE, 2011; VANRELL, 2012; THAM; LEVIN; BEAVERS, 2012, entre outros).

(27) a. Juan corrió a la panadería.

‘Juan correu à padaria’

b. Mi hija voló a Barcelona.

‘Minha filha voou a Barcelona’

c. Ayer nadé a la orilla.

‘\*Ontem nadei à costa’

(Adaptado de DEMONTE, 2011)

Quanto a esses exemplos, é importante destacar que o conjunto de verbos de modo de movimento que aceita a expressão de Meta com a preposição *a* nas línguas *verb-framed* é bastante reduzido (cf. DEMONTE, 2011; THAM; LEVIN; BEAVERS, 2012). Em português brasileiro, por exemplo, apesar de essa construção ser possível com alguns verbos, como *correr* e *voar*, a grande maioria dos verbos de modo de movimento não a aceitam:

(28) a. João correu ao supermercado.

b. A presidente voou a Paris.

(29) a. \*Paulo nadou à costa.

b. \*Maria dançou ao fundo do salão.

(30) a. \*A bola rolou à parede.

b. \*A garrafa flutuou à costa.

Diversos autores que discutem exemplos desse tipo em línguas *verb-framed* assumem que os SPs correspondentes possuem uma natureza locacional, e não direcional (cf. DINI; DI TOMASO, 1995; FÁBREGAS, 2007; entre outros). Sob essa perspectiva, a preposição *a* em

espanhol e português não seria equivalente a *to*, em inglês, mas sim a *at*.<sup>31</sup> Beavers, Levin & Tham (2010) propõem uma análise nesse sentido: segundo os autores, como as línguas *verb-framed* não possuem os mecanismos morfossintáticos para expressar direção em SPs, a interpretação direcional com SPs locativos se torna disponível com as condições pragmáticas necessárias. Isso explicaria a interpretação de Meta nos casos em (27) e (28), com SPs com a preposição *a*. De acordo com Fábregas (2007), verbos que denotam um modo de movimento com a finalidade de deslocamento, como *correr* e *voar*, propiciam mais facilmente a interpretação direcional de SPs locativos. Em contraste, verbos que não implicam fortemente deslocamento, como *dançar* e *flutuar*, não permitiriam essa interpretação direcional, o que explicaria a agramaticalidade de (29) e (30)<sup>32</sup>. Note que, sob essa abordagem, preposições do tipo de *até* não precisam ser consideradas direcionais; podem ser simplesmente marcadores de um ponto de limite (cf. BEAVERS, 2008).

Esses casos mostram que a tipologia de Talmy é resultado de diversos fatores, como a semântica e pragmática da classe verbal envolvida (p. ex., a diferença entre *voar* e *flutuar*) e a semântica específica de cada preposição. Portanto, a distinção entre línguas *satellite-framed* e *verb-framed* não pode ser assumida como categórica, mas sim como uma tendência geral nas línguas a um ou outro tipo de codificação.

Antes de explicitar minha proposta para a representação de trajetórias em eventos envolvendo verbos monoargumentais no português, na seção seguinte, discutirei brevemente a análise de Jackendoff (1991/2010) para a preposição *until* em inglês, com o objetivo de entender melhor a semântica dessa preposição e estabelecer a melhor forma de representação de trajetórias com a preposição *até* no português brasileiro. Essa preposição é importante uma vez que evidencia que, em línguas românicas como o português, verbos de modo de movimento são compatíveis com expressões de trajetória télicas. Dessa forma, é essencial para a presente tese analisar com mais detalhe qual a semântica dessa preposição.

---

<sup>31</sup> Usos em português como *João sentou à mesa* e *Maria ficou ao sol* podem ser considerados como evidência em favor desta hipótese.

<sup>32</sup> De acordo com Tham, Levin & Beavers (2012), este efeito facilitador apresentado por verbos modo de movimento que ao menos implicam deslocamento vai ao encontro da observação de que, em inglês, verbos de deslocamento inerente (p. ex., *come*, *go*) favorecem interpretações direcionais com SPs locacionais (cf. *Phil came in the room./The ball went under the bed.*). No mesmo sentido, Nikitina (2008) observa que os usos direcionais da preposição *in* em inglês surgem com verbos que denotam eventos com provável deslocamento, como *run* e *jump*.

### 3.3.4 Jackendoff (1991/2010): a função UNTIL<sup>33</sup>

Jackendoff (1991/2010) propõe uma revisão dos predicados primitivos e dos princípios de combinação desenvolvidos em S&C e SS com o objetivo de lidar com os conceitos de “partes” e “limites”. O problema inicial que motiva esse estudo envolve o efeito de repetição que surge em determinadas sentenças envolvendo a preposição *until* (“até”) em inglês, como em (31a):

(31) a. The light flashed until dawn.

“A luz lampejou até o amanhecer”

b. Bill slept until dawn.

“Bill dormiu até o amanhecer”

(Adaptado de JACKENDOFF, 2010, p. 138)

A sentença em (31a) transmite um sentido de repetição; ou seja, de que a luz lampejou repetidamente até o amanhecer. Conforme comenta Jackendoff, não há nenhum item lexical específico na sentença que contribua com esse sentido. A sentença *The light flashed* denota apenas um único lampejo da luz, enquanto *until dawn* não expressa necessariamente repetição, como podemos observar em (31b), que denota simplesmente o processo contínuo de “dormir até o amanhecer”. Com base nesses dados, Jackendoff investiga como a noção de repetição é codificada na estrutura léxico-conceitual de sentenças como (31a), sugerindo inicialmente que a regra responsável pelo sentido de repetição em sentenças como essa é um tipo de regra de coerção.<sup>34</sup> Segundo o autor, essa regra teria o efeito de substituir um “evento da categoria X” por “múltiplos eventos da categoria X”. Mas o que motivaria a aplicação dessa regra?

---

<sup>33</sup> O artigo *Parts and Boundaries* foi publicado originalmente em 1991, no periódico *Cognition*, nº. 41, e reimpresso na coletânea organizada pelo autor em Jackendoff (2010). Como a versão mais recente foi revisada, esta servirá como base para resenha realizada nesta seção.

<sup>34</sup> Como exemplo de regra de coerção, Jackendoff cita um caso clássico, em que uma garçonete diz para outra a seguinte sentença (JACKENDOFF, 2010, p. 141):

(i) The ham sandwich in the corner wants another cup of coffee.

‘O sanduíche de presunto do canto quer outra xícara de café’

Segundo o autor, não faz parte da entrada lexical de “sanduíche de presunto” uma leitura potencial de “cliente com um sanduíche de presunto”; antes, estaria atuando uma regra geral de coerção da seguinte natureza: “Um constituinte identificando um indivíduo X pode ser usado para identificar um indivíduo contextualmente associado a X” (JACKENDOFF, 2010, p. 141).

Jackendoff assume que o modificador *until dawn* tem a função de estabelecer um limite temporal em um processo não limitado. No caso de (31b), *Bill slept* denota um processo não limitado; isto é, não há um ponto final do evento especificado pela semântica do verbo. Assim, em (31b), o modificador *until dawn* especifica conceitualmente o término desse processo, tornando o evento limitado. O que motivaria a aplicação da regra de coerção em (31a) seria justamente o fato de *until dawn* estar modificando um evento inerentemente limitado: no caso de *The light flashed*, há um término especificado pela semântica do verbo – ou seja, a luz se acende e se apaga, marcando o fim do evento. Essa “incompatibilidade” motivaria a aplicação da regra de coerção, que resulta no efeito semântico de repetição indefinida do evento, o qual acaba sendo limitado por *until dawn*. Conforme Jackendoff, a sentença em (31a) teria uma estrutura como (32):

$$(32) \left[ \begin{array}{l} \text{UNTIL} \left( \left[ \begin{array}{l} \text{PLURAL} \left( \left[ \begin{array}{l} \text{LIGHT FLASHED} \\ \text{Event BOUNDED} \end{array} \right] \right) \\ \text{Event UNBOUNDED} \end{array} \right] \right), [\text{Time DAWN}] \end{array} \right] \\ \text{Event BOUNDED} \end{array} \right]$$

(JACKENDOFF, 2010, p. 142)

De acordo com (32), UNTIL é uma função que toma como argumentos um evento não limitado e um intervalo de tempo, resultando em um evento limitado. Por sua vez, a função PLURAL mapeia entidades limitadas em múltiplas entidades limitadas do mesmo tipo. Jackendoff afirma que a regra de coerção contribui para o significado de (31a) justamente por meio da função PLURAL e do traço UNBOUNDED.

A partir desse esboço inicial, Jackendoff propõe uma análise mais refinada para as noções de limite e pluralidade, com o objetivo de desenvolver uma teoria unificada tanto para o sistema nominal (objetos) como para o sistema verbal (eventos). Nesta seção, não discutirei os detalhes dessa teoria, que serão explicitados no capítulo 4. O que interessa aqui é precisamente a representação da preposição *until* em (32), que consiste na função biargumental UNTIL. Essa função é diferente de todas as outras funções de trajetória propostas inicialmente por Jackendoff (1983, 1990) – p. ex., TO, FROM, TOWARD, etc. –, as quais tomam apenas uma locação como argumento. Conforme observa Jackendoff (1991/2010), o fato de a função UNTIL ser biargumental (isto é, *X until Y*) não se conforma muito bem com padrão sintático da sentença, em que *until Y* é um modificador da sentença que expressa o evento a ser delimitado. Ainda assim, o autor assume que há um *mismatch* entre sintaxe e semântica nesses casos, sendo que *until Y* funcionaria semanticamente como

um operador que toma o restante da sentença como argumento, apesar de sintaticamente ser um adjunto.

A análise de Jackendoff para a preposição *until* reflete o *status* dessa preposição em inglês, uma vez que o uso espacial de *until* nessa língua é bastante periférico, sendo preponderante o seu uso no campo temporal:

(33) a. ?The bottle floated until the cave.

‘A garrafa flutuou até a caverna.

(BEAVERS; LEVIN; THAM, 2010, P. 21)

b. The teacher worked until 10 p. m.

‘O professor trabalhou até 10 p. m.’

Como podemos observar em (33a), ao contrário de línguas como o português, o uso espacial da preposição *until* em inglês não é natural, o que justifica a inclinação de Jackendoff a tratar a função UNTIL como biargumental, tomando como argumentos uma eventualidade e um intervalo de tempo. Na seção seguinte, irei propor uma representação para trajetórias com UNTIL um tanto diferente da proposta por Jackendoff, de modo a dar conta dos usos da preposição *até* em português brasileiro.

### 3.4 A incorporação de trajetórias em verbos monoargumentais no português brasileiro

Inicialmente, de modo a lidar com os fatos discutidos na seção 3.3.3 em relação às trajetórias com a preposição *até* em português, proporei aqui uma representação para a função UNTIL um tanto diferente da proposta por Jackendoff (1991/2010). Meu objetivo é aproximar a representação dessa função da representação de outras funções de trajetória como TO, FROM e TOWARD. Conforme podemos observar em (34) abaixo, proponho que UNTIL seja uma função de trajetória monoargumental, que toma como argumento um lugar:

(34) [PATH] → [<sub>Path</sub> UNTIL ([<sub>Place</sub> ])]

Especificamente, a função UNTIL representa a trajetória direcionada percorrida por um Tema até uma Meta, especificada pelo argumento da função. A hipótese que assumirei aqui, contra Beavers (2008), é a de que a diferença crucial entre UNTIL e TO reside no fato de que a semântica de UNTIL é orientada para a direcionalidade da trajetória, ao passo que TO tem uma semântica orientada para a Meta. Mais especificamente, UNTIL envolve

necessariamente o transcurso de ao menos um ponto intermediário *Z* em uma trajetória que vai de um ponto inicial *X* até um ponto final *Y*. Por outro lado, *TO* denota apenas um ponto de orientação para *Y*, sendo que o transcurso de pontos intermediários na trajetória é apenas potencial. Isso explicaria, por exemplo, a possibilidade de utilização em alguns casos das preposições *até* e *a* em uma mesma expressão de trajetória em português brasileiro, como podemos observar em (35):

- (35) a. A reunião se estendeu até ao meio-dia.  
b. O parque vai até ao outro lado da cidade.

Os dados em (35) mostram que *até* e *a* podem ocorrer juntas em certas expressões de trajetória do campo temporal e do campo espacial, o que indica que a semântica das duas preposições é distinta. Note que a ordem entre as preposições é rígida, sendo que *até* necessariamente precede *a*. Se considerarmos a hipótese descrita acima, temos uma explicação natural para esses casos: como a semântica de *até* é orientada para a direcionalidade da trajetória, essa preposição é compatível com *a*, cuja semântica é orientada para a Meta. Essa hipótese encontra suporte também no fato de trajetórias com UNTIL nas línguas serem mais facilmente estendidas para o campo temporal: como a semântica de UNTIL é orientada para a direcionalidade da trajetória, essa função é compatível com diversos tipos de intervalos temporais.

Essa análise explica também porque a preposição *a* é mais próxima da preposição *em* nas línguas românicas, sendo compatível com usos locacionais: assim como a preposição *em*, que denota simplesmente um ponto espacial *Y*, no qual uma entidade pode estar localizada, a preposição *a* não acarreta o transcurso de pontos intermediários em uma trajetória, apenas especifica uma Meta *Y*. Por sua vez, *até* é incompatível com uma leitura locacional, pois denota necessariamente o deslocamento do tema ao longo de uma trajetória.

A diferença entre *a* e *até* pode também ser observada nos seguintes exemplos:

- (36) a. O voo 215 vai a Manaus.  
b. O voo 215 vai até Manaus.

A sentença em (36a) expressa simplesmente que o voo está orientado para Manaus, o ponto final da trajetória, sendo que, por exemplo, esse voo pode ser direto. Por outro lado, a sentença em (36b) implica fortemente que o voo possui paradas intermediárias, o que indica necessariamente o transcurso da trajetória.

Tendo em vista esses fatos, gostaria de propor que a função UNTIL, conforme descrita em (34), está envolvida em trajetórias denotadas pela preposição *até*, em português, e *hasta*, em espanhol, por exemplo. Por sua vez, as trajetórias envolvendo a preposição *a* nessas línguas são representadas pela função TO, enquanto as trajetórias com *para*, em português, e *hacia*, em espanhol, são representadas por TOWARD, função esta que não acarreta a chegada do Tema à Meta, simplesmente o deslocamento deste em sua direção.

Não assumirei aqui nenhuma premissa em relação ao significado básico da preposição *a* em português (se locacional ou direcional). O ponto relevante para a presente discussão é que, de acordo com minha proposta, sempre que a leitura direcional de um SP com *a* é possível, a função TO está envolvida – dependendo do tipo de evento denotado pelo verbo, bem como de outras condições pragmáticas.

(37) Tipos de trajetórias envolvidas nas funções TO, UNTIL e TOWARD

- a. TO:            X (------)> Y  
                   → X (Tema) está orientado para Y (Meta)  
                   → Ao final do evento, X se localiza em Y
- b. UNTIL:        X —————> Y  
                   → X (Tema) está orientado para Y (Meta)  
                   → X transcorre uma trajetória até Y  
                   → Ao final do evento, X se localiza em Y
- c. TOWARD: X    —————> (Y)  
                   → X (Tema) está orientado para Y (Meta)  
                   → X transcorre uma trajetória em direção a Y

Vejamos então, formalmente, como se dá a incorporação de uma trajetória em um evento denotado por um verbo dinâmico monoargumental em português. Inicialmente, adotarei aqui uma versão modificada da regra de adjunção de GO proposta por Jackendoff (1990), partindo do pressuposto de que tanto os verbos envolvendo MOVE como os verbos envolvendo ACT são basicamente verbos monoargumentais de maneira, e não contêm em sua semântica nenhum conceito inerente de deslocamento ao longo de uma trajetória. As modificações propostas na regra de adjunção de GO são baseadas no trabalho de Goldberg & Jackendoff (2004/2010).

Goldberg & Jackendoff (2004/2010) estudam as sentenças resultativas do inglês sob uma perspectiva “construcional”. Os autores consideram como resultativas tanto sentenças



envolvendo propriedades (p. ex., *The pond froze solid*) como trajetórias (p. ex., *The ball rolled down the hill*), entre diversos outros tipos de construções. Interessam-me aqui especialmente as sentenças resultativas envolvendo trajetórias, que são analisadas da seguinte maneira por Goldberg & Jackendoff:

(38) The ball rolled down the hill.

‘A bola rolou montanha abaixo’

Sintaxe: SN<sub>1</sub> V SP<sub>2</sub>

Semântica: X<sub>1</sub> GO Path<sub>2</sub>

MEANS: [VERBAL SUBEVENT]

(Adaptado de GOLDBERG; JACKENDOFF, 2010, p. 289)

De acordo com a proposta dos autores, uma sentença resultativa é composta por dois subeventos: (i) o subevento verbal, determinado pelo verbo, e (ii) o subevento construcional, determinado pela construção. Como podemos observar em (38) acima, esses dois subeventos estão relacionados, sendo que o subevento verbal (isto é, “a bola rolar”) causa a ocorrência do subevento construcional (isto é, “a bola ir montanha abaixo”). Segundo os autores, é a semântica do subevento construcional que prevê a sintaxe da construção, seguindo os princípios gerais de mapeamento dos argumentos semânticos na sintaxe.

Com base nesses pressupostos, proponho as seguintes modificações na regra de adjunção de GO a eventos dinâmicos monoargumentais:

(39) Regra de adjunção de GO (versão modificada):

Se V corresponde a  $\left[ \begin{array}{l} \text{MOVE/ACT} ([ \ ]_i) \\ \text{[Manner ROOT]} \end{array} \right]$

então [S<sub>V</sub> V<sub>h</sub> ... SP<sub>j</sub>] pode corresponder a

$\left[ \begin{array}{l} [\text{GO} ([ \alpha ]_i, [\text{Path} ]_j)]^\beta \\ [\text{CAUSE} ( \left[ \begin{array}{l} \text{MOVE/ACT} ([ \alpha ] ) \\ \text{[Manner ROOT]} \end{array} \right] , [ \beta ]_h)] \end{array} \right]$

Em linhas gerais, a regra em (39) incorpora a um evento dinâmico monoargumental representado por ACT ou MOVE uma função conceitual de deslocamento ao longo de uma trajetória (GO). A principal finalidade dessa regra é criar uma estrutura léxico-conceitual adequada para que o SP que expressa a trajetória seja incorporado ao evento; isto é, ela cria uma posição argumental adicional para a expressão da trajetória. Como se pode observar em

(39) acima, os dois subeventos são relacionados pela função CAUSE, caracterizando uma relação de causação entre eles: ou seja, o subevento verbal causa o subevento construcional, nos termos de Goldberg & Jackendoff.

Crucialmente, a escolha do tipo de trajetória possível depende especificamente da raiz do verbo, conforme vimos ao longo deste capítulo. A hipótese defendida aqui é a de que os verbos dinâmicos monoargumentais no português brasileiro são compatíveis com funções de trajetória orientadas para a direcionalidade – isto é, TOWARD e UNTIL –, conforme podemos observar nos exemplos abaixo:

(40) a. A bola rolou para o fundo do campo.

$$b. \left[ \begin{array}{l} [\text{GO} ([\text{BOLA}]^\alpha, [\text{TOWARD} ([\text{FUNDO DO CAMPO}])])^\beta] \\ [\text{CAUSE} ( \left[ \begin{array}{l} \text{MOVE} ([\alpha]) \\ \text{[Manner ROLAR]} \end{array} \right], [\beta])] \end{array} \right]$$

(41) a. Paulo correu até o carro.

$$b. \left[ \begin{array}{l} [\text{GO} ([\text{PAULO}]^\alpha, [\text{UNTIL} ([\text{CARRO}])])^\beta] \\ [\text{CAUSE} ( \left[ \begin{array}{l} \text{ACT} ([\alpha]) \\ \text{[Manner CORRER]} \end{array} \right], [\beta])] \end{array} \right]$$

Em (40b), temos a estrutura léxico-conceitual de um evento de modo de movimento com a incorporação de uma trajetória atélica, com a função TOWARD. Por sua vez, em (41b), temos a representação de um evento de modo de movimento acional, com uma trajetória télica do tipo UNTIL. Em ambos os casos, o subevento verbal consiste no participante realizando o evento expresso pelo verbo – p. ex., a bola está rolando –, enquanto o subevento construcional consiste no deslocamento desse participante ao longo da trajetória expressa pelo SP – p. ex., a bola mover-se para o fundo do campo.

No entanto, conforme vimos na seção 3.3.3, há alguns poucos casos em português brasileiro em que verbos de modo de movimento ocorrem com SPs com a preposição *a* – especificamente, eventos envolvendo os verbos *voar* e *correr*. Nesses casos, gostaria de propor que a função de trajetória envolvida é TO, em paralelo com outros verbos de movimento, como *ir* e *viajar*.

(42) a. Paulo voou a Paris.

$$b. \left[ \begin{array}{l} [\text{GO} ([\text{PAULO}]^\alpha, [\text{TO} ([\text{PARIS}])])^\beta] \\ [\text{CAUSE} ( \left[ \begin{array}{l} \text{ACT} ([\alpha]) \\ \text{[Manner VOAR]} \end{array} \right], [\beta])] \end{array} \right]$$

No caso de (42), a interação entre o tipo de evento denotado pela raiz do verbo e certas condições pragmáticas que possibilitam uma leitura direcional do SP com a preposição *a* determinam a presença da função TO na estrutura léxico-conceitual desse evento. A investigação detalhada sobre quais são precisamente essas condições pragmáticas é uma tarefa que está além do escopo desta tese; entretanto, acredito que haja alguma relação com um elemento de rapidez ou urgência associado ao uso de trajetórias com a preposição *a* em eventos de modo de movimento no português (cf. (43) abaixo). Isso pode estar associado a uma certa relação da preposição *a* com um elemento de “permanência temporária” do Tema na Meta, conforme indicam os exemplos em (44)-(45) abaixo.

- (43) a. Assim que minha filha se acidentou, voei a Paris para ajudá-la.  
b. Quando percebi que esqueci as compras, corri ao supermercado para buscá-las.
- (44) a. João foi para São Paulo e morou 20 anos lá.  
b. ??João foi a São Paulo e morou 20 anos lá.
- (45) A: Depois que o João se formar, onde ele pretende trabalhar?  
B: Ele pretende ir para São Paulo.  
??Ele pretende ir a São Paulo.

Com base nessas observações, concluo que eventos denotados pelos verbos *correr* e *voar* em português são compatíveis com a função de trajetória TO, orientada para a Meta, somente com as condições pragmáticas adequadas, constituindo casos especiais. Nesse sentido, portanto, a tipologia de Talmy refletiria apenas uma tendência geral das línguas a aceitarem mais facilmente ou não a incorporação de trajetórias com TO a eventos de modo de movimento: enquanto línguas como o inglês não impõem restrições nesses casos, línguas como o português brasileiro só permitem essa incorporação em contextos particulares, sob certas condições pragmáticas específicas.

Finalmente, cabe observar que alguns verbos de processos corporais são compatíveis com trajetórias em português, conforme os exemplos abaixo:

- (46) a. Ana riu/espirrou/tossiu até a escola.  
b. ??Paula acenou/abanou (pra mim) até a escola.

As sentenças em (46) indicam que o evento denotado pela raiz do verbo de processo corporal precisa implicar um intervalo de tempo e ser compatível com o deslocamento para aceitar a incorporação da trajetória; ou seja, não pode ser um evento pontual, o que explicaria o fato de (46b) ser estranha. No entanto, note que o subevento verbal nesses casos *não* se encontra em uma relação de causação com o subevento construcional (p. ex., “Ana rir” não se caracteriza como a causa de seu deslocamento até a escola). Por esse motivo, assumo que os casos em (46) não envolvem a regra de adjunção de GO em (39), consistindo em dois subeventos relacionados apenas pela coocorrência temporal, e não por uma relação causal.

### 3.5 Resumo do capítulo

Neste capítulo, busquei oferecer um tratamento mais adequado para os verbos dinâmicos monoargumentais, tanto no que diz respeito à sua estrutura léxico-conceitual de verbo de maneira, quanto às possibilidades de incorporação de trajetórias aos eventos denotados por esses verbos. Acredito que essa análise seja superior à de Jackendoff (1990) nos seguintes pontos: (i) oferece uma explicação para a participação ou não de verbos monoargumentais em processos lexicais de causativização; (ii) trata todos os verbos de modo de movimento como basicamente monoargumentais, o que os classifica como uma classe natural; (iii) propõe a incorporação de trajetórias a esse tipo de evento de maneira uniforme, por meio de uma única regra de adjunção de GO.

Além disso, propus uma representação alternativa para a função UNTIL, tratando-a como uma função monoargumental de trajetória, em contraste com a proposta de Jackendoff (1991/2010). Com base nessa representação, e na hipótese de que essa função representa trajetórias orientadas para a direcionalidade – e não para a Meta –, apresentei um tratamento para a incorporação de trajetórias envolvendo a preposição *até* em verbos de modo de movimento no português.

Por fim, com base no trabalho de Goldberg & Jackendoff (2004/2010), propus uma modificação na regra de adjunção de GO proposta por Jackendoff (1990), de modo a dar conta da incorporação de trajetórias em verbos dinâmicos monoargumentais. Conforme essa análise, a representação de eventos de modo de movimento envolvendo deslocamento ao longo de uma trajetória é dividida em dois subeventos: (i) o subevento verbal, que envolve a noção de maneira (MOVE ou ACT), e (ii) o subevento construcional, que envolve a noção de deslocamento (GO). Seguindo Goldberg & Jackendoff, defendi que o subevento construcional é responsável pela sintaxe da sentença, de acordo com as regras gerais de mapeamento dos

argumentos semânticos para a sintaxe. Com isso, espero ter dado conta da representação dos eventos envolvendo verbos dinâmicos monoargumentais, bem como da incorporação de trajetórias a esses eventos no português brasileiro.

## 4 O TRATAMENTO DA INCOAÇÃO E DA MUDANÇA DE ESTADO NA ESTRUTURA CONCEITUAL

### 4.1 Introdução

Neste capítulo discutirei a maneira mais adequada de representar a incoação de eventualidades e a mudança de estado na Estrutura Conceitual.<sup>35</sup> Conforme vimos no capítulo 1, grande parte das críticas à Semântica Conceitual de Jackendoff dizem respeito ao fato de que uma abordagem estritamente locacional para a representação desses dois conceitos foi abandonada em *Semantic Structures* (SS) (cf. LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; DAVIS, 2001, entre outros). Especificamente, a introdução do predicado primitivo INCH levou a um tratamento distinto para verbos de mudança de lugar e de mudança de estado, classes que eram representadas por meio da função GO em *Semantics and Cognition* (S&C). A ideia principal deste capítulo é demonstrar que a incoação de eventualidades e a mudança de estado podem ser mais adequadamente representadas por meio de um predicado primitivo locacional, ou seja, argumentarei no sentido de que não há necessidade de abdicar da hipótese das relações temáticas nesses dois domínios semânticos.

O capítulo está organizado da seguinte forma. A seção 4.2 apresenta duas das principais abordagens para a representação da incoação e da mudança de estado na Semântica Lexical: (i) a abordagem baseada no predicado BECOME, estabelecida por Dowty (1979), (ii) e a abordagem baseada no predicado INCH, proposta por Jackendoff (1990). A discussão concentra-se nas definições formais desses predicados e nas limitações dessas propostas, especialmente no que diz respeito à representação dos verbos conhecidos na literatura como *degree achievements*. A seção 4.3 discute a possibilidade de eventualidades atuarem como pontos de referência de trajetórias metafóricas em eventos incoativos. Nesta seção, apresento mais detalhadamente minha proposta para a exclusão do predicado INCH e utilização da função GO e das funções de trajetória para o tratamento da incoação e da mudança de estado. Por sua vez, a seção 4.4 examina duas evidências empíricas em favor dessa proposta: (i) a

---

<sup>35</sup> Algumas das ideias que serviram de base para este capítulo foram apresentadas anteriormente nos *Seminários de Teoria e Análise Linguística* (MENUZZI, RIBEIRO & SOARES, 2011), no *IV Congresso sobre a Metáfora na Linguagem e no Pensamento* (MENUZZI & RIBEIRO, 2011), no *Workshop do Evelin 2012* (RIBEIRO, 2012a) e no *60º Seminário do GEL* (RIBEIRO, 2012b). Agradeço aos coautores por permitirem a utilização deste material na presente tese, bem como à audiência destes eventos pelos valiosos comentários.

seleção, em português brasileiro, de preposições por verbos aspectuais de incoação e de cessação de eventos, e (ii) a formação de verbos com o prefixo *des-* em português. Finalmente, a seção 4.5 expõe algumas considerações finais sobre a proposta desenvolvida neste capítulo.

## 4.2 Duas visões sobre a incoação e a mudança de estado em Semântica Lexical

### 4.2.1 Dowty (1979): achievements e o predicado BECOME

No capítulo 2, apresentei brevemente o tratamento de Dowty (1979) para os *achievements* (p. ex., *a janela quebrou* ou *a porta abriu*) por meio do predicado de mudança de estado BECOME. Acredito que esse tratamento é o ponto de partida ideal para a discussão que pretendo realizar sobre a relação entre incoação e mudança de estado. A definição formal das condições de verdade do predicado BECOME proposta por Dowty explicita essa relação, como podemos observar em (1):

- (1) [BECOME  $\phi$ ] é verdadeiro em  $I$  sse (i) há um intervalo  $J$  contendo o limite inicial de  $I$  tal que  $\neg\phi$  é verdadeiro em  $J$ , (ii) há um intervalo  $K$  contendo o limite final de  $I$  tal que  $\phi$  é verdadeiro em  $K$ , e (iii) não há nenhum intervalo não vazio  $I'$  tal que  $I' \subset I$  e as condições (i) e (ii) se mantêm para  $I'$  assim como para  $I$ .<sup>36</sup>

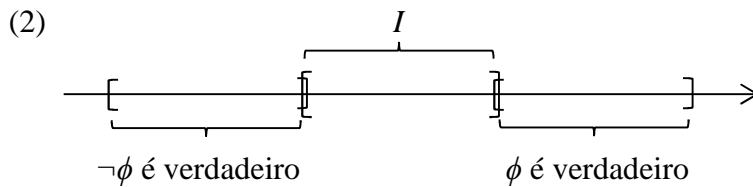
(DOWTY, 1979, p. 141)

*Grosso modo*, ignorando alguns detalhes técnicos que não são relevantes para a presente discussão, a definição em (1) estabelece que [BECOME  $\phi$ ] é verdadeiro no menor intervalo de tempo que consiste em um intervalo em que  $\phi$  não é verdadeiro, seguido imediatamente por um intervalo em que  $\phi$  é verdadeiro. Nos termos de um diagrama linear de tempo, pode-se definir que [BECOME  $\phi$ ] é verdadeiro na seguinte situação:

---

<sup>36</sup> Tradução livre do autor. No original:

“[BECOME  $\phi$ ] is true at  $I$  iff (1) there is an interval  $J$  containing the initial bound of  $I$  such that  $\neg\phi$  is true at  $J$ , (2) there is an interval  $K$  containing the final bound of  $I$  such that  $\phi$  is true at  $K$ , and (3) there is no non-empty interval  $I'$  such that  $I' \subset I$  and conditions (1) and (2) hold for  $I'$  as well as  $I$ .”



(Adaptado de DOWTY, 1979, p. 140)

Com esse operador, as formas lógicas de sentenças como (3a) e (4a) abaixo, que consistem em exemplos clássicos de *achievements*, podem ser representadas como em (3b) e (4b).

(3) a. A porta abriu (em 5 segundos/\*por 5 segundos).

b. BECOME [**open** (*p*)]

(4) a. A janela quebrou (em 5 segundos/\*por 5 segundos).

b. BECOME [**broken** (*j*)]

A definição em (1) deixa clara a relação entre incoação e mudança de estado estabelecida pelo predicado BECOME. Por um lado, BECOME é um predicado incoativo, pois sua semântica faz referência ao primeiro intervalo de tempo em que  $\phi$  é verdadeiro, estabelecendo o início de um novo estado ou evento. Ao mesmo tempo, há também referência na semântica de BECOME ao último intervalo em que  $\neg\phi$  é verdadeiro, o que caracteriza formalmente a mudança de estado.

Essas características contribuíram para que o predicado BECOME fosse amplamente adotado na representação de eventos de mudança de estado em diversas teorias sobre a conceitualização de eventos (cf. PARSONS, 1990; ROTHSTEIN, 2004; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995; RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1998, 2010; CANÇADO; GODOY, 2012; entre muitos outros). Nessas teorias, o subevento de mudança de estado é representado, em geral, pelo predicado BECOME e o argumento desse predicado, que consiste no estado resultante – ou seja, algo como [ BECOME Y <STATE> ].

Entretanto, é importante destacar preliminarmente que há uma classe de verbos, classificados por Dowty como *degree achievements* – p. ex., *esfriar*, *secar*, *engordar*, *envelhecer*, etc. –, que provoca certas dificuldades para essa abordagem, e que tem sido amplamente estudada na literatura sobre aspecto verbal e semântica de eventos (cf. DOWTY, 1979; HAY; KENNEDY; LEVIN, 1999; entre outros). Um ponto crucial sobre o



comportamento desses verbos é o de que, apesar de aparentemente expressarem mudança de estado, em paralelo com outros *achievements* (cf. (3)-(4)), são também compatíveis com modificadores do tipo *por X tempo*, o que não é esperado dessa classe aspectual, como observamos em (5).

- (5) a. A sopa esfriou em 10 segundos/por 10 segundos.  
b. A roupa secou em 1 hora/por 1 hora.  
c. Paulo engordou em 1 ano/por 1 ano.

Os verbos em (5) são compatíveis tanto com modificadores do tipo *em X tempo*, o que indica telicidade, quanto com modificadores do tipo *por X tempo*, o que indica duratividade. Com base na definição de BECOME apresentada em (1), e considerando-se a maneira como esse predicado é utilizado em teorias recentes, não fica muito claro a melhor forma de representação da estrutura léxico-semântica desses eventos. Apesar do comportamento gramatical descrito acima, Dowty considera esses verbos como *achievements*, porém de um tipo especial: de acordo com o autor, os verbos em (5) seriam “predicados vagos”, ou *degree words*, e por isso permitiriam modificadores durativos. Especificamente, Dowty afirma que esses predicados envolvem propriedades que só podem ter sua extensão definida com relação a algum padrão de comparação estabelecido pragmaticamente ou a algum contexto particular de uso (DOWTY, 1979, p. 88). Por exemplo, explica o autor, uma sentença como *A sopa esfriou por 10 minutos* deve ser analisada da seguinte maneira:

[...] para cada tempo  $t$  incluído em um intervalo de 10 minutos de duração, há alguma resolução da vaguidade do predicado *esfriar* pela qual *a sopa está fria* é verdadeiro em  $t$  mas não verdadeiro em  $t-1$ .<sup>37</sup>

(DOWTY, 1979, p. 90)

Com isso, as condições adequadas de resolução desse predicado requerem que um parâmetro de “frio” seja escolhido pragmaticamente a cada intervalo de tempo, de modo a dar conta da mudança de estado envolvida. Segundo Dowty, essa solução evita a derivação de uma sentença como *A sopa esfriou* de uma representação não motivada morfológicamente,

---

<sup>37</sup> Tradução livre do autor. No original:

“[...] for each time  $t$  within an interval of ten minutes duration, there is some resolution of the vagueness of the predicate *cool* by which *the soup is cool* is true at  $t$  but not true at  $t-1$ .”

como BECOME [*a sopa está mais fria*]. Antes, os *degree achievements* são derivados como qualquer outro *achievement*, isto é, de uma representação como BECOME [*a sopa está fria*], com o estado final como argumento de BECOME.

Seguindo perspectiva semelhante, Hay, Kennedy & Levin (1999) propõem que os *degree achievements* envolvem a mudança de uma propriedade relacionada ao significado da base adjetival do verbo. Especificamente, os autores argumentam que quando o grau de mudança de uma propriedade do objeto afetado pode ser interpretado como limitado, a interpretação télica é possível, e quando o grau de mudança pode ser interpretado como não limitado, o resultado é uma interpretação atélica. Seguindo autores como Jackendoff (1996) e Tenny (1994), Hay, Kennedy & Levin defendem que os *degree achievements* introduzem uma medida da quantidade de mudança sofrida pelo argumento do verbo em relação a uma propriedade gradual introduzida pela base adjetival. Como exemplo, os autores afirmam que a interpretação das sentenças em (6), com o verbo *lengthen* (“alongar”) em inglês, podem ser parafraseadas como em (7):

(6) a. Kim lengthened the rope.

‘Kim alongou a corda’

b. Kim lengthened the rope 5 inches.

‘Kim alongou a corda em 5 polegadas’

(7) a. Kim caused the length of the rope to increase *by some amount*.

‘Kim fez com que o comprimento da corda aumentasse em alguma quantidade’

b. Kim caused the length of the rope to increase *by 5 inches*.

‘Kim fez com que o comprimento da corda aumentasse em 5 polegadas’

(HAY; KENNEDY; LEVIN, 1999, p. 130)

Não entrarei aqui nos detalhes da formalização proposta pelos autores, baseada no trabalho de Kennedy (1999) sobre adjetivos de grau, em uma semântica formal de condições de verdade. *Grosso modo*, Hay, Kennedy & Levin introduzem a função INCREASE, a qual toma como argumento um adjetivo de grau e retorna a descrição de um evento em que algum objeto passa por uma mudança no grau da propriedade denotada pelo adjetivo. Por exemplo,

as expressões em (8a, b) abaixo consistem na parte relevante das representações lógicas de (7a, b), de acordo com os autores.

(8) a.  $\exists e, d$  [INCREASE (*long (rope)*) (*d*) (*e*)]

b.  $\exists e$  [INCREASE (*long (rope)*) (*5 inches*) (*e*)]

(HAY; KENNEDY; LEVIN, 1999, p. 132)

A expressão em (8a) é verdadeira se o comprimento da corda ao final de um evento de aumento for igual ao seu comprimento no início do evento somado a um grau de comprimento não especificado (*d*). Por outro lado, (8b) é verdadeira se o comprimento da corda ao final do evento for igual a seu comprimento no início, somadas 5 polegadas. O que é importante ressaltar aqui é que uma teoria que utilize BECOME para tratar da mudança de estado precisa recorrer a um elemento externo para tratar da característica gradual da mudança de estado dos *degree achievements*, seja ele um parâmetro contextual, como defendido por Dowty (1979), ou uma escala de grau, como na proposta de Hay, Kennedy & Levin (1999). Na seção 4.3.2, argumentarei que uma proposta baseada em predicados locacionais não necessita de nenhum elemento externo para tratar desses verbos: seguindo Jackendoff (1996), defenderei que a semântica das trajetórias fornece os elementos necessários para um tratamento dos *degree achievements* paralelo ao dos *achievements* comuns.

No entanto, antes de apresentar minha proposta para o tratamento da incoação e da mudança de estado na Estrutura Conceitual, vejamos brevemente como Jackendoff (1991/2010) refina a representação do predicado INCH, que pode ser considerado, em conjunto como o predicado BE, como equivalente ao predicado BECOME em sua teoria.

#### 4.2.2 Jackendoff (1991/2010): decompondo ainda mais os predicados primitivos

Conforme vimos anteriormente, o tratamento proposto por Jackendoff (1990) para a incoação e a mudança de estado lança mão dos predicados INCH e BE, e não do predicado BECOME, como a maioria das teorias recentes sobre a representação de eventualidades. Com o objetivo de entender melhor a natureza de INCH, discutirei mais detalhadamente nesta seção o artigo “*Parts and Boundaries*” (JACKENDOFF, 1991/2010), posterior à SS, no qual Jackendoff refina a representação desse predicado.

Nesse artigo, como vimos brevemente no capítulo anterior, na seção 3.3.4, Jackendoff propõe uma decomposição mais fina dos predicados primitivos de S&C e SS, com o objetivo de lidar de maneira mais adequada com os conceitos de “partes” e “limites”. Especificamente, o autor procura estabelecer uma análise mais refinada para as noções de limite e pluralidade, visando uma teoria unificada tanto para o sistema nominal (objetos) como para o sistema verbal (eventos). Com essa teoria, Jackendoff pretende dar conta da intuição de que a distinção entre nomes contáveis e nomes de massa é paralela à distinção entre eventos limitados e não limitados. Como exemplo, Jackendoff menciona que a diferença entre nomes contáveis (p. ex., *maçã*, *carro*, *bola*) e nomes de massa (p. ex., *água*, *açúcar*, *sal*) é a de que não se pode dividir um nome contável e, ainda assim, ter algo nomeado por esse mesmo nome (p. ex., outra maçã ou outro carro). Por outro lado, ao dividir-se o referente de um nome de massa, como, por exemplo, “água”, ainda se tem algo que pode ser descrito como “água”. Segundo Jackendoff, o mesmo se aplica à distinção entre eventos limitados e não limitados: podemos dividir um evento como *João dormiu* em partes menores, igualmente descritas como *João dormiu*; por outro lado, ao dividirmos um evento como *O copo quebrou*, não obtemos um evento menor que possa ser descrito pela mesma sentença.

De modo a dar conta dessas distinções, Jackendoff introduz em sua teoria – tanto para o sistema de objetos como para o sistema de eventos – dois traços conceituais: [ $\pm$ *bounded*] (ou [ $\pm$ b]) e [ $\pm$ *internal structure*] (ou [ $\pm$ i]). Eventos limitados e objetos individuais passam a ser marcados pelo traço [+b], ao passo que eventos não limitados e substâncias massivas (assim como plurais) passam a ser marcados pelo traço [-b] (JACKENDOFF, 2010, p. 143). Note que, ao classificar tanto nomes nus de massa (p. ex., *Tem água por toda a garagem*) e plurais nus (p. ex., *Tem carros por toda a garagem*) com o traço [-b], Jackendoff precisa de outro traço para dar conta do fato de que plurais nus compreendem uma multiplicidade de indivíduos identificáveis, ao contrário dos nomes de massa. Para tanto, o autor utiliza o traço [ $\pm$ i]: nomes plurais seriam marcados com o traço [+i], enquanto nomes de massa seriam marcados com [-i].

Deixando de lado o sistema nominal, o ponto crucial para a discussão que pretendo realizar aqui é que esses traços podem ser estendidos para o sistema verbal. Jackendoff propõe a seguinte ontologia de eventos/processos, com base nos traços [ $\pm$ b] [ $\pm$ i]:

- (9) a. [+b, -i]: eventos fechados [João correu até a loja]  
 b. [-b, -i]: processos não limitados e homogêneos [João dormiu]  
 c. [-b, +i]: processos não limitados e iterativos [A luz piscou continuamente]  
 d. [+b, +i]: eventos limitados e iterativos [A luz piscou até o amanhecer]

(Adaptado de JACKENDOFF, 2010, p. 145)

Definido esse sistema de traços, Jackendoff passa a explorar as noções de dimensionalidade e de direcionalidade, sendo que esta última é crucial para a decomposição dos predicados primitivos proposta pelo autor. No que diz respeito à dimensionalidade, o ponto relevante aqui é que eixos unidimensionais podem ter uma direção, ou orientação. De acordo com Jackendoff, com base no traço de direcionalidade [ $\pm$ dir], é possível traçar uma relação formal entre Lugares e Trajetórias, assim como entre Estados e Eventos. O autor combina Lugares e Trajetórias em uma categoria mais geral, a qual chama de Espaço (Space), sendo que a única diferença entre os dois subtipos de Espaço é o traço de direcionalidade: Lugares são [-dir] e Trajetórias são [+dir] (cf. (10a, b) abaixo). A mesma diferença se aplica à distinção entre Estados, [-dir], e Eventos, [+dir] (cf. (10c, d) abaixo), sendo ambos subtipos de situações (conforme vimos no capítulo 2).

- (10) a. [PLACE] =  $\begin{bmatrix} \text{SPACE} \\ -\text{dir} \end{bmatrix}$   
 b. [PATH] =  $\begin{bmatrix} \text{SPACE} \\ \text{dir} \end{bmatrix}$   
 c. [STATE] =  $\begin{bmatrix} \text{SITUATION} \\ -\text{dir} \end{bmatrix}$   
 d. [EVENT] =  $\begin{bmatrix} \text{SITUATION} \\ \text{dir} \end{bmatrix}$

(Adaptado de JACKENDOFF, 2010, p. 158)

Com base nesse formalismo, Jackendoff propõe uma decomposição dos predicados tratados como primitivos em SS e S&C, visando um tratamento mais adequado para fenômenos relacionados ao aspecto dos predicados. O foco aqui será a decomposição proposta pelo autor para as funções de trajetória TO e TOWARD, e para a função aspectual INCH, que nos ajudará a entender melhor como funciona para Jackendoff a noção de incoação, bem como servirá para a discussão sobre os *degree achievements* mais adiante.

A função de trajetória TO, conforme definida em Jackendoff (1983, 1990), toma como argumento uma Coisa ou um Lugar, que atua como Meta, ou seja, determina o ponto final da

trajetória. Com base nos traços discutidos acima, Jackendoff decompõe essa função da seguinte maneira:

$$(11) \quad \text{TO X} = \left[ \begin{array}{l} +b, -i \\ \text{dir} \\ \text{BDBY}^+ ([\text{Thing/Space X}]) \\ \text{Space} \end{array} \right] \quad (\text{Adaptado de JACKENDOFF, 2010, p. 163})^{38}$$

Vejamos em detalhes o papel de cada traço na decomposição em (11). Os traços [+b] e [-i] indicam que TO especifica uma trajetória limitada e sem estrutura interna, enquanto o traço [dir] marca a direcionalidade (traço que distingue Trajetórias de Lugares, conforme vimos). Por sua vez, o traço BDBY<sup>+</sup> (do inglês, *bounded by*, “limitado por”) especifica que a trajetória é limitada em seu ponto positivo – isto é, o seu final – por uma Meta, que é o argumento dessa função. Portanto, para Jackendoff, a diferença entre TO e FROM seria justamente a substituição de BDBY<sup>+</sup> por BDBY<sup>-</sup>, cujo argumento especifica uma Origem – ou seja, a trajetória é limitada em seu ponto negativo – isto é, seu início.

Por sua vez, a função de trajetória direcionada TOWARD se caracteriza por não ser limitada, uma vez que se comporta como uma substância: por exemplo, em uma trajetória como *em direção à escola*, qualquer parte da trajetória pode ser descrita como *em direção à escola*, sendo que o mesmo não acontece com *à escola*, como destaca Jackendoff. Dessa maneira, a única diferença na representação de TOWARD em relação a TO é o valor do traço *bounded*, como podemos observar em (12):

$$(12) \quad \text{TOWARD X} = \left[ \begin{array}{l} -b, -i \\ \text{dir} \\ \text{BDBY}^+ ([\text{Thing/Space X}]) \\ \text{Space} \end{array} \right] \quad (\text{Adaptado de JACKENDOFF, 2010, p. 163})$$

Conforme Jackendoff, de acordo com a representação acima, TOWARD seria equivalente a um espaço limitado pela Meta, mas que não a inclui, o que justificaria a utilização do traço [-b], e daria conta de seu comportamento de “substância”.

---

<sup>38</sup> Opto aqui por omitir o traço de dimensionalidade [dim] das representações, uma vez que este não contribui para a discussão que pretendo realizar neste momento e serviria somente para tornar mais complicadas as representações.

Finalmente, no que diz respeito à incoação, a decomposição proposta por Jackendoff para a função INCH é praticamente idêntica à da função TO, com exceção da categoria conceitual: INCH é uma função eventiva – um subtipo de Situação –, enquanto TO é uma função de trajetória – um subtipo de Espaço. Em (13) abaixo, temos a decomposição de INCH:

$$(13) \quad \text{INCH} ([_{\text{State}} X]) = \left[ \begin{array}{l} +b, -i \\ \text{dir} \\ \text{BDBY}^+ ([_{\text{Sit}} X]) \\ \text{Sit} \end{array} \right]$$

(Adaptado de JACKENDOFF, 2010, p. 165)

A decomposição de INCH em (13) especifica que essa é uma função eventiva (uma situação direcional), limitada por um estado (apesar de não estar explícito em (13), a situação X deve ser [-dir]). O que é crucial aqui é o fato de que a análise de Jackendoff dá conta do paralelismo entre o final de uma trajetória e o final de uma eventualidade, mas ainda assim, formalmente, o autor prefere manter duas funções distintas para os dois casos. Além disso, como não há a possibilidade de combinação entre INCH e funções de trajetória como TO ou TOWARD, essa teoria encontra os mesmos problemas que uma teoria baseada em BECOME para o tratamento de *degree achievements*. Esse é um dos motivos que leva Jackendoff (1996) a desenvolver uma teoria mais elaborada para lidar com as interações entre trajetórias, eventos e a estrutura temporal, conforme veremos na seção 4.3.2.

Na seção seguinte, apresentarei uma proposta para lidar com esses fatos sem a necessidade de um predicado específico para a incoação, o que mantém a base locacional da teoria, ao mesmo tempo em que diminui o número de predicados necessários na Estrutura Conceitual.

### 4.3 Eventualidades como pontos de referência em trajetórias metafóricas

#### 4.3.1 Voltando a uma análise baseada em GO para mudança de estado

A proposta que desenvolverei nesta seção consiste essencialmente em excluir a função INCH do inventário de predicados primitivos da Semântica Conceitual. Com essa decisão teórica, pretendo retornar a uma análise locacional de eventos incoativos e de mudança de estado, similar à originalmente proposta por Jackendoff (1983) – ou seja, uma análise baseada na função locacional GO. A premissa crucial dessa proposta resume-se em possibilitar que

eventualidades possam assumir metaforicamente na Estrutura Conceitual o papel de ponto de referência de uma trajetória, atuando semanticamente como Origem ou como Meta em eventos incoativos ou de mudança de estado.

Vale destacar que essa possibilidade não é algo estranho à teoria. Muito pelo contrário, ao tratar de eventos do campo circunstancial, Jackendoff (1983) contempla a hipótese de que eventos possam atuar como ponto de referência em Lugares ou Trajetórias, como mostram os exemplos abaixo.

(14) a. Ludwig is composing quartets.

‘Ludwig está compondo quartetos’

b. [Event BE<sub>Circ</sub> ([LUDWIG]<sub>i</sub>, [Place AT<sub>Circ</sub> ([Event *i* COMPOSE QUARTETS)])]

(15) a. Ludwig started composing quartets.

‘Ludwig começou a compor quartetos’

b. [Event GO<sub>Circ</sub> ([LUDWIG]<sub>i</sub>, [Path TO<sub>Circ</sub> ([Event *i* COMPOSE QUARTETS)])]

(16) a. Ludwig stopped composing quartets.

‘Ludwig parou de compor quartetos’

b. [Event GO<sub>Circ</sub> ([LUDWIG]<sub>i</sub>, [Path FROM<sub>Circ</sub> ([Event *i* COMPOSE QUARTETS)])]

(JACKENDOFF, 1983, p. 199)

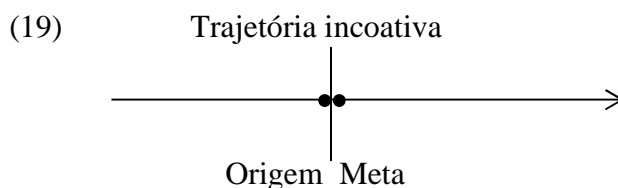
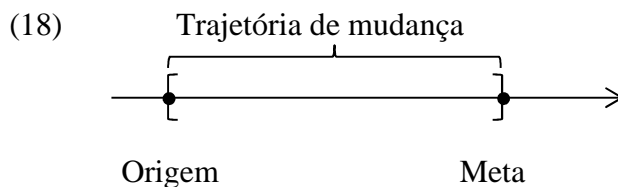
Como observamos na representação em (14b), o evento de “compor quartetos” ocupa a posição de argumento da função locativa AT<sub>Circ</sub>, exercendo metaforicamente o papel de ponto de referência nessa função de lugar. Da mesma forma, em (15) e (16), o evento de “compor quartetos”, denotado pela sentença subordinada ao verbo aspectual, exerce o papel de Meta (argumento de TO<sub>Circ</sub> em (15b)) e Origem (argumento de FROM<sub>Circ</sub> em (16b)).

O que gostaria de propor aqui é que não somente eventos, mas estados também possam ocupar a posição de argumento de funções de Lugar e de Trajetória. Especificamente, utilizando a formalização mais refinada de Jackendoff (1991/2010), funções de trajetória como TO, por exemplo, possibilitariam também uma situação como argumento, conforme ilustrado em (17) abaixo.



$$(17) \quad \text{TO X} = \left[ \begin{array}{l} +b, -i \\ \text{dir} \\ \text{BDBY}^+ ([\text{Thing/Space/Situation X}]) \\ \text{Space/Situation} \end{array} \right]$$

A representação em (17) define que a função TO, quando aplicada metaforicamente a qualquer evento incoativo ou de mudança de estado, especifica um espaço metafórico direcionado e limitado em seu ponto positivo por uma Meta, a qual também pode consistir em uma situação. Com isso, a função GO contribui simplesmente com a semântica de movimento – isto é, deslocamento de um Tema ao longo de uma trajetória –, enquanto as especificidades das trajetórias são definidas composicionalmente pela natureza do evento especificado pela raiz do verbo e pela semântica de seus complementos. Dessa maneira, portanto, a diferença entre um evento de mudança de estado (p. ex., um *achievement* como *João abriu a porta.*) e um evento incoativo (p. ex., *João começou a correr.*) não decorre da presença de diferentes predicados primitivos na estrutura desses eventos, mas sim de trajetórias distintas, ainda que ambas representadas por GO e TO, como mostram os esquemas em (18) e (19):



De modo a dar forma à proposta apresentada acima, iniciarei a discussão utilizando os exemplos apresentados por Jackendoff (1990) ao introduzir o predicado INCH, os quais foram discutidos inicialmente no capítulo 1. Conforme vimos, Jackendoff (1990) sustenta que a leitura incoativa de uma sentença como (20a) abaixo não pode ser obtida com a utilização do predicado GO. Contudo, com a possibilidade de estados desempenharem o papel de Meta em trajetórias metafóricas, a aplicação do predicado  $\text{GO}_{\text{Circ}}$  resultaria precisamente na interpretação desejada para a sentença, que teria uma representação léxico-conceitual como (20b) em sua leitura estativa, e como (20c) na leitura incoativa.

(20) a. O cata-vento apontou/apontava para o norte.

b. [State ORIENT ([Thing CATA-VENTO], [Path TO ([Place NORTE]])])]

c. [Event GO<sub>Circ</sub> ([Thing CATA-VENTO]<sub>i</sub>, [Path TO<sub>Circ</sub> ([State ORIENT ([X]<sub>i</sub>,  
[Path TO<sub>Orient</sub> ([Place NORTE]])]])]])]

A estrutura conceitual em (20b) refere-se à leitura estativa de (20a), a qual pode ser parafraseada como “o cata-vento encontrava-se orientado para o norte”. Por sua vez, em (20c) a interpretação incoativa da sentença é obtida por meio da introdução de GO<sub>Circ</sub> e TO<sub>Circ</sub> na estrutura conceitual da eventualidade, sendo que o estado em (20b) é encaixado como argumento do predicado TO<sub>Circ</sub>. A paráfrase mais adequada dessa estrutura conceitual seria algo como “o cata-vento entrou/passou a estar no estado de orientar-se para o norte”.

O mesmo tratamento se aplica a qualquer sentença do campo identificacional que exibir a ambiguidade entre uma leitura estativa e uma leitura incoativa. Em (22b) abaixo, temos mais um exemplo de GO<sub>Circ</sub> e TO<sub>Circ</sub> aplicadas a um predicado estativo com o objetivo de gerar a leitura incoativa:

(21) a. O sinal está verde (há algum tempo).

b. [State BE<sub>Ident</sub> ([Thing SINAL], [Place AT<sub>Ident</sub> ([Property VERDE ])])]

(22) a. O sinal está/ficou verde (finalmente).

b. [Event GO<sub>Circ</sub> ([Thing SINAL]<sub>i</sub>, [Path TO<sub>Circ</sub> [State BE<sub>Ident</sub> ([Thing X]<sub>i</sub>,  
[Place AT<sub>Ident</sub> ([Property VERDE ])])]])]

Essa análise possibilita o tratamento de todos os eventos de mudança de estado por meio do uso metafórico dos predicados locacionais GO e TO. Se estiver correta, será possível abandonar completamente o uso de INCH e manter a hipótese locacional inicial na análise da mudança de estado:

(23) a. A porta está aberta.

b. [State BE<sub>Ident</sub> ([Thing PORTA], [Place AT<sub>Ident</sub> ([Property ABERTA]])])]

(24) a. Maria abriu a porta.<sup>39</sup>

b. [<sub>Event</sub> CAUSE ([<sub>Event</sub> ACT ([<sub>Thing</sub> MARIA]), [<sub>Event</sub> GO<sub>Ident</sub> ([<sub>Thing</sub> PORTA<sub>i</sub>],  
[<sub>Path</sub> TO<sub>Ident</sub> ([<sub>State</sub> BE<sub>Ident</sub> ([<sub>Thing</sub> X<sub>i</sub>], [<sub>Place</sub> AT<sub>Ident</sub> ([<sub>Property</sub> ABERTA])])])])])])]

Na seção seguinte, voltarei à discussão sobre os *degree achievements* e mostrarei que uma análise locacional desses predicados – isto é, utilizando os predicados GO, TO e TOWARD, e não INCH e BE ou BECOME – pode fornecer ferramentas mais adequadas para o tratamento de eventos dessa natureza.

#### 4.3.2 Uma possibilidade de análise para os *degree achievements*

Como vimos brevemente no capítulo 1, a proposta original de Jackendoff (1983) permitia tratar tanto a semântica dos adjetivos comparativos do inglês (p. ex., *smaller* “menor”, *bigger* “maior”, etc.) como a ambiguidade dos *degree achievements* por meio da função de trajetória TOWARD. É uma análise nesses moldes que procuro resgatar aqui, retomando o tratamento da mudança de estado por meio do predicado GO.

Com a mudança de perspectiva por Jackendoff a partir de SS, o autor precisou desenvolver outras formas de análise para fenômenos como a incrementalidade e a telicidade dos predicados. Um trabalho crucial nesse sentido é o artigo “*The proper treatment of measuring out, telicity, and perhaps even quantification in English*” (JACKENDOFF, 1996/2010).<sup>40</sup> Nesse artigo, Jackendoff propõe um tratamento da noção de movimento não como uma sequência finita de estados (cf. TENNY, 1987, 1992; VERKUYL, 1972; em abordagem conhecida como *snapshot*), mas sim como uma mudança contínua ao longo do tempo. Como explica o autor, tanto a trajetória em que ocorre o movimento como o período de tempo em que ele ocorre são conceitualizados nessa abordagem. Especificamente, a posição do Tema ao longo da trajetória é codificada como uma função de tempo, sendo que para cada momento há uma posição correspondente (JACKENDOFF, 2010, p. 186).

(25) [<sub>Situation</sub> BE ([<sub>Thing</sub> X], [<sub>Space</sub> *l<sub>i</sub>*]); [<sub>Time</sub> *t<sub>i</sub>*]]

(Adaptado de JACKENDOFF, 2010, p. 190)

<sup>39</sup> A utilização do predicado ACT para representar o papel de Ator em estruturas causativas será discutida em detalhes no capítulo 5.

<sup>40</sup> Este artigo foi originalmente publicado em 1996, no periódico *Natural Language and Linguistic Theory* 14, 305-354, e reimpresso na coletânea organizada pelo autor em Jackendoff (2010). A versão utilizada aqui é a mais atual.

Note que, na representação acima, Jackendoff define genericamente o tipo de eventualidade representada por BE como uma Situação (ou seja, pode ser tanto um evento como um estado). Da mesma forma, o segundo argumento da função é definido como um Espaço, podendo ser tanto um Lugar como uma Trajetória. Uma das consequências dessa abordagem é a de que a função GO acaba sendo reduzida à função BE, com especificação de espaço e tempo. Não adotarei no presente trabalho, ao menos neste momento, essa redução de GO proposta por Jackendoff, apesar de admitir a presença de um constituinte de tempo na estrutura léxico-conceitual dos predicados. Por outro lado, gostaria de assumir, juntamente com Jackendoff (1996), que as noções locacionais de movimento, localização e trajetória são mais adequadas para lidar com a semântica da incrementalidade, da mudança de estado e da telicidade.

Seguindo essa abordagem, defenderei que a atelicidade dos *degree achievements* deriva da presença da função TOWARD na representação da trajetória de mudança desses predicados. Com a utilização de GO para representar a noção de movimento, e dos predicados de trajetória para a representação do grau de mudança, é possível dar conta da ambiguidade dos *degree achievements* em relação à sua atelicidade sem precisar lançar mão de elementos externos à estrutura de eventos dos predicados, como mostram os exemplos abaixo:

(26) a. A água esfriou (um pouco).

b. [Event GO<sub>Ident</sub> ([Thing ÁGUA<sub>i</sub>], [Path TOWARD<sub>Ident</sub> ([State BE<sub>Ident</sub> ([Thing X<sub>i</sub>], [Place AT<sub>Ident</sub> ([Property FRIA])])])])])]

(27) a. A roupa secou (um pouco).

b. [Event GO<sub>Ident</sub> ([Thing ROUPA<sub>i</sub>], [Path TOWARD<sub>Ident</sub> ([State BE<sub>Ident</sub> ([Thing X<sub>i</sub>], [Place AT<sub>Ident</sub> ([Property SECA])])])])])]

É importante destacar que uma medida de mudança limitada pode ser introduzida por um elemento explícito na sentença, o que faz com que um término do evento como um todo possa ser identificado. De acordo com a análise que proponho aqui, esse limite pode ser especificado na estrutura léxico-conceitual dos eventos de duas maneiras distintas: (i) quando o modificador denota a chegada à Meta da trajetória, a função envolvida nas representações passa a ser TO, em paralelo com a representação dos *achievements* (cf. (28b) e (29b) abaixo); (ii) por outro lado, quando apenas um ponto da escala é especificado, um modificador de

quantidade é incluído na representação da trajetória, limitando o evento, mesmo que o ponto final da trajetória não tenha sido atingido (cf. (30b) e (31b) abaixo):

(28) a. A água esfriou completamente.

b.  $[\text{Event GO}_{\text{Ident}}([\text{Thing } \text{ÁGUA}_i], [\text{Path TO}_{\text{Ident}}([\text{State BE}_{\text{Ident}}([\text{Thing } X_i], [\text{Place AT}_{\text{Ident}}([\text{Property FRIA}]])])])])]$

(29) a. A roupa secou completamente.

b.  $[\text{Event GO}_{\text{Ident}}([\text{Thing ROUPA}_i], [\text{Path TO}_{\text{Ident}}([\text{State BE}_{\text{Ident}}([\text{Thing } X_i], [\text{Place AT}_{\text{Ident}}([\text{Property SECA}]])])])])]$

(30) a. A água esfriou 2 graus (mas continua quente).

b.  $[\text{Event GO}_{\text{Ident}}([\text{Thing } \text{ÁGUA}_i], [\text{TOWARD}_{\text{Ident}}([\text{State BE}_{\text{Ident}}([\text{Thing } X_i], [\text{Place AT}_{\text{Ident}}([\text{Property FRIA}]])])])])]$   
 $[\text{Path } [\text{Amount } 2 \text{ graus } ]]$

(31) a. A roupa alargou 5 centímetros (mas continua curta).

b.  $[\text{Event GO}_{\text{Ident}}([\text{Thing ROUPA}_i], [\text{TOWARD}_{\text{Ident}}([\text{State BE}_{\text{Ident}}([\text{Thing } X_i], [\text{Place AT}_{\text{Ident}}([\text{Property LARGA}]])])])])]$   
 $[\text{Path } [\text{Amount } 5 \text{ centímetros } ]]$

Acredito que o tratamento dos *degree achievements* por meio de predicados primitivos locais abre uma possibilidade de análise bastante promissora para os verbos dessa classe. Os exemplos acima mostram que a Semântica Conceitual oferece ferramentas poderosas para lidar com a telicidade e a incrementalidade dos predicados de mudança, e que o movimento teórico de recuperação do poder explanatório da Hipótese das Relações Temáticas que defendo neste trabalho contribui fundamentalmente para futuras pesquisas sobre esses verbos.

Na seção seguinte, apresentarei mais dois argumentos independentes em favor da proposta para a incoação e a mudança de estado apresentada aqui, a qual tem como base predicados locais como GO e TO. As evidências que apresento dizem respeito à seleção de preposições por verbos aspectuais e à prefixação com *des-* no português brasileiro.

## 4.4 Evidências empíricas a favor da análise locacional da incoação e da mudança de estado

### 4.4.1 A seleção de preposições por verbos aspectuais de incoação e cessação no PB

Nesta seção analisarei a seleção de preposições por verbos aspectuais de incoação e de cessação no português brasileiro, e argumentarei que o comportamento gramatical apresentado por esses verbos pode ser considerado como uma forte evidência em favor da análise locacional da incoação e da mudança de estado na Estrutura Conceitual. Tradicionalmente, são considerados verbos aspectuais aqueles que descrevem uma parte da estrutura temporal interna das eventualidades, que pode ser, por exemplo, seu início (p. ex., *começar, iniciar*) ou seu fim (p. ex., *parar, terminar*) (cf. TER MEULEN, 1995; BERTUCCI, 2011; entre outros). Chamarei aqui de verbos aspectuais de incoação os verbos que denotam o início de uma eventualidade, e de verbos aspectuais de cessação os que denotam o final.

No português brasileiro, os verbos aspectuais formam perífrases com uma preposição seguida por um complemento no infinitivo. Crucialmente, a preposição selecionada pelos verbos aspectuais de incoação é a preposição *a*, conforme mostram os exemplos abaixo:

- (32) a. Paulo começou a compor quartetos.  
b. A polícia iniciou a investigar o caso.  
c. Maria principiou a chorar.  
d. Carlos passou a estudar matemática.  
e. Ana voltou a fumar.

Uma teoria da incoação baseada em predicados como INCH ou BECOME não oferece nenhuma explicação para o fato de que a preposição selecionada pelos verbos em (32) é justamente a preposição *a*, em paralelo com o campo locacional. A função INCH, por exemplo, não possui relação alguma com as noções de locação e movimento, uma vez que funciona como um operador de estados em eventos. Portanto, uma teoria baseada em INCH não possui nenhuma motivação interna que explique a seleção de preposição exposta acima. Por outro lado, a análise que proponho aqui oferece uma explicação natural para a presença da preposição *a* nas sentenças em (32): a noção de incoação deriva da interação entre as funções locacionais  $GO_{Circ}$   $TO_{Circ}$  e uma trajetória metafórica; ou seja, a mudança de estado ou de

propriedade é representada como o transcurso de uma trajetória (mudança), com o Tema se deslocando metaforicamente de uma locação (um evento, estado ou propriedade) para outra locação.

O que torna ainda mais robusto esse argumento é o fato de que os verbos aspectuais que denotam o processo inverso – isto é, a cessação de eventualidades – selecionam sistematicamente a preposição locacional *de*, conforme o esperado pela hipótese locacional:

- (33) a. Paulo parou de compor quartetos.
- b. A polícia terminou de investigar o caso.
- c. Maria deixou de chorar.
- d. Carlos acabou de estudar matemática.<sup>41</sup>

Como vemos em (33), os verbos aspectuais que denotam a parte final da eventualidade selecionam a preposição *de*, o que favorece a hipótese locacional de que eventualidades dessa natureza codificam metaforicamente na Estrutura Conceitual a saída de um Tema de um evento, estado ou propriedade. Ou seja, em (33) estaríamos diante de um caso de  $GO_{\text{Circ}}$   $FROM_{\text{Circ}}$ , o que explicaria naturalmente o uso da preposição. Pode-se supor que Jackendoff tenha abandonado tão facilmente a hipótese locacional no tratamento da incoação devido ao fato de que a correlação com o campo espacial na seleção de preposições por verbos aspectuais não é tão transparente em inglês como em português brasileiro.

- (34) a. Paul started to compose/started composing quartets.  
      ‘Paul começou a compor quartetos’
- b. The police began to investigate/began investigating the case.  
      ‘A polícia iniciou a investigar o caso’
- (35) a. Paul stopped composing/\*from compose quartets.  
      ‘Paul parou de compor quartetos’
- b. The police finished investigating/\*from investigate the case.  
      ‘A polícia terminou de investigar o caso’

---

<sup>41</sup> O verbo *acabar* pode ser interpretado de duas maneiras neste contexto no PB: pode ser equivalente ao verbo *terminar*, que é o sentido no qual estou interessados neste estudo, bem como pode denotar uma leitura de passado recente, como em “João acabou de chegar”. Seguindo Bertucci (2011), adotarei o teste com o modificador *já* para distinguir as duas leituras (cf. *João já acabou de estudar* vs. *\*João já acabou de chegar*).

Os exemplos em (34) mostram que, em inglês, no caso dos verbos aspectuais de incoação, a perífrase pode ser formada tanto com a preposição *to* seguida do infinitivo quanto pelo gerúndio. Entretanto, no caso dos verbos de cessação, a construção com a preposição não é possível, como vemos em (35). Assim, as construções com verbos aspectuais em inglês não revelam a natureza locacional da incoação, característica mais profunda da Estrutura Conceitual, da mesma forma que as construções no português brasileiro revelam, possivelmente por fatores relacionados aos diferentes processos de gramaticalização das duas línguas. Um exemplo que ilustra claramente a diferença entre o inglês e o português em relação aos padrões de lexicalização envolvendo preposições é o do verbo *enter* (“entrar”):

(36) a. John entered the room.

$$\left[ \begin{array}{l} \text{enter} \\ \text{---} \langle \text{SN}_j \rangle \\ [\text{Event GO} ([\text{Thing } ]_i, [\text{Path TO} ([\text{Place IN} ([\text{Thing } ]_j)])]]] \end{array} \right]$$

b. João entrou na sala.

$$\left[ \begin{array}{l} \text{entrar} \\ \text{---} \langle \text{SP}_j \rangle \\ [\text{Event GO} ([\text{Thing } ]_i, [\text{Path TO} ([\text{Place IN} ([\text{Thing } ]_j)])]]] \end{array} \right]$$

Como podemos observar em (36a), o verbo *enter* no inglês incorpora ao seu significado tanto a função de trajetória como a de lugar, o que faz com que o segundo argumento seja uma Coisa e precise ser expresso na sintaxe como um SN (coindexado com o índice *j*). Por outro lado, em português, a entrada lexical do verbo *entrar* especifica que o Lugar é o segundo argumento, o que leva à sua realização sintática como um SP.

É preciso destacar, no entanto, que ao menos duas possíveis ressalvas podem ser feitas em relação ao argumento desenvolvido nesta seção. A primeira delas diz respeito à semântica dos verbos *passar* e *voltar*. Apesar de esses verbos poderem ser utilizados como auxiliares, conforme os exemplos em (32), esse não é o seu significado primário: a semântica básica desses verbos é a de movimento espacial (cf. *João voltou de São Paulo*, ou *Maria passou pelo parque*). Portanto, pode-se argumentar que o uso da preposição *a* com esses verbos reflete simplesmente sua semântica espacial básica, e não a natureza locacional da incoação. Ainda que essa hipótese se comprove, acredito que isso não enfraqueça de maneira geral o



argumento, uma vez que os outros verbos aspectuais de incoação (*começar, iniciar e principiar*) não são de natureza espacial, sendo que sua semântica básica é aspectual. Pelo contrário, talvez o fato de que verbos como *passar* e *voltar* sejam utilizados na língua como verbos aspectuais de incoação seja um ponto favorável à hipótese locacional. Acredito que estejamos diante de um caso de “polissemia sistemática”, justamente uma das principais motivações que levaram Jackendoff a postular a Hipótese das Relações Temáticas.

A segunda ressalva que pode ser feita ao argumento refere-se ao fato de que os verbos aspectuais podem também apresentar um comportamento de transitivos diretos, selecionando um SN como complemento, conforme ilustram os dados abaixo:

(37) a. Paulo começou a composição de quartetos.

b. A polícia iniciou a investigação do caso.

(38) a. Paulo acabou a composição de quartetos.

b. A polícia terminou a investigação do caso.

Os exemplos em (37)-(38) mostram que os verbos aspectuais de incoação e cessação, além de formarem a perífrase com a preposição seguida do infinitivo, podem também selecionar como complemento um objeto direto, o que pode gerar um problema em potencial pra a hipótese locacional defendida neste capítulo. Especificamente, o problema seria explicar por que motivo esses verbos apresentam uma realização alternativa dos argumentos sem a preposição, considerando a hipótese que defendo de que sua semântica é locacional. Com isso, nas seções seguintes me concentrarei na seguinte questão: quais são as restrições sintáticas e semânticas responsáveis pelo padrão de comportamento apresentado pelos verbos em (32)-(33) e (37)-(38)? O objetivo será investigar algumas explicações possíveis para esse fenômeno.

#### 4.4.1.1 A alternância de valência dos verbos aspectuais

Inicialmente, podemos pensar em ao menos três possibilidades para o tratamento dessa alternância. Primeiro, a alternância de valência apresentada pelos verbos aspectuais pode ser uma questão de idiosincrasia lexical, ou seja, o fato de o complemento do verbo ser regido por preposição ou ser um argumento direto seria um acidente da língua. Definitivamente essa

seria a explicação menos interessante, uma vez que os dados mostram que os verbos dessa classe exibem um comportamento uniforme em relação à seleção de preposições.

Uma segunda possibilidade seria assumir que a necessidade ou não da preposição está relacionada à categoria sintática do complemento – isto é, pode-se argumentar que em ambos os casos os complementos do verbo aspectual denotam um evento, e que a semântica das duas variantes da alternância é exatamente a mesma. Evidentemente, essa ideia pode ser expressa postulando-se uma regra lexical que adiciona a preposição somente no caso de uma oração no infinitivo como complemento. No entanto, caso não se encontre uma motivação baseada em princípios mais gerais para a existência de uma regra lexical dessa natureza, acabaríamos da mesma forma com uma estipulação, nesse caso não lexical, mas sintática.

Finalmente, a terceira possibilidade segue a linha usualmente assumida pelos pesquisadores em Semântica Lexical e realização dos argumentos: diferentes realizações sintáticas de argumentos similares indicam que as variantes não possuem precisamente o mesmo conteúdo semântico. Essa é a linha de análise que defenderei aqui, assumindo que as duas variantes da alternância em questão possuem representações léxico-conceituais distintas. De modo a fundamentar essa hipótese, na seção seguinte discutirei brevemente o trabalho de Godard & Jayez (1993) sobre as restrições impostas por verbos aspectuais em seus SNs complementos.

#### 4.4.1.2 Godard & Jayez (1993)

Apesar de o trabalho de Godard & Jayez (1993) concentrar-se mais precisamente no fenômeno da coerção em francês, os autores discutem também as restrições semânticas que os verbos aspectuais impõem sobre seus SN complementos. Mais especificamente, os autores argumentam que a interpretação de sentenças como *João começou o livro* não resulta de uma operação de *type-changing*<sup>42</sup> do SN complemento, conforme assumido geralmente na literatura (cf. PUSTEJOVSKY, 1991; entre outros). Em vez disso, eles defendem que a semântica do predicado é “enriquecida” pela adição de um predicado abstrato, enquanto o tipo semântico do objeto permanece o mesmo. Nos casos com os quais estou lidando neste capítulo, isto não seria um problema, já que os complementos são claramente do tipo eventivo, como em (37), por exemplo. O que é relevante para este trabalho são as restrições

---

<sup>42</sup> Em semântica formal, operações de *type-changing* são aquelas que alteram o tipo semântico de uma determinada entidade linguística.

propostas por Godard & Jayez (1993) para o SN complemento, as quais parecem se aplicar também para os casos estudados aqui.

*Grosso modo*, a proposta dos autores é a de que os eventos denotados pelo SN complemento de um verbo aspectual devem ser (i) limitados, (ii) controlados pelo sujeito do verbo aspectual, bem como devem (iii) denotar algum tipo de mudança no objeto do evento (mesmo em casos como “ler um livro”). A restrição (i) significa que o SN deve se referir a uma entidade “definida” (ou “limitada”), e não indefinida – como, por exemplo, os partitivos com nomes massivos no francês (cf. (39) abaixo). Apesar de esse parecer ser o caso para os dados analisados pelos autores – nos quais os eventos são interpretados por meio de um processo de metonímia, como em (39) –, o dado em (40) sugere que quando o SN complemento é uma nominalização deverbal, este não precisa ser “limitado”:

(39) Jean a commencé le fromage/\*du fromage.

‘Jean começou o queijo/\*do queijo’

(GODARD; JAYEZ, 1993, p. 170)

(40) A polícia começou novas investigações/buscas (sobre o caso).

Por outro lado, a restrição (ii) parece se aplicar também aos dados relevantes para o presente trabalho. Quando o evento denotado pelo complemento do verbo aspectual não é controlado intencionalmente pelo sujeito, a construção com o SN complemento não parece ser possível em português brasileiro, como mostra (42) abaixo.

(41) a. O paciente começou a morrer.

b. João começou a envelhecer.

(42) a. \*O paciente começou a morte.

b. \*João começou o envelhecimento.

De acordo com a análise de Godard & Jayez (1993), a agramaticalidade de casos como (42a, b) decorre do fato de que os SNs *a morte* e *o envelhecimento* não denotam eventos que podem ser concebidos como controlados pelo participante. Como evidência adicional disto, os autores argumentam que um evento como *commencer la conférence* (“começar a

conferência”) somente pode ser interpretado como “começar a proferir a conferência”, e não “começar a ouvir a conferência” (GODARD; JAYEZ 1993, p. 173).

Finalmente, no que diz respeito à restrição (iii), em princípio pode parecer problemático assumir que o SN complemento sofre algum tipo de modificação em um evento como “começar o livro”. Na análise que pretendo desenvolver aqui, essa construção introduz um componente causativo na estrutura léxico-conceitual, e se há um argumento encaixado no evento, este deve ser um argumento afetado (ou um Paciente ou um Tema), o que dá conta do fato de que esses complementos apresentam um comportamento similar ao de objetos diretos afetados.

Em resumo, minha análise levará em consideração as restrições (ii) e (iii) propostas por Godard & Jayez (1993) para o SN complemento na variante transitiva direta da alternância. Na subseção seguinte, desenvolverei uma análise inicial para essa alternância de valência, tentando implementar as ideias esboçadas acima; ao mesmo tempo, tentarei incorporar as noções locacionais desenvolvidas neste capítulo para dar conta da seleção de preposições desses predicados.

#### 4.4.1.3 Uma proposta para a alternância dos verbos aspectuais

A análise que buscarei desenvolver aqui será baseada no verbo *começar*, que é um verbo aspectual de incoação prototípico; acredito que as ferramentas elaboradas para esse caso podem ser apropriadamente estendidas para lidar com os outros verbos aspectuais.

De acordo com a proposta defendida neste capítulo, a seleção da preposição *a* pelo verbo *começar*, na variante com complemento sentencial, se segue da natureza locacional da incoação. Conforme discutido anteriormente, o principal problema que essa proposta precisa enfrentar diz respeito à ausência da preposição na variante com o SN complemento: se a semântica das duas variantes fosse similar, a preposição deveria se manifestar em ambas. Nas subseções anteriores, sugeri que esse não é o caso, e que a variante com o SN complemento contém um predicado causativo na estrutura léxico-conceitual do evento. Especificamente, minha proposta é a de que as duas variantes da alternância, exemplificada em (43a) e (43b) abaixo, possuem as representações em (44a) e (44b), respectivamente:

(43) a. João começou a correr.

b. João começou a corrida.

(44) a. [Event GO<sub>Circ</sub> ([Thing JOÃO<sub>i</sub>], [Path TO<sub>Circ</sub> ([Event ACT<sub>[CORRER]</sub> ([X<sub>i</sub>])])])]]

b. [Event CAUSE ([Event ACT ([ JOÃO])], [Event GO<sub>Circ</sub> ([X<sub>i</sub>],  
[Path TO<sub>Circ</sub> ([Event ACT<sub>[CORRER]</sub> ([X<sub>i</sub>])])])])]]

A estrutura léxico-conceitual em (44a) representa um evento incoativo simples, em que o Tema metaforicamente ingressa em um novo evento; no caso de (44a), uma atividade de corrida controlada pelo próprio participante. Por outro lado, a estrutura em (44b) representa um evento causativo complexo, em que uma ação controlada de um participante causa o início de um novo evento. Note que o causador do evento de corrida em (43b) não necessariamente participa desse evento – como, por exemplo, em *João deu a bandeirada, e começou a corrida*. Essa parece ser apenas uma inferência pragmática; assim, o participante do subevento causador em (44b) não está coindexado com o primeiro argumento de GO<sub>Circ</sub>. A entrada lexical do verbo *começar*, portanto, deve ser subespecificada em relação à coindexação do argumento causador e do argumento do subevento causado. Em ambos os casos em (43), no entanto, *João* é um Ator volicional.

O contraste entre (45) e (46) abaixo pode ser considerado como evidência de que a análise proposta acima está correta – especialmente em representar o sujeito de *começar* em (43b) como um Ator. Em (45b) abaixo, o participante animado *o fazendeiro* pode ser interpretado como um Ator volicional, licenciando a construção; em contraste, não é possível que *a chuva* seja interpretada como tendo controle sobre o evento, por não ser um participante animado, o que impossibilita a construção (cf. (46b)):

(45) a. O fazendeiro começou a inundar a plantação.

b. O fazendeiro começou a inundação da plantação.

(46) a. A chuva começou a inundar a plantação.

b. ??A chuva começou a inundação da plantação.

Como sugerem os dados acima, apesar de os verbos serem os mesmos, a possibilidade de interpretação do sujeito do verbo aspectual como um Ator volicional é o que define a possibilidade de ocorrência da variante com o SN complemento.

Por fim, no que diz respeito ao elemento causativo na estrutura em (44b), uma evidência de que essa análise está correta é o fato de que o verbo *começar* participa da alternância causativa, como podemos observar em (47) abaixo, o que é uma característica típica de verbos causativos:

- (47) a. A polícia começou a investigação.  
b. A investigação começou.

Seguindo a análise clássica de Levin & Rappaport Hovav (1995), assumo que a alternância causativa consiste em um processo no qual um verbo basicamente causativo/transitivo tem o seu argumento causador absorvido, derivando um verbo incoativo/intransitivo. Em geral, assume-se na literatura que a presença do clítico *se* em sentenças incoativas indica que a representação semântica do verbo possui duas posições argumentais (cf. GRIMSHAW, 1982; REINHART; SILONI, 2004; entre outros). Crucialmente, as sentenças incoativas com o verbo *começar* não são compatíveis com o clítico *se* em PB – em contraste com verbos de mudança de estado como *quebrar* ou *abrir*, por exemplo. Esse fato indica que o processo envolvido em (47) é um caso de causativização, e não de anticausativização, o que é compatível com a análise proposta aqui, em que um elemento causativo é introduzido na estrutura conceitual de sentenças como (43a).

Acredito que essa proposta para a alternância dos verbos aspectuais seja suficiente para explicar a ausência de preposição na variante com o SN complemento e manter a validade do argumento. Na seção seguinte, tratarei de um segundo argumento em favor da natureza locacional da mudança de estado: a prefixação com *des-* no português brasileiro.

#### 4.4.2 *Verbos de mudança de estado com o prefixo des- em PB*

O estatuto semântico do prefixo *des-* em estruturas verbais no português brasileiro tem sido um tópico bastante discutido na literatura recente (cf. SILVA; MIOTO, 2009; BASSANI; MEDEIROS; SCHER, 2009; MEDEIROS, 2010; entre outros). Esses estudos buscam entender mais claramente a contribuição semântica desse prefixo, que é associado na tradição gramatical a diferentes sentidos, como o de negação, ação contrária, separação, cessação de um ato ou estado, etc. (CUNHA; CINTRA, 2001; BECHARA, 2005). Nesta seção, proponho-me a desenvolver uma proposta para tratar da semântica desse prefixo, sob a luz da teoria

apresentada neste capítulo. Pretendo mostrar que a análise que proponho, baseada nas funções primitivas GO e FROM, é superior às propostas citadas acima no que diz respeito aos aspectos semânticos, e possibilita uma análise locacional da semântica do prefixo *des-*, o que não é possível em propostas baseadas em predicados como INCH ou BECOME.

Inicialmente, gostaria de apresentar alguns dados (retirados, em grande parte, de BASSANI; MEDEIROS; SCHER, 2009, e de MEDEIROS, 2010) e discutir brevemente algumas das abordagens anteriores, iniciando com a proposta de Silva & Mioto (2009). Silva & Mioto defendem que os prefixos selecionam rigidamente a base com a qual se combinam, assim como assumido para os sufixos. Ao analisar o caso do prefixo *des-*, na palavra *desmobilização*, os autores avaliam inicialmente três possibilidades de anexação do prefixo: (i) ao adjetivo da base [N[V[A des-mobil] iza] ção], (ii) à camada verbal [N[V des[A mobil] iza] ção] ou (iii) ou à camada nominal [N des[V[A mobil] iza] ção]. Após constatarem que o prefixo *des-* combina-se produtivamente com verbos, citando casos como *desfazer*, *desconectar* e *desconsiderar*, por exemplo, os autores concluem que a estrutura correta de uma palavra como *desmobilização* é aquela em (ii), em que o prefixo se prende à camada verbal. Contudo, sabemos que o prefixo *des-* também se combina com bases adjetivais, como é o caso de *desnecessário*, *desleal* e *desumano*, por exemplo. De acordo com os autores, estes não devem ser considerados contraexemplos para a sua proposta de seleção rígida para os prefixos, uma vez que o sentido do prefixo não seria o mesmo ao combinar-se com verbos e com adjetivos. Ou seja, os autores defendem que estamos diante de um caso de homonímia: existiria um prefixo *des*<sub>-1</sub>, que ao combinar-se com verbos teria um sentido de reversão de um processo; e um prefixo *des*<sub>-2</sub>, que ao combinar-se com adjetivos teria um sentido de negação.

Medeiros (2010) se posiciona contra a proposta de Silva & Mioto (2009), defendendo a hipótese de que o prefixo *des-* não denota a reversão de um processo, mas sim a negação ou inversão de um estado pressuposto pelo verbo. Mais especificamente, o autor assume que os verbos com o prefixo *des-* pressupõem um estado consequente (ou alvo) do processo denotado por tais verbos, e que o prefixo opera sobre este estado. Em defesa dessa hipótese, o autor afirma que os verbos com *des-* não pressupõem os eventos denotados pelos verbos correspondentes sem o prefixo – por exemplo, o autor argumenta que verbos como *desenterrar*, *descolar* e *desorganizar* não pressupõem que algo tenha sido enterrado, colado ou organizado. Além disso, como evidência adicional de que *des-* não inverte ou nega um processo, o autor chama atenção para o fato de que verbos de atividade não aceitam o prefixo, como *\*descorrer*, *\*desdançar* ou *\*despular*. Por fim, Medeiros (2010) estende sua análise

para verbos como *desossar*, *descascar* e *desmembrar*, ao quais, ao menos em uma primeira análise, não são derivados de verbos, mas sim de substantivos, por meio de parassíntese. Para esses verbos, seguindo a análise de Bassani, Medeiros & Scher (2009), o autor propõe que existe uma espécie de elemento relacionador/predicador nesses casos, o qual cria um estado de posse inalienável, ou uma relação de meronímia, entre a entidade associada à raiz e a entidade denotada pelo complemento. E é esse estado que é negado ou invertido pelo prefixo *des-*, de acordo com Medeiros. Ou seja, conforme essa análise, em um evento como “descascar uma maçã”, o que ocorre é uma negação, ou inversão, de posse da casca pela maçã.

Em oposição a Silva & Miotto (2009), a proposta de Medeiros (2010) estabelece um único sentido para o prefixo *des-* tanto em formações derivadas de verbos como em formações derivadas de adjetivos e substantivos, ou seja, o de negação ou inversão de um estado:

$$(48) [[\text{NEG}]] = \lambda f_{\langle s, t \rangle} . \lambda s . [\neg f(s)]^{43}$$

(MEDEIROS, 2010, p.110)

De acordo com (48),  $\lambda f$  é uma função que pode modificar um nó na estrutura representacional cujo tipo semântico associado for  $\langle s, t \rangle$ , seja qual for sua classe morfológica ou categoria gramatical. As estruturas adotadas por Medeiros (2010) seguem o modelo da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997). Em (49) abaixo, temos um exemplo de onde o prefixo é anexado na estrutura, no caso de “descolar os papéis”: para Medeiros, o prefixo (função NEG) combina-se com a raiz ( $\sqrt{P}$ ) e não com o vP.

$$(49) \quad \begin{array}{l} \text{vP} = \quad \lambda e . (\exists s) \neg \text{colado}(s, \text{os-papéis}) \ \& \ \text{CAUS}(e, s) \\ \swarrow \quad \searrow \\ \text{v} \quad \quad \sqrt{\text{P}} = \quad \lambda s . \neg \text{colado}(s, \text{os-papéis}) \\ \quad \quad \swarrow \quad \searrow \\ \quad \quad \text{NEG} \quad \quad \sqrt{\text{P}} = \quad \lambda s . \text{colado}(s, \text{os-papéis}) \ (\text{tipo: } \langle s, t \rangle) \\ \quad \quad \quad \quad \swarrow \quad \searrow \\ \lambda f_{\langle s, t \rangle} . \lambda s . [\neg f(s)] \quad \text{os papéis} \quad \lambda \text{col-} = \quad \lambda f . \lambda s . \text{colado}(s, x) \end{array}$$

(MEDEIROS, 2010, p.110)

Sem entrar nos detalhes da estrutura, o vP em (49) denota, *grosso modo*, um evento que causa, ao culminar, um estado em que os papéis não estão colados.

<sup>43</sup> O tipo semântico de  $\lambda f$  deve ser  $\langle s, t \rangle$ , como esclarece Medeiros (2010), para indicar que a eventualidade é do tipo “estado”, e não “evento”. Contudo, não foi possível colocar o *s* subscrito na representação.



A proposta que pretendo desenvolver aqui segue a linha da análise de Silva & Mioto (2009), ou seja, a de que os verbos com o prefixo *des-* denotam a reversão de um processo de mudança, e não a negação de um estado resultante, como defende Medeiros (2010). A ideia que gostaria de defender é a de que verbos com o prefixo *des-* não pressupõem, de fato, o evento correspondente ao verbo sem o prefixo: o ponto é que esses verbos denotam o processo de mudança inverso ao que a sua contraparte sem o prefixo denota.<sup>44</sup> Mais especificamente, acredito que a contribuição semântica do prefixo *des-* para a estrutura léxico-conceitual de um evento seja a inversão da direção da trajetória de mudança, ou seja, a substituição do predicado locacional TO pelo predicado FROM. Consideremos inicialmente o caso dos verbos *descongelar* e *desorganizar*. De acordo com a teoria desenvolvida neste capítulo, a mudança de estado envolvida em verbos como *congelar* e *organizar* deve ser representada por meio dos predicados GO<sub>Circ</sub> e TO<sub>Circ</sub>, e eventos denotados por esses verbos teriam representações como em (50b) e (52b), respectivamente. O prefixo *des-* modifica essas representações revertendo a direção da mudança de estado com a introdução do predicado FROM, como podemos observar em (51b) e (53b) abaixo.

(50) a. O lago congelou.

b. [Event GO<sub>Circ</sub> ([Thing LAGO]<sub>i</sub>), [Path TO<sub>Circ</sub> [State BE<sub>Ident</sub> ([Thing X]<sub>i</sub>,  
[Place AT<sub>Ident</sub> ([Property CONGELADO ])]))] ]

(51) a. O lago descongelou.

b. [Event GO<sub>Circ</sub> ([Thing LAGO]<sub>i</sub>), [Path FROM<sub>Circ</sub> [State BE<sub>Ident</sub> ([Thing X]<sub>i</sub>,  
[Place AT<sub>Ident</sub> ([Property CONGELADO ])]))] ]

(52) a. O time se organizou.

b. [Event GO<sub>Circ</sub> ([Thing TIME]<sub>i</sub>), [Path TO<sub>Circ</sub> [State BE<sub>Ident</sub> ([Thing X]<sub>i</sub>,  
[Place AT<sub>Ident</sub> ([Property ORGANIZADO ])]))] ]

(53) a. O time se desorganizou.

b. [Event GO<sub>Circ</sub> ([Thing TIME]<sub>i</sub>), [Path FROM<sub>Circ</sub> [State BE<sub>Ident</sub> ([Thing X]<sub>i</sub>,  
[Place AT<sub>Ident</sub> ([Property ORGANIZADO ])]))] ]

Com a manutenção da base locacional da teoria para a mudança de estado, é possível representar de forma paralela a entrada e a saída de um estado por uma entidade,

<sup>44</sup> Conforme veremos adiante, nos casos de parassíntese, a contraparte sem o prefixo pode ser somente uma palavra possível, mas não atestada, como, por exemplo, *\*ossar* ou *\*cascar*, nos casos de *desossar* e *descascar*. Ainda assim, pode-se dizer que os verbos com o prefixo denotam um processo inverso ao que estes verbos denotariam.

simplesmente invertendo a direção da mudança por meio dos predicados de trajetória TO e FROM, como mostram os exemplos acima.

Crucialmente, a estrutura léxico-conceitual de eventos denotados por verbos como *descascar* e *desossar* também pode ser representada de forma adequada por predicados locais. Esses verbos não denotam uma mudança de estado simples, mas sim a retirada de uma parte do todo representado pela entidade denotada pelo objeto direto. Essa semântica pode ser obtida também por meio dos predicados GO e FROM, possibilitando uma análise uniforme da formação de verbos com o prefixo *des-*, como mostram os exemplos abaixo:

(54) a. Ana descascou a maçã.

b. [Event CAUSE ([Event ACT ([Thing ANA])), [Event GO ([Thing CASCA],  
[Path FROM ([Place MAÇÃ])])])]]

(55) a. Pedro desossou o frango.

b. [Event CAUSE ([Event ACT ([Thing PEDRO])), [Event GO ([Thing OSSO],  
[Path FROM ([Place FRANGO])])])]]

Em português, eventos como (54a), por exemplo, podem ser descritos pela perífrase “tirar a casca de”, o que serve como evidência em favor de representações como (54b). A análise que proponho aqui também proporciona uma explicação natural para a impossibilidade de formação de verbos como *\*desdançar*, *\*despular* ou *\*descorrer*. Conforme vimos no capítulo 2, verbos de atividade como *correr* são instâncias do predicado monoargumental ACT, e não implicam nenhum tipo de deslocamento ao longo de uma trajetória, seja ela espacial ou metafórica – ou seja, não são verbos de mudança. Como o prefixo *des-* modifica uma trajetória por meio da introdução do predicado FROM, a estrutura léxico-conceitual de eventos como *correr* ou *pular* não é compatível com a semântica do prefixo e, portanto, não serve como base para a derivação.

Importa destacar que uma análise do prefixo *des-* baseada nos predicados INCH e BE, na linha de Jackendoff (1990), precisaria de complicações adicionais para dar conta da semântica dos predicados descritos acima. Ao propor uma análise para o prefixo *un-* em inglês (p. ex., *unglue* “descolar”, *unfasten* “desapertar”), Jackendoff (1990) lança mão da função de lugar AT-END-OF, que faz referência ao ponto final de uma trajetória, conforme (56):

(56) *unglue*: [CAUSE ([X], [INCH [BE ([Y], [AT-END-OF [FROM [AT [Z]]]])]])]]]

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p. 167)

A paráfrase aproximada da estrutura léxico-conceitual em (56) seria a de que “X causa que Y passe a estar no final de uma trajetória originada em Z”. Acredito que a análise que proponho nesta seção seja muito mais simples e intuitiva do que a de Jackendoff, uma vez que representa a mudança de estado em paralelo com a mudança de lugar.

No mesmo sentido, propostas baseadas no predicado BECOME também não conseguem capturar a natureza locacional dos eventos denotados pelos verbos com o prefixo *des-*, pois não possuem os predicados necessários para expressar diferentes direções de trajetória. Consideremos o caso de um verbo psicológico como *despreocupar*, por exemplo. Uma teoria de decomposição de predicados que lança mão de BECOME para lidar com a mudança de estado tem duas possibilidades para a representação de um evento dessa natureza: (i) pode-se postular um operador de negação na representação do subevento de mudança – algo como [BECOME Y NOT <PREOCUPADO>] –, seguindo uma linha semelhante a da proposta de Medeiros (2010); ou (ii) pode-se assumir que o prefixo nesse caso é incorporado à raiz e não contribui com nenhuma informação semântica para a estrutura interna do subevento. Cançado, Godoy & Amaral (2013), em seu recente catálogo dos verbos do português, seguem essa segunda possibilidade de análise. As autoras assumem, concordando também com a proposta de Medeiros (2010), que o prefixo *des-* possui um sentido de negação, e opera sobre o estado final em eventos de mudança de estado. Contudo, as autoras não assumem que existe um operador de negação independente, mas sim que o prefixo incide sobre a raiz formando um novo estado, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(57) a. *preocupar*: [[ X ACT/STATE ] CAUSE [ BECOME Y <PREOCUPADO>]]

b. *despreocupar*: [[ X ACT/STATE ] CAUSE [ BECOME Y <DESPREOCUPADO>]]

(CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013, p. 67)

De acordo com (57), o verbo *despreocupar* teria uma estrutura léxico-semântica idêntica à do verbo *preocupar*, sendo que a diferença seria apenas a raiz: enquanto a paráfrase de *preocupar* seria algo como “tornar preocupado”, a de *despreocupar* seria simplesmente “tornar despreocupado”. Essa análise apresenta dois problemas principais. O primeiro deles é o de que as estruturas propostas não expressam nenhuma relação, assim como na proposta de

Medeiros (2010)), entre eventos como *congelar* e *descongelar*, por exemplo. No entanto, me parece que algo que foi “descongelado” não é simplesmente algo que ficou “não congelado”; há um processo de mudança que não é captado pelas estruturas nas análises de Medeiros (2010) e de Cançado, Godoy & Amaral (2013). Desse modo, não fica muito claro como essas propostas lidariam com exemplos como *O lago descongelou um pouco*. O segundo problema, no caso específico da proposta de Cançado, Godoy & Amaral, diz respeito à noção de “raiz” assumida pelas autoras. Ao assumir que a prefixação atua sobre a “raiz” do verbo, surge a questão sobre quais outras operações morfológicas se aplicariam à raiz, que seria justamente o componente idiossincrático do significado verbal. Além disso, há a questão de como, exatamente, seriam expressos os efeitos composicionais dos morfemas, presumindo, precisamente, que as operações composicionais operam sobre elementos comuns dos conceitos – ou seja, sua estrutura de eventos –, e não sobre aquilo que é idiossincrático.

Acredito que a análise locacional que proponho aqui seja mais interessante por possibilitar a representação na Estrutura Conceitual da operação morfológica de prefixação, ao mesmo tempo em que codifica formalmente a semântica do prefixo *des-* de reversão da direção da mudança de estado. Assim, suponho que o tratamento desse prefixo por meio dos predicados GO e FROM sirva como argumento adicional em favor da superioridade de uma proposta locacional para a incoação e a mudança de estado.

#### **4.5 Resumo do capítulo**

Neste capítulo apresentei uma proposta para o tratamento da incoação e da mudança de estado na Estrutura Conceitual que resgata a validade da hipótese locacional para esses dois domínios semânticos. Essa proposta consiste na eliminação da função INCH do inventário de predicados primitivos da teoria, retornando à proposta inicial de S&C, que trata mudança de estado em paralelo com mudança de lugar, por meio da extensão metafórica de GO. Inicialmente, discuti algumas limitações de propostas que utilizam o predicado primitivo BECOME para tratar da incoação e da mudança de estado (p. ex., DOWTY, 1979; HAY; KENNEDY; LEVIN, 1999), especialmente no que diz respeito ao tratamento dos *degree achievements*. A proposta apresentada na seção 4.3 postula que eventualidades também podem ocupar o papel de ponto de referência em uma trajetória, o que possibilita um tratamento unificado para mudança de lugar e mudança de estado por meio da função GO e das funções de trajetória. Além disso, a análise desenvolvida neste capítulo proporciona um

tratamento natural para os *degree achievements*, oferecendo ferramentas interessantes para lidar com efeitos de telicidade e incrementalidade desses predicados (segundo a linha da proposta de JACKENDOFF, 1996/2010).

Na seção 4.4, apresentei duas evidências empíricas em favor da utilização de GO para o tratamento da incoação e da mudança de estado. A primeira delas diz respeito à seleção de preposições por verbos aspectuais de incoação e de cessação de eventos no português, a qual revela a natureza locacional desses campos semânticos: em paralelo com o campo espacial, verbos aspectuais de incoação selecionam a preposição *a*, ao passo que verbos de cessação selecionam a preposição *de*, conforme previsto pela hipótese locacional. De modo a sustentar esse argumento, ofereci uma análise para a alternância de valência dos verbos aspectuais, que podem selecionar um complemento sentencial ou um SN complemento (cf. *João começou a corrida/João começou a correr*). Essa análise postula representações léxico-conceituais distintas para as duas variantes da alternância, explicando a ausência da preposição na variante com o SN complemento.

Por fim, a segunda evidência empírica apresentada está relacionada à prefixação com *des-* no português. Seguindo a linha da análise de Silva & Miotto (2009), argumentei que verbos com o prefixo *des-* denotam a reversão de um processo de mudança, e não a negação de um estado resultante, como defende Medeiros (2010). Ou seja, defendi que a contribuição semântica do prefixo *des-* é inverter a direção da trajetória de mudança, substituindo a função TO por FROM na estrutura léxico-conceitual dos verbos. Acredito que essa análise locacional seja superior a propostas que assumem que o prefixo nega um estado resultante, por determinar precisamente a relação entre a forma prefixada e a forma não prefixada do verbo, além de oferecer uma explicação natural para a operação morfológica envolvida nesses casos. No entanto, deixo para pesquisas futuras a investigação sobre a possível extensão dessa proposta para a prefixação com bases adjetivais (p. ex., *desleal*, *desonesto*), o que eliminaria a necessidade de se postular um caso de homonímia para o prefixo *des-*.

Com base nessas evidências empíricas, acredito ter justificado um retorno a uma análise locacional da incoação e da mudança de estado na Semântica Conceitual, fundamentada na extensão metafórica da função GO e na sua relação com as funções de trajetória, o que fortalece o poder explicativo da teoria, mantendo a hipótese das relações temáticas nesse campo central da semântica verbal.

## 5 CONSEQUÊNCIAS PARA A TEORIA DE *LINKING* DE JACKENDOFF

### 5.1 Introdução

Neste capítulo tratarei da interface entre a semântica lexical e a sintaxe, explorando as consequências de certas modificações propostas nos capítulos anteriores para a teoria de *linking* desenvolvida por Jackendoff (1990). Um fato bastante conhecido na literatura, desde o trabalho pioneiro de Fillmore (1968, 1970) sobre papéis temáticos, é o de que as línguas naturais apresentam regularidades no mapeamento entre os papéis semânticos e os argumentos sintáticos dos predicados. Desde a década de 1970, diversos linguistas desenvolveram teorias para lidar com essas regularidades, propondo hierarquias temáticas para determinar a proeminência semântica de certos argumentos em relação a outros (ver JACKENDOFF, 1972; FOLEY; VAN VALIN, 1984; BRESNAN; KANERVA, 1989; BAKER, 1997; entre outros). Mais recentemente, assume-se de maneira geral que o significado verbal não se reduz apenas a uma lista de papéis temáticos, mas sim a um nível de representação mais complexo, conhecido como “estrutura de eventos” ou “estrutura léxico-conceitual” (cf. RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1988; PINKER, 1989; GRIMSHAW, 1990; JACKENDOFF, 1983, 1990; DAVIS, 2001; apenas para citar alguns exemplos). Teorias sobre a interação entre esse nível e a realização de argumentos ficaram conhecidas como teorias de *linking*, ou de mapeamento, uma vez que tratam dos princípios gerais que governam a interface entre a semântica lexical e a sintaxe – ou seja, tratam da associação entre a semântica dos predicados e a realização sintática de seus argumentos.

O objetivo principal deste capítulo é explorar como o significado lexical é estruturado e propor um caminho para o desenvolvimento de uma teoria de *linking* com base em um único nível de análise. Conforme vimos no capítulo 1, Jackendoff (1990) divide a estrutura de eventos dos predicados em duas camadas (ou *tiers*): (i) a camada acional, que representa as relações de dinâmica de forças entre os participantes, e (ii) a camada temática, que captura as propriedades locacionais da estrutura de eventos. Crucialmente, na teoria de *linking* proposta por Jackendoff, há uma primazia da camada acional em relação à camada temática, uma vez que os argumentos da função AFF (e também de sua contraparte REACT) têm preferência no

mapeamento para a sintaxe, de acordo com a hierarquia temática proposta pelo autor. Em (1) e (2) abaixo, mostro novamente o princípio básico de organização da hierarquia temática de Jackendoff (1990), e o resultado que emerge desse princípio em sua teoria configuracional dos papéis temáticos.<sup>45</sup>

(1) *Princípio básico da hierarquia temática*

Ordene os argumentos A-marcados na camada acional da esquerda para a direita, seguidos pelos argumentos A-marcados na estrutura conceitual principal da camada temática, do menos encaixado até o mais encaixado.

(2) *Hierarquia temática*

- |                              |                                                      |
|------------------------------|------------------------------------------------------|
| a. [AFF(X*, <Y>)]            | (Ator)                                               |
| b. [AFF(<X>, Y*)]            | (Paciente (AFF) ou Beneficiário (AFF <sup>+</sup> )) |
| c. [Event/State F (X*, <Y>)] | (Tema)                                               |
| d. [Path/Place F (X*, <Y>)]  | (Locação, Origem, Meta)                              |

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p. 258)

De acordo com o princípio em (1), o ordenamento dos papéis semânticos na hierarquia temática inicia-se com os participantes representados na camada acional, seguindo um critério de ordem linear, da esquerda para a direita.<sup>46</sup> Dessa maneira, os dois argumentos da função AFF são os mais altos na hierarquia, definindo a realização dos argumentos diretos na sintaxe na grande maioria dos casos. Após o ordenamento dos participantes na camada acional, são levados em consideração também os argumentos da camada temática, dessa vez com base em outro critério organizacional: o nível de encaixamento semântico. Com isso, temos os primeiros argumentos de funções como GO e BE, seguidos pelos primeiros argumentos de funções de trajetória ou lugar, como TO, AT, etc.

Com essa teoria, Jackendoff alcança um de seus objetivos principais, qual seja fazer com que o participante com o papel de Ator (primeira posição de AFF) tenha maior proeminência no mapeamento na sintaxe. No entanto, isso é alcançado de forma um tanto estipulada: primeiro, pela escolha de AFF como o predicado primitivo prioritário (em vez de

---

<sup>45</sup> É importante destacar novamente que, para Jackendoff, os papéis temáticos são formalmente definidos como posições argumentais específicas na Estrutura Conceitual, em vez de serem apenas rótulos para relações semânticas.

<sup>46</sup> Os argumentos relevantes são marcados com asterisco em (2).

CAUSE ou outros predicados locacionais, por exemplo); segundo, pela escolha do primeiro argumento de AFF e não, digamos, o segundo – como se o critério fosse a mera ordem dos argumentos dessa função. Outro problema que surge com a presença de AFF na hierarquia em (2) é a redundância existente entre as posições de primeiro argumento de AFF e primeiro argumento CAUSE, bem como, de modo análogo, entre o segundo argumento de AFF e o primeiro argumento de GO ou BE: na grande maioria dos casos, o mesmo participante ocupa as duas posições na Estrutura Conceitual.

De modo a lidar com esses problemas, a hipótese central que pretendo defender neste capítulo é a de que a camada acional pode ser excluída como uma camada independente da representação léxico-conceitual dos predicados, o que acarretaria a exclusão da função AFF (e de REACT) do inventário de predicados primitivos disponíveis na teoria. Esse será o foco da discussão desenvolvida na seção 5.2. Com base nessa hipótese, pretendo aproximar as representações da Semântica Conceitual das estruturas léxico-semânticas propostas em teorias recentes, como a de Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010). Ou seja, pretendo representar o papel de Ator na estrutura temática dos predicados, tanto em eventos simples como em eventos complexos, de modo a eliminar a necessidade de uma segunda camada de representação. A proposta que pretendo desenvolver consiste em estender o uso dos predicados primitivos propostos no capítulo 2 para a representação dos verbos dinâmicos monoargumentais, tratando o subevento causador em eventos complexos também como uma instância dos predicados ACT ou MOVE. Essa proposta será apresentada na seção 5.2.1.

No entanto, para defender a hipótese de exclusão da camada acional será preciso tratar não somente da representação do papel de Ator na Estrutura Conceitual, mas também do papel de Paciente, ou entidade afetada, outro conceito fundamental por trás da proposta de Jackendoff (1990) envolvendo a camada acional. Esse será o tema da seção 5.2.2. De modo geral, Jackendoff baseia-se em diagnósticos como os *frames* “*What X did to Y was.../What happened to Y was...*” (em português, “*O que X fez com Y foi.../ O que aconteceu com Y foi...*”) para identificar o argumento afetado na camada acional, ou seja, o segundo argumento da função AFF. Com base na teoria proposta por Beavers (2010, 2011), procurarei mostrar que a afetação é uma propriedade gradual, e sua representação por meio de uma única posição argumental na função AFF reduz consideravelmente o poder preditivo das estruturas léxico-conceituais da teoria.

Na seção 5.3, tratarei mais especificamente das repercussões das análises desenvolvidas no presente trabalho para a teoria de *linking* de Jackendoff. Como vimos no



capítulo 1, Jackendoff busca formalizar em sua teoria as noções de Agonista e Antagonista da dinâmica de forças de Talmy (1988/2000a) por meio da assimetria entre as duas posições argumentais de AFF. O que tentarei mostrar neste capítulo é que as relações de transmissão de força entre os participantes de um evento – ou seja, as relações causais entre eles – devem ser incorporadas na Semântica Conceitual não por meio de um único predicado primitivo, mas sim como um princípio que explica a proeminência dos argumentos semânticos. Em outras palavras, defenderei a ideia de que a dinâmica de forças e, mais especificamente, a noção de cadeia causal (cf. CROFT, 1991, 1998) podem fornecer um *insight* sobre a hierarquia temática, propiciando uma maneira de explicar a proeminência de certos argumentos semânticos em relação a outros. Por fim, na seção 5.3.2, discutirei alguns casos problemáticos, que podem constituir contraexemplos para a teoria de *linking* proposta, e buscarei propor algumas soluções preliminares para lidar com esses exemplos.

É preciso destacar que o objetivo deste capítulo não é desenvolver uma teoria completa de *linking*, tendo em vista a imensa complexidade dos fenômenos envolvendo a realização de argumentos, tais como, por exemplo, os diversos tipos de alternâncias de valência (ver LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995, 2005). O que pretendo aqui é apontar um caminho possível para o desenvolvimento de uma teoria de *linking* fundamentada em um único nível de análise. Dessa forma, o foco principal do capítulo será a realização dos argumentos diretos dos verbos, deixando para pesquisas futuras o *linking* de argumentos oblíquos e dativos, bem como um estudo mais aprofundado das alternâncias verbais envolvendo esses argumentos.

## **5.2 Eliminando a função AFF da Estrutura Conceitual**

### *5.2.1 ACT e MOVE na representação do subevento causador em estruturas complexas*

Como um primeiro passo para a eliminação da função primitiva AFF da Estrutura Conceitual, tratarei nesta seção da representação do primeiro argumento dessa função, ou seja, do papel semântico de Ator. No capítulo 2, apresentei uma proposta para a representação de ações controladas pelo participante por meio do predicado ACT (cf. PINKER, 1989; RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1998, 2010). De acordo com essa proposta, ACT seria um subtipo mais específico de MOVE, acarretando lexicalmente que o evento é dinâmico, causado internamente e controlado pelo participante. A ideia que apresentarei nesta seção

baseia-se na distinção entre esses dois predicados primitivos para a representação do subevento causador (ou iniciador) em estruturas de eventos complexas.

Conforme vimos anteriormente, Jackendoff (1990) codifica a diferença entre os papéis de Ator e Causa por meio da camada acional: o Ator em um evento seria o primeiro argumento de AFF na camada acional (podendo ser volicional ou não, dependendo de um traço nessa função), ao passo que a Causa seria o primeiro argumento de CAUSE na camada temática. Essa distinção entre o Ator volicional e o instigador extrínseco em duas camadas de análise diferentes diminui o poder preditivo da teoria, uma vez que ambos exercem a função de iniciador em uma estrutura causativa. Por exemplo, a representação proposta por Jackendoff para um verbo como *hit* (“atingir/bater”) em inglês, no evento descrito em (3) abaixo, codifica o participante que atua volicionalmente no evento, causando uma mudança de lugar em um segundo participante, como primeiro argumento das funções principais das duas camadas: CAUSE e AFF:

(3) Pete hit the ball into the field.

‘Pete bateu a bola para dentro do campo’

$$\left[ \begin{array}{l} \text{CAUSE} ([\text{PETE}], [\text{GO} ([\text{BALL}], [\text{TO} [\text{IN} [\text{FIELD}]])]) \\ \text{AFF}_{+\text{vol}} ([\text{PETE}], [\text{BALL}]) \end{array} \right]$$

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p. 144)<sup>47</sup>

Como sugerem Davis (2001) e Croft (1991, 1998), causadores sempre excedem em proeminência qualquer outro argumento, em especial em línguas acusativas, o que ressalta a redundância da representação do causador em (3) também como primeiro argumento de AFF. A proposta que pretendo desenvolver nessa seção abre um caminho para uma abordagem mais adequada desse contraste, sem a necessidade de duas camadas de análise, como em Jackendoff (1990).

Em consonância com as análises de Pinker (1989) e Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010), gostaria de propor que o predicado ACT seja responsável pela representação de ações controladas pelo participante em estruturas causativas complexas, como em (4c).

---

<sup>47</sup> Nesta representação adaptada, por questões de clareza, omito a forma específica proposta por Jackendoff para o predicado CAUSE – que seria  $\text{CS}_{\text{launch}}^+$  neste caso, representando a causação de um lançamento com resultado positivo –, bem como deixo de fora a representação do instrumento, da qual tratarei mais adiante.



como verbos de maneira, ou seja, não acarretam deslocamento ao longo de uma trajetória e, portanto, são representados pela função MOVE, e não por GO. Segundo, na presença de um participante animado, um evento de MOVE passa a ser interpretado, por *default*, como um evento de ACT. Com isso, a ambiguidade entre um realizador intencional ou não da ação decorreria do contraste entre ACT e MOVE.

Seguindo essa linha de análise, gostaria de propor que o papel de Causa, no caso de participantes inanimados que atuam como instigadores extrínsecos do evento, seja codificado formalmente como o argumento de MOVE<sup>+CI</sup> em uma estrutura causativa, conforme (6c):

(6) a. O vento forte abriu a porta.

b. ?O que o vento forte fez foi abrir a porta.

c. [Event CAUSE ([Event MOVE<sup>+CI</sup> ([Thing VENTO])], [Event GO<sub>Ident</sub> ([PORTA]<sub>i</sub>, [Path TO<sub>Ident</sub> ([State BE<sub>Ident</sub> ([Thing X]<sub>i</sub>, [Place AT<sub>Ident</sub> ([Property ABERTA])])])])])])]

A estrutura em (6c) pode ser parafraseada da seguinte maneira: “O dinamismo do vento causou a ida da porta para o estado de ‘estar aberta’”. O predicado primitivo envolvido no subevento causador em (6c) é MOVE<sup>+CI</sup>, uma vez que, nesses casos, alguma característica interna ao participante é responsável pela realização do evento (conforme a análise do capítulo 2, o traço [+CI] indica “causação interna”). Apesar de os julgamentos em relação ao teste em (6b) não serem categóricos, mantereí a decisão teórica de não considerar entidades inanimadas como Atores.<sup>48</sup>

A codificação dos papéis semânticos de Ator e Causa em uma única estrutura de eventos complexa, por meio dos predicados ACT e MOVE<sup>+CI</sup>, dá conta do fato de que os participantes com esses papéis semânticos podem ser instigadores de um segundo subevento, uma vez que a função da qual são argumentos pode ocupar a posição de primeiro argumento de CAUSE. Essa análise vai ao encontro de propostas como a de Dowty (1979), em relação ao predicado DO, e também de Cançado (2010) e Cançado & Godoy (2012), que propõem que essa distinção seja feita por meio da presença ou não de ACT na estrutura léxico-semântica do predicado.

<sup>48</sup> Conforme comenta Jackendoff (2007), um dos efeitos da regra de inferência intencional é a tendência dos falantes a antropomorfizar qualquer tipo de entidade capaz de causar um evento ou iniciar uma ação (p. ex., elementos da natureza, computadores, etc.). Isso explicaria a variação nos julgamentos do teste em (6b), em que, para alguns falantes, não parece tão estranho afirmar que o vento *fez* algo.

Por fim, é possível postular também que os casos de eventos causativos que envolvem um instrumento como iniciador sejam representados por meio do predicado MOVE, sem a especificação de causa interna:

(7) a. A chave abriu a porta.

b. ?O que a chave fez foi abrir a porta.

c. [Event CAUSE ([Event MOVE ([Thing CHAVE])), [Event GO<sub>Ident</sub> ([PORTA<sub>i</sub>], [Path TO<sub>Ident</sub> ([State BE<sub>Ident</sub> ([Thing X<sub>i</sub>], [Place AT<sub>Ident</sub> ([Property ABERTA]))))]])]]]

Com essa análise, é possível codificar na estrutura temática dos predicados os papéis semânticos responsáveis pela causação de eventos complexos, ou seja, as entidades que assumem o papel de Antagonista na teoria de dinâmica de força de Talmy. As vantagens dessa análise ficarão mais evidentes após a discussão que será realizada na seção 5.3, em que examinarei a teoria causal de Croft (1991, 1998) e avaliarei a sua utilização como um princípio organizador da hierarquia temática.

Entretanto, de modo a eliminar definitivamente a necessidade de utilização da função AFF, é preciso tratar da representação do segundo argumento dessa função, o Paciente, ou seja, a entidade afetada que assume o papel de Agonista na teoria de dinâmica de forças. Com o objetivo de iniciar essa discussão, na seção seguinte, apresentarei a teoria dos graus de afetação proposta por Beavers (2010, 2011), a qual fornece um *insight* sobre a natureza da entidade afetada em predicados dinâmicos. Com base nessa teoria, pretendo justificar a representação da entidade afetada também na estrutura principal dos eventos, e não em uma camada de análise distinta, como propõe Jackendoff (1990).

### 5.2.2 Beavers (2010, 2011) e a noção de afetação

Em uma série de artigos recentes, Beavers (2010, 2011) chama atenção para o fato de que, apesar de a noção de afetação ser central em diversas teorias sobre realização dos argumentos, raramente se encontra na literatura uma análise precisa e independentemente motivada dessa propriedade semântica. Uma das características que contribuem para isso, como destaca o autor, é a de que a afetação não é uma noção discreta; antes, diferentes eventos envolvem graus distintos de afetação do Tema, como podemos observar nos exemplos em (8):<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Beavers (2011) utiliza o termo “Tema” para nomear, de modo geral, entidades que sofrem mudança ou que tem potencial para mudança, mantendo a metáfora de movimento.

- (8) a. João comeu a maçã.
- b. João cortou a maçã.
- c. João chutou a maçã.
- d. João tocou a maçã.

(Adaptado de BEAVERS, 2011, p. 336)

Em (8), é possível notar, mesmo intuitivamente, que o grau de afetação do Tema *a maçã* diminui paulatinamente do exemplo (8a) ao exemplo (8d). Em (8a), a maçã tem sua integridade física completamente afetada, já que deixa de existir; por outro lado, em (8b), a maçã é simplesmente cortada em um grau não específico. Em (8c), a maçã é chutada, o que não acarreta que seja afetada em sua integridade física – ou seja, a afetação é apenas potencial. Por fim, em (8d), a maçã é apenas manipulada, sendo que sua integridade física não é nem potencialmente afetada.

Com o objetivo de entender melhor esses diferentes graus de afetação, Beavers revisa vários diagnósticos empíricos dessa propriedade, alguns presentes na literatura e outros propostos pelo próprio autor. O que Beavers observa com a aplicação dos testes é que os diagnósticos são sensíveis a diferentes noções: *grosso modo*, os testes agrupam tipos de predicados dinâmicos que envolvem “recipientes de força”, assim como um subconjunto desses predicados que acarreta mudança e, por fim, um subconjunto destes últimos que forma sentenças télicas.

Inicialmente, o teste que agrupa praticamente todos os predicados que envolvem algum tipo de afetação é o de Cruse (1973), “*What happened to X is Y*” (em português, “*O que aconteceu com X é que Y*”), o qual é utilizado por Jackendoff (1990) como um dos diagnósticos do papel de Paciente. Em (9) abaixo, temos o resultado da aplicação desse teste por Beavers em predicados do inglês:

- (9) a. What happened to the bedroom is John cleaned/painted it.  
    ‘O que aconteceu com o quarto é que o João o limpou/pintou’
- b. What happened to the wood is John turned/carved it into a toy.  
    ‘O que aconteceu com a madeira é que o João a transformou/esculpiu em um brinquedo’
- c. What happened to the vase is John moved/pushed it into the house.  
    ‘O que aconteceu com o vaso é que o João o moveu/puxou para dentro da casa’

d. What happened to the car is John hit/wiped it.

‘O que aconteceu com o carro é que o João bateu nele/o esfregou’

e. What happened to the cake is that John destroyed/ate it.

‘O que aconteceu com o bolo é que o João o destruiu/comeu’

(BEAVERS, 2011, p. 340)

Nos exemplos em (9), e suas respectivas traduções para o português, podemos notar que o teste se aplica tanto em predicados típicos de mudança de estado (cf. (9a, b)) como em predicados de mudança de lugar (cf. (9c)), de contato de superfície (cf. (9d)) e de consumo (cf. (9e)). Seguindo Rappaport Hovav & Levin (2001), Beavers assume que esse teste isola, de um modo geral, “recipientes de força”, isto é, entidades que recebem uma transmissão de força, mas que não necessariamente sofrem uma mudança de estado, em contraste, por exemplo, com os predicados em (10), abaixo:

(10) a. ??O que aconteceu com a matemática é que o João a sabe.

b. ??O que aconteceu com Maria é que João gosta dela.

c. ??O que aconteceu com a parede é que Paulo a tocou.

Tendo em vista os exemplos acima, é importante destacar, neste ponto, que o teste utilizado por Jackendoff para identificar o segundo argumento de AFF é o mais abrangente, sendo sensível a praticamente todos os predicados que acarretam algum grau de afetação, ainda que potencial (cf. (9d)). O que pretendo mostrar com a discussão que se segue é que alguns predicados acarretam graus distintos de afetação do “recipiente de força”, que são identificáveis por diagnósticos empíricos, como observa Beavers.

De modo a identificar os recipientes de força que não sofrem mudança – portanto, para identificar o grau mais baixo de afetação –, Beavers lança mão de um teste de acarretamento, o qual consiste em identificar se o enunciado “ $\phi$ , but nothing is different about X” (em português, “ $\phi$ , mas não tem nada de diferente com X”) é uma contradição (com  $\phi$  sendo o predicado em questão e X a entidade afetada).

(11) a. John just cleaned/painted the bedroom, #but nothing is different about it.

‘João recém limpou/pintou o quarto, #mas não tem nada de diferente com ele,’

- b. John just turned/carved the wood into a toy, #but nothing is different about it.  
 ‘João recém transformou/esculpiu a madeira em um brinquedo, #mas não tem nada de diferente com ela’
- c. John just hit/wiped the car, but nothing is different about it.  
 ‘João recém atingiu/esfregou o carro<sub>i</sub>, mas não tem nada de diferente com ele<sub>i</sub>’
- d. John just destroyed/ate the cake, #but nothing is different about it.  
 ‘João recém destruiu/comeu o bolo<sub>i</sub>, #mas não tem nada de diferente com ele<sub>i</sub>’
- e. John just built/constructed the house, #but nothing is different about it.  
 ‘João recém construiu a casa, #mas não tem nada de diferente com ela’

(Adaptado de BEAVERS, 2011, p. 342)

Conforme o teste em (11), apenas a sentença (11c) é aceitável em inglês, ao passo que todas as outras constituem claramente uma contradição.<sup>50</sup> Esse teste de acarretamento isola, portanto, os verbos de impacto e de contato de superfície (p. ex., *atingir*, *esfregar*) em relação aos outros predicados que tomam um recipiente de força, indicando que os predicados em (11c) não acarretam mudança na integridade física desse participante.<sup>51</sup> Antes, esses predicados parecem denotar apenas algum tipo de atividade sobre um objeto, a qual não acarreta necessariamente um resultado, o que explicaria o contraste entre (12) e (13) abaixo:

- (12) a. O carro foi batido sem ficar batido.  
 b. O chão foi esfregado sem ficar esfregado.
- (13) a. ??O carro foi danificado sem ficar danificado.  
 b. ??O chão foi arranhado sem ficar arranhado.

É importante destacar que essa distinção entre os tipos de recipientes de força tem consequências gramaticais na realização dos argumentos desses verbos na sintaxe: Rappaport Hovav & Levin (1998, p. 102) destacam que verbos de contato de superfície diferem de verbos de resultado (que acarretam mudança) em relação a alguns tipos de construções resultativas em inglês (cf. *Kelly swept the leaves into a pile.* vs. *\*Kelly broke the dishes into a*

<sup>50</sup> Soares (2013, p. 76) argumenta que a sentença (11e) não é ruim por ser contraditória em relação ao acarretamento de mudança, mas sim porque a entidade “afetada” não tem existência prévia ao evento. Deixo esta questão em aberto, uma vez que não é um ponto crucial para a discussão que pretendo realizar aqui.

<sup>51</sup> De acordo com Beavers (2011, p. 342), o teste de acarretamento adequado para os verbos de movimento seria algo como *João caminhou para fora da sala, #mas não está em outro lugar*, o que resultaria em um diagnóstico semelhante ao obtido em (11).



*pile.*).<sup>52</sup> No mesmo sentido, Beavers (2010, p. 344) aponta que recipientes de força que não sofrem necessariamente mudança permitem uma variedade maior de construções resultativas nessa língua.<sup>53</sup>

Finalmente, entre os predicados que acarretam algum tipo de mudança na entidade afetada, há aqueles que formam sentenças télicas e atélicas: como destaca Beavers, enquanto predicados que acarretam resultados específicos são geralmente télicos, aqueles com resultados não específicos tendem a ser atélicos. Os exemplos abaixo ilustram esse contraste por meio do teste clássico de Dowty (1979) para diagnosticar a telicidade dos predicados:

- (14) a. The soup cooled 5°C in/?for an hour.  
‘A sopa esfriou 5 °C em/?por uma hora’
- b. The soup cooled for/??in an hour.  
‘A sopa esfriou por/??em uma hora’

(BEAVERS, 2010, p. 357)

Com base nessas observações, Beavers postula que o grau mais alto de afetação ocorre em predicados nos quais o Tema alcança um resultado específico e definido em uma escala de mudança. Conforme veremos na seção 5.2.3 adiante, essa distinção tem consequências gramaticais, uma vez que determina o argumento que ocupa a posição de objeto direto em algumas alternâncias de objeto direto/dativo, como a que envolve o verbo *load* (“carregar”) em inglês.

O modelo desenvolvido pelo autor para representar os graus de afetação segue a linha da proposta de Hay, Kennedy & Levin (1999), discutida no capítulo 4. Beavers implementa a análise escalar de Hay, Kennedy & Levin no modelo de movimento e mudança de

---

<sup>52</sup> Uma tradução aproximada destas sentenças em português seria algo como “Kelly varreu as folhas, fazendo uma pilha com elas” e “Kelly quebrou os pratos, fazendo uma pilha com eles”.

<sup>53</sup> Beavers contrasta o verbo *shatter* (“despedaçar”) com o verbo *wipe* (“esfregar”), e mostra que enquanto *shatter* aceita somente construções resultativas que descrevem um número de pedaços, *wipe* aceita construções resultativas de diversos tipos (adaptado de BEAVERS, 2010, p. 344):

- (i) a. John shattered the vase into a million/thirty-six different pieces.  
‘João despedaçou o vaso em um milhão/trinta e seis pedaços diferentes’
- b. #John shattered the vase slightly/in half/into two pieces.  
‘João despedaçou o vaso levemente/??no meio/??em dois pedaços’
- (ii) a. John wiped his face dry/clean/to a healthy glow.  
‘João esfregou sua face, deixando-a seca, limpa, com um brilho saudável’
- b. #John wiped his face flat/red.  
‘João esfregou sua face, deixando-a achatada/vermelha’

propriedade de Krifka (1998), em que “mudança” é definida como a transição de um Tema  $x$  entre o estado inicial e o estado final de uma escala  $s$  em um evento  $e$ .<sup>54</sup>

Com essa teoria, o autor pode dar conta do fato de a telicidade ser determinada tanto pelo Tema como pela escala envolvida no evento: objetos definidos e resultados específicos determinam a telicidade, enquanto plurais nus na posição de objeto ou resultados vagos determinam a atelicidade (BEAVERS, 2011, p. 348):

(15) a. Bill dimmed the lights half dim.

‘Bill diminuiu as luzes para meia-luz’

$\lambda e \exists s [dim'(\mathbf{bill}, s, \mathbf{lights}, e) \wedge result'(\mathbf{lights}, s, \frac{1}{2}\mathbf{dim}, e)]$

b. Bill dimmed lights half dim.

‘Bill diminuiu luzes para meia-luz’

$\lambda e \exists s \exists x [dim'(\mathbf{bill}, s, x, e) \wedge light'(x) \wedge result'(x, s, \frac{1}{2}\mathbf{dim}, e)]$

c. Bill dimmed the lights (dimmer and dimmer).

‘Bill diminuiu as luzes (mais e mais)’

$\lambda e \exists s \exists g [dim'(\mathbf{bill}, s, \mathbf{lights}, e) \wedge result'(\mathbf{lights}, s, g, e)]$

Na sentença em (15a), o objeto direto *the lights* é definido, e o estado final da trajetória é específico, o que torna a sentença télica – ou seja, há uma transição do Tema para um resultado  $\mathbf{g}_\phi$  específico, fornecido pelo predicado (nesse caso,  $\frac{1}{2}\mathbf{dim}$  (“meia-luz”). Por sua vez, (15b) tem como objeto direto o plural nu *lights*, o que a torna atélica. Por fim, no caso de (15c), a fonte de atelicidade não está no objeto *the lights*, que é definido, mas sim na vagueza do resultado, que não tem um estado final específico – ou seja, ocorre a transição do Tema para um resultado qualquer  $g$  na escala.

<sup>54</sup> A escala de mudança é definida por Beavers por meio dos operadores SOURCE e GOAL. Como explica Beavers (2011, p. 551), *SOURCE* ( $x, s, b, e$ ) significa que  $x$  encontra-se no estado  $b$  em  $s$  no começo de  $e$ , enquanto *GOAL* ( $x, s, g, e$ ) significa que  $x$  encontra-se no estado  $g$  em  $s$  no final de  $e$ . Dessa maneira, o operador *result'* recebe a seguinte definição (adaptado de BEAVERS, 2011, p. 351):

(i) Para todos os predicados dinâmicos  $\phi$ , temas  $x$ , eventos  $e$ , estados  $g$  e escalas  $s$ :  
 $[[\phi(x, s, e) \wedge result'(x, s, g, e)] \leftrightarrow [\phi(x, s, e) \wedge SOURCE(s, \mathbf{b}_c, e) \wedge GOAL(s, g, e)]]$

Beavers assume que as origens são inferidas contextualmente para todos os predicados (o subscrito “c” marca uma constante definida pelo contexto nas fórmulas, cf. (i)).

Um ponto crucial da teoria de Beavers é que os tipos de mudança são determinados pela natureza da escala selecionada pelo predicado – que pode ser, por exemplo, uma trajetória espacial, no caso de mudança de lugar, ou uma propriedade escalar, no caso de mudança de estado. Além disso, quanto mais específico for o predicado em relação ao tipo de progresso realizado pelo Tema ao longo da escala, maior será o grau de afetação do Tema (cf. (15a) vs. (15c)). Beavers formaliza da seguinte maneira os tipos de mudanças possíveis, com base na estrutura escalar definida em sua teoria (adaptado de BEAVERS, 2011, p. 358):

(16) Definições de tipos de mudança para um predicado  $\phi$  e um tema  $x$ :

- a.  $x$  passa por mudança **quantizada** sse  $\phi \rightarrow \exists e \exists s [\text{result}'(x, s, \mathbf{g}_\phi, e)]$   
(p. ex., accomplishments/achievements: *quebrar, destruir x*)
- b.  $x$  passa por mudança **não quantizada** sse  $\phi \rightarrow \exists e \exists s \exists g [\text{result}'(x, s, g, e)]$   
(p. ex., degree achievements/cortar: *alargar, esfriar, cortar x*)
- c.  $x$  tem **potencial** para mudança sse  $\phi \rightarrow \exists e \exists s \exists \theta [\theta(x, s, e)]$   
(p. ex., contato de superfície/impacto: *esfregar, socar, chutar x*)
- d.  $x$  é **não especificado** para mudança sse  $\phi \rightarrow \exists e \exists \theta' [\theta'(x, e)]$   
(p. ex., outras atividades/estados: *ver, rir de, cheirar, seguir x*)<sup>55</sup>

Primeiramente, vejamos como funciona o contraste entre uma mudança quantizada e uma mudança não quantizada. De acordo com as definições em (16a) e (16b), os dois tipos de mudança envolvem o movimento de um Tema  $x$  ao longo de uma escala  $s$  em um evento  $e$ , com a diferença de que a mudança quantizada em (16a) fornece um estado alvo específico  $\mathbf{g}_\phi$  (ou seja, um *telos*) para o operador *result'*, ao passo que a mudança em (16b) apenas acarreta a existência de um estado alvo, sem especificá-lo (conforme a quantificação existencial de  $g$  em (16b)). No que diz respeito à mudança potencial (cf. (16c)), Beavers lança mão do conceito de “estrutura aspectual latente” de Tenny (1992), assumindo que esses predicados envolvem uma

<sup>55</sup> Tradução livre do autor. No original:

- “a.  $x$  undergoes a **quantized** change iff  $\phi \rightarrow \exists e \exists s [\text{result}'(x, s, \mathbf{g}_\phi, e)]$   
(e.g. accomplishments/achievements: *break, shatter, destroy, devour x*)
- b.  $x$  undergoes a **non-quantized** change iff  $\phi \rightarrow \exists e \exists s \exists g [\text{result}'(x, s, g, e)]$   
(e.g. degree achievements/cutting: *widen, cool, lengthen, cut, slice x*)
- c.  $x$  has **potential** for change iff  $\phi \rightarrow \exists e \exists s \exists \theta [\theta(x, s, e)]$   
(e.g. surface contact/impact: *wipe, scrub, rub, punch, hit, kick, slap x*)
- d.  $x$  is **unspecified** for change iff  $\phi \rightarrow \exists e \exists \theta' [\theta'(x, e)]$   
(e.g. other activities/states: *see, laugh at, smell, follow, ponder, ogle x*)”.

escala, mas não acarretam a transição do Tema, o que faz com que a escala se torne latente (por isso, há quantificação existencial de  $s$  na relação genérica  $\Theta$  em (16c)). Por fim, os predicados não especificados para mudança simplesmente não acarretam a existência de nenhum tipo de escala relacionada ao evento.

Com base nessas definições, Beavers propõe a seguinte hierarquia implicacional de afetação, a qual estipula que caso o participante  $x$  tenha um determinado grau de afetação  $n$ , esse participante necessariamente possui também todos os graus de afetação mais baixos, isto é, à direita de  $n$  em (17):

(17) **Hierarquia de afetação:** para todo  $x, \phi, e,$

$$\exists s[\text{result}'(x, s, \mathbf{g}_\phi, e)] \rightarrow \exists s \exists g[\text{result}'(x, s, g, e)] \rightarrow \exists s \exists \Theta [\Theta(x, s, e)] \rightarrow \exists \Theta' [\Theta'(x, e)]$$

(quantizada)

(não-quantizada)

(potencial)

(subespecificada)

(Adaptado de BEAVERS, 2011, p. 359)

Conforme o autor, essa escala explica a relação existente entre os diagnósticos de afetação, que isolam os tipos de entidades afetadas em subgrupos: cada diagnóstico identifica um grau de afetação diferente na hierarquia. O diagnóstico da telicidade distingue uma mudança quantizada de uma mudança não quantizada: uma escala com um estado final específico determina a telicidade do predicado, assumindo-se que o SN na posição de objeto também seja definido. Já o teste de acarretamento de um resultado (cf. (9)) diferencia os tipos de mudança quantizada e não quantizada de mudanças potenciais e não especificadas, as quais não acarretam uma mudança na integridade física do participante. Por fim, o teste com “*What happened to X is Y*” identifica qualquer tipo de “recipiente de força” (seja uma mudança quantizada, não quantizada ou potencial), isolando estes predicados em relação àqueles que não são especificados para mudança.

Considerando as observações de Beavers e sua teoria sobre os graus de afetação descrita nesta seção, a questão que se impõe é a de como exatamente as estruturas léxico-conceituais da Semântica Conceitual podem refletir os diferentes graus de afetação identificados pelos diagnósticos empíricos. Na seção seguinte, tratarei diretamente dessa questão, defendendo a hipótese de que é possível expressar as nuances de afetação por meio de contrastes na estrutura temática dos eventos – ou seja, com base em CAUSE e nos predicados locacionais subordinados a ele (p. ex., GO/BE, TO/TOWARD, etc.). Caso essa hipótese se comprove, estará aberto o caminho para o desenvolvimento de uma teoria de

*linking* na Semântica Conceitual fundamentada em uma única camada de representação, sem a necessidade da camada acional na representação dos predicados.

### 5.2.3 A representação da entidade afetada na Estrutura Conceitual

Nesta seção, pretendo discutir uma alternativa para a proposta de Jackendoff (1990) em relação à representação da entidade afetada (ou seja, do papel semântico de Paciente) na Estrutura Conceitual. Como vimos anteriormente, Jackendoff defende uma redução do papel de Paciente a uma posição argumental específica do predicado AFF na camada acional. Deixando de lado os predicados que não passam no teste “*What happened to X is Y*”, por não envolverem um participante que possa preencher essa posição na teoria de Jackendoff, pretendo analisar de que maneira a proposta de Beavers sobre os graus de afetação reflete diferenças na estrutura léxico-conceitual dos predicados, bem como examinar quais as consequências dessas diferenças para a realização dos argumentos na sintaxe. Com base nessa análise, defenderei a hipótese de que é possível deduzir a entidade afetada (e, portanto, o argumento mais proeminente no mapeamento para a posição de objeto direto) por meio das relações causais e entre os predicados locacionais na estrutura temática do evento, eliminando a necessidade do predicado AFF e da camada acional, que se tornariam redundantes na teoria.

Inicialmente, consideremos a representação de eventos causativos prototípicos e a distinção entre mudanças quantizadas e mudanças não quantizadas, nos termos de Beavers. De acordo com a análise proposta no capítulo 4, a mudança de estado na Estrutura Conceitual deve ser tratada por meio dos predicados  $GO_{Ident} TO_{Ident}$ , com a Meta da trajetória metafórica definida como um estado final, constituído por  $BE_{Ident} AT_{Ident}$ . Esse seria o caso prototípico de mudança quantizada, em que o Tema transcorre uma trajetória de mudança até o estado final especificado pelo predicado. Por outro lado, um evento envolvendo os predicados  $GO_{Ident} TOWARD_{Ident}$  caracterizaria uma mudança não quantizada, uma vez que acarreta o movimento do Tema em direção a uma Meta, sem acarretar sua chegada ao estado final. O contraste entre as duas estruturas pode ser observado em (18)-(19) abaixo.

(18) a. Maria abriu a porta.

b.  $[_{Event} CAUSE ([_{Event} ACT ([_{Thing} MARIA])], [_{Event} GO_{Ident} ([_{Thing} PORTA_i],$   
 $[_{Path} TO_{Ident} ([_{State} BE_{Ident} ([_{Thing} X_i], [_{Place} AT_{Ident} ([_{Property} ABERTA)])])])])])]$

(19) a. Paulo esfriou a sopa (um pouco).

b. [<sub>Event</sub> CAUSE ([<sub>Event</sub> ACT ([<sub>Thing</sub> PAULO]), [<sub>Event</sub> GO<sub>Ident</sub> ([<sub>Thing</sub> SOPA<sub>i</sub>], [<sub>Path</sub> TOWARD<sub>Ident</sub> ([<sub>State</sub> BE<sub>Ident</sub> ([<sub>Thing</sub> X<sub>i</sub>], [<sub>Place</sub> AT<sub>Ident</sub> ([<sub>Property</sub> FRIA])])])])])])])]

Ambos os tipos de eventos acima envolvem entidades afetadas: em (18a), a ação de um participante causa a entrada do Tema um novo estado, enquanto, em (18b), o Tema se desloca em uma trajetória de mudança em direção a um estado final, ainda que não seja acarretada sua chegada a esse estado. Dessa maneira, o grau de afetação do Tema nos dois tipos de eventos reflete a estrutura aspectual dos predicados, sendo que a mudança quantizada em (18) resulta em uma sentença télica, enquanto a mudança não quantizada em (19) resulta na atelicidade da sentença. Ainda que esses sejam casos canônicos de eventos causativos, a relevância do contraste na estrutura léxico-conceitual dos predicados em (18)-(19) fica reduzida com a existência da camada acional: as entidades que ocupam a primeira posição argumental de GO<sub>Ident</sub> nos eventos em (18)-(19) são duplicadas como segundo argumento de AFF, sendo que este predicado tem precedência na realização dos argumentos. Acredito que o poder explicativo da teoria possa ser reforçado caso se consiga mostrar que é possível prever a realização desses argumentos como objetos diretos a partir da estrutura temática, unificando assim as representações causais e aspectuais na mesma estrutura. Tendo em vista esse objetivo, consideremos agora o caso dos verbos de impacto e de contato de superfície, que apresentam um desafio maior para a hipótese que defendo aqui.

Como vimos na seção anterior, predicados de impacto e de contato de superfície acarretam um grau mais baixo de afetação do recipiente de força, envolvendo uma afetação apenas potencial, segundo Beavers. No que diz respeito à estrutura léxico-conceitual desses predicados, Jackendoff (1990) assume que sua representação adequada pode ser obtida por meio da elaboração das funções BE e GO, bem como das funções de lugar AT e IN, com o traço [<sub>±contact</sub>], que representa contato físico. Com essa análise, uma sentença com um verbo como *atingir* em português teria a seguinte estrutura léxico-conceitual:

(20) a. João atingiu Maria.

b. [<sub>Event</sub> CAUSE ([<sub>Event</sub> ACT ([<sub>Thing</sub> JOÃO<sub>i</sub>]), [<sub>Event</sub> GO ([<sub>Thing</sub> X<sub>i</sub>], [<sub>Path</sub> TO ([<sub>State</sub> BE<sub>c</sub> ([<sub>Thing</sub> X<sub>i</sub>], [<sub>Place</sub> AT<sub>c</sub> ([<sub>Place</sub> MARIA])])])])])])])]

Uma paráfrase possível da estrutura em (20b) seria algo como “A ação de João fez com que ele fosse para o estado de ‘estar em contato com Maria’”. Note que a representação

em (20b) reflete estruturalmente o fato de que o recipiente de força em um evento dessa natureza é menos afetado do que no caso de mudanças quantizadas e não quantizadas: o participante afetado não é o Tema, mas sim a Meta, e encontra-se mais encaixado na estrutura de eventos. Com isso, a estrutura em (20b) codifica corretamente o grau mais baixo de afetação proposto por Beavers, ou seja, a afetação potencial.

Jackendoff (1990) utiliza exatamente o exemplo do verbo *hit* em inglês para ilustrar o que considera uma das principais vantagens da introdução da camada acional na teoria, no que diz respeito à representação da entidade afetada. Segundo o autor, por meio da função AFF é possível capturar a semelhança entre os usos do verbo *hit* em inglês (cf. (21)-(22) abaixo): em ambos os exemplos, o participante codificado como objeto direto na sintaxe é afetado no evento (conforme os exemplos semelhantes discutidos no capítulo 1).

(21) a. The car hit the tree.

‘O carro atingiu/bateu (n)a árvore’

b. 
$$\left[ \begin{array}{l} \text{INCH} [\text{BE}_c ([\text{CAR}], [\text{AT}_c [\text{TREE}]])] \\ \text{AFF}^- ([\text{CAR}], [\text{TREE}]) \end{array} \right]$$

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p. 127)

(19) a. Sue hit Fred with a stick.

‘Sue bateu em Fred com um bastão’

b. 
$$\left[ \begin{array}{l} \text{CAUSE} ([\text{SUE}], [\text{INCH} [\text{BE}_c ([\text{STICK}], [\text{AT}_c [\text{FRED}]])]) \\ \text{AFF}^- ([\text{SUE}], [\text{FRED}]) \\ [\text{BY} [\text{CAUSE} ([\text{SUE}], [\text{AFF}^- ([\text{STICK}], [\text{FRED}])])]] \\ \text{AFF}^- ([\text{SUE}], [\text{STICK}]) \end{array} \right]$$

(Adaptado de JACKENDOFF, 1990, p. 143)

A sentença em (21) consiste no caso mais simples, no qual o Tema entra em contato com a Meta: nesse caso, independentemente da camada acional, a realização sintática dos argumentos se segue diretamente da estrutura temática, o que torna mais uma vez redundante a presença de AFF na estrutura. Contudo, Jackendoff justifica a presença dessa camada com base em exemplos como (22). Em (22), a realização sintática não se seguiria da estrutura temática proposta por Jackendoff, uma vez que *o bastão* que atua como Tema e entra em contato com *Fred*, a Meta, como resultado da ação de *Sue*: no entanto, o objeto direto no caso do inglês é *Fred*, e não *o bastão*, que é realizado na sintaxe como oblíquo (realização típica de

Instrumentos). Jackendoff dá conta desse mapeamento codificando *Fred* como o segundo argumento de AFF no subevento principal, e introduzindo uma estrutura parcial, encaixada pela função BY, para representar a ação do Ator sobre o Instrumento, assim como o fato de o Instrumento também ser afetado – segundo argumento de AFF na estrutura encaixada (cf. (22b)).

A análise que proponho para esses casos, com base nos dados do português, envolve uma codificação diferente do Instrumento em relação àquela proposta por Jackendoff em (22b). A hipótese que assumo é a de que a estrutura temática básica desses predicados é, de fato, similar àquela em (22b), com o Instrumento atuando como Tema. No entanto, seria a possibilidade de o Instrumento ser codificado na sintaxe também como oblíquo (em minha proposta, argumento de WITH), que definiria as diferentes realizações dos argumentos de um verbo como *bater*, conforme os exemplos abaixo:

(20) a. Maria bateu a bolsa em João.

b. [CAUSE ([ACT ([MARIA])), [GO<sub>Ident</sub> ([BOLSA<sub>i</sub>],  
[TO<sub>Ident</sub> ([ BE<sub>c</sub> ([X<sub>i</sub>], [AT<sub>c</sub>([JOÃO]))])])])]]]

(21) a. A bolsa bateu em João.

b. [GO<sub>Ident</sub> ([BOLSA<sub>i</sub>], [TO<sub>Ident</sub> ([ BE<sub>c</sub> ([X<sub>i</sub>], [AT<sub>c</sub> [JOÃO])])])]]]

(22) a. Maria bateu em João com a bolsa.

b. [ CAUSE ([ACT ([MARIA]), [GO<sub>Ident</sub> ([X<sub>i</sub>], [TO<sub>Ident</sub> ([ BE<sub>c</sub>([X<sub>i</sub>], [AT<sub>c</sub>([JOÃO]))])])])]) ]  
[ WITH ([BOLSA<sub>i</sub>]) ] ]

Consideremos inicialmente as sentenças em (23) e (24). De acordo com a representação proposta em (23b), *a bolsa* seria o Tema, que passa a estar em contato com *João*, a Meta, em paralelo com a representação proposta por Jackendoff em (22) (salvos os ajustes em relação à incoação, propostos no capítulo 4). Assumo que essas sejam as relações locacionais básicas envolvidas no evento denotado por *bater*, conforme (24b). No caso de (23) e (24), a realização sintática dos argumentos pode ser deduzida naturalmente da estrutura léxico-conceitual, sem a necessidade da camada acional. O exemplo crucial, no entanto, é o da sentença em (25), em que o argumento *a bolsa* é realizado na sintaxe como oblíquo. Conforme a representação em (25b), *a bolsa* é argumento da função WITH, a qual é incorporada à estrutura para codificar o papel semântico de Instrumento; ao mesmo tempo, esse participante é também coindexado às posições de primeiro argumento de GO<sub>Ident</sub> e BE<sub>c</sub>, o que faz com que a estrutura temática básica seja preservada.



Há ao menos duas maneiras de dar conta da realização dos argumentos em (25a), com base na representação proposta em (25b), a qual não lança mão de AFF e da camada acional. A primeira delas seria determinar que o Tema/Instrumento não é A-marcado em casos como (25a), o que faz com que não seja visível ao mapeamento das funções sintáticas diretas, resultando em sua realização como oblíquo.

A segunda opção, a qual não necessariamente é incompatível com a primeira, seria assumir uma análise para a alternância de objeto direto/oblíquo em (23) e (25) nos moldes da proposta de Beavers (2010/2011). Beavers argumenta que a hierarquia de afetação (em (17), na seção anterior) tem um papel fundamental na definição de qual argumento é realizado como objeto direto em alternâncias do tipo objeto direto/oblíquo. De acordo com o autor, em algumas teorias baseadas na decomposição de predicados (p. ex., RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1988; PINKER, 1989, entre outros), assume-se de modo geral que diferentes realizações sintáticas dos argumentos refletem diferenças na estrutura léxico-conceitual. Como exemplo, Beavers cita a análise de Rappaport Hovav & Levin para a alternância locativa com o verbo *load* (“carregar”), em que as autoras assumem que há um contraste entre causação de mudança de locação e causação de mudança de estado:

(26) a. John loaded the hay onto the wagon.

‘João carregou o feno na carroça’  
[x cause [ y to come to be at z]/LOAD]

b. John loaded the wagon with the hay.

‘João carregou a carroça com o feno’  
[[x cause [z to come to be in STATE]]  
BY MEANS OF [x cause [ y to come to be at z]/LOAD]]

(RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1988, p. 26)

Nessa alternância, tanto o Tema (*o feno*) como a Locação (*a carroça*) podem ser objetos diretos, sendo que diferentes usos do verbo determinam objetos distintos, conforme a análise de Rappaport Hovav & Levin. Considerando que o segundo argumento semântico mais proeminente é realizado como objeto, no caso de (26a), o argumento *y* é mapeado nessa função. Já em (26b), como *y* encontra-se encaixado por uma função BY MEANS OF, o argumento *z* acaba sendo realizado como objeto. A principal crítica de Beavers (2010) a propostas como essa é a de que a proeminência dos argumentos na decomposição de predicados é motivada pelos próprios fatos sintáticos que ela tenta explicar, e não por uma

propriedade independente do significado verbal. Em outras palavras, a estrutura causal e temporal dos eventos em (26a, b) parece ser a mesma, e não há nenhuma motivação aparente para a presença do operador BY MEANS OF, a não ser dar conta da realização correta dos argumentos na sintaxe.<sup>56</sup>

A proposta de Beavers para o tratamento de alternâncias dessa natureza lança mão de sua teoria sobre os graus de afetação: o autor assume que o participante realizado como objeto direto em uma variante da alternância possui condições de verdade mais fortes associadas a ele do que na variante em que é realizado como oblíquo, conforme define o princípio em (27) abaixo.

(27) **Princípio de Alinhamento Morfossintático (PAM):** Em alternâncias de objeto direto/oblíquo, a realização direta de um participante alternante possui condições de verdade fortes, ou monotonicamente mais fortes, associadas a ele em relação a sua realização oblíqua correspondente.

(Adaptado de BEAVERS, 2010, p. 831)<sup>57</sup>

Crucialmente, esse “reforço” das condições de verdade do participante realizado como objeto direto estaria relacionado à hierarquia de afetação; ou seja, o participante realizado como objeto direto em uma alternância do tipo objeto direto/oblíquo teria um grau de afetação maior que o do participante realizado como oblíquo. Em (28) abaixo, temos as representações propostas por Beavers (2010) para as duas variantes do verbo *load* em inglês:

(28) a. John loaded the wagon with the hay.

‘João carregou a carroça com o feno’

$\exists e \exists s_1 \exists s_2 [loading_1'(j, w, h, e) \wedge result'(w, s_1, full, e)$

$\wedge \exists g [result'(h, s_2, g, e)]]$

b. John loaded the hay onto the wagon.

‘João carregou o feno na carroça’

$\exists e \exists s_1 \exists s_2 [loading_2'(j, w, h, e) \wedge \exists g [result'(w, s_1, g, e)]$

$\wedge [result'(h, s_2, size'(h), e)]]$

(BEAVERS, 2010, p. 839)

<sup>56</sup> Para uma análise detalhada deste problema, ver Koenig & Davis (2006).

<sup>57</sup> Tradução livre do autor. No original:

“MORPHOSYNTACTIC ALIGNMENT PRINCIPLE (MAP) (version 1): In direct/oblique alternations the direct realization of an alternating participant has as strong or monotonically stronger truth conditions associated with it than its corresponding oblique realization.”

Nas representações em (28a) e (28b), Beavers procura capturar o fato de que os dois participantes não causadores nessa alternância, o Tema (*o feno*) e a Locação (*a carroça*), são ou podem ser afetados, sendo que há duas escalas para cada predicado. Há uma escala de completude ( $s_1$ ) para a Locação e uma escala de quantidade movida ( $s_2$ ) para o Tema, sendo que quando a Locação é objeto, ela deve estar completamente cheia, ao passo que, quando o Tema é objeto, este deve ter sido completamente movido (essa característica é conhecida na literatura como “efeito/aspecto holístico”).<sup>58</sup> Com isso, a análise em (28) prevê que há dois contrastes entre mudanças quantizadas e não quantizadas: como prevê o PAM e a hierarquia de afetação, o participante na posição de objeto direto é aquele que sofre uma mudança quantizada – isto é, tem um estado final especificado pelo predicado. No caso de (28a), o estado alvo na escala de completude da Locação ( $s_1$ ) é “cheio” (**full**), em contraste com a escala de “quantidade” do Tema, que apenas acarreta a existência de um estado alvo (g) não específico. Por outro lado, em (28b), é a escala de completude da locação que não especifica o estado alvo, ao passo que a escala de “quantidade” do Tema o delimita (toda a “quantidade de feno” (*size'(h)*, cf. (28b)).

Entre outros fenômenos, Beavers defende que o Princípio do Alinhamento Morfossintático (PAM) se aplica também para a alternância dativa. Um fato bastante conhecido na literatura sobre esse fenômeno é o de que o objeto indireto precisa ser um “possuidor potencial” (ou seja, ser um Recipiente, e não apenas uma Meta) (GREEN, 1974; GROPEN *et al.*, 1989; entre outros):

---

<sup>58</sup> Os diagnósticos empíricos de afetação sugerem que este contraste existe: ambas as variantes acarretam mudança nos dois participantes, assim como ambas passam no teste “*O que aconteceu com X is Y*”, como mostra Beavers (2010, p. 840):

- (i) a. #John loaded the wagon with the hay, but nothing is different about the wagon.  
‘#João carregou a carroça com o feno, mas não tem nada de diferente com ela’
- b. #John loaded the hay onto the wagon, but nothing is different about the wagon.  
‘#João carregou o feno na carroça, mas não tem nada de diferente com ela’
- c. #John loaded the wagon with the hay, but the hay is not somewhere else.  
‘#João carregou a carroça com o feno, mas o feno não saiu do lugar’
- d. #John loaded the hay onto the wagon, but the hay is not somewhere else.  
‘#João carregou o feno na carroça, mas o feno não saiu do lugar’
- (ii) a. What happened to the wagon is John loaded it with the hay.  
‘O que aconteceu com a carroça é que o João a carregou com o feno’
- b. What happened to the hay is John loaded the wagon with it.  
‘O que aconteceu com o feno é que o João carregou a carroça com ele’
- c. What happened to the wagon is John loaded the hay onto it.  
‘O que aconteceu com a carroça é que o João carregou o feno nela’
- d. What happened to the hay is John loaded it onto the wagon.  
‘O que aconteceu com o feno é que o João o carregou na carroça’

(29) a. Kim mailed Mary/#London a ball.

‘Kim enviou uma bola para Mary/Londres’

b. Kim mailed a ball to Mary/London.

‘Kim enviou uma bola para Mary/Londres’

(Adaptado de BEAVERS, 2010, p. 854)

Note que a construção em (29a) no inglês não é aceitável caso *Londres* seja interpretada simplesmente como Meta (no entanto, se for interpretada como um “escritório em Londres”, a construção é possível). A mesma restrição não se aplica para a realização do argumento como oblíquo, como vemos em (29b). Com isso, Beavers afirma que há um contraste nas condições de verdade entre a realização como objeto e a realização como oblíquo do argumento alternante: além de ser uma Meta, o participante na posição de objeto direto é também um Recipiente.<sup>59</sup>

Jackendoff (1990, p. 135-6) argumenta que o objeto indireto na construção com duplo objeto no inglês com verbos como *give* (“dar”) deve ser codificado como um Beneficiário (em sua proposta, segundo argumento de AFF<sup>+</sup>). O teste proposto para a identificação desse argumento é “*What X did for Y was...*” (em português, “*O que X fez para Y foi...*”):

(30) a. What Harry did for Sam was give him a book.

‘O que Harry fez para Sam foi dar-lhe um livro’

b. ?What Harry did for Sam was give a book to him.

‘O que Harry fez para Sam foi dar um livro pra ele’

(JACKENDOFF, 1990, p. 135)

Com base nesse teste, o autor trata a alternância dativa como uma alternância na camada acional: o argumento mais afetado (ou seja, o que passa mais facilmente no teste) é codificado como segundo argumento de AFF, dando conta de sua realização sintática como objeto direto. Nesses casos, a relação de mudança de posse do *livro* de *Harry* para *Sam* é mantida na camada temática.<sup>60</sup> Jackendoff propõe uma análise similar para a alternância

---

<sup>59</sup> Para uma discussão mais detalhada da caracterização semântica dos argumentos dativos em inglês e no português, ver Soares (2013) e as referências lá citadas.

<sup>60</sup> A estrutura léxico-conceitual proposta por Jackendoff (1990, p. 135) para a variante com o duplo objeto do verbo *give* em inglês é a seguinte (cf. *Harry gave Sam a book.*):

locativa com o verbo *load*, com a diferença de utilizar o teste para a identificação de Pacientes, e não de Beneficiários.

A alternativa a essa análise que gostaria de sugerir envolve adotar o Princípio de Alinhamento Morfossintático (PAM) de Beavers para o tratamento de alternâncias de objeto direto/oblíquo. Especificamente, proponho que a estrutura léxico-conceitual dos predicados codifique apenas as relações causais e locacionais entre os participantes, e que as relações de proeminência dos participantes afetados em alternâncias como a objeto direto/oblíquo e dativa sejam regidas por um princípio como o PAM, e não por um predicado primitivo específico, como AFF. Na verdade, o próprio Beavers (2010) sugere uma abordagem dessa natureza, ao fazer uma ressalva, no final do artigo, às críticas em relação a teorias fundamentadas na decomposição de predicados:

“[...] podemos dizer que o PAM (Princípio de Alinhamento Morfossintático) preenche uma lacuna que a estrutura de eventos falha ao tentar explicar, a saber, o que acontece abaixo de CAUSE em [ $\phi$  CAUSE  $\psi$ ]. De modo oposto, a decomposição causal preenche uma lacuna no modelo apresentado aqui: ela faz predições sobre as assimetrias entre causador/não causador (isto é, sujeito *vs.* não sujeito). [...] Desse modo, podemos sobrepor os dois tipos (de teorias), preenchendo as lacunas na aplicação um do outro.”

(BEAVERS, 2010, p. 858)<sup>61</sup>

Ao assumir essa abordagem, não excluo a possibilidade de que algumas alternâncias de valência, inclusive de objeto direto/oblíquo, reflitam diferenças na estrutura léxico-conceitual das variantes. Apenas um estudo detalhado das alternâncias verbais poderia determinar todos os fatores que possibilitam diferentes realizações dos argumentos verbais, o que escapa ao alcance do presente trabalho. O que defendo aqui é que a realização dos argumentos diretos dos verbos seja determinada por sua estrutura de eventos locacional

---

(i) [ CAUSE ([HARRY], [GO<sub>Poss</sub> ([BOOK], [FROM [HARRY]; [TO [SAM]]))]) ]  
[ AFF<sup>+</sup> ([HARRY], [SAM]) ]

<sup>61</sup> Tradução livre do autor. No original:

“[...] we can say that the MAP fills in a gap in explanation where subevent structure fails, namely what happens below CAUSE in [ $\phi$  CAUSE  $\psi$ ]. Conversely, causal decomposition fills a gap in the model presented here: it makes predictions about causer/noncauser (i.e. subject *vs.* nonsubject) asymmetries. [...] In this way we can overlay the two types, filling in gaps in the application of the other.”

básica, a qual pode ter suas relações de proeminência alteradas no caso de realizações alternativas dos argumentos, como nas alternâncias discutidas brevemente nesta seção.

Com isso, pretendo abrir o caminho para o desenvolvimento de uma teoria de *linking* na Semântica Conceitual fundamentada essencialmente nas relações causais e locacionais entre os participantes dos eventos, o que tornaria mais robusto o poder explicativo da Hipótese Locacional. Na seção seguinte, tratarei das repercussões de uma proposta dessa natureza para a teoria de *linking* de Jackendoff, a qual é amplamente fundamentada na oposição entre os argumentos de AFF na camada acional. É importante ressaltar, novamente, que o objetivo não será o de propor uma teoria completa de *linking*; antes, buscarei simplesmente apontar a possibilidade de desenvolvimento de uma teoria sobre a realização dos argumentos baseada em uma única camada de análise, sem a necessidade da camada acional.

### 5.3 Repensando a teoria de *linking* na Semântica Conceitual

A realização sintática dos argumentos como sujeito ou objeto em inglês, na teoria de *linking* proposta por Jackendoff (1990), é determinada amplamente pelos argumentos da função AFF na camada acional, conforme vimos. Com esse predicado, Jackendoff procura codificar formalmente as relações de dinâmica de força entre Ator e Paciente, que são identificados com base nos seguintes testes semântico-distribucionais: (i) Atores se encaixam na posição de SN em uma estrutura como “*O que SN fez foi...*”, enquanto (ii) Pacientes se encaixam na posição de SN em estruturas como “*O que aconteceu com SN foi...*”. Não há, portanto, uma definição formal específica para cada um desses papéis semânticos; com base nos testes empíricos, os argumentos são alocados na primeira ou segunda posição da função AFF.

O que procurarei mostrar aqui é que essa duplicação dos argumentos em duas camadas de análise na Estrutura Conceitual prejudica o poder explicativo da teoria, uma vez que o mapeamento dos argumentos diretos na sintaxe não deriva da estrutura principal de eventos do predicado, mas sim das relações de afetação definidas por um predicado primitivo em uma camada independente. Volto a destacar que tratarei nesta seção apenas da realização dos argumentos diretos dos verbos – nos termos de Beavers, de estruturas como  $[\phi \text{ CAUSE } \psi]$ , e não da estrutura interna de  $\psi$ . Com isso, deixo o estudo do *linking* de argumentos oblíquos, bem como de alternâncias verbais que envolvem esses argumentos para trabalhos futuros,

embora assumo, ao menos neste momento, que um princípio como o PAM, de Beavers, tenha um papel decisivo nesses casos.

De modo a justificar uma proposta como a que pretendo delinear no restante deste capítulo, a qual diz respeito à assimetria entre participantes causadores e não causadores, é preciso inicialmente estabelecer um princípio para explicar a proeminência semântica de Antagonistas em relação a Agonistas, como uma alternativa à prevalência de AFF no mapeamento para a sintaxe. Na seção seguinte, discutirei a teoria causal de Croft (1991, 1998) e argumentarei a favor da hipótese da cadeia causal como elemento organizador da hierarquia temática na Estrutura Conceitual.

### 5.3.1 A cadeia causal de Croft (1991, 1998)

Também inspirada em grande parte pelo trabalho sobre dinâmica de força de Talmy (1988/2000a), a teoria de *linking* formulada por Croft (1991, 1998) concentra-se nas relações causais entre os participantes de um evento. Essa abordagem, conhecida na literatura como “abordagem causal” (cf. LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005), conceitualiza os eventos como uma cadeia causal, a qual consiste em uma cadeia de segmentos relacionados temporalmente cujo evento central é um evento de transmissão assimétrica de força.<sup>62</sup> De acordo com essa teoria, a propriedade semântica que determina a proeminência dos participantes do evento na realização dos argumentos de um predicado na sintaxe é a estrutura causal dos eventos; isto é, a relação de transmissão de força entre os participantes. A cadeia causal consiste, segundo Croft, em uma estrutura direta, acíclica e não ramificada. Conforme o autor, as principais características de um evento simples conceitualizado em termos de uma cadeia causal são as seguintes:<sup>63</sup>

(30 a. um evento simples é um segmento (não necessariamente atômico) da rede causal;

---

<sup>62</sup> Existem outros trabalhos baseados na abordagem causal, como Langacker (1987) e van Voorst (1988, 1993), por exemplo, os quais também são inspirados pelo trabalho de Talmy. Contudo, discutirei aqui apenas o trabalho de Croft, por acreditar que seja o mais representativo e influente realizado sob esta abordagem. Para uma revisão detalhada das diferentes abordagens para a realização dos argumentos, recomendo a leitura de Levin & Rappaport Hovav (2005).

<sup>63</sup> Tradução livre do autor. No original:

“a. a simple event is a (not necessarily atomic) segment of the causal network;

b. simple events are nonbranching causal chains;

c. a simple event involves transmission of force;

d. transmission of force is asymmetric, with distinct participants as initiator and endpoint [...]”.

- b. eventos simples são cadeias causais não ramificadas;
- c. um evento simples envolve transmissão de força;
- d. a transmissão de força é assimétrica, com participantes distintos atuando como iniciador e ponto final.

(Adaptado de CROFT, 1991, p. 173)

É importante destacar que Croft considera como um evento simples aquele nomeado pela raiz do verbo. De acordo com o autor, com base nas características em (30), o evento prototípico que se encaixa nesse modelo idealizado é um evento causativo, com um desencadeador volicional e não mediado, que provoca uma mudança em outra entidade. O modelo cognitivo idealizado por Croft pode ser representado por meio do esquema em (31):

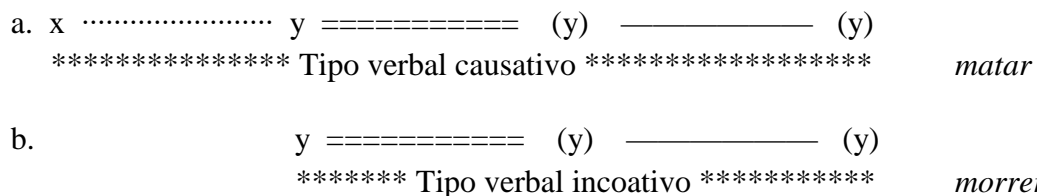
(31) Modelo cognitivo idealizado para um evento simples:<sup>64</sup>



(Adaptado de CROFT, 1998, p. 47)

Segundo Croft, os tipos semânticos possíveis de verbos representam diferentes *profiles* derivados do modelo idealizado em (31). O *profile* de um verbo, nos termos de Croft, é a porção da cadeia causal que o verbo especifica em seu conteúdo assertado. De acordo com o autor, o *profile* de um verbo se limita aos seus argumentos diretos, ou seja, a sujeito e objeto. Por exemplo, a distinção clássica entre eventos causativos e incoativos pode ser representada da seguinte maneira por meio de uma cadeia causal:

(32) Distinção entre os tipos semânticos causativo e incoativo:



(Adaptado de CROFT, 1998, p. 48)

<sup>64</sup> A notação utilizada nas representações propostas por Croft é a seguinte: (i) “.....” representa uma relação de dinâmica de força (CAUSE), (ii) “====” representa um processo (CHANGE) e (iii) “-----” representa um estado (STATE). Os participantes são representados, de modo geral, por um ponto “•” ou, quando precisam ser diferenciados, por rótulos (x, y, etc.). Por fim, quando o mesmo participante ocupa mais de uma posição na representação, ele encontra-se entre parênteses.



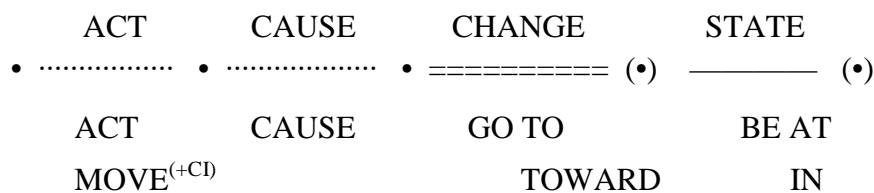
O evento denotado pelo verbo *matar*, representado em (32a), consiste no caso transitivo prototípico, em que uma entidade *x* exerce força sobre uma entidade *y*, fazendo com que essa entidade passe por um processo de mudança de estado. Por outro lado, um verbo como *morrer* especifica como seu *profile* somente o segmento de mudança de estado da cadeia causal, conforme (32b).

Essa abordagem para a realização dos argumentos caracteriza-se por não definir propriedades semânticas específicas associadas à posição sintática de sujeito ou de objeto: o fator mais importante para a realização dos argumentos é sua ordem na cadeia causal. Ou seja, no que diz respeito aos participantes expressos na sintaxe, o sujeito antecede o objeto na cadeia causal. Na seção seguinte, defenderei a hipótese de que a cadeia causal atua como princípio organizador da hierarquia temática na Estrutura Conceitual.

### 5.3.2 A teoria de linking revisada

Assumindo a hipótese de eliminação da camada acional como elemento definidor da realização dos argumentos diretos na sintaxe, gostaria de propor que é a cadeia causal que atua como um princípio organizador das relações semânticas entre os participantes dos eventos. Dessa maneira, a hierarquia temática, que define os argumentos mais proeminentes no mapeamento para a sintaxe, reflete o ordenamento causal dos participantes. O esquema em (33) estabelece a posição dos principais predicados primitivos em relação à cadeia causal:<sup>65</sup>

(33) *Relação entre os predicados primitivos e a cadeia causal:*



De acordo com a organização dos predicados proposta em (33), ACT e MOVE (causado internamente ou não), predicados que representam o subevento causador em eventos causativos, ocupam a parte inicial da cadeia causal, sendo que seus argumentos são os Antagonistas na relação de dinâmica de forças entre os participantes dos eventos. Por sua vez, CAUSE é um predicado relacional por natureza, codificando na Estrutura Conceitual a

<sup>65</sup> O quadro proposto em (33) não pretende ser exaustivo, mas apenas representativo dos principais predicados primitivos discutidos ao longo deste trabalho.

relação cronológica de causa e efeito (ou seja, de transmissão assimétrica de força) entre os subeventos em uma estrutura complexa. Com isso, situa-se em posição intermediária entre o ponto inicial e final da cadeia causal. No que diz respeito ao segmento de mudança da cadeia causal, temos o predicado GO, cujo primeiro argumento consiste no Tema. É importante destacar que GO não acarreta necessariamente uma mudança completa até o final de uma trajetória, seja ela espacial ou metafórica, uma vez que isso depende da natureza da função que ocupa sua segunda posição argumental (TO, TOWARD, etc.). Por fim, temos o predicado BE, no segmento estativo da cadeia causal, seguido pelas funções de lugar.

Com base nisso, o princípio que define a hierarquia temática pode ser redefinido da seguinte maneira:

(34) *Princípio básico da hierarquia temática (revisado)*

Ordene os argumentos A-marcados da esquerda para a direita, de acordo com a cadeia temporal de eventos que caracteriza o predicado.

Desse princípio emerge a seguinte hierarquia temática, considerando os principais predicados primitivos discutidos no presente trabalho (novamente, o argumento relevante encontra-se marcado por um asterisco):

(35) *Hierarquia temática (revisada)*

- |                              |                                        |
|------------------------------|----------------------------------------|
| a. [Event F (X*)]            | (Ator/Causa/Instrumento) <sup>66</sup> |
| b. [Event/State F (X*, ⟨Y⟩)] | (Tema)                                 |
| c. [Path/Place F (X*)]       | (Locação, Origem, Meta)                |

É preciso esclarecer alguns pontos em relação à hierarquia em (35). Primeiro, a hierarquia refere-se apenas a argumentos realizados na sintaxe como SNs, e não SPs ou SAs, por exemplo. Segundo, a função mais alta na hierarquia não precisa ser nomeada (cf. (35a)), pois o argumento de qualquer função monoargumental eventiva que ocupar a posição de primeiro argumento de CAUSE será o sujeito, independentemente de essa função ser ACT,

---

<sup>66</sup> A hierarquia faz referência a Instrumentos que ocupam a posição de sujeito (p. ex., *A chave abriu a porta.*), os quais analiso simplesmente como argumentos de MOVE (ou seja, Agentes inanimados). Instrumentos realizados como SPs na sintaxe são adjuntos, e portanto não entram na hierarquia, a qual dá conta apenas da realização dos argumentos diretos.

MOVE<sup>+CI</sup> ou simplesmente MOVE. Da mesma forma, a função que define o Tema também não precisa ser nomeada (cf. (35b, c)), uma vez que o participante com esse papel semântico é sempre o primeiro argumento de qualquer função eventiva ou estativa subordinada a CAUSE (p. ex., GO, BE, STAY, etc.). Por fim, é importante esclarecer que a ordem dos argumentos na cadeia causal define o sujeito e o objeto nos casos transitivos; havendo apenas um argumento, este será sempre o sujeito em português.<sup>67</sup> O esquema em (36) abaixo ilustra alguns dos principais tipos de eventos possíveis que resultam de (35), assim como suas relações com os segmentos da cadeia causal de Croft:

(36) Alguns tipos de eventos possíveis de acordo com a hierarquia temática:

- a. Atividades:  $x \cdots \cdots (x)$  sujeito: x  
 [Event ACT/MOVE ([Thing x])]
- b. Movimento espacial:  $x ===== (x) \text{ --- } y$  sujeito: x  
 [Event GO ([Thing x ], [Path y ])]
- c. Estados:  $x \text{ --- } y$  sujeito: x  
 [State BE ([Thing x ], [Place y ])]
- d. Causação de mudança:  $x \cdots \cdots y ===== (y) \text{ --- } z$  sujeito: x objeto: y  
 [Event CAUSE ([Event ACT/MOVE ([Thing x ])], [Event GO ([Thing y ], [Path z ])])]
- e. Causação de modo de movimento:  $x \cdots \cdots y \cdots \cdots (y)$  sujeito: x objeto: y  
 [Event CAUSE ([Event ACT/MOVE ([Thing x ])], [Event MOVE ([Thing y ])])]

Os verbos discutidos na seção 5.2.3 constituem bons exemplos de como funcionaria a teoria de *linking* delineada acima. Vejamos, por exemplo, como ocorre o mapeamento dos argumentos do verbo *abrir*, um caso prototípico de verbo causativo:

(37) a. Pedro abriu a porta.

- b. [Event CAUSE ([Event ACT ([PEDRO]<sub>A</sub>)], [Event GO<sub>Ident</sub> ([PORTA]<sub>iA</sub>,  
 [Path TO<sub>Ident</sub> ([State BE<sub>Ident</sub> ([Thing X]<sub>i</sub>, [Place AT<sub>Ident</sub> ([Property ABERTA])])])])])]]]

<sup>67</sup> Isso ocorre devido ao fato de o português ser uma língua acusativa, em que o argumento de verbos intransitivos é codificado da mesma forma que um sujeito transitivo, em oposição, por exemplo, a línguas ergativas, que codificam o argumento de verbos intransitivos como objeto na sintaxe.

(38) a. O vento forte abriu a porta.

- b. [<sub>Event</sub> CAUSE ([<sub>Event</sub> MOVE<sup>+CI</sup>([VENTO]<sub>A</sub>), [<sub>Event</sub> GO<sub>Ident</sub> ([PORTA]<sub>i</sub>]<sub>A</sub>, [<sub>Path</sub> TO<sub>Ident</sub> ([<sub>State</sub> BE<sub>Ident</sub> ([<sub>Thing</sub> X<sub>i</sub>], [<sub>Place</sub> AT<sub>Ident</sub> ([<sub>Property</sub> ABERTA])))))]))] ]

(39) a. A porta (se) abriu.

- b. [~~Event~~ CAUSE ([~~Event~~ F(~~Y~~)], [<sub>Event</sub> GO<sub>Ident</sub> ([PORTA]<sub>i</sub>]<sub>A</sub>, [<sub>Path</sub> TO<sub>Ident</sub> ([<sub>State</sub> BE<sub>Ident</sub> ([<sub>Thing</sub> X<sub>i</sub>], [<sub>Place</sub> AT<sub>Ident</sub> ([<sub>Property</sub> ABERTA])))))]))] ]

Nos exemplos em (37)-(39), os argumentos A-marcados são expressos na sintaxe de acordo com sua ordem na cadeia causal, sendo que o argumento causador – o Ator em (37) e a Causa em (38) – são mapeados para a posição de sujeito, enquanto o Tema é expresso como objeto direto. Já na variante incoativa do verbo, em (39), o argumento causador não é expresso na sintaxe, o que faz com que o Tema ocupe a posição de sujeito.<sup>68</sup>

Todos os casos em (37)-(39) envolvem mudança quantizada do Tema, nos termos de Beavers. Consideremos agora um verbo de impacto como *atingir*, que envolve apenas mudança potencial, o nível mais baixo de afetação:

(40) a. Maria atingiu João.

- b. [<sub>Event</sub> CAUSE ([<sub>Event</sub> ACT ([<sub>Thing</sub> MARIA]<sub>i</sub>]<sub>A</sub>), [<sub>Event</sub> GO ([<sub>Thing</sub> X<sub>i</sub>], [<sub>Path</sub> TO ([<sub>State</sub> BE<sub>c</sub> ([<sub>Thing</sub> X<sub>i</sub>], [<sub>Place</sub> AT<sub>c</sub> ([<sub>Place</sub> JOÃO]<sub>A</sub>])))))]))] ]

Note que a representação em (40b) reflete a observação de Beavers de que o “recipiente de força” em um evento desse tipo é menos afetado que no caso de mudança quantizada/não quantizada: o argumento realizado como objeto direto é mais encaixado do que os Temas em (37b) e (38b), uma vez que é argumento de AT<sub>c</sub>, e não de GO ou BE.

É importante destacar que a teoria de Croft (1991, 1998) permite que um mesmo participante ocupe mais de uma posição (isto é, mais de um segmento) na cadeia causal, o que se reflete nas estruturas léxico-conceituais em (37b)-(40b). No caso de (37b) e (38b), é o Tema que ocupa tanto a primeira posição de GO como a primeira posição de BE, equivalentes ao segmento de mudança e ao segmento estativo da cadeia causal, respectivamente. Já em (40b), o mesmo participante ocupa todos os segmentos da cadeia, uma vez que sua própria ação causa o movimento que o coloca no estado de “estar em contato com a locação”. Esses

<sup>68</sup> A representação em (39b) assume a análise clássica da alternância causativa (cf. LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005), na qual o verbo alternante é considerado basicamente causativo, passando por um processo de anticausativização, no qual o argumento causador é cancelado e não realizado sintaticamente.

exemplos mostram como a hipótese do ordenamento causal serve para justificar a proposta de uma única camada de análise na Estrutura Conceitual, uma vez que as estruturas léxico-conceituais propostas aqui se adequam ao modelo proposto por Croft, o que não ocorre em uma teoria com dois níveis de análise.

A hierarquia temática em (35) pretende dar conta da realização canônica dos argumentos diretos dos verbos do português, deixando de lado o caso de adjuntos ou complementos preposicionados; ainda assim, há alguns casos que podem constituir contraexemplos para a teoria proposta, os quais discutirei na seção seguinte.

### 5.3.3 *Alguns casos problemáticos*

Como se pode observar em (35), a hierarquia proposta não faz menção ao papel semântico de Beneficiário, que é codificado por Jackendoff (1990) como o segundo argumento de AFF<sup>+</sup> (tecnicamente, o Paciente consiste no segundo argumento de AFF). A exclusão desse predicado da teoria levanta o problema do tratamento de verbos como *receber* e *ter*, em que a Meta ou Locação é mais proeminente que o Tema, sendo realizada como sujeito (cf. *João [Meta] recebeu a carta [Tema]./João [Locação] tem um carro [Tema].*). Jackendoff trata desses casos codificando a Meta ou a Locação como segundo argumento de AFF<sup>+</sup>, o que faz com que tenham precedência na realização dos argumentos. Note que, em ambos os casos, há posse envolvida, o que leva Jackendoff a considerar o verbo *ter* como uma espécie de versão estativa de *receber*. Como vimos, a alocação opcional dos argumentos na camada acional acaba tornando a análise estipulada, uma vez que não há nenhum princípio mais amplo na teoria de Jackendoff que justifique essa configuração nesses casos.

Uma alternativa possível para o tratamento desses verbos é proposta por Pinker (1989), que postula um predicado primitivo HAVE, assumindo que possuir alguma coisa significa, de certa maneira, controlar essa coisa, o que justificaria a proeminência da Meta e da Locação nesses casos. Como esses verbos não foram o foco de uma análise conceitual profunda no presente trabalho, deixo em aberto a discussão de como representá-los, destacando somente que uma análise na linha de Pinker manteria intacta a ordem da hierarquia em (35).

O segundo grupo de verbos que impõe desafios à hierarquia em (35), uma vez que parecem reverter o padrão canônico imposto pela cadeia causal, consiste naqueles analisados

por meio da função REACT por Jackendoff. É o caso de verbos como *resistir*, *ceder* e *suportar*, exemplificados em (41):

- (41) a. Paulo resistiu à pressão de Maria.
- b. Paulo cedeu à pressão de Maria
- c. Paulo aguentou/suportou Maria.

Como vimos no capítulo 1, Jackendoff considera que os eventos denotados por esses verbos envolvem, na camada temática, o participante realizado como objeto (ou oblíquo) exercendo um esforço a favor da realização de um evento implícito, e na camada acional, a relação de dinâmica de forças entre os dois participantes. Como nesses casos o Agonista é sujeito, Jackendoff postula uma função inversa à AFF, a função REACT, para dar conta da realização de argumentos. O autor ainda expande essa análise para o tratamento de verbos psicológicos que tem o Experienciador como sujeito, considerando esse participante como afetado no evento, em uma espécie de reação a um estímulo. Seria o caso, por exemplo, de verbos como *temer* e *odiar* (cf. *João [Experienciador] teme/odeia Maria [Estímulo]*.).

De modo a manter a proposta de exclusão da camada acional, é preciso acenar ao menos com uma possibilidade de análise para esses verbos. No caso dos exemplos em (41), considerando especificamente verbos como *aguentar* e *suportar*, que são transitivos diretos em português, é possível argumentar que o sujeito é um tipo de Ator, como sugere Jackendoff, uma vez que eles passam no teste para ações controladas (cf. *O que Paulo fez foi aguentar/suportar Maria*.). Dessa maneira, pode-se postular que os sujeitos desses verbos são argumentos da função ACT, assumindo que realizam uma ação controlada nesses casos, o que explicaria sua realização sintática, mantendo a hierarquia em (35). Quanto à estrutura léxico-conceitual completa desses eventos, deixo em aberto uma análise mais detalhada para trabalhos futuros.

Por outro lado, a mesma análise não se aplicaria aos verbos psicológicos da classe de *temer*, já que o teste não se aplica nesses casos (cf. *??O que João fez foi temer/odiar Maria*.). Como Jackendoff (1990, p. 262) mesmo admite que sua proposta para esses verbos é preliminar, e minimamente justificada, deixarei em aberto aqui a questão sobre a representação adequada dessa classe de verbos psicológicos. No entanto, acredito que, como a solução para esses casos parece não passar por sua representação por meio de REACT, eles

não constituem um contraexemplo para a hierarquia proposta aqui, ao menos não até que saibamos qual a representação adequada desses eventos.

#### **5.4 Resumo do capítulo**

Neste capítulo, explorei a possibilidade de desenvolvimento de uma teoria de *linking* na Semântica Conceitual fundamentada em um único nível de análise, propondo a exclusão da camada acional da representação léxico-conceitual dos predicados. No que diz respeito à codificação dos papéis de Ator e Causa, na seção 5.2.1 propus uma extensão da proposta desenvolvida no capítulo 2 para o tratamento dos verbos dinâmicos monoargumentais: especificamente, defendi a hipótese de que as funções ACT e MOVE são responsáveis pela representação do subevento causador em estruturas de eventos causativas. Já em relação à representação da entidade afetada, com base na proposta de Beavers (2010, 2011) sobre os graus de afetação, propus que os participantes afetados fossem representados unicamente na estrutura causal dos eventos, e não por meio de AFF na camada acional, como na proposta de Jackendoff (1990). Além de desenvolver essa hipótese, na seção 5.2.3, sugeri a possibilidade de que o Princípio de Alinhamento Morfosintático (PAM) de Beavers (2010) seja responsável pela definição da proeminência semântica de certos argumentos em relação a outros nas alternâncias de objeto direto/oblíquo e dativa. Com isso, sustentei que a representação léxico-conceitual dos predicados deve codificar apenas as relações causais e locais entre os participantes, o que daria conta da realização sintática dos argumentos diretos.

Por fim, na seção 5.3, tratei especificamente das repercussões da proposta de exclusão da camada acional para a teoria de *linking* proposta por Jackendoff. Com o objetivo de lidar com a realização sintática dos argumentos diretos dos verbos, propus uma reanálise da hierarquia temática apresentada em SS. Nesse sentido, defendi a ideia de que cadeia causal dos eventos, nos termos de Croft (1991, 1998), atua como princípio organizador da hierarquia temática, definindo a proeminência dos argumentos com base nas relações causais e temporais existentes entre os participantes dos eventos. Com essa proposta, pretendo ter mostrado que é possível desenvolver uma teoria de *linking* na Semântica Conceitual sem a necessidade de duplicar os níveis de análise na Estrutura Conceitual, dando conta dos padrões de realização dos argumentos que se seguem das relações causais e locais entre os participantes. Caso essa proposta se mostre válida, tendo em vista seu aperfeiçoamento em trabalhos futuros, será

possível reestabelecer o poder explicativo da Hipótese Locacional também em relação à realização dos argumentos, o qual havia se enfraquecido com a proposta da camada acional.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, revisei alguns pontos cruciais da Semântica Conceitual, como o tratamento dos verbos dinâmicos monoargumentais, a representação da incoação e da mudança de estado na Estrutura Conceitual e o papel da camada acional no mapeamento dos argumentos semânticos na sintaxe. O objetivo principal do trabalho foi propor algumas alternativas de análise para certas modificações propostas por Jackendoff (1990) em relação à teoria original desenvolvida em Jackendoff (1983), visando restabelecer parte do poder explicativo da hipótese locacional.

Inicialmente, desenvolvi uma proposta para a representação léxico-conceitual dos verbos dinâmicos monoargumentais, os quais denotam os tipos mais básicos de eventos na Estrutura Conceitual, ou seja, eventos que envolvem movimento (isto é, de dinamismo) do participante, sem acarretar necessariamente seu deslocamento ao longo de uma trajetória (seja ela espacial ou metafórica). De acordo com essa proposta, o predicado primitivo MOVE representa simplesmente a noção básica de dinamismo, ao passo que os eventos conceitualizados como ações controladas pelos participantes são representados pela função ACT (cf. PINKER, 1989; RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 1998, 2010), que consiste em um subtipo mais específico de MOVE. Com base em Levin & Rappaport Hovav (1992, 1995), avalei também o papel da noção de causação interna na determinação dos verbos que participam do processo de causativização em português, concluindo que essa noção é ortogonal à classificação de eventos de modo de movimento (MOVE) e ações (ACT), sendo melhor representada por meio de um traço modificador dessas funções primitivas (ou seja, [ $\pm$ causado internamente], ou [ $\pm$ CI]).

Fundamentado nessa proposta para a representação dos verbos dinâmicos monoargumentais, investiguei a forma como diferentes trajetórias podem ser incorporadas aos eventos denotados por esses verbos, constituindo eventos locacionais de deslocamento de um Tema ao longo de uma trajetória. Após caracterizar esses verbos como verbos de maneira, seguindo a proposta de Rappaport Hovav & Levin (1998, 2010), discuti a teoria de Talmy

(2000b) sobre os padrões de incorporação das noções de maneira e de trajetória nas línguas naturais, bem como as críticas a essa teoria apresentadas por Beavers, Levin & Tham (2010). De maneira a representar, especificamente, as trajetórias télicas envolvendo a preposição *até* no português, propus uma representação alternativa para a função UNTIL, tratando-a como uma função monoargumental de trajetória, em contraste com a proposta de Jackendoff (1991/2010). Com base nessa representação, e na hipótese de que essa função representa trajetórias orientadas para a direcionalidade – e não para a Meta –, apresentei um tratamento para a incorporação de trajetórias envolvendo *até* em verbos de modo de movimento no português. Finalmente, com base em Goldberg & Jackendoff (2004/2010), propus uma modificação na regra de adjunção de GO proposta por Jackendoff (1990), de modo a dar conta da incorporação de trajetórias em verbos dinâmicos monoargumentais.

Visando recuperar o poder explicativo da hipótese locacional em dois campos semânticos centrais da semântica verbal, a incoação de eventualidades e a mudança de estado, apresentei uma proposta para o tratamento desses eventos com base na extensão metafórica do predicado primitivo GO, na linha da proposta original de Jackendoff (1983). Minha proposta postula que eventualidades também podem ocupar o papel de ponto de referência em uma trajetória, o que possibilita um tratamento unificado para mudança de lugar e mudança de estado por meio da função GO e das funções de trajetória. Em favor dessa proposta, foram discutidos três argumentos empíricos principais: (i) a possibilidade de representação dos *degree achievements* por meio do contraste entre trajetórias de mudança com TO e TOWARD; (ii) a seleção, em português brasileiro, de preposições por verbos aspectuais de incoação e de cessação de eventos; e (iii) a formação de verbos com o prefixo *des-* em português.

Por fim, explorei a possibilidade de desenvolvimento de uma teoria de *linking* na Semântica Conceitual fundamentada em um único nível de análise, propondo a exclusão da camada acional (e, assim, dos predicados AFF e REACT) da representação léxico-conceitual dos predicados. No que diz respeito à representação dos papéis semânticos de Ator e Causa, propus uma extensão da proposta desenvolvida para o tratamento dos verbos dinâmicos monoargumentais, defendendo a hipótese de que as funções ACT e MOVE são responsáveis pela representação do subevento iniciador em estruturas de eventos causativas. Já em relação à codificação da entidade afetada na Estrutura Conceitual, com base no trabalho de Beavers (2010, 2011) sobre os graus de afetação, procurei mostrar que é possível representar os participantes afetados unicamente na estrutura causal dos eventos. Sugeri também a

possibilidade de que o Princípio de Alinhamento Morfosintático (PAM) de Beavers (2010) seja responsável pela definição da proeminência semântica de certos argumentos em relação a outros nas alternâncias de objeto direto/obliquo e dativa. Com base nessa hipótese de eliminação da camada acional, propus uma reanálise da hierarquia temática apresentada em Jackendoff (1990), defendendo a ideia de que cadeia causal dos eventos, nos termos de Croft (1991, 1998), atua como princípio organizador da proeminência semântica dos argumentos.

Com essas propostas, pretendo ter aberto o caminho para o desenvolvimento de uma teoria semântica mais fortemente fundamentada na hipótese locacional e, conseqüentemente, com um poder explicativo maior, haja vista a grande quantidade de fenômenos que revelam uma natureza locacional não somente no português brasileiro, mas em diversas outras línguas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, L. Verbos de modo de movimento no PB: aspecto lexical e decomposição em predicados primitivos. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, 41(1): p. 326-339, 2012.
- ANDERSON, J. M. *The Grammar of Case*, Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- ASKE, J. Path predicates in English and Spanish: A closer look. In: HALL, K. et al. (eds.), *Proceedings of the Fifteenth Annual Meeting of the Berkeley linguistics Society*. Berkeley Linguistics Society, Berkeley, CA, p. 1-14, 1989.
- BAKER, M. Thematic roles and syntactic structure. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer, p. 73–137, 1997.
- BASSANI, I.; MEDEIROS, A.; SCHER, A. P. Verbos denominais com prefixo *des-* no português do Brasil. Trabalho apresentado no Encontro Nacional do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática (GT-TG), Brasília, 2009. Publicado posteriormente em: NAVES, R. R.; SALLES, H. *Estudos formais da gramática das línguas naturais: artigos selecionados do Encontro Nacional do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática*. Goiânia: Cãnone Editorial, p. 123-137. 2011.
- BASSO, R. Uma proposta para a semântica dos adjuntos “em X tempo” e “por X tempo”. *Alfa*, São Paulo, 55 (1): 113-134, 2011.
- BEAVERS, J. On the nature of goal marking and delimitation: Evidence from Japanese. *Journal of Linguistics* 44, p. 283–316, 2008.
- \_\_\_\_\_. The structure of lexical meaning: Why semantics really matters. *Language*, 86, p. 821-864, 2010.
- \_\_\_\_\_. On affectedness. *Natural language and Linguistic Theory*, 29:335-370, 2011.
- BEAVERS, J; KOONTZ-GARBODEN, A. Manner and result in the roots of verbal meaning. *Linguistic Inquiry* 43.3, p. 331-369, 2012.
- BEAVERS, J.; LEVIN, B.; THAM, S. A Morphosyntactic Basis for Variation in the Encoding of Motion Events. *Journal of Linguistics* 46, p. 331-377, 2010.

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BERTUCCI, R. *Uma análise semântica para verbos aspectuais em português brasileiro*. Tese de doutorado, Departamento de Linguística, USP, São Paulo, 2011.
- BRESNAN, J.; KANERVA, J. Locative Inversion in Chichewa: A Case Study of Factorization in Grammar. *Linguistic Inquiry* 20, 1–50, 1989.
- CANÇADO, M. Verbal alternations in Brazilian Portuguese: a lexical semantic approach. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, v. 3, n. 1, p. 77-111, 2010.
- CANÇADO, M.; GODOY, L. Representação lexical de classes verbais do PB. *ALFA*, v. 56, n. 1, p. 109-135, 2012.
- CANÇADO, M.; GODOY, L.; AMARAL, L. *Catálogo de verbos do português brasileiro: classificação verbal segundo a decomposição de predicados: volume 1: verbos de mudança*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- CROFT, W. *Syntactic Categories and Grammatical Relations*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. Event structure in argument linking. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (eds.). *The Projection of Arguments: Lexical and Compositional Factors*. Stanford: CSLI Publications, p. 21-63, 1998.
- CROFT, W.; BARÖDAL, J.; HOLLMANN, W.; SOTIROVA, V.; TAOKA, C. Revisiting Talmy's typological classification of complex events. In: *Contrastive construction grammar*. BOAS, H. (ed.), Amsterdam: John Benjamins, p. 201-235, 2010.
- CRUSE, D. Some thoughts on agentivity. *Journal of Linguistics* 9, p. 11–23, 1973.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DAVIS, A. *Linking by Types in the Hierarchical Lexicon*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2001.
- DEMONTÉ, V. Los eventos de movimiento en español: construcción léxico-sintáctica y microparámetros preposicionales. In: OTAL, J.; FERNÁNDEZ, L; SINNER, C. *Estudios sobre perífrase y aspecto*. Munique: Peniope, p. 16-42, 2011.

DINI, L.; DI TOMASO, V. Events and Individuals in Italian Dynamic Locative Expressions. *Proceedings of the 4th Conference on the Cognitive Science of Natural Language Processing 1995*. Dublin, Irlanda, 1995.

DOWTY, D. *Word meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: D. Reidel, 1979.

\_\_\_\_\_. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language* 67, 547–619, 1991.

FÁBREGAS, A. An Exhaustive Lexicalisation Account of Directional Complements. *Nordlyd: Tromsø Working Papers on Language & Linguistics* 34/2, p. 165-199, 2007.

FILIP, H.; ROTHSTEIN, S. Telicity as a semantic parameter. In: LAVINE, J.; FRANKS, S.; TASSEVA-KURKTCHIEVA, M.; FILIP, H. (eds.). *Formal Approaches to Slavic Linguistics: The Princeton Meeting 2005*. Ann Arbor, MI: Michigan Slavic Publications, University of Michigan, p. 139–156, 2006.

FILLMORE, C. The Case for Case. In: BACH, E.; HARMS, R. (eds). *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, p. 1-88, 1968.

\_\_\_\_\_. The grammar of hitting and breaking. In: JACOBS, R; ROSENBAUM, P. *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham: Ginn, 1970.

FOLEY, W.; VAN VALIN, R. *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GOLDBERG, A. Verbs, Constructions and Semantic Frames. In: DORON, E.; RAPPAPORT HOVAV, M.; SICHEL, I. (eds.). *Syntax, Lexical Semantics and Event Structure*. Oxford: Oxford University Press, p. 21-38, 2010.

GOLDBERG, A.; JACKENDOFF, R. The English Resultative as a Family of Constructions. *Language* 80, p. 532-568, 2004. Versão revisada publicada em *Meaning and the Lexicon: The Parallel Architecture 1975-2010*. Oxford: Oxford University Press, p. 278-326, 2010.

GREEN, G. *Semantic and syntactic regularity*. Bloomington: Indiana University Press, 1974.

GRIMSHAW, J. On the lexical representation of Romance reflexive clitics. In: BRESNAN, J. (ed.). *The Mental Representation of Grammatical Relations*, p. 87–148. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.

\_\_\_\_\_. *Argument Structure*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

GROPEN, J.; PINKER, S.; HOLLANDER, M.; GOLDBERG, R.; WILSON, R. The learnability and acquisition of the dative alternation in English. *Language* 65.203–57, 1989.

- GRUBER, J. S. *Studies in Lexical Relations*. Tese de Doutorado, MIT, Cambridge, 1965.
- HALE, K.; KEYSER, S. On argument structure and the lexical expression of grammatical relations. In: HALE, K.; KEYSER, S. (eds.). *The view from building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. (eds.). *The view from building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 111-176, 1993.
- HAY, J.; KENNEDY, C.; LEVIN, B. Scalar structure underlies telicity in degree achievements. In: *The Proceedings of SALT IX*, p. 127–144, 1999.
- JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1972.
- \_\_\_\_\_. Morphological and semantic regularities in the lexicon. *Language* 51, p. 639-671, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Semantics and Cognition*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Semantic Structures*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. Parts and Boundaries. *Cognition* 41, p. 9-45, 1991. Versão revisada publicada em *Meaning and the Lexicon: The Parallel Architecture 1975-2010*. Oxford: Oxford University Press, p. 138-173, 2010.
- \_\_\_\_\_. The proper treatment of measuring out, telicity, and perhaps even quantification in English. *Natural Language and Linguistic Theory* 14, p. 305-354, 1996.
- \_\_\_\_\_. *The Architecture of the Language Faculty*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Language, Consciousness, Culture: Essays on Mental Structure*. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Meaning and the Lexicon: The Parallel Architecture 1975-2010*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

- KENNEDY, C. *Projecting the Adjective: The Syntax and Semantics of Gradability and Comparison*, Garland, New York, 1999.
- KOENIG, J. P.; DAVIS, A. The KEY to lexical semantic representations. *Journal of Linguistics* 42, p. 71-108, 2006.
- KRIFKA, M. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, S. (ed.). *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, p. 197–236, 1998.
- LAKOFF, G. *On the Nature of Syntactic Irregularity*. Tese de doutorado, Indiana University, 1965.
- \_\_\_\_\_. Linguistics and Natural Logic. In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (eds.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel, p. 545-665, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar 1: Theoretical Prerequisites*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.
- LEVIN, B. *English verb classes and alternations*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. The Lexical Semantics of Verbs of Motion: The Perspective from Unaccusativity. In: ROCA, I. (ed.), *Thematic Structure: Its Role in Grammar*, Berlin: Foris, 247-269, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Argument Realization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- LEVIN, B.; SONG, G.; ATKINS, B. Making Sense of Corpus Data: A Case Study of Verbs of Sound. *International Journal of Corpus Linguistics* 2, p. 23-64, 1997.
- MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In: DIMITRIADIS, A.; SIEGEL, L. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium*, University of Pennsylvania, v. 4.2, p. 201-225, 1997.
- McCAWLEY, J. Lexical Insertion in a Transformational Grammar without Deep Structure. *CLS* 4, p. 71-80, 1968.



- \_\_\_\_\_. Syntactic and Logical Arguments for Semantic Structures. In: FARJIMURA, O. (ed.). *Three Dimensions in Linguistic Theory*. Tóquio: TEC Corp., p. 256-376, 1973.
- MEDEIROS, A. Para uma abordagem sintático-semântica do prefixo *des-*. *Revista da ABRALIN*, v.9, n.2, p. 95-121, 2010.
- MENUZZI, S.; RIBEIRO, P. A representação léxico-semântica de alguns tipos de verbos monoargumentais. *Cadernos do IL*, v. 41, p. 23-45, 2011a.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o tratamento da incoação como uma extensão metafórica da mudança de locação na Semântica Conceitual*. Trabalho apresentado no IV Congresso sobre a Metáfora na Linguagem e no Pensamento. UFRGS, Porto Alegre, 2011b.
- MENUZZI, S.; RIBEIRO, P.; SOARES, E. *Revisitando a Hipótese Locacional: algumas razões para voltar atrás*. Trabalho apresentado no Seminário de Teoria e Análise Lingüística. PPG-Letras/UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- MORGAN, J. On Arguing About Semantics. *Papers in Linguistics* 1, p. 49-70, 1969.
- NIKITINA, T. Pragmatic factors and variation in the expression of spatial goals: The case of *into* vs. *in*. In: ASBURY, A. et al. (eds.). *Syntax and Semantics of Spatial P*. Amsterdam: John Benjamins, 2008.
- PARSONS, T. *Events in the Semantics of English*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- PINKER, S. *Learnability and cognition*. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.
- PUSTEJOVSKY, J. The syntax of event structure. *Cognition* 41, p. 47-81, 1991.
- RAPPAPORT HOVAV, M.; LEVIN, B. What to do with theta-roles. In: WILKINS, W. (ed.). *Thematic relations*. Nova York: Academic Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. Building Verb Meanings. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (eds.). *The Projection of Arguments: Lexical and Compositional Factors*. Stanford: CSLI Publications, p. 97-134, 1998.
- \_\_\_\_\_. An event structure account of English resultatives. *Language* 77, p. 766-797, 2001.
- \_\_\_\_\_. Reflections on Manner/Result Complementarity. In: DORON, E.; RAPPAPORT HOVAV, M.; SICHEL, I. (eds.). *Syntax, Lexical Semantics, and Event Structure*. Oxford: Oxford University Press, p. 21-38, 2010.

REINHART, T.; SILONI, T. Against the Unaccusative Analysis of reflexives. In: ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E.; EVERAERT, M. (eds.). *The Unaccusativity Puzzle: Studies on the Syntax-Lexicon Interface*. Oxford University Press, p. 159-180, 2004.

RIBEIRO, P. A alternância causativa no Português do Brasil: A distribuição do clítico *se*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Letras, UFRGS, 2010.

\_\_\_\_\_. *Aspectual verbs as evidence for a localist analysis of inchoation in Conceptual Semantics*. Trabalho apresentado no Workshop do Evelin. Unicamp, Campinas, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Por uma análise locacional da incoação e da mudança de estado na Semântica Conceitual*. Trabalho apresentado no 60º Seminário do GEL. USP, São Paulo, 2012b.

SILVA, M. C.; MIOTO, C. Considerações sobre a prefixação. *ReVEL*, v. 7, n. 12, 2009.

SOARES, E. *Dativos e Objetos Diretos: Afetação e Incrementalidade*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2013.

ROSS, J. Act. In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (eds.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel, p. 70-126, 1972.

ROTHSTEIN, S. *Structuring Events: A study in the Semantics of Lexical Aspect*. Oxford: Blackwell, 2004.

ROTSTEIN, C.; WINTER, Y. Total adjectives vs. partial adjectives: scale structure and higher-order modification. *Natural Language Semantics*, 12:259-288, 2004.

TALMY, L. *Semantic structures in English and Atsugewi*. Tese de Doutorado, Department of Linguistics, University of California, Berkeley, 1972.

\_\_\_\_\_. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science: A Multidisciplinary Journal*. 12:1, 49-100. Versão revisada e expandida publicada em *Toward a cognitive semantics, Vol I: concept structuring systems*, Leonard Talmy (ed.), 409-470, Cambridge, MA: MIT Press, 1988/2000a.

\_\_\_\_\_. *Toward a cognitive semantics, Vol. I: concept structuring systems*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Toward a cognitive semantics, Vol. II: typology and process in concept structuring*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000b.

- TENNY, C. *Grammaticalizing aspect and affectedness*. Tese de doutorado, MIT, 1987.
- \_\_\_\_\_. The aspectual interface hypothesis. In: SAG, I.; SZABOLSCI, A. *Lexical matters*. Stanford: CSLI Publications, p. 490–508, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Aspectual roles and the Syntax-Semantics Interface*. Dordrecht: Kluwer, 1994.
- TER MEULEN, A. *Representing Time in Natural Language. The dynamic interpretation of tense and aspect*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- THAM, S.; LEVIN, B.; BEAVERS, J. Directional interpretation with locative prepositions. Artigo apresentado em *The Meaning of P Conference*, Ruhr-Universität, Bochum, Alemanha, 2012. (disponível online em: [http://www.linguistics.rub.de/TheMeaningofP2012/Tham\\_et\\_al\\_revised.pdf](http://www.linguistics.rub.de/TheMeaningofP2012/Tham_et_al_revised.pdf))
- VANRELL, M. On the Nature of P (*a, hacia, hasta*) with Manner of Motion Verbs in Spanish. Artigo apresentado em *The Meaning of P Conference*, Ruhr-Universität, Bochum, Alemanha, 2012. (disponível online em: [http://www.linguistics.rub.de/TheMeaningofP2012/Bassa\\_Handout.pdf](http://www.linguistics.rub.de/TheMeaningofP2012/Bassa_Handout.pdf))
- VENDLER, Z. *Linguistics in philosophy*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967.
- VERKUYL, H. *On the compositional Nature of the Aspects*. Dordrecht: Reidel, 1972.
- VOORST, J. van. *Event Structure*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- \_\_\_\_\_. A Localist Model for Event Semantics. *Journal of Semantics* 10, 65–111, 1993.
- WECHSLER, S. *The Semantic Basis of Argument Structure*. Stanford, CA: CSLI Publications, 1995.
- WINTER, Y. Closure and telicity across categories. In: Tancredi, C., Kanazawa, M., Imani, I., & Kusumoto, K. (eds.). *Proceedings of Semantics and Linguistic Theory. SALT16*, 2006.
- YONEYAMA, M. Motion Events in English and Japanese. Artigo apresentado no *Linguistics Colloquium*, Indiana University, 2011. (disponível online em: [http://repository.seikei.ac.jp/dspace/bitstream/10928/53/1/eibun-15\\_77-95.pdf](http://repository.seikei.ac.jp/dspace/bitstream/10928/53/1/eibun-15_77-95.pdf)).